



Ricardo Feijão

A Paisagem Pombalense na Idade Média e as suas transformações recentes

Relatório final no âmbito do Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Doutora Adélia Nunes e pela Doutora Ana Isabel Ribeiro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

A Paisagem Pombalense na Idade Média e as suas transformações recentes

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Relatório de estágio
Título	A Paisagem Pombalense na Idade Média e as suas transformações recentes
Autor/a	Ricardo Feijão de Almeida
Orientadora	Doutora Adélia de Jesus Nobre Nunes
Orientadora	Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro
Júri	Presidente: Doutora Ana Alexandra Ribeiro Luís Vogais: 1. Doutor Saúl António Gomes Coelho da Silva 2. Doutor Albano Augusto Figueiredo Rodrigues
Identificação do Curso	Mestrado em Ensino de História e de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário
Área científica	História e Geografia
Especialidade/Ramo	Iniciação à prática profissional
Data da defesa	25-10-2016
Classificação	17 valores



Resumo

O presente relatório de estágio tem como principais objetivos descrever as diferentes atividades realizadas durante a prática pedagógica supervisionada, assim como apresentar um tema cientificamente aprofundado que seja transversal à disciplina de História e Geografia.

Deste modo, a primeira parte prende-se com caracterização geral da escola e das turmas afetas, assim como a descrição de algumas atividades efetuadas.

Posteriormente, o foco da temática passa a ser a paisagem pombalense de forma a conciliar ambas as disciplinas. Desta forma, o presente trabalho apresenta uma tentativa de reconstrução da paisagem, na época medieval tendo como base uma fonte histórica, mas também quantificar e caracterizar as mudanças ocorridas no uso/ocupação do solo nas duas últimas décadas do século XX até aos primórdios do século XXI.

Neste enquadramento e tendo por base a área em análise, percebemos que os aspetos geológicos/geomorfológicos, climáticos, hidrológicos e demográficos acabam por ter um impacto, direto ou indireto, no mosaico vegetativo, favorecendo o desenvolvimento de determinadas culturas, como a vinícola, cerealífera e a olivicultura (esta que a predomina atualmente), provocando determinadas alterações paisagísticas.

Todavia, e olhando para as últimas décadas, concluímos que não nos podemos restringir aos aspetos naturais, daí ser fundamental olhar também para os aspetos socioeconómicos e políticos que justificam, de certa forma, algumas das alterações na paisagem.

PALAVRAS-CHAVE: Prática pedagógica supervisionada; paisagem Pombalense; alterações na paisagem; interdisciplinaridade; História e Geografia.

Pombal's landscape on the Middle Age and its recent transformations

Abstract

The main objective of this report is to describe the different kinds of activities conducted during the supervised teaching practice, as well as to present a scientific study which combines both History and Geography disciplines.

On the first segment, it can be found a global description about the school and the classes with whom we have worked, as well as a description of some of the activities realized during the internship.

On the next segment, the main target changes to Pombal's landscape as a way to combine both disciplines. Thus, this work describes and performs the landscape on the Middle Age based on historical sources, as quantifying and distinguish the changes happened on the soil on account of use/occupation since the last two decades of the XX century until the beginning of century XXI.

On that scenario and based on the analyzed area, it's possible to understand the geological/geomorphic, climatic, hydrology and demographic aspects have a direct or indirect impact on the vegetative mosaic, promoting multiple cultures as wine, cereal and olive (the main culture nowadays), causing some landscape changes.

However, and going back on time on the last decades, it's possible to conclude we can't close to the natural aspect, so it's important to look for the social-economic and politics aspects who justified, somehow, some changes on the landscape.

KEYWORDS: Supervised teaching practice; Pombal's landscape; landscape changes; interdisciplinary; History and Geography.

Agradecimentos

A execução do presente relatório, assim como o percurso efetuado só foi possível devido ao apoio, direto ou indireto, de várias pessoas a quem gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos.

Começo, assim, por agradecer aos meus orientadores do relatório de estágio, a Professora Doutora Adélia Nunes e a Professora Doutora Ana Isabel Ribeiro, que se apresentaram sempre disponíveis em ajudar e orientar o presente trabalho.

À Professora Fátima Galhim e à Professora Maria José Reis, orientadoras da prática pedagógica supervisionada de História e Geografia, respetivamente, que contribuíram de uma forma inexplicável para a minha evolução e conseqüente sucesso nesta experiência tão enriquecedora.

A todos os professores da Escola EB 2,3 Inês de Castro que sempre manifestaram uma preocupação em integrar-nos na mesma.

Aos meus primeiros alunos, que expressaram, desde cedo, um afeto e empenho inigualável, tornando toda esta nova experiência mais fácil e produtiva.

Aos meus colegas de estágio, que estiveram sempre preocupados em procurar ajudar-me a superar todas as adversidades que surgiam. A todos os meus amigos, que estiveram ao longo deste percurso, de uma forma ou de outra, presentes nos bons e maus momentos.

E, finalmente, à minha família, em particular aos meus avós, à minha mãe e ao meu irmão, uma vez que sem eles este belo percurso não seria possível e nem teria a mesma magia.

Índice

Introdução.....	8
Metodologia.....	11
1. O contexto socioeducativo	14
1.1. A escola.....	14
1.2. Caracterização das turmas.....	15
2. Reflexão sobre a prática pedagógica supervisionada.....	16
3. Componentes naturais da paisagem Pombalense.....	21
3.1. Caracterização Geográfica	22
3.1.1. Localização Geográfica	22
3.1.2. Breve Caracterização Geológica e Geomorfológica	24
3.1.3. Clima	28
3.1.4. Hidrografia.....	31
3.1.5. A vegetação.....	33
4. A Terra	37
4.1. A Ordem de Cristo.....	37
4.2. Tipos de propriedade	39
4.3. A geografia da propriedade	40
5. A paisagem agrícola: as culturas Pombalenses	42
5.1. A Vinicultura.....	42
5.1.1. A vinificação.....	44
5.2. O cereal	45
5.2.1. O pão	47
5.3. A Olivicultura.....	48
5.3.1. O azeite.....	49
5.4. As árvores de fruto e hortas	50
5.5. O Gado	51
6. Os contratos	51
7. Alterações recentes no uso e ocupação do solo	55
7.1. Evolução do uso do solo em Portugal Continental, das últimas décadas do século XX até aos primórdios do século XXI.....	55
7.2. Evolução da ocupação do solo nas freguesias de Pombal e Redinha das últimas décadas do século XX até aos primórdios do século XXI.....	60
7.2.2. Efetivo animal.....	67

7.2.3. Floresta	69
7.2.3.1. Incêndios Florestais	71
7.3. Alterações do uso do solo: principais causas	72
7.3.1. Fatores ambientais.....	73
7.3.2. Fatores demográficos	75
7.3.3. Fatores económicos	78
7.3.4. Estrutura Produtiva.....	81
7.3.5. Fatores político-estruturais: a Política Agrícola Comum (PAC)	83
8. Aplicação didática.....	85
8.1. Descrição da proposta pedagógica - Geografia.....	86
8.2. Descrição da proposta pedagógica - História.....	88
8.2.1. Roteiro de aula	89
8.2.2. Fundamentação pedagógica da proposta didática	92
Conclusão	97
Bibliografia.....	100
Apêndices.....	105
I – Planificação e aula de História.....	106
II - Planificação e aula de Geografia.....	130
III – Teste de História e de Geografia.....	154
IV – Plano Individual de Formação.....	168
V – Quadro I - Limites das Propriedades.....	177
VI – Dados quantitativos.....	195
VII – Proposta pedagógica Geografia.....	202
VIII – Diálogo.....	213
IX – PowerPoint aplicação didática de História.....	217
X – Composições.....	225
XI – Descritores níveis de desempenho.....	228

Introdução

O presente relatório versa, de um modo direto ou indireto, um dos temas presentes nas metas curriculares de História assim como de Geografia, do ano em que exercemos o Estágio Pedagógico Supervisionado, neste caso o 7º ano do Ensino Básico. Deste modo, o tema que nos propusemos desenvolver denomina-se de “A Paisagem Pombalense na Idade Média e as suas transformações recentes”.

Dentro dos condicionalismos provocados pela dificuldade em conjugar ambas as áreas (História e Geografia), a opção pelo tema escolhido prende-se, em primeiro lugar, com a vontade de conhecer mais sobre a paisagem, tanto na Idade Média como na atualidade, da região em estudo. Em segundo, pela possibilidade de abordar um tema que é e sempre será atual. Em terceiro, por o mesmo permitir a transversalidade entre a disciplina de História e de Geografia e finalmente, devido à curiosidade de vir a aprofundar o conhecimento sobre uma área que nos é particularmente prezada. Neste contexto, é de salientar o facto de a opção ter recaído, numa fase posterior, pela abordagem de duas freguesias, pois ambas apresentam, sobretudo nas últimas décadas, características distintas, uma vez que a freguesia de Pombal é urbana e a da Redinha rural.

No que concerne à estrutura do trabalho, o mesmo divide-se em oito capítulos, sendo que no primeiro apresentamos uma breve caracterização da escola e das turmas a que estivemos afetos; no segundo, e tendo em conta a experiência pedagógica, no ano letivo 2015/2016, realizamos uma breve reflexão, na qual destacamos os pontos considerados, por nós, mais relevantes; no terceiro, realizamos um esboço da paisagem natural da região; no quarto, apresentamos os tipos de propriedade existentes assim como os aspetos geográficos da mesma; no quinto, tendo como base a fonte histórica estudada, identificamos as culturas que vigoram em Pombal; no sexto, expomos os contratos agrários estabelecidos; no sétimo, procuramos quantificar as principais alterações entre 1989-2009, no concelho e nas respetivas freguesias em análise (Pombal e Redinha) e de seguida a génese dessas alterações; por fim, no oitavo, apresentamos duas propostas pedagógicas, tendo por base o presente desenvolvimento científico.

Neste sentido, entre o terceiro e o sexto capítulo pretendemos, sobretudo, reconstruir a paisagem da região de Pombal na Idade Média, analisar a ação do homem na paisagem e caracterizar os contratos estabelecidos, na localidade de Pombal, pela Ordem de Cristo.

Todavia, é de salientar que a reconstrução da paisagem natural e humanizada é uma tarefa complexa, de difícil execução e que requer uma investigação meticulosa, sendo necessário recorrer a documentos, mas também requerendo uma pesquisa no próprio terreno, à procura de vestígios da paisagem medieval, como a manutenção de topónimos, dos limites das propriedades, entre outras, algo que não foi possível realizar da forma desejada uma vez que, em simultâneo, nos encontrávamos afetos ao Estágio Pedagógico Supervisionado. Neste enquadramento, e atendendo aos objetivos a que nos propomos, é essencial ressaltar que aquando da reconstrução procurámos ter sempre presente, para evitar incorreções, que o território em estudo era profundamente distinto daquele que conhecemos nos dias de hoje.

Para atingir os objetivos definidos procurámos, localizar o concelho de Pombal e caracterizar: a geologia e a geomorfologia; o clima; a rede hidrográfica e, por último, a vegetação do concelho em questão. Esta caracterização irá ser complementada, tendo como base a fonte *Tombos da Ordem de Cristo: Comendas do Vale do Mondego (1508)*¹, presente na Obra *Pombal Medieval e Quinhentista, documentos da sua história*, onde se encontra transcrita. Da obra referida, trabalhamos o documento nº 40, embora não na sua íntegra (pp. 183 – 204; p. 218.) que nos forneceu informações relativas às propriedades, isto é, a sua localização, superfície, confrontações e culturas que possuíam (em alguns casos) e aos contratos estabelecidos pela ordem - a sua duração, quem os trazia e as rendas. De forma a superar a ausência de algumas informações na fonte, recorreremos, mais uma vez, a estudos que vão ao encontro do tema, tais como: *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV* de Iria Gonçalves; *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média* de Maria Helena da Cruz Coelho; *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV* de Saul António Gomes; *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)* de Maria Manuela Catarino; dos quais nos auxiliámos para complementar aspetos relativos à paisagem natural, aos produtos cultivados e à sua distribuição espacial, às técnicas agrícolas, aos contratos agrários estabelecidos, entre outras.

Por sua vez, o sétimo capítulo tem como principal objetivo demonstrar a evolução do uso do solo desde as últimas décadas do século XX até aos primórdios do século XXI, quantificando as principais alterações entre 1989-2009, assim como a génese dessas alterações. Para tal, iremos procurar responder às seguintes questões: De que modo evoluiu o uso do solo em Portugal desde as últimas décadas do século XX até aos primórdios do século XXI?; Como

¹ Salientamos, desde logo, que apesar de a documentação trabalhada datar o ano de 1508, optamos por incluir este período por aquilo que denominamos de Idade Média.

evoluiu a ocupação do solo nas freguesias de Pombal e da Redinha desde as últimas décadas do século XX até aos primórdios do século XXI? (destacando indicadores como a SAU, Efetivo animal e a Floresta) e, finalmente, quais os possíveis fatores que levaram a essa evolução? (ênfatisando os fatores ambientais, demográficos, económicos, estrutura produtiva e, por fim, os políticos).

Metodologia

Para a elaboração do presente estudo, socorremo-nos de diversos métodos de forma a recolhermos toda a informação necessária para atingirmos todos os objetivos a que nos propomos.

Assim, para o primeiro capítulo, onde o objetivo passava por caracterizar a escola onde realizámos o Estágio Pedagógico Supervisionado e as turmas a que estivemos afetos, utilizámos as informações presentes no dossier de turma, assim como as informações que recolhemos ao longo do ano letivo.

Para o segundo capítulo, onde efetuamos uma reflexão crítica do ano de estágio, tivemos como base toda a experiência adquirida no decorrer do ano letivo, realizando, posteriormente, a devida reflexão crítica elencando os pontos, considerados por nós, fundamentais.

Por sua vez, no terceiro capítulo, de forma a reconstruir a paisagem da região de Pombal na Idade Média, recolhemos as informações presentes no Tombo da Ordem de Cristo (apenas referentes a Pombal), que julgámos ser pertinentes, e procedemos à elaboração, e posterior análise, de um quadro (Quadro I presente no apêndice V), onde constam aspetos como a designação da propriedade, a localização, a superfície, os limites da propriedade (a Oriente, Ocidente, Norte e Sul), as culturas presentes na propriedade e a renda a pagar por ela de maneira a simplificar a análise dessa informação, pelo que se fazem variadas referências ao mesmo durante o estudo.

De salientar, que aquando da elaboração do Quadro I realizámos determinadas conversões, sendo que para estas foram utilizadas as seguintes medidas, baseadas nas tabelas comparativas das antigas medidas usadas no concelho de Pombal (presentes na obra *Mappas das medidas do novo systema legal comparadas com as antigas nos diversos concelhos do reino e ilhas*): 1 alqueire = 13,20 litros; 1 almude = 18,90 litros, 1L = 0,7 kg e 1 Côvado = 0,7 metros. Para além do referido, procedemos à conversão das vinhas cavas para metros quadrados, considerando que 1 vinha cava correspondia a 300m².

Para a realização da caracterização geográfica, também presente no capítulo referido, utilizaram-se estudos que vão ao encontro do tema abordado, como *As Serras Calcárias de Condeixa-Sicó- Alvaiázere* de Lúcio Cunha; *Hidrossistema cársico de Degracias-Sicó: estudo do funcionamento hidrodinâmico a partir das suas respostas naturais* de Isabel Paiva; *Portugal o mediterrâneo e o atlântico* de Orlando Ribeiro e *Portugal – Perfil Geográfico* de Raquel Soeiro Brito; o Plano Diretor Municipal de Pombal. Por sua vez, o gráfico termopluviométrico

(figura 6) elaborado, assim como o Quadro II (que retrata o cálculo do Balanço Hídrico) tiveram por base as normais climatológicas da Estação de Leiria (1971-2000) retiradas do Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

Para o quarto capítulo, de forma a salientar os tipos de propriedade e os aspetos geográficos das mesmas, procedemos, essencialmente, à análise das informações versadas no Quadro I, que, como já referimos, sistematizam as informações retiradas do Tombo da Ordem de Cristo analisado. Ao longo do referido capítulo, apresentamos também um quadro (Quadro III), tendo como base a fonte histórica, que sistematiza a quantidade de propriedades rústicas, estruturas de transformação e de matos presentes na área em estudo.

Para os quinto e sexto capítulo, onde elencamos as culturas Pombalenses e analisamos os contratos agrários estabelecidos pela Ordem de Cristo, para além das informações versadas no Quadro I, em virtude da falta de informações estruturantes na fonte histórica abordada, e de modo a fundamentarmos determinadas ilações, utilizámos bibliografia que vai ao encontro do estudo, como *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV* de Iria Gonçalves; *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média* de Maria Helena da Cruz Coelho; *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV* de Saul António Gomes; *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)* de Maria Manuela Catarino; *Introdução à história da agricultura em Portugal: a questão cerealífera na Idade Média* de Oliveira Marques, entre outras.

No sétimo capítulo, procedemos à avaliação das alterações do uso do solo nas duas últimas décadas do século XX e primórdios do século XXI, tendo como base diversas fontes estatístico-cartográficas. Em primeiro lugar, os Recenseamentos Agrícolas, do Instituto Nacional de Estatística, publicados a partir de 1979, com uma regularidade de 10 anos, a partir dos quais elaborámos diversos gráficos que retratavam a superfície agrícola utilizada, as culturas temporárias, as culturas permanentes, entre outros indicadores apresentados no decorrer do estudo. Em segundo lugar, e de forma a complementar a análise anteriormente descrita, socorremo-nos da Carta Agrícola Florestal de Portugal, nomeadamente as cartas nº 250, 261, 262, 273 e 274 à escala 1:25000, assim como os dados presentes na Carta de Ocupação do Solo de 1974 e 2007, gentilmente cedidos pela Câmara Municipal de Pombal. Em terceiro, com o intuito de completarmos a análise florestal, recorreremos ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas de onde retirámos os dados referentes à área ardida do concelho de Pombal entre 1989-2000 e a área ardida da freguesia de Pombal e da freguesia da Redinha entre

2001-2010. Por fim e de modo a procedermos à análise da dinâmica populacional, utilizámos os dados estatísticos do INE (censos populacionais de 1960, 1981, 1991, 2001 e 2011).

Neste sentido, importa enfatizar o facto de ter sido também necessário recorrer a vários estudos, como já foi anteriormente referido, para recolher as informações pretendidas, daí que, por vezes, a análise efetuada abarque períodos distintos.

Por fim, para a realização do oitavo capítulo utilizámos, com o objetivo de justificar todas as nossas opções relativamente às estratégias idealizadas para a aplicação didática, bibliografia específica sobre o assunto, com destaque para as obras *Combates pela História* de Lucien Febvre; *Do Conhecimento Histórico* de Henri Marrou; *Didactique de l'Histoire* de Henri Moniot; a *Carta Internacional da Educação Geográfica*, da Associação De Professores de Geografia e *Breves reflexões sobre o valor formativo da observação em geografia* de Pereira de Oliveira, entre outras.

1. O contexto socioeducativo

1.1. A escola

A Escola Básica 2/3 Inês de Castro, localizada no concelho de Coimbra, acolheu um dos vários Núcleos de Estágio História/Geografia tendo em vista a realização da Prática Pedagógica Supervisionada.

A escola, na qual concretizei o meu estágio profissional, integra o Agrupamento de Escolas de Coimbra Oeste (AECO) que é constituído, na sua totalidade, por 17 estabelecimentos de ensino com sede na Escola Secundária D. Duarte².

Localiza-se na freguesia de São Martinho do Bispo, que se uniu com a de Ribeira de Frades no âmbito do processo de reorganização das freguesias. De salientar que ambas as freguesias mencionadas já apresentam características marcadamente rurais e que se encontram distantes do centro urbano da cidade de Coimbra.

Quer a Escola Básica 2/3 Inês de Castro, quer a sede de agrupamento, estão dotadas de espaços de apoio aos alunos. Além das Bibliotecas Escolares e dos Laboratórios e Espaços oficiais, existem também docentes especializados para prestar o devido auxílio a alunos com Necessidades Educativas Especiais. É relevante enfatizar ainda os Serviços de Psicologia e Orientação Escolar (SPO) e o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), bem como os diversos clubes existentes para preencher os tempos livres entre os quais, o Clube Europeu, o Clube Escola Solidária, o Clube Música e o Desporto Escolar.

A redução do abandono escolar e o conseqüente sucesso dos alunos representa o primeiro pilar que deve sustentar o ensino nas instituições do agrupamento. Acresce ainda um conjunto de princípios relacionados com a escola inclusiva, a promoção da equidade social, a formação do indivíduo e a motivação escolar³. Para tal, a preocupação na rentabilização dos recursos, o investimento na tecnologia, na estética e na pedagogia são uma constante, o que permite ao agrupamento diversificar as atividades (ex.: eventos desportivos, visitas de estudos, clubes).

² http://www.aecoimbraoeste.pt/images/aeco/regulamento_interno/RI_AECOimbraOeste.pdf (consultado a 12/6/2016) p. 10.

³ Vejam-se os 9 princípios orientadores do AECO em *Idem, Ibidem*, p. 11.

1.2. Caracterização das turmas

A elaboração da caracterização da turma do 7º X e do 9º Y teve como base a análise do Dossier de Turma, que contém informações relativas aos alunos (idade, composição do agregado familiar, entre outras informações), assim como o conhecimento que adquirimos da turma através da Prática Pedagógica Supervisionada, no decorrer do ano letivo.

A turma do 7º X conta com a presença de 21 alunos dos quais 6 são do sexo masculino, sendo os restantes 15 do sexo feminino. A média de idades, no início do ano letivo, era de 12 anos, tendo os alunos mais novos 11 anos e os mais velhos 14 anos. A turma tem 2 alunos com necessidades educativas especiais abrangidos pelo Decreto –Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, que usufruem de Apoio Pedagógico Personalizado, Adequações Curriculares e Adequações no Processo de Avaliação; 6 alunos repetentes (sendo 5 deles repetentes do 7º ano) e 2 alunos que estiveram presentes no quadro de mérito académico. Neste contexto, importa ainda salientar que 7 alunos já frequentaram apoios, onde as disciplinas de português e de matemática, são as mais visadas.

Posto isto, e de um modo geral, a turma apresenta um aproveitamento razoável, contudo, apresenta níveis de concentração e empenho reduzidos, aliados às dificuldades de expressão escrita e de interpretação.

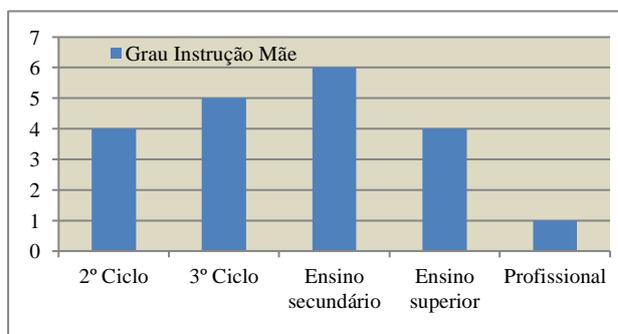


Figura 1 – Grau instrução mãe.

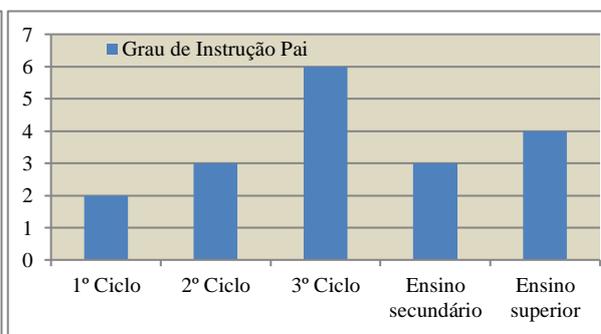


Figura 2 – Grau instrução pai.

No que concerne aos Encarregados de Educação verificámos que 18 são mães e 2 são pais⁴.

Relativamente ao nível de instrução, e através da análise dos gráficos elaborados⁵, o ensino secundário (6) é o grau predominante das mães que se encontra seguido pelo 3º ciclo

⁴ Não obtivemos o registo de uma aluna que foi transferida no decorrer do ano letivo.

⁵ Relembramos que não obtivemos o registo da aluna que foi transferida no decorrer do ano letivo, assim como não temos informação relativamente ao nível de escolaridade dos pais de dois alunos.

(5). Por sua vez, o grau predominante nos pais é o 3º ciclo (6), que é precedido pelo ensino superior (4).

Por sua vez, a turma do 9º Y conta com a presença de 22 alunos, 7 do sexo masculino, e 15 do sexo feminino. A média de idades, no início do ano letivo, era de 14 anos, tendo os alunos mais novos 13 anos e os mais velhos 15 anos. A turma não apresenta alunos com necessidades educativas especiais, apresenta apenas um aluno repetente e 4 alunos que estiveram presentes no quadro de mérito académico no ano letivo transato. Neste contexto, importa ainda salientar que 10 alunos já frequentaram apoios, onde as disciplinas de português e de matemática, são as mais visadas.

No entanto, podemos afirmar que, de um modo geral, a turma apresenta um aproveitamento bom, não existindo grandes dificuldades de interpretação nem de escrita⁶.

2. Reflexão sobre a prática pedagógica supervisionada

Este ponto pretende enfatizar alguns dos diversos momentos que contribuíram para o meu crescimento, quer a nível profissional quer a nível pessoal, retratando, assim, a prática pedagógica supervisionada que acabou por ser o culminar de cinco anos de um intensivo trabalho.

Deste modo, e antes de mais, gostaria de realçar que a minha experiência na área do ensino era inexistente, excetuando as apresentações e as planificações que realizei no decorrer da licenciatura e do mestrado que, como ficou provado no ano letivo 2015-2016, nada se compararam com a elaboração e consequente aplicação de uma aula. No entanto, no primeiro ano de mestrado que frequentei, isto é o Mestrado de Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, adquiri conhecimentos teóricos e aprendizagens que me permitiram ter uma maior segurança e confiança, para encarar o ano de estágio e, por consequência, a prática docente.

Assim, e apesar do início do ano letivo ter sido um pouco tardio, abracei este novo projeto com ambição, olhando para esta fase como um novo ciclo, estando consciencializado de todos os desafios que uma nova jornada implica e para a qual tinha de estar preparado.

⁶ Devido a falta de informação, não foi possível realizar o nível de instrução dos encarregados de educação.

No entanto, e desde o início desta jornada, tive a sorte de poder contar com o apoio e posterior ajuda de todos aqueles que fizeram parte do meu dia-a-dia, com particular destaque para as Professoras Orientadoras de História e de Geografia, Professora Fátima Galhim e Professora Maria José Reis, respetivamente, que sempre estiveram presentes, orientando-me de forma clara e precisa, com o intuito de me ajudarem a melhorar a prestação académica. Todos estes fatores acabaram por facilitar, e muito, a integração na escola.

Neste enquadramento, aproveito ainda para mencionar o quão agradável e favorável é não enfrentar este desafio diário sozinho. O meu núcleo de estágio, constituído por mais dois colegas, ajudou-me e, sobretudo, mostrou-me como é necessário trabalhar em equipa e as inúmeras vantagens que isso poderia trazer, tal como se veio a verificar.

Confesso que, numa fase inicial, quando apenas observava as aulas, muito aprendi com os docentes, tanto de História como de Geografia, que fizeram do espaço da aula uma partilha de conhecimentos e saberes, sendo proveitoso ouvi-los sobre assuntos com os quais já se encontravam familiarizados.

Refletindo agora, um pouco, sobre a prática pedagógica propriamente dita, realço, primeiramente, que esta contribuiu para o meu desenvolvimento intelectual. Os conselhos frequentes, a paciência e a persistência, mais uma vez, das Orientadoras da Escola desenvolveram em mim um rigor, ainda maior, e uma posição crítica perante aquilo que sou e como me comporto no espaço de sala de aula. Destaco, de entre muitos, a necessidade de, principalmente no início do ano letivo, “soltar-me” no decorrer das aulas, para que os conteúdos fossem lecionados de uma forma mais expressiva e dinâmica, não apresentado uma rigidez excessiva na forma de estar.

Contudo, para além dos conselhos, na minha perspetiva, existiam também questões primordiais para as quais, quer os docentes da Faculdade de Letras, quer as Orientadoras da Escola tinham já alertado, falo então no rigor científico que deve estar sempre presente, e que facilita a transmissão dos conteúdos, uma vez que a realizamos de uma forma mais objetiva e segura.

Nesse sentido e colocando sempre o meu vinco pessoal, tentei elaborar e ter sempre em conta materiais diversificados que fizessem uso de diversos domínios e que fossem pertinentes. Assim, pretendia que acima de tudo, as estratégias conseguissem captar a atenção dos discentes, motivando-os (uma vez que o professor tem um papel fundamental na estimulação da motivação do aluno para aprender) e promovendo a sua participação no decorrer das aulas. Para

este propósito indico, a título exemplificativo, a utilização de documentos, entrevistas, excertos cinematográficos, curiosidades que permitam conhecer a diversidade cultural a nível mundial e, se possível, a realização de paralelismos com a atualidade, com o intuito de manter os temas abordados atuais e próximos dos alunos. Todavia, é igualmente importante conhecer o meio escolar e a turma em específico de forma a ir ao encontro dos seus gostos e interesses.

Considero também que o domínio do conhecimento científico é fundamental, tal como já referi, pois permite, ao docente, um maior controlo do imprevisto, uma vez que, assim, consegue facilmente “navegar” pelos conteúdos sem grandes dificuldades, acabando por demonstrar uma maior confiança aquando da transmissão dos conhecimentos. Por consequência, um aluno mostra-se mais atento e interessado quando sente que pode aprender com o professor, não só o tema em estudo daquela aula, mas também conhecimentos a outros níveis científicos.

Deste modo, creio que esta atitude coadjuva a diminuição de estranheza do aluno perante o docente e gera uma aproximação saudável e necessária entre ambos, uma vez que estabelecida uma relação entre ambos, poderá ser, tal como foi, mais fácil transmitir os conteúdos planificados, pois, por vezes, o professor começa a ser visto como um modelo a seguir correspondendo, assim, às expectativas iniciais que nele foram depositadas, o que me leva a concluir que os fatores pessoais têm realmente repercussões no desejo de aprender dos alunos.

Posto isto, importa ressaltar que durante a minha prática letiva sempre procurei levar os alunos ao conhecimento - o que se revelou, por diversas ocasiões, uma tarefa desafiante, mas proveitosa e recompensadora - de forma a encontrar um equilíbrio no decorrer das aulas, de modo a não sobrevalorizar o método expositivo.

Para tal, durante o ano letivo, procurei organizar-me da melhor forma possível e optei por seccionar o meu trabalho. A minha primeira preocupação, aquando da preparação das aulas, tanto de História como de Geografia, foi de certificar-me que não existiam lacunas científicas referentes ao conteúdo que iria lecionar, sendo por vezes fundamental recorrer a bibliografia científica, que iria naturalmente para além dos manuais escolares, de modo a colmatar as dificuldades sentidas.

A segunda fase prendia-se com a definição de estratégias e a consequente elaboração dos materiais e revelou-se sempre uma fase algo demorada, sendo que procurei privilegiar a criatividade, de modo a tornar as estratégias apelativas, não descurando do rigor científico, com o qual tanto me identifico, e de ter sempre presente o “fio condutor” com o propósito de

encadear os conteúdos, simplificando e até facilitando a compreensão dos mesmos para os alunos.

Neste sentido, considero primordial sublinhar que os materiais utilizados na disciplina de História e de Geografia, foram naturalmente distintos devido às suas especificidades – apesar de serem disciplinas que têm pontos em comum e que facilitam a promoção da interdisciplinaridade.

Assim, e no que concerne à disciplina de História, recorri, de forma regular, à exploração de documentos historiográficos⁷, previamente didatizados, pois, na minha perspectiva os mesmos estimulam a interpretação, a escrita e a leitura, permitindo também o estabelecimento de uma dinâmica assinalável, que me agrada particularmente, aquando da exploração, através das questões realizadas pelo docente aos alunos (que devem, como tentaram ser, colocadas com a maior assertividade possível).

Por sua vez, na disciplina de Geografia, privilegiei, indubitavelmente, a análise de mapas, gráficos, fotografias e blocos diagramas, pois, no meu entender, são elementos extremamente elucidativos. Contudo, é necessário ter um elevado cuidado aquando da sua seleção para que resultem na transmissão do conhecimento de forma mais eficaz possível. De realçar, que implementei, também, uma vertente mais prática, aplicando diversas experiências⁸ e apresentando maquetes, com a finalidade de tornar os conteúdos ainda mais apelativos e de cativar a turma em questão para o estudo da disciplina.

Contudo, seria erróneo afirmar que não existem recursos que possam, como foram, utilizados em ambas as disciplinas. Falo dos vídeos (que podem funcionar como estratégia motivacional ou ter outra função), das músicas (que podem servir como ponto de partida para o conteúdo que iria ser lecionado na aula).

A terceira fase, e última, prendia-se com a aplicação da aula propriamente dita, e seria o culminar das fases anteriormente explicitadas. Para que esta resultasse foi necessário a execução de um trabalho contínuo, onde procurei, desde sempre, garantir uma boa transmissão de conhecimentos, apresentar o tom de voz que melhor se adequava ao contexto, circular frequentemente pela sala e estar disponível para o esclarecimento de quaisquer dúvidas que pudessem surgir. Porém, e devido a uma série de fatores, e principalmente numa fase inicial do estágio, nem todas as aulas correram como o desejado, sobretudo no que ao meu dinamismo

⁷ Veja-se o apêndice I que retrata uma das aulas planificadas à disciplina de História.

⁸ Veja-se o apêndice II que retrata uma das aulas planificadas à disciplina de Geografia.

diz respeito. Mas, com o decorrer do tempo, com o acumular da experiência e com os conselhos das Orientadoras, quer da escola, quer da faculdade e dos meus colegas de estágio as aulas começaram a ser cada vez mais dinâmicas e fluidas, conseguindo, deste modo, que estas corressem como pretendia.

No decorrer deste ano, existiram, ainda, inúmeros momentos isolados que me marcaram. A título ilustrativo, recordo a aula após a minha segunda aula supervisionada de História (na qual lecionei um conteúdo referente ao Holocausto), que aquando da breve retroação dos conteúdos lecionados, tive o prazer e a alegria de ver e perceber que o conteúdo ministrado anteriormente ficou muito bem assimilado e que suscitou um enorme interesse nos alunos, sendo que alguns deles chegaram inclusivamente a aprofundar, e posteriormente, retratar, os seus conhecimentos aprofundados sobre o tema durante essa mesma retroação.

Este constitui apenas um dos muitos exemplos do apoio constante que as turmas me fizeram sentir. Sobretudo a turma do 9ºY, deu-me sempre segurança, manifestaram um interesse fantástico, estiveram sistematicamente empenhados e motivados na realização de todas as tarefas, acolhendo-me, constantemente, de uma forma agradável, solidária e colaborativa.

Com o fim do ano letivo, constato que algo complexo e abstrato se objetivou de uma forma harmoniosa e agradável. Muitos dos receios e hesitações quanto ao facto de ser esta a profissão por mim escolhida se esclareceram, não existindo qualquer dúvida que ensinar (e até aprender) será o caminho a seguir. Aprendi que o melhor a fazer com um problema complexo é desconstruí-lo e trabalhá-lo por partes, de forma a simplificá-lo.

Porém, considero também que o trabalho que realizei é apenas um ponto de partida para um trajeto que se avizinha longo. Devo continuar a ser o mais rigoroso possível, organizado e aprofundar a minha formação académica de forma a superar todas as lacunas científicas que ainda possam existir.

Não posso deixar de referir, ainda, as atividades extralectivas em que participei e que contribuíram, igualmente, para o meu desenvolvimento. Desse modo, e cumprindo o que fora mencionado no Plano Individual de Formação (PIF), presente no apêndice IV, mantivemos (núcleo de estágio), todas as terças-feiras, a sala de estudo de apoio às duas disciplinas, de carácter opcional e aberto para qualquer aluno que quisesse usufruir dela. Neste campo, saliente-se que foi com satisfação que observámos que a iniciativa teve sucesso, sobretudo no início.

De entre outras atividades em que participei, destaco a realização de testes⁹ e respetivas matrizes e critérios de correção, a observação de aulas do ensino secundário, quer a história, quer a geografia e a participação nas reuniões de Conselho de Turma, pois, conhecendo os alunos e tendo a possibilidade julgámos importante observar e participar nos principais momentos de avaliação.

Em última instância, destaco a participação nas I Jornadas de pós-graduação em Didática e Ensino, no dia 22 de fevereiro de 2016, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na condição de observador, onde foram apresentadas várias comunicações no âmbito do ensino.

Em suma e com o término da prática pedagógica supervisionada, acredito que esta foi realizada com sucesso, uma vez que creio que atingi todos os objetivos a que me tinha proposto, tendo, inclusive, superado as dificuldades que me foram apontadas no decorrer do mesmo, daí julgar que o meu percurso foi em clara ascensão. Deste modo, e após esta experiência deveras enriquecedora, concluo que encontro-me apto para executar, da forma mais fiel possível, a profissão de Professor, tanto na disciplina de História como de Geografia.

3. Componentes naturais da paisagem Pombalense

Antes de mais, será importante, embora de uma forma sucinta, abordar o conceito de paisagem.

O termo de paisagem, nos dias de hoje, ainda é um termo ambíguo, visto que é, relativamente, difícil de definir o que se entende por ele. Todavia, e segundo M. B Capdevilla podemos afirmar que este é um termo que deriva do latim (*pagus*, que significa país) com o sentido de lugar¹⁰. Todavia, é só durante o século XIX e na primeira metade do século XX que o conceito de paisagem assume grande importância no discurso dos geógrafos¹¹.

⁹ Veja-se o apêndice III que apresenta um exemplo de um teste da disciplina de História, assim como um teste da disciplina de Geografia.

¹⁰ FIGUEIREDO, Rui, Ferreira, *Estrutura da Paisagem e Modelação da Ocupação do Solo*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012, p. 58.

¹¹ *Idem, Ibidem.*

Deste modo, e segundo Cancela d'Abreu a ideia de paisagem pode englobar os aspetos naturais, mas também culturais, exprimindo “(...) o resultado da interação espacial e temporal do Homem com o Ambiente, em toda a sua diversidade e criatividade”¹².

Por outro lado, e para complementar a compreensão do conceito de paisagem, tem-se vindo a introduzir a noção do carácter da paisagem, assim e tendo por base o relatório elaborado pela Agência Europeia do Ambiente podemos constatar a importância que a paisagem tem “...quer seja à escala local, regional, ou ainda internacional, as paisagens exprimem a unicidade e a identidade de cada lugar...”¹³.

Posto isto, e de forma a sintetizar o que foi dito até ao momento, podemos dividir a paisagem em três estratos sobrepostos: “uma camada constituída pelos elementos abióticos (geodiversidade (...)), uma camada constituída pelos elementos bióticos (biodiversidade (...)) e uma terceira camada correspondendo aos elementos culturais (...).”¹⁴.

3.1. Caracterização Geográfica

Para realizarmos um esboço da paisagem natural Pombalense, seja de que época for, é necessário ter sempre em conta as características geológicas, geomorfológicas, climáticas, hidrográficas e os atributos da vegetação. No que concerne à geologia e geomorfologia, é fundamental conhecer as formas de relevo e os tipos de solo; quanto ao clima é importante perceber o seu impacto relativamente às culturas produzidas; na hidrografia, é fundamental detetar a presença ou ausência de cursos de água, como rios e todas as suas valias e quanto ao aspeto vegetativo é necessário ter em conta as espécies que integram a região.

3.1.1. Localização Geográfica

Só podemos afirmar, com um determinado rigor histórico, que Pombal foi habitado a partir do século XI, tendo como pano de fundo a reconquista Cristã. O seu local de origem, ainda hoje, é uma incerteza: são múltiplos os lugares que surgem como possíveis locais de origem, sendo alguns deles, a ladeira dos governos, a encosta do monte de S. Cristóvão, a

¹² D'ABREU, Alexandre Cancela (et. al), *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*, Vol. I, Lisboa, Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004, *ob. cit.*, p. 22.

¹³ *Idem, Ibidem, ob. cit.*, p. 28

¹⁴ FIGUEIREDO, Rui, Ferreira, *Estrutura da Paisagem e Modelação da Ocupação do Solo*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012, *ob. cit.*, p. 60.

encosta Sul dos vinagres. Contudo, o local de origem de Pombal mais plausível leva-nos para as proximidades da encosta do Castelo de Pombal¹⁵.

A “vila” de Pombal era outrora localizada como estando entre as cidades de Leiria e Coimbra, sendo que nela se situavam as seguintes aldeias: Aldeia dos Redondos; Aldeia dos Anjos e Escoural; Aldeia de Santorum e Granja; Aldeia da Pelariga; Aldeia de Agoa da Travaça; Aldeia do Folgado; Verigo; Aldeia do Barrocal; Aldeia do Vale; Aldeia da Arroiteia e Outeiro das Galegas; a Sul a Melga; Aldeia dos Carvalhais; Baldeira; Aldeia do Pizão; Punhete e Bachareis; Alqueidão e Roxio; Ribeira do Litão; Pipa; Vila Cão; Tras dos Matos; Lameiros e Cazaes; Ponte de Asamaça; Aldeia dos Vicentes e Gustula; Aldeia da Barragueira e Carreyra; Aldeia da Ranha e Carrinhos; Travaços; Aldeia da Charnequa e Casal Velho e, finalmente, Aldeia das Rozas¹⁶.

Contudo, muitas destas aldeias, ou pelo menos a toponímia das mesmas, alteraram-se ou desapareceram. Assim, e de modo a facilitar a delimitação da área de estudo do presente trabalho, utilizaremos os limites administrativos atuais.

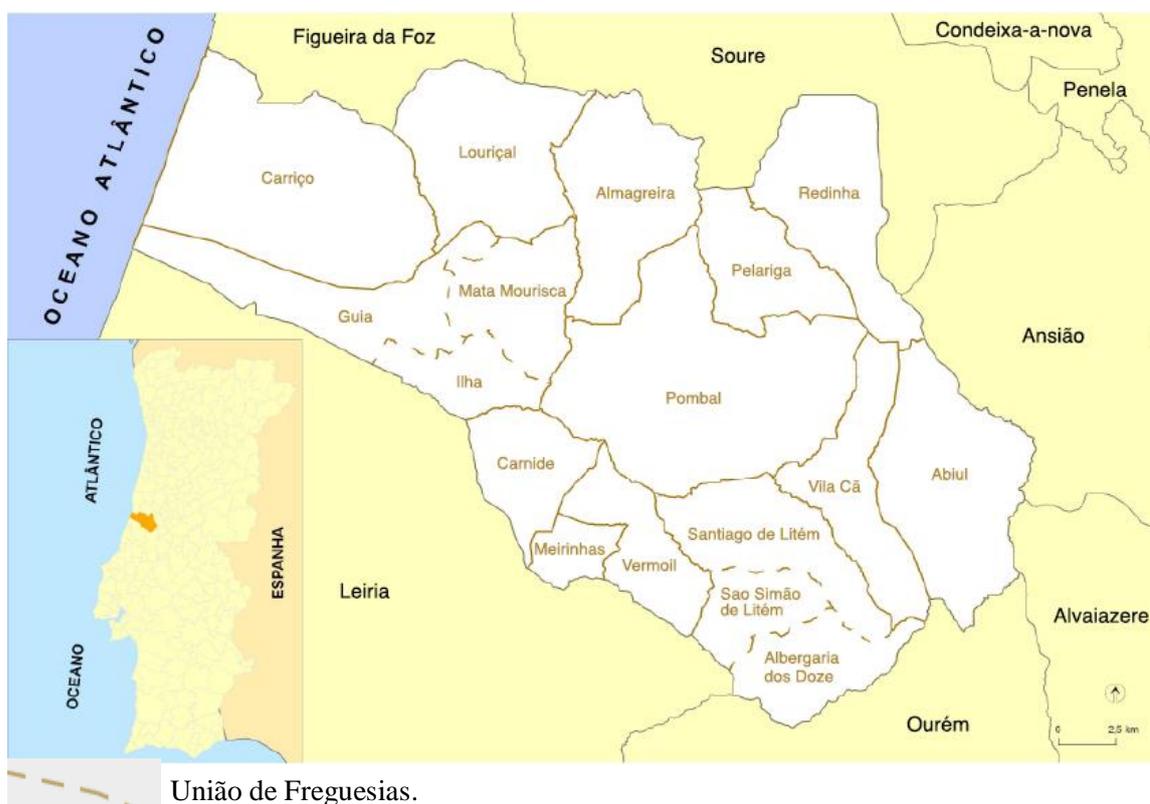


Figura 3 - Freguesias do concelho de Pombal.

(Fonte: adaptado Plano Diretor Municipal)

¹⁵ Cf. OLIVEIRA, Ricardo Pessa de, GOMES, Saul António, *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas*, Coimbra, Palimage, 2012, p. 239.

¹⁶ *Idem, Ibidem*, p. 291.

O concelho de Pombal tem cerca de 60 mil de habitantes (de acordo com os Censos de 2011) e está localizado na Região Leiria (Nut III) fazendo, assim, parte do distrito de Leiria. O concelho apresenta uma área com cerca de 626.23 km² que se repartia, inicialmente, pelas dezassete freguesias. Contudo, após a elaboração de uma reestruturação, onde se procedeu ao agrupamento de determinadas freguesias, o concelho de Pombal passou a apresentar apenas treze freguesias que são as seguintes: Abiúl; Almagreira; Carnide; Carriço; Louriçal; Meirinhas; Pelariga; Pombal (com 97,61 km² de área); Redinha (com 42,08 km² de área); União de freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca; União das freguesias de Albergaria dos Doze, Santiago de Litém e São Simão de Litém; Vermoil e, finalmente, Vila Cã¹⁷.

Posto isto, e no que concerne à cidade de Pombal destaca-se o facto de em 2001 a taxa de urbanização ser de 17,82%. Porém, em 2011, esta taxa vai atingir os 20,41%, o que demonstra uma expansão da área urbana. Para além disso, é igualmente, importante salientar que 11,4% da freguesia de Pombal pertence à cidade.

De referir, que Pombal situa-se na Região Centro Litoral e apresenta uma posição peculiar: entre o Norte e o Sul, entre Lisboa e Porto e, finalmente, entre Coimbra e Leiria. Neste contexto, é importante destacar as excelentes acessibilidades que Pombal apresenta que asseguram boas ligações de Norte a Sul, promovendo, desta forma, a dinamização do dito concelho¹⁸.

3.1.2. Breve Caracterização Geológica e Geomorfológica

O Concelho de Pombal encontra-se inserido na Bacia Lusitaniana, esta que se desenvolveu ao longo do Mesozoico na margem Ocidental Ibérica¹⁹.

No que concerne ao ponto de vista estrutural, Pombal pode ser dividido em três grandes unidades que são: o Maciço Jurássico na extremidade Oriental; a Bacia Terciária, localizada na parte mais central do concelho de Pombal e, por fim, o Diapiro de Monte Real na parte Ocidental²⁰.

¹⁷ Figura 3 adaptada de:

http://www.pombal.pt/pru/docs_pdm/elementos_plano/acompanham/EstudosCaraterizacao/VolIPlantaEnquadramento.pdf, p. 13 (consultado a 13-11-2015).

¹⁸ http://www.pombal.pt/pru/docs_pdm/elementos_plano/acompanham/EstudosCaraterizacao/VolIEnquadramento.pdf, pp. 13-16 (consultado a 13-11-2015).

¹⁹ http://www.pombal.pt/pru/docs_pdm/elementos_plano/acompanham/EstudosCaraterizacao/VolIICaracterizacaoBiofisica.pdf, p. 4 (consultado a 13-11-2015).

²⁰ *Idem*, p. 9.

Assim, é interessante dar algum “protagonismo” às unidades morfo estruturais, visto que consideramos ser pertinente (no enquadramento do trabalho) dar conta das principais unidades e de como ocorreu o seu processo de formação.

Neste sentido, é importante ter em conta que a evolução geológica do país é que proporcionou a existência dos materiais rochosos e as formas de relevo que temos nos dias de hoje. Contudo, é fundamental enunciar alguns dos principais aspetos geomorfológicos, isto é: a litologia²¹ e a estrutura.

No que diz respeito à região referenciada, vemos que se encontra na Orla Mesocenoica ou Orla sedimentar. Esta que se desenvolve nas bordaduras do soco hercínio (forma como também pode ser denominado o Maciço Antigo Ibérico), onde se formaram grandes fossos tectónicos com preenchimento sedimentar, essencialmente calcário, situação que ocorre ao longo do Mesozoico²². Com isto, observamos que esta região é constituída, a nível geológico, principalmente por terrenos calcários e margas. Os solos calcários tendem então a apresentar uma baixa fertilidade e severas limitações produtivas²³.

Destaque, ainda, para o facto do concelho em questão ser uma região bastante afetada pela tectónica de placas, uma vez que estes acidentes influenciam a disposição/estrutura da Serra de Sicó, sendo de salientar o cruzamento de dois dos acidentes mais importantes no nosso país que são eles: a falha de Porto-Tomar e a falha Nazaré-Lousã²⁴.

Posto isto, e considerando a área em estudo, será fundamental fazer uma breve referência a Serra de Sicó, visto que esta configura grande parte da paisagem da freguesia da Redinha, assim como, embora numa escala bem mais reduzida, a paisagem da freguesia de Pombal.

A Serra de Sicó define-se, segundo Fernandes Martins, como uma unidade com características estruturais, geomorfológicas, paisagísticas e Geo Humanas, extremamente bem definidas²⁵. Esta Serra localiza-se na Orla Mesocenoica Ocidental Portuguesa e apresenta

²¹ O território português apresenta então uma enorme diversidade litológica, tendo em conta a “reduzida” dimensão do seu território. No entanto, podemos destacar nesta diversidade, os granitos, os xistos, ou os calcários (este último que sobressai sobretudo no caso em estudo).

²² BRITO, Raquel Soeiro; *Portugal – Perfil Geográfico*, Lisboa, Edições Estampa, 1995, pp. 45-46.

²³ [http://www.pombal.pt/pru/docs_pdm/elementos_plano/acompanham/EstudosCaraterizaca oBiofisica.pdf](http://www.pombal.pt/pru/docs_pdm/elementos_plano/acompanham/EstudosCaraterizacao/VolIICaracterizaca oBiofisica.pdf), p. 305 (consultado a 13-11-2015).

²⁴ Para um aprofundamento do tema vide PAIVA, Isabel, *Hidrossistema cársico de Degracias-Sicó: estudo do funcionamento hidrodinâmico a partir das suas respostas naturais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014, pp. 91-92.

²⁵ CUNHA, Lúcio, *As Serras Calcarias de Condeixa-Sicó- Alvaiázere*, Estudos de Geomorfologia, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 11.

afloramentos calcários do Jurássico Médio, fortemente afetados do ponto de vista tectónico. Para além disso, verificamos que alguns calcários têm uma cobertura gresosa (esta que vai ter influência na vegetação desta área e no tipo de solos).

Para além do referido, podemos sem dúvida afirmar que, uma das principais especificidades geomorfológicas desta área é o desenvolvimento/presença de um conjunto variado de formas cársicas²⁶. Assim sendo, é necessário fazer uma breve referência a essas formas. Começando pelas lapiás, que têm uma pequena dimensão, mas que são bem características das paisagens cársicas e que se traduzem em pequenos sulcos mais ou menos profundos no calcário. Estas que certamente comprometem a escorrência superficial organizada²⁷. De seguida, temos as dolinas que se apresentam como as formas mais características do relevo cársico devido a três fatores e que segundo Lúcio Cunha são os seguintes “*Em primeiro lugar, as dolinas apenas se desenvolvem em rochas com um certo grau de solubilidade. Em segundo, dentro das formas geralmente reconhecidas como cársicas são as que se desenvolvem, essencialmente, devido ao trabalho de dissolução (...). Finalmente pela sua localização e até mesmo morfologia...*”²⁸. Outra forma presente são os canhões fluvio-cársicos que são vales profundos e encaixados onde as suas vertentes são praticamente verticais. Um belo exemplo dessa forma é o Vale do Poio, que se localiza no concelho de Pombal, mais precisamente na freguesia da Redinha, esta que é uma forma cársica extremamente interessante, quer do ponto de vista geológico, quer geomorfológico. A quarta forma a destacar são as exurgências ou nascentes cársicas, que se podem definir como um sistema de descarga à superfície de um curso de água subterrâneo, onde o caudal se encontra diretamente relacionado com a quantidade de precipitação que se infiltra no maciço calcário (devido à sua enorme permeabilidade)²⁹. Por último, temos a presença das lapas – cavidade natural com desenvolvimento horizontal - e dos algares – cavidade natural com desenvolvimento vertical (ambas formas cársicas de profundidade)³⁰.

²⁶ CUNHA, Lúcio, *A paisagem cársica das Serras Calcárias de Condeixa – Sicó – Alvaiázere. Alguns argumentos a favor da sua proteção*, Lisboa, Algar, 1993, p. 4.

²⁷ CUNHA, Lúcio, *As Serras Calcárias de Condeixa-Sicó- Alvaiázere*, Estudos de Geomorfologia, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p.168.

²⁸ *Idem, ob. cit.*, p. 176.

²⁹ http://www.pombal.pt/pru/docs_pdm/elementos_plano/acompanham/EstudosCaraterizacao/VolIICaracterizaca oBiofisica.pdf, p. 67 (consultado a 13-11-2015).

³⁰ *Idem, Ibidem*, p. 70.

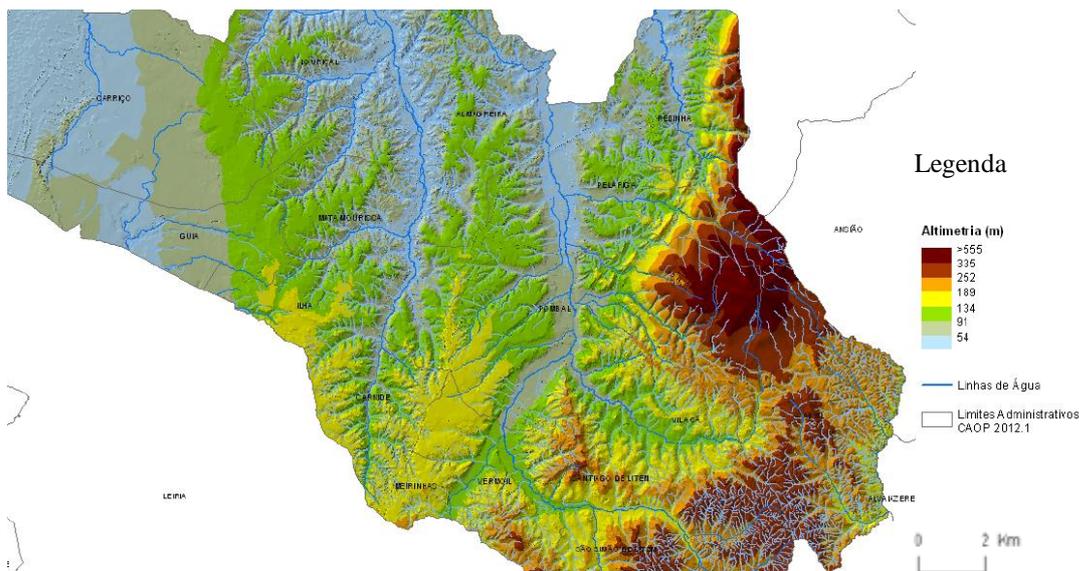


Figura 4 – Mapa hipsométrico do concelho de Pombal.³¹

(Fonte: adaptado Plano Diretor Municipal)

Freguesias	0 m 54	54.1 m 91	91.1 m 134	134.1 m 189	189.1 m 252	252.1 m 335	335.1 m > 555
Pombal	3.67%	21.91%	41.1%	19.42%	6.29%	4.54%	2.77%
Redinha	9.54%	26.34%	22.28%	11.2%	7.51%	11.52%	11.62%
Concelho	17.4%	21.1%	23.0%	15.5%	11.4%	9.2%	2.5%

Figura 5 – Valores hipsométricos (%) da freguesia de Pombal e da Redinha.³²

(Fonte: adaptado Plano Diretor Municipal)

Por fim, e tendo em conta as figuras 4 e 5, constatamos que mais de 50% da área ocupada pela freguesia de Pombal assim como pela freguesia da Redinha, estão a uma altitude inferior a 134,1 m, pelo que, a área estudada, pode ser classificada de baixa altitude. No entanto, em determinadas localidades das freguesias analisadas, verificamos a presença de áreas que apresentam valores altimétricos, relativamente, elevados.

Realizada esta breve descrição, recorrendo a estudos atuais, verificamos que as mudanças ocorridas no território, assim como as restrições presentes na fonte histórica utilizada para a realização deste estudo, impossibilitam, de certa forma, a reconstituição exata da paisagem medieval Pombalense. Todavia, recorrendo à toponímia é possível elencar algumas características de Pombal visto que esses nomes podem identificar e, por consequência, representar traços da geologia e da geomorfologia entre outras características do território.

³¹ http://www.pombal.pt/pru/docs_pdm/elementos_plano/acompanham/EstudosCaraterizacao/VoIIICaracterizaca oBiofisica.pdf p. 89. (consultado a 13-11-2015).

³² http://www.pombal.pt/pru/docs_pdm/elementos_plano/acompanham/EstudosCaraterizacao/VoIIICaracterizaca oBiofisica.pdf p. 90. (consultado 13-11-2015).

Assim, e tendo como base os ditos topónimos, podemos esboçar a existência de alguns acidentes de relevo, como vales³³ - área alongada compreendida entre duas áreas de maior altitude -, outeiros³⁴ - que pode ser visto como uma colina (elevação da superfície terrestre de fraca altitude) -, cumeeira³⁵, montes³⁶ - elevação da superfície que tende a ter uma altitude superior às colinas. Por sua vez, a presença de várzeas³⁷ – que é vista, muitas vezes, como uma planície, isto é, uma extensa área aplanada que se encontra a uma altitude reduzida – aliada à existência de rios/ribeiros³⁸, portos³⁹, lameiros⁴⁰, abertas⁴¹ e, também, de moinhos, permite-nos, igualmente, concluir que existem terrenos relativamente planos a altitudes reduzidas.

3.1.3. Clima

O clima - representa o conjunto das condições gerais da atmosfera, durante um período relativamente longo, pode igualmente ser considerado um conjunto de tipos de tempo, estes que derivam de duas causas principais, da radiação solar e dos movimentos das massas de ar, que vão combinar entre si de diversas maneiras - é um dos mais importantes fatores naturais que contribuem para a formação da paisagem. Ele tem influência nas vertentes, interfere com o comportamento dos rios, nomeadamente no seu caudal, modela os mosaicos da vegetação e influencia os tipos de agricultura⁴².

Posto isto, e como se sabe, o clima de Portugal continental é, sobretudo, um clima mediterrânico.

Outra das características mais marcantes do clima de Portugal continental é a grande variabilidade interanual da precipitação, esta que se encontra então ligada à sucessão de um ano seco (ou muito seco) a um ano húmido (ou muito húmido)⁴³. Esta variação resulta, novamente,

³³ Como é visível no Quadro I, presente no apêndice V, muitas propriedades estão localizadas em vales. Veja-se as n.ºs 23, 39, 46, 47, 48, 50, entre outras.

³⁴ Ver propriedades n.ºs 11, 110 e 111.

³⁵ A menção a cumeeira verifica-se nas confrontações com propriedades. Vide a propriedade n.º 95.

³⁶ Ver propriedades n.ºs 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 39.

³⁷ Como é visível no Quadro I, presente no apêndice IV, muitas propriedades estão localizadas em várzeas. Veja-se as n.ºs 30, 55, 56, 64, 71, entre outras. Cf. com *Taroucae Monumenta Historica. I Livro das Doações de Tarouca*. Leituras, sumários e notas de A. de Almeida Fernandes. *I/3: Indices & studia (toponomia/Institutiones/Communia verba)*, Braga, Câmara Municipal de Tarouca, 1991-1993, p. 402.

³⁸ Ver propriedades n.ºs 15, 18, 22, 71, entre outras.

³⁹ Ver propriedade n.º 109, onde as vinhas se localizavam num local designado de Porto de Arromba que se confronta com o rio, o que nos leva a concluir que existe mesmo a presença de um Porto no dito local.

⁴⁰ Ver propriedades n.ºs 15, 69 e 90.

⁴¹ Ver propriedade n.º 83, onde uma herdade, que se localiza ao fundo do figueiral confronta-se com uma aberta – (ligadas às águas doces que geram maior fertilidade nas terras por onde correm, conduzidas pela mão humana). Cf. CATARINO, Maria Manuela, *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)*, Cascais, Patrimonia, 2000, p. 25.

⁴² *Ibidem*, pp. 50- 51.

⁴³ PAIVA, Isabel, *Hidrossistema cársico de Degraçias-Sicó: estudo do funcionamento hidrodinâmico a partir das suas respostas naturais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014, p. 111.

da peculiar posição do território português “...situado, simultaneamente, no setor mais meridional da zona temperada e de circulação de oeste das latitudes mais elevadas e na margem setentrional das altas pressões subtropicais.”⁴⁴

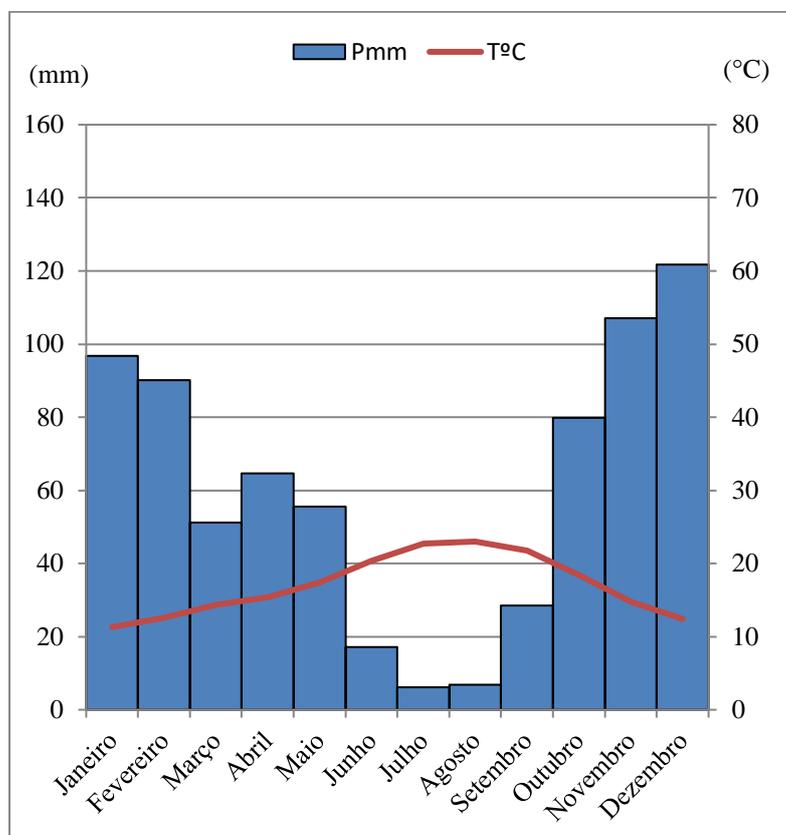


Figura 6 - Gráfico Termopluviométrico da Estação de Leiria – 1971-2000.
(Fonte: IPMA)

Posto isto, se olharmos para as normais climatológicas de Leiria⁴⁵ podemos retirar diversas ilações no que concerne ao clima de Pombal. Desde logo, referir que durante o período de junho a setembro as temperaturas são mais elevadas, período esse que coincide com a estação de verão. No que diz respeito às temperaturas mais reduzidas, verificamos que o mês de dezembro assim como o de fevereiro destacam-se e que coincidem, inclusive, com a estação de inverno. Neste sentido, e de modo a sintetizar, apoiando-me no que Orlando Ribeiro defende, será correto afirmar que estamos perante um clima mediterrâneo, pois, o mês que apresenta maior precipitação é, novamente, o de dezembro sendo que o pico de estiagem é atingido em julho/agosto, ou seja, existe uma coincidência do mês mais quente ser aquele que apresenta menor precipitação (característica diferenciadora do clima com padrão mediterrâneo)⁴⁶.

⁴⁴ *Idem, Ibidem, ob. cit.*, p. 111.

⁴⁵ <http://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/1971-2000/011/> (consultado a 13-11-2015).

⁴⁶ Sobre este assunto vide RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne; *Geografia Física de Portugal. O Ritmo Climático e a Paisagem*, Vol. II, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1988.

De forma a complementar o que foi dito até ao momento, através da análise do gráfico termopluviométrico (figura 6), é correto afirmar que Leiria apresenta, segundo o critério de Gaussen, quatro meses secos – junho, julho, agosto e setembro –, onde a precipitação é manifestamente reduzida. Contudo, seria incorreto afirmar que se trata de um verão demasiado quente, visto que a temperatura média mensal mais alta não atinge grandes valores, tendo o seu pico no mês de agosto (23°C). Para além disso, verificamos, ainda, uma reduzida amplitude térmica anual, pois, Leiria, não apresenta temperaturas inverniais demasiado rigorosas – relembro que a temperatura média anual é de 17° C -, situação que pode ser explicada devido à relativa proximidade que Leiria tem do mar, sendo então afetado pela dita tonalidade atlântica. Por fim, e relativamente à precipitação podemos afirmar que Leiria não apresenta valores demasiado elevados, sendo que o valor da precipitação anual é cerca de 725,8 mm.

Quadro II – Balanço Hídrico da Estação de Leiria (1971-2000).

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
T (°C)	11,3	12,6	14,3	15,4	17,4	20,4	22,7	23	21,8	18,4	14,8	12,4
P (mm)	96,8	90,2	51,2	64,7	55,6	17,2	6,1	6,8	28,5	79,8	107,1	121,8
i	3,44	4,05	4,91	5,49	6,61	8,41	9,88	10,08	9,29	7,19	5,17	3,96
etp	30,27	36,61	45,68	52,00	64,37	85,00	102,45	104,83	95,46	70,97	48,51	35,60
K	0,84	0,83	1,03	1,12	1,24	1,25	1,27	1,18	1,04	0,95	0,83	0,81
ETP	25,42	30,39	47,05	58,24	79,82	106,25	130,11	123,70	99,27	67,42	40,26	28,84
P-ETP	71,38	59,81	4,15	6,46	-24,22	-89,05	-124,01	-116,90	-70,77	12,38	66,84	92,96
Défice Acumulado	0	0	0	0	-24,22	-113,27	-237,28	-354,18	-424,96	0	0	0
Reserva útil (RU)	100	100	100	100	78,49	32,22	9,32	2,90	1,43	13,80	80,64	100
VRU	0	0	0	0	21,51	46,27	22,89	6,43	1,47	-12,38	-66,84	-19,36
ETR	25,42	30,39	47,05	58,24	77,11	63,47	28,99	13,23	29,97	67,42	40,26	28,84
Défice	0	0	0	0	2,70	42,78	101,12	110,47	69,31	0	0	0
Superávit	71,38	59,81	4,15	6,46	0	0	0	0	0	0	0	73,60

O método de Thornthwaite-Mather - que tem como principal preocupação a potencialidade climática duma região para desenvolver vegetação e, sobretudo, a prática da agricultura – baseia-se no balanço hídrico⁴⁷.

Deste modo, através da análise do Quadro II – referente ao balanço hídrico da estação de Leiria – constatamos que o mês de janeiro, fevereiro, março, abril, outubro, novembro e dezembro apresentam um excedente, enquanto que maio, junho, julho, agosto e setembro apresentam um défice hídrico, acabando, conseqüentemente, por apresentar um défice acumulado elevado, sobretudo no mês de setembro (-424,96 mm). Neste sentido, durante o período de carência hídrica (este que se evidencia, quando o ETR é muito superior ao ETP) será necessário utilizar a reserva útil, o que leva à redução gradual da mesma (esta redução que se

⁴⁷ NUNES, Adélia, *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana": extensão, causas e efeitos ambientais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007, p. 30.

inicia no mês de maio - 78, 49 mm – e que cessa no mês de setembro – 1,43 mm). Assim, os elevados quantitativos de precipitação⁴⁸ vão ser importantes para repor a recarga hídrica dos solos, esta que vai acontecer no mês de outubro (- 12,38 mm), novembro (- 66, 84 mm) e dezembro (- 19, 36 mm).

Por fim, e se olharmos novamente para aos meses que apresentam défice hídrico, isto é, maio (2,70 mm), junho (42,78 mm), julho (101,12 mm), agosto (110,47 mm) e setembro (69,31 mm), verificamos que coincidem (excetuando o mês de maio) com os meses secos, o que confirma o padrão climático mediterrâneo.

Deste modo, concluímos que há um período de secura climática, fundamental para o desenvolvimento de culturas agrícolas – existindo, contudo, o recurso à rega durante todas as estações do ano, mas com maior incidência no verão. Todavia, e através da análise dos Tombos da Ordem de Cristo podemos concluir, embora com as devidas precauções, que a prática da rega já era algo comum na região, pois verificámos a presença de almuinhas⁴⁹, estas que eram terras que exigiam irrigação que poderia acontecer a partir de um poço, de um canal ou de uma ribeira⁵⁰.

3.1.4. Hidrografia

Primeiramente, creio ser pertinente esclarecer o conceito de bacia hidrográfica. Segundo Strahler, bacia hidrográfica é o “*Conjunto de área ocupada por um sistema de drenagem, cujos limites correspondem à divisória de águas*”⁵¹.

Assim, realçamos o facto de as bacias hidrográficas serem influenciadas por diversas características como o relevo – neste onde se podem incluir fatores como a topografia, o declive (que irá ter influência no poder erosivo e não só) –, a litologia/geologia – destaque para a porosidade e impermeabilidade dos materiais – entre outras características.

Neste sentido, verificamos que o território do concelho de Pombal está repartido por quatro bacias hidrográficas que são: Bacia Hidrográfica do Mondego; Bacia Hidrográfica do Lis; Bacia Hidrográfica do Tejo e Bacia Costeiras (entre o Mondego e o Lis). Todavia, a bacia que se revela mais significativa para o concelho será a Bacia Hidrográfica do Mondego, sendo

⁴⁸ Caso existisse uma menor quantidade de precipitação, a reposição da água dos solos ocorreria numa altura mais tardia.

⁴⁹ Ver propriedades n.ºs 57, 58 e 59.

⁵⁰ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 188

⁵¹ LENCASTRE, A., FRANCO, F.M, *Lições de Hidrologia*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1992, *ob. cit.*, p. 25.

que nesta destacam-se duas sub-bacias, a do Rio Arunca que “*é a maior e mais extensa do setor terminal da bacia hidrográfica do Rio Mondego, ocupando uma área de, aproximadamente, 550 km²*”⁵², tendo o referido rio como um dos seus principais cursos de água e como seu principal tributário o Rio Anços (destaque ainda para varias ribeiras como a de Valmar, do Outeiro das Galegas e o Ribeiro do Vale⁵³) e a Ribeira de Carnide⁵⁴.

Por conseguinte, sobretudo, na freguesia da Redinha, existem algumas especificidades, nomeadamente na área ocupada pela Serra de Sicó, onde constatamos a existência de uma enorme permeabilidade do solo, pois um dos seus principais constituintes é o calcário, que apresenta uma permeabilidade bastante elevada, não esquecendo o elevado grau de fissuração que muitos calcários apresentam. Assim, e segundo Isabel Paiva podemos concluir que no hidrossistema cársico a permeabilidade e a porosidade são algumas das suas especificidades⁵⁵.

Tudo isto acaba por ter influência na hidrografia, uma vez que leva à inexistência de escoamento superficial ocorrendo, sim, escoamento subterrâneo. Em suma, e Segundo Lúcio Cunha, podemos afirmar que o “*elevado grau de organização do sistema cársico está bem patente na sua hidrogeologia e, particularmente, no número e modo de funcionamento das exurgências*”⁵⁶.

A título exemplificativo das características hidrográficas particulares desta área, chamamos a atenção para a exurgência de Olhos d’Água do Anços (que é uma exurgência permanente, ao contrário do que acontece com a exurgência do Malhadoiro – que apresenta uma relação direta com a dos Olhos de Água)⁵⁷, considerada uma das mais importantes⁵⁸. Neste enquadramento, importa, ainda, enfatizar a litologia desta área, pois ela é constituída fundamentalmente por calcários do Dogger; apresenta uma cobertura gresosa cretácica e terciária; cascalheiras plio-pleistocénicas e ainda a presença de aluviões⁵⁹.

⁵² PAIVA, Isabel, *Hidrossistema cársico de Degraçias-Sicó: estudo do funcionamento hidrodinâmico a partir das suas respostas naturais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014, *ob. cit.*, p. 373.

⁵³ *Idem, Ibidem*, p. 373.

⁵⁴ http://www.pombal.pt/pru/docs_pdm/elementos_plano/acompanham/EstudosCaraterizacao/VolIICaracterizaca oBiofisica.pdf, p. 166 (consultado a 13-11-2015). Recorde-se o mapa (figura 4).

⁵⁵ PAIVA, Isabel, *Hidrossistema cársico de Degraçias-Sicó: estudo do funcionamento hidrodinâmico a partir das suas respostas naturais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014, p. 37.

⁵⁶ CUNHA, Lúcio, *A paisagem cársica das Serras Calcárias de Condeixa – Sicó – Alvaiázere. Alguns argumentos a favor da sua proteção*, Lisboa, Algar, 1993, *ob. cit.*, p. 4.

⁵⁷ *Idem*, p. 216.

⁵⁸ PAIVA, Isabel, *Hidrossistema cársico de Degraçias-Sicó: estudo do funcionamento hidrodinâmico a partir das suas respostas naturais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014, p. 78.

⁵⁹ Sobre este assunto vide CUNHA, Lúcio, *As Serras Calcárias de Condeixa-Sicó- Alvaiázere*, Estudos de Geomorfologia, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 241.

Posto isto, verificamos que o aspeto hidrográfico, para a paisagem, revela-se sem dúvida fundamental, pois os rios, as ribeiras, os cursos de água de um modo geral, acabam por ser elementos ordenadores do espaço envolvente. Contudo, este aspeto ganha ainda mais impacto na época medieval tendo em conta que pelas margens dos rios se “vão desenvolvendo aptidões agrícolas (...), estabelecer transportes e comunicações”⁶⁰.

Aquando do levantamento da informação, a partir dos Tombos da Ordem de Cristo, relativamente ao aspeto hidrográfico, constatámos que a referência a rios⁶¹, ribeiros⁶², moinhos⁶³ e portos era abundante. Todavia, muita da toponímia utilizada para localizar os ditos rios e ribeiros desapareceu gradualmente com o tempo, daí ser muito difícil realizar uma localização precisa dos mesmos.

Por outro lado, e se observarmos, por exemplo, o Rio de Cabrunças⁶⁴ constatamos que existem exceções visto que este, ainda hoje, mantém a mesma toponímia⁶⁵. Este é um afluente do Rio Arunca, o que demonstra a importância do segundo. No entanto, no tomo estudado, não existe nenhuma referência explícita ao mesmo o que nos leva a concluir que o Rio Arunca⁶⁶ pode estar a ser elencado com recurso a outra designação ou aparecendo denominado, simplesmente, como Rio⁶⁷.

3.1.5. A vegetação

De uma forma mais geral, o concelho de Pombal segundo a Biogeografia de Portugal Continental de José Costa (*et.al.*), integra-se no “Superdistrito Estremenho”, sendo então essencialmente calcícola (tal como já foi referido anteriormente) com algumas bolsas de arenitos. Assim, este Superdistrito apresenta “além das séries de vegetação do carvalho-cerquinho (*Arisaro-Querceto broteroi* S.) e do sobreiro (*Asparago aphylli-Querceto suberis* S.), possui uma outra série florestal original. Esta série mesomediterrânica sub-húmida é

⁶⁰ CATARINO, Maria Manuela, *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)*, Cascais, Patrimonia, 2000, *ob. cit.*, p. 12.

⁶¹ Ver propriedades n.ºs 14, 15, 65, 81, 85, etc..

⁶² Ver propriedades n.ºs 19, 66, 61, 62, 80, entre outras.

⁶³ Ver Quadro I, presente no apêndice IV. A presença de moinhos que, por norma, se encontra associada às linhas de água.

⁶⁴ Ver propriedades n.ºs 65 e 81.

⁶⁵ <http://www.jf-vermoil.pt/a-nossa-terra/historia/13-historia/24-o-rio-arunca-e-os-seus-moinhos.html> (consultado a 15-07-2016).

⁶⁶ Concluimos que o mesmo deve estar designado com outro nome, pois há referência a afluentes do mesmo - referência ao Rio Açude (propriedade n.º56).

⁶⁷ Ver confrontações das propriedades n.ºs 9, 14, 37, 62, 67, 68, 109, entre outras.

encimada por bosques de azinheiras instaladas em solos derivados de calcários cársicos (Lonicero implexae-Quercetum rotundifoliae)”⁶⁸.

Todavia, e olhando com maior pormenor para a paisagem do concelho de Pombal, constatamos que esta varia de freguesia para freguesia, sobretudo quando se parte do litoral para o interior ou vice-versa. Esta situação deve-se a vários fatores físicos do território que temos vindo a abordar até ao momento, como a geologia/geomorfologia, o clima e a hidrografia. Assim, verificamos que em termos de biodiversidade Pombal, é sem margem de dúvidas, um concelho rico e diversificado em termos de flora e fauna⁶⁹.

Na área mais montanhosa do concelho verificamos a presença de espécies com características muito singulares como por exemplo o carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*), carrasco (*Quercus coccifera*), loureiro (*Laurus nobilis*), medronheiro (*Arbutus unedo*), zambujeiro (*Olea europaea L. var. sylvestris*), oliveira (*Olea europaea*), entre outras. A presença destas espécies deve-se muito ao verão mais quente e seco, ou seja, ao padrão climático do concelho.⁷⁰

Por outro lado, na proximidade do Rio Arunca, do Rio Anços e da Ribeira de Carnide, estão as galerias ripícolas – “*Formação linear de espécies lenhosas arbóreas e arbustivas associadas às margens de um curso de água, constituindo um corredor de copas mais ou menos fechado sobre o curso de água*”⁷¹ – constituídas, essencialmente, por vegetação edafófila, isto é, comunidades vegetais que têm tendência a desenvolverem-se em “ambientes” hídricos específicos⁷².

No que diz respeito à floresta, o destaque vai para espécies como o Pinheiro Bravo. Assim, à medida que caminhamos para Oeste a árvore dominante começa a ser o Pinheiro.

Por último, importa salientar que o concelho de Pombal já apresenta características urbanas, sendo que essa vertente tem sido acentuada com o passar das décadas. Deste modo, é natural que se verifique uma degradação da vegetação. Esta degradação irá ser de difícil recuperação, pois fatores como a peculiaridade e fragilidade do clima mediterrâneo (que afeta

⁶⁸ COSTA, José (et. al), *Biogeografia de Portugal Continental, ob. cit.*, p. 30.

⁶⁹Cf. http://www.pombal.pt/pru/docs_pdm/elementos_plano/acompanham/EstudosCaraterizacao/VolIICaracterizacaoBiofisica.pdf, p. 137 (consultado a 13-11-2015).

⁷⁰Cf. http://www.pombal.pt/pru/docs_pdm/elementos_plano/acompanham/EstudosCaraterizacao/VolIICaracterizacaoBiofisica.pdf, p. 321 (consultado a 13-11-2015).

⁷¹www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico/GC_obrigacoes/GC_condic10_R/GC_condic10_D#.VkeDqnbhDIU (consultado a 13-11-2015).

⁷²Cf. http://www.pombal.pt/pru/docs_pdm/elementos_plano/acompanham/EstudosCaraterizacao/VolIICaracterizacaoBiofisica.pdf, p. 420 (consultado a 13-11-2015).

o concelho em questão), o relevo e a ação humana, vão tornar a recuperação da vegetação, e até das áreas anteriormente cultivadas, numa tarefa complexa e de difícil execução⁷³.

Porém, um dos objetivos do presente ponto, passava por conhecer o mosaico vegetativo que existia no passado na dita região mas, mais uma vez, as informações disponíveis na fonte histórica não nos permitem elencar, da forma desejada, os principais traços, uma vez que não existe uma descrição exaustiva da paisagem. Deste modo, a reconstituição das culturas praticadas que irá ser agora realizada, será, meramente, uma hipótese baseada, novamente, na toponímia sendo que alguns nomes de plantas, árvores e culturas são referidos nas localizações das propriedades apresentadas e nas suas confrontações. Além disso, os contratos agrários também podem ser fonte de informação para a reconstituição que se pretende realizar, pois a partir da renda, isto é, aquilo que se tem de pagar, podemos concluir, embora com a devida margem de erro, parte das culturas que se exploram na propriedade referente ao contrato.

Na fonte histórica encontramos topónimos que dizem respeito a árvores⁷⁴, com especial destaque para os pinheiros⁷⁵ e carvalhos⁷⁶. Constatámos, ainda, a presença de matos diversos⁷⁷, onde não nos é possível diferenciar qualquer espécie arbustiva.

Para além do referido, o mosaico de culturas agrícolas vai contar com a presença de hortas⁷⁸, variados pomares⁷⁹ onde poderiam estar integradas figueiras⁸⁰, ameixoeiras⁸¹,

⁷³ NUNES, Adélia, *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana": extensão, causas e efeitos ambientais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007, p. 13.

⁷⁴ Existem várias referências a árvores, ver, por exemplo, propriedades n.ºs 73 e 74, onde não há uma especificação de que espécie(s) arbórea(s) está presente.

⁷⁵ Ver a propriedade n.º 36 onde há a referência aos pinheiros do prior, levando-nos a concluir que na área em estudo, existiu a presença desta espécie, porém é impossível estimar se os pinheiros eram uma espécie que abundava, pois não existem dados que nos permitam atingir essa conclusão.

⁷⁶ Ver propriedade n.º 95. De realçar que os carvalhos continuam, atualmente, a ter uma certa representatividade na área de Pombal. Podíamos ainda incluir neste levantamento os sobreiros, visto que há a alusão à “rua dos sobrados” – localização da propriedade n.º 10 – todavia, não existe forma de comprovar a ligação referida, sendo a mesma apenas uma hipótese, uma vez que um sobrado também pode ser interpretado como uma edificação com determinadas características.

⁷⁷ Ver propriedades n.ºs 16, 28, 69, com especial destaque para a 77 que seria, certamente, uma mata diferente das restantes, tendo em conta que é designada como “mística”.

⁷⁸ Partindo da referência de almuinhas (estas podem designar a presença de uma horta), concluímos que o cultivo de leguminosas era usual. Veja-se a propriedade n.º 35 e recorde-se a nota de rodapé n.º49.

⁷⁹ Ver propriedades n.ºs 41 e 83.

⁸⁰ Ver propriedades n.ºs 53, 54, 74 e 81 (salientar a localização da herdade que fica “ao fundo do figueiredo”).

⁸¹ Ver propriedades n.ºs 53 e 54.

laranjeiras⁸² e, ainda, castanheiros⁸³. De salientar, que para além das árvores de fruto mencionadas não seria descabido concluir que existiam outras árvores frutícolas⁸⁴.

A complementar as árvores frutícolas, observámos a presença, extremamente marcante, de plantas cultivadas como a vinha⁸⁵, a oliveira⁸⁶ e o cereal⁸⁷. Estas culturas, muitas vezes denominadas como mediterrânicas (ou vistas como a tríade mediterrânica)⁸⁸, encontram-se destinadas ao consumo próprio ou para serem colocadas no mercado, onde poderiam proporcionar um rendimento assinalável, tal como será posteriormente explorado.

No entanto, e segundo Saul Gomes, podemos ainda afirmar que na área em estudo, no século XVI, existiam variados incultos, assim como florestas que eram importantes para abastecer a população de lenha⁸⁹.

Por fim, importa salientar, tendo por base o conceito de unidade de paisagem⁹⁰, que relaciona as condições edafoclimáticas, o coberto vegetal/uso do solo e o povoamento humano e morfologia do terreno confinada a uma certa escala, o município de Pombal encontra-se inserida na Beira Litoral (H), abrangendo parte das unidades de paisagem - “Beira Litoral: Leiria – Ourém - Soure” (60)⁹¹ e Maciços Calcários da Estremadura “Maciço Calcário Coimbra - Tomar” (67)⁹².

⁸² Ver propriedade nº 6.

⁸³ Ver propriedades nºs 53 e 54, e ainda a propriedade nº 7 onde há uma casa localizada na “Rua dos Castanhos”, podendo estar a toponímia da mesma associada à presença de castanheiros (ressalvamos, mais uma vez, que esta é apenas uma hipótese de reconstituição da paisagem).

⁸⁴ Ver propriedade nº 83, onde nos deparamos com a presença de árvores de fruto, mas sem existir a especificação da mesma.

⁸⁵ Ver propriedades nºs 25, 29, 41, 43, 44, 45, etc..

⁸⁶ Ver propriedades nºs 19, 20, 21, 22, 23, 37, 38, etc..

⁸⁷ Aquando da análise dos contratos, constatámos que o arrendatário tinha de pagar, por vezes, em trigo, o que nos permite concluir que nessa terra ocorria o cultivo do trigo. Ver propriedade nº73. Por outro lado, existem exemplos mais nítidos da presença do cereal como é visível na propriedade nº 17.

⁸⁸ CATARINO, Maria Manuela, *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)*, Cascais, Patrimonia, 2000, p. 36.

⁸⁹ GOMES, Saul António, *Pombal Medieval e Quinhentista, documentos da sua história*, Batalha, CEPAE, 2010, p. 44.

⁹⁰ Em Portugal, as grandes unidades de paisagem, definidas à escala 1:250.000, resultam dos estudos promovidos pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), sob a coordenação de D’ABREU, Alexandre Cancela *et. al*, *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*, Vol. I, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004.

⁹¹ D’ABREU, Alexandre Cancela *et. al*, *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*, Vol. III, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004, p. 167.

⁹² D’ABREU, Alexandre Cancela *et. al*, *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*, Vol. IV, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004, p. 13.

4. A Terra

O presente capítulo terá como um dos principais objetivos a continuação da reconstituição da paisagem tendo como base uma fonte produzida pela Ordem de Cristo, pois, tal como iremos demonstrar de seguida, esta possuiu um monopólio de propriedades considerável que teve repercussões no ponto de vista económico e paisagístico, uma vez que detinha a condição de senhorio territorial e jurisdicional.

4.1. A Ordem de Cristo

Durante o século XII, as ordens monástico-militares, encontraram circunstâncias favoráveis ao seu desenvolvimento, nomeadamente, nos países onde a oposição dos cristãos e muçulmanos geravam conflitos permanentes.⁹³

Nesta conjuntura, e devido à posição defensiva que estas ordens eram, por vezes, obrigadas a adotar, verificou-se, no contexto peninsular, o desenvolvimento da atividade das ordens de Cavalaria do Templo, transformada, posteriormente, na Ordem de Cristo, do Hospital, entre outras, “*que na proporção do seu empenho, foram recebendo inúmeros privilégios, isenções e extensas doações territoriais, dando origem a vastos senhorios...*”⁹⁴.

No que à Ordem de Cristo diz respeito, podemos afirmar que foi uma milícia nacional, criada pelo rei, sendo herdeira do património templário, estando diretamente ligada ao processo de expansão.⁹⁵ Foi fundada em 1318 por D. Dinis, sendo apenas reconhecida pelo papa João XXII, através de uma bula, em 1319. Todavia, podemos considerar o ano de 1308 como o ponto de partida da dita ordem, uma vez que foi o ano em que foi dirigida uma bula aos príncipes do Ocidente, com o intuito de se extinguir os Templários.⁹⁶

A sua primeira sede começou por ser Castro Marim, decisão que teve uma vertente geoestratégica devido à presença de um castelo que era visto como uma excelente fortificação e que se situava na fronteira do território dos inimigos, mais precisamente os mouros⁹⁷. Todavia, em 1356 dá-se a transferência da mesma para Tomar⁹⁸.

⁹³ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa, *A Ordem de Cristo Durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa*, in FONSECA, Luís Adão (Dir.), *Militarium Ordinum Analecta – As Ordens Militares no Reinado de D. João I*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997, p. 21.

⁹⁴ *Idem, Ibidem, ob. cit.*, p. 22.

⁹⁵ *Idem, Ibidem*, p. 22.

⁹⁶ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 22-23.

⁹⁷ *Idem, Ibidem* p. 25.

⁹⁸ Cf. MEDEIROS, José, *Os caminhos ocultos do Ocidente – A ordem e os ciclos – da Atlântida aos Neotemplários*, Lisboa, Pergaminho, 2006, p. 115.

No ano em que ela foi reconhecida, D. Dinis concede-lhe os bens que outrora pertenceram à Ordem dos Templários, destacando-se “... *as vila e logares de (...) Poonbal (...) com todos seus dyreytos, termhos e pertenças (...)*”⁹⁹.

Porém, nos primeiros anos do governo de D. Afonso IV, isto é, no início do segundo quartel do século XIV, as relações da Ordem com a monarquia não eram as melhores devido a um conjunto de fatores. Situação que se manteve ao longo do reinado de D. Afonso IV, sendo que a título exemplificativo relembremos o conflito entre rei e o Infante D. Pedro, período pelo qual a organização desta ficou marcada por alguma instabilidade.

Relativamente à sua constituição, constatamos que era relativamente simples, sendo que numa primeira instância é fundamental destacar os freires que se subdividiam em freires cavaleiros e em freires clérigos. Os primeiros tinham um papel militar específico – podendo também exercer funções administrativas -, recebendo, alguns deles, uma comenda. Já os segundos, e tal como a sua designação aponta, dedicam-se exclusivamente à vida religiosa.¹⁰⁰ Para além dos freires cavaleiros e dos clérigos é necessário realizar uma alusão aos freires serventes. Estes não eram mais que criados de gente religiosa que serviam, sobretudo, os cavaleiros tanto no convento como nos serviços domésticos da sua casa. Todavia, todos os freires, devido às formas de vida e perante o carácter monástico da dita Ordem, tinham de fazer os votos de Obediência, Pobreza e Castidade, embora com algumas distinções comparativamente as restantes Ordens religiosas.¹⁰¹

Importa também enfatizar, que a milícia de Cristo era a única a pagar a colheita em géneros o que podia tornar-se desvantajoso, pois levava a que a esta ficasse numa posição de grande fragilidade perante a coroa, especialmente quando esta requisitava alimentos quando necessitavam, quebrando, assim, alguns critérios previamente estabelecidos.¹⁰²

Contudo, e como as restantes classes privilegiadas, a Ordem de Cristo “*detinha amplas prerrogativas que exerciam em todo o senhorio*”¹⁰³. A título exemplificativo chamamos a atenção para a cobrança da dízima, uma vez que o senhorio era eclesiástico e para o direito de relego, que se encontra diretamente ligado à cultura da vinha, que podia ser muito lucrativa para

⁹⁹ EUSÉBIO, Joaquim, *Pombal 8 Séculos de História*, Pombal, Câmara Municipal de Pombal, 1997, *ob. cit.*, p. 63.

¹⁰⁰ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa, *A Ordem de Cristo Durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa*, in FONSECA, Luís Adão (Dir.), *Militarium Ordinum Analecta – As Ordens Militares no Reinado de D. João I*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997, p. 43.

¹⁰¹ *Idem, Ibidem*, pp. 28-29;43;61.

¹⁰² *Idem, Ibidem*, p. 32.

¹⁰³ *Idem, Ibidem, ob. cit.*, p. 92.

ambas as partes, isto é, tanto para o senhor como para o foreiro, daí ser natural que esta cultura apresente uma elevada representatividade nos domínios da Ordem, tal como iremos observar ao longo do presente trabalho.¹⁰⁴

Neste enquadramento, é de salientar, ainda, a reforma dos forais elaborada por D. Manuel I, onde a Ordem vê, novamente, os seus poderes reforçados, sendo que ninguém “... *poderá, sem licença sua, fazer moinhos lagares ou pisões (...)*”¹⁰⁵.

Em suma, a renda senhorial era, sem dúvida, relativamente complexa e acabava por englobar os mais variados tributos que deveriam ser habilmente geridos pelos senhores, tornando-os mais proveitosos possível¹⁰⁶.

4.2. Tipos de propriedade

Através da análise dos bens fundiários constatámos, desde logo, que existia uma grande diversidade, pois estes distinguem-se “*entre si, quer pelas suas aptidões específicas, estado de aproveitamento (incultos ou arroteados), localização e extensão...*”.¹⁰⁷ No entanto, a fonte histórica trabalhada não nos permite concluir, na maior parte das vezes, a extensão das propriedades. Assim, é muito difícil realizar uma estimativa da área elencada no Quadro I¹⁰⁸, tendo em conta que em muitas propriedades apenas temos designações genéricas como é o caso de herdades “...*Hi junto tem mais huuã herdade que se chama Coutada...*”¹⁰⁹, de quintas e de várzeas “...*Abaixo da dita Varzea dos Bacellos tem a Hordem outra herdade que se chama a Varzea da Calçada...*”¹¹⁰. Porém, e no caso das propriedades em que há exploração da cultura vinícola, há referência às cavaduras¹¹¹, o que nos levou a concluir que, na área em estudo, existiam pelo menos 78000m² ocupados por esta cultura (com especial ênfase para a

¹⁰⁴ *Idem, Ibidem*, p. 100.

¹⁰⁵ EUSÉBIO, Joaquim, *Pombal 8 Séculos de História*, Pombal, Câmara Municipal de Pombal, 1997, *ob. cit.*, p. 78.

¹⁰⁶ SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa, *A Ordem de Cristo Durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa*, in FONSECA, Luís Adão (Dir.), *Militarium Ordinum Analecta – As Ordens Militares no Reinado de D. João I*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997, p. 102.

¹⁰⁷ MARREIROS, Maria Rosa, “Os Proveitos da Terra e do Mar” in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, Coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, *Nova História de Portugal: Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, volume III, Lisboa, Editorial Presença, 1996, *ob. cit.*, p. 400.

¹⁰⁸ Que segue em apêndice.

¹⁰⁹ GOMES, Saul António, *Pombal Medieval e Quinhentista, documentos da sua história, Batalha*, CEPAE, 2010, *ob. cit.*, p. 192.

¹¹⁰ *Idem, Ibidem*, p. 193.

¹¹¹ A cada homem de cava foi atribuído o valor de 300m². Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 166.

propriedade nº 41 visto que nela existem cultivados 12000m² de vinha), valor que só por si, demonstra a elevada representatividade que esta tem, como iremos analisar posteriormente.

Quadro III – Quantidade de propriedades rústicas, estruturas de transformação e de matos.

Propriedade rústica	Estruturas de Transformação	Matos
8	5	4

No entanto, podemos ainda denotar a presença de propriedades rústicas, isto é, a presença de casas, de açougues, celeiros, entre outras. É ainda importante assinalar, neste enquadramento, a presença de estruturas de transformação, como moinhos de farinha, assim como de azeite. No que concerne à área ocupada pelos moinhos à qual temos acesso, destacamos “... *huuã casa grande de moinhos d’azeite...*”¹¹², que ocupavam, sensivelmente, uma área de 582,6m². Por fim, destacamos a área designada por matos – da qual não possuímos a dimensão precisa, apenas que existiam, pelo menos, quatro áreas assim designadas -, estas que tinham uma elevada importância, para a população envolvente, no que ao abastecimento de lenha diz respeito.

4.3. A geografia da propriedade

Embora em alguns casos tenhamos a localização da propriedade e as respetivas confrontações, infelizmente, é impossível localizar, na sua maioria, a mesma, tal como era desejável. Por um lado, grande parte da toponímia utilizada na localização das propriedades já desapareceu ou é demasiado genérica, por outro as confrontações elencadas referem propriedades de outrem, sendo extremamente difícil localiza-las espacialmente.

Contudo, através da análise do Quadro I, podemos retirar algumas ilações de carácter mais geral no que concerne à localização. Desde logo, é de assinalar que um elevado número de propriedades encontra-se inserido em vales¹¹³ - estes que se formam devido à ação de agentes externos nomeadamente, água, através da erosão fluvial – locais que, geralmente, são muito produtivos uma vez que, a força das águas da chuva arrasta os materiais mais finos do cimo da vertente para o fundo, onde se vão acumular, tornando o solo mais rico.

¹¹² GOMES, Saul António, *Pombal Medieval e Quinhentista, documentos da sua história, Batalha*, CEPAE, 2010, *ob. cit.*, p. 185. Cf. com a propriedade nº 12.

¹¹³ Recorde-se a nota de rodapé nº33.

Para além da localização referida, é importante salientar a proximidade das propriedades, como das várzeas¹¹⁴, (planícies que tendem a ficar inundadas com o aumento do caudal) junto aos cursos de água como rios¹¹⁵, ribeiros¹¹⁶, entre outros, que para além de terem a função de irrigar os terrenos, podem funcionar como meio de comunicação, de transporte e até como intermediário de transações comerciais, pois os rios e os ribeiros podiam ser vistos como a “...*estrada que rasgava horizontes largos de comércio.*”¹¹⁷ – relembramos, ainda, a possível presença de portos.

Olhando agora, exclusivamente, para a localização das vinhas, constatamos que estas se encontram em lugares particularmente favoráveis, isto é, perto de caminhos importantes¹¹⁸ que podem contribuir para o escoamento das colheitas mas, principalmente, para facilitar o acesso da mão-de-obra que a vinha tanto necessita¹¹⁹. Para além disso, verificamos, também, que a cultura vinícola poderia estar implementada em vales¹²⁰, pelos motivos anteriormente referidos, e que se encontram, por vezes, próximas das linhas de água¹²¹ (de preferência perto do mar, visto que se dizia que para o vinho ser bom seria necessário que a vinha visse o mar¹²²).

Por sua vez, não é fácil realizar a localização precisa das árvores de fruto visto que a fonte histórica, na maior parte das vezes, não apresenta confrontações. Mas, acreditamos que estas encontravam-se próximas dos aglomerados populacionais, pois, segundo Maria Catarino, por norma, “*verifica-se uma tendência de manter afastados [dos aglomerados populacionais] os matos e as florestas, a criação de gado (...). Seguem-se as vinhas onde a complantação das oliveiras é frequente. Num aro mais próximo (...) pomares...*”¹²³.

¹¹⁴ Recorde-se a nota de rodapé nº37.

¹¹⁵ Recorde-se a nota de rodapé nº61.

¹¹⁶ Recorde-se a nota de rodapé nº62.

¹¹⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz, “Portugal – um Reino “Planador de Naus ””, *Revista Portuguesa de História*, nº43, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012, *ob. cit.* p. 73.

¹¹⁸ Através das confrontações recolhidas podemos observar esse fator como, por exemplo, na propriedade 29 e 39.

¹¹⁹ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 137 e RIBEIRO, Orlando, *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1986, p. 72.

¹²⁰ Ver propriedades nºs 42, 43, 44, 45, entre outras.

¹²¹ Ver propriedades nºs 88 e 89, onde através das confrontações podemos estabelecer as conclusões referidas.

¹²² Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 154.

¹²³ CATARINO, Maria Manuela, *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)*, Cascais, Patrimonia, 2000, *ob. cit.*, p. 61.

5. A paisagem agrícola: as culturas Pombalenses

A interação do Ser Humano, em termos espaciais e temporais, com o ambiente que o envolve leva a uma grande alteração paisagística. Deste modo, o presente ponto tem como principal objetivo compreender de que forma o Ser Humano atuou na paisagem medieval, enfatizando as culturas agrícolas por si valorizadas. Pois, na época em estudo, “*o pão, o vinho, o azeite e a fruta eram as produções dominantes na economia agrária pombalense*”¹²⁴, daí não ser inusitado concluir que as culturas agrícolas sejam um importante constituinte da paisagem. No entanto, e como iremos verificar, existiam algumas preocupações a ser cumpridas, como o facto de ser importante recolher cereal panificável.¹²⁵

5.1. A Vinicultura

Na área em análise, constatámos que a cultura que tem maior representatividade é a vinha, sendo que 38 das 111 propriedades elencadas contam com a presença desta cultura que pode ser facilmente justificável tendo em conta a sua importância na dieta alimentar medieval e graças ao seu elevado valor comercial, pois era um produto que gerava rendimentos elevados¹²⁶.

A vinha, tal como já foi referido anteriormente, é uma cultura que requer uma elevada mão-de-obra e cuidados contínuos exigentes¹²⁷, sendo que para a sua produção ser o mais rentável possível era necessário seguir com o maior rigor uma série de passos.

Em primeiro lugar, deveria fazer-se a poda – que para Roger Dion era um dos trabalhos mais importantes a fazer-se nas vinhas¹²⁸ - com o auxílio do podão da vinha, entre janeiro e fevereiro, apesar de logo após a vindima poder-se cortar as vides. De seguida, era fundamental

¹²⁴ GOMES, Saul António, *Pombal Medieval e Quinhentista, documentos da sua história, Batalha*, CEPAE, 2010, *ob. cit.*, p. 44.

¹²⁵ Mais sobre o assunto *vide* CATARINO, Maria Manuela, “Da Fome, da Peste e da guerra e do bispo da nossa terra Libera nos Domine”: em torno da colheita do bispo nas comendas da Ordem de Cristo (Ega e Pombal), 1508”, in GONÇALVES, Iria (coordenação), *Paisagens Rurais e Urbanas fontes, metodologias, problemáticas*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2013, p. 103.

¹²⁶ Ao longo dos séculos, na história de Portugal, fica bem patente a importância que a cultura vinícola teve na balança económica. Foi sempre um dos produtos mais exportados, sendo prova disso mesmo o reinado de D. Fernando, pois segundo o Foral da Portagem de Coimbra saíam imensas remessas para o estrangeiro, sendo os principais destinos Flandres, França, Ilhas Britânicas assim como a própria Inglaterra e os países Hanseáticos (este, essencialmente, desde o terceiro quartel do século XIV). Cf. MARQUES, António H. Oliveira, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1956, p. 117 e MARQUES, António H. Oliveira, “A circulação e a distribuição dos produtos” in Joel Serrão e António H. Oliveira Marques (Dir.) *Nova História de Portugal: Portugal na crise dos Séculos XIV e XV*, Vol. IV, Lisboa, Presença, 1987, p. 167.

¹²⁷ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 175.

¹²⁸ GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1989, p. 229.

empalar as vinhas, isto é, espetar estacas no chão para atar as vinhas, principalmente quando eram fracas¹²⁹. No que concerne ao seu método de reprodução era “no geral por bacelo que se enterrava a quase um metro de profundidade”¹³⁰. Este procedimento deveria realizar-se entre outubro e março, podendo ser antecipado ou retardado consoante a presença de terras mais secas ou mais húmidas, respetivamente¹³¹. É ainda de salientar que a adubagem das terras não poderia ser descuidada, processo este que já era praticado pelos agricultores romanos e que era fundamental para tornar as terras mais férteis¹³². Todavia, importa referir, que muito destas práticas levadas a cabo na Idade Média continuam a ser utilizadas atualmente.

Uma das particularidades da cultura vinícola é a capacidade que esta tem de se associar a outras culturas tal como é visível através da análise do Quadro I, onde se associa várias vezes a árvores de fruto como, por exemplo, pomares¹³³ e com oliveiras¹³⁴. Para além destas associações, e embora não seja visível na fonte trabalhada, não seria estranho a vinha associar-se a cereais e castanhais¹³⁵. Por sua vez, era pouco usual a cultura vinícola e criação de gado¹³⁶ coincidirem no mesmo espaço, devido ao perigo que o apetite devorador de alguns animais podia constituir¹³⁷.

Por fim, é de salientar o facto de na área em estudo, as vinhas apresentarem diversas idades, pois constatámos a presença de “vinhas mortas”¹³⁸ – estas deviam ter uma “idade” mais avançada – e de uma várzea de baceiros¹³⁹, ou seja, um local onde há vinhas, relativamente, novas.

¹²⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 163.

¹³⁰ *Idem, Ibidem, ob. cit.*, p. 163.

¹³¹ *Idem, Ibidem.*

¹³² MARQUES, António H. Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Edição Cosmos, 1978, p. 89.

¹³³ Ver propriedade n° 41.

¹³⁴ Ver propriedades n°s 24, 33, 40, 42, 46, entre outras.

¹³⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 157.

¹³⁶ Embora não esteja presente nos contratos analisados, há documentação referente a outras localidades onde fica estipulado nos contratos que os agricultores deveriam tapar ou valar as vinhas para que o gado não entrasse na propriedade, evitando, desta forma, que as vinhas fossem danificadas. Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 165.

¹³⁷ Cf. CATARINO, Maria Manuela, *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)*, Cascais, Patrimonia, 2000, p. 98.

¹³⁸ Ver propriedade n° 80.

¹³⁹ Ver propriedade n° 56.

5.1.1. A vinificação

Como Manuela Catarino afirma “*O sumo da uva retempera forças*”¹⁴⁰, daí ser espetável que esta seja uma bebida medieval de excelência e tão valorizada. Neste sentido, é importante atentarmos às diversas etapas da vinificação e, nesse aspeto, a documentação trabalhada permite-nos afirmar que a área em estudo seria uma região onde se produzia vinho, visto que existem referências à presença de lagares¹⁴¹. Por outro lado, não existe qualquer referência a utensílios e nem a locais de conservação.

A produção vinícola tinha início com a vindima que mobilizava de adultos a graúdos e ocorria nas proximidades das festividades em honra de S. Martinho¹⁴². De seguida, as uvas eram levadas para os lagares¹⁴³ onde seria altura de “*meter os pés às uvas*”¹⁴⁴ (tarefa levada a cabo pelos homens), sendo aí, posteriormente, transformadas em vinho propício para o consumo. O vinho produzido, após a devida fermentação, tinha de ser envasilhado em cubas, toneis ou pipas, confeccionados em madeira, que deveria ser da melhor qualidade possível no âmbito de o conservar durante um período mais alargado, pois os vinhos medievais “*não se conservavam facilmente, deteriorando-se mesmo, alguns, com muita rapidez (...)*”¹⁴⁵.

Infelizmente não existem dados no Tombo da Ordem de Cristo analisado, que nos permitam concluir se a qualidade do vinho era elevada e qual era o tipo de vinho que se produzia/consumia em maiores quantidades, pois como se sabe existiam tipos de vinho distintos, como o “vermelho” – que na área de Pombal era muito apreciado - e o “branco”¹⁴⁶ – que era preterido pelo vermelho em estações mais secas¹⁴⁷. Mas, segundo outros estudos, é correto afirmar que na área em estudo, consumia-se, aproximadamente 2 litros diários e por cabeça, apaziguando, deste modo, a sede a um elevado número de indivíduos, não interessando a classe social, a idade ou o sexo¹⁴⁸.

¹⁴⁰ CATARINO, Maria Manuela, *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)*, Cascais, Patrimonia, 2000, *ob. cit.*, p. 86.

¹⁴¹ Ver propriedades nºs 9 e 11.

¹⁴² Cf. CATARINO, Maria Manuela, *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)*, Cascais, Patrimonia, 2000, p. 97.

¹⁴³ Na área em análise é claro que outrora já existiram lagares de vinho, considerando que há uma referência, embora que indireta, aos mesmos. Veja-se a propriedade nº 11.

¹⁴⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, *ob. cit.*, p. 230.

¹⁴⁵ GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade de Lisboa, *ob. cit.*, p. 83.

¹⁴⁶ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 93.

¹⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 87.

¹⁴⁸ CATARINO, Maria Manuela, ““Da Fome, da Peste e da guerra e do bispo da nossa terra Libera nos Domine”: em torno da colheita do bispo nas comendas da Ordem de Cristo (Ega e Pombal), 1508”, in GONÇALVES, Iria

5.2. O cereal

Como já foi referido, a cultura cerealífera é uma das mais representativas da paisagem Pombalense¹⁴⁹, acompanhando “...por todo o lado as instalações humanas...”¹⁵⁰, o que não espanta, uma vez que “...o pão, [que] era, a base da alimentação medieval...”¹⁵¹, fazia-se a partir dos cereais panificáveis, como por exemplo o trigo, o centeio, o milho, a cevada e, ainda, a aveia.

No entanto, parece-nos que o trigo seria o mais produzido¹⁵², pois para além das referências ao mesmo, sabemos que para os cereais de primeira, isto é o trigo, reservavam-se as melhores terras – a título exemplificativo temos a Herdade¹⁵³ da Várzea que se localiza perto do rio, sendo à partida uma terra fértil, e com fácil acesso uma vez que confronta com a estrada que vai para Leiria -, enquanto que para os de segunda, como por exemplo o centeio, as terras do monte eram as eleitas, aí onde os solos seriam mais pobres e o clima mais “áspero”¹⁵⁴.

A preferência pelo trigo prende-se com o facto de ser um cereal panificável de grande qualidade, definindo por excelência a qualidade do pão¹⁵⁵. Este cereal – que apenas aparece designado como trigo na fonte estudada – pode apresentar variedades distintas: os trigos de inverno (mourisco ou galego) e o trigo tremês. O primeiro era, geralmente, semeado entre setembro e janeiro, já o segundo, poderia ser semeado até maio¹⁵⁶. Já o centeio¹⁵⁷ (cereal do qual não temos certezas se existia na área em estudo, devido à falta de referências ao mesmo) ocupa o segundo lugar na escala da produção cerealífera (logo a seguir ao trigo), tinha no

(coordenação), *Paisagens Rurais e Urbanas fontes, metodologias, problemáticas*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2013, pp. 106-107.

¹⁴⁹ Relembro que através da análise dos contratos das propriedades conseguimos concluir, facilmente, que esta era uma cultura que tinha a sua representatividade.

¹⁵⁰ RIBEIRO, Orlando, *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1986, *ob. cit.*, p. 68.

¹⁵¹ GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1989, *ob. cit.*, p. 68.

¹⁵² Veja-se as propriedades n.ºs 56, 57, 59, 61, 63, 78, 81, entre outras, onde é explícito que o cereal que era cultivado seria o trigo.

¹⁵³ Segundo Saul António Gomes, as terras de sementeira poderiam, por vezes, ser designadas por herdades. Cf. GOMES, Saul António, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990, p. 201.

¹⁵⁴ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, pp. 133 e 137.

¹⁵⁵ Cf. MARQUES, António H. Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Edição Cosmos, 1978, p. 226.

¹⁵⁶ GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1989, p. 73.

¹⁵⁷ Do qual não havia conhecimento das variedades cultivadas. Cf. GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1989, p. 74.

mercado, em grande parte da Idade Média, uma elevada cotação, uma vez que era um alimento de excelência para os animais e apresentava uma maior resistência às variações climáticas¹⁵⁸.

Todavia, a cultura cerealífera teria que enfrentar alguns “perigos”. Falamos, então, do clima, uma vez que a ausência de precipitação na época de crescimento das plantas, ou seja, no inverno e na primavera, pode condicionar, e muito, as colheitas. Por outro lado, também é necessário ter cuidado com o excesso de precipitação, tal como já foi referido ao longo do trabalho¹⁵⁹. Mas, para além destes perigos, é preciso ter em conta que o “bicho” também poderia atacar¹⁶⁰.

O cultivo de cereais, a par das culturas anteriores, requer uma mão-de-obra elevada, sendo utilizadas técnicas específicas para que a produção seja a esperada. Assim, e com o intuito que o solo mantenha a sua elevada produtividade era importante lavrá-lo, estrumá-lo e deixá-lo, às vezes, em pousio. Não se sabe ao certo quantas lavras se dava à terra, porém sabemos que a primeira era importante para revolver a terra mais dura submetendo-a a ação dos fertilizantes atmosféricos (ar, luz e água); a segunda, seria importante para aperfeiçoar o corte da terra e a terceira, preparava as sementeiras (sendo as mesmas, posteriormente, lançadas à terra)¹⁶¹. Este procedimento de lavoura realizava-se com auxílio da charrua¹⁶² ou do arado (puxado por uma junta de bois), ou mesmo à mão, com recurso a uma enxada¹⁶³.

De modo a reforçar o efeito da lavoura, era essencial estrumar os campos, assim e sempre que que a criação de gado permitia utilizava-se o estrume animal para fertilizar a terra, existindo preferência pelo estrume das aves que seria considerado de qualidade superior¹⁶⁴. Esta relação agro-pastoril é considerada por muitos a génese da agricultura medieval¹⁶⁵. De salientar

¹⁵⁸ *Idem, Ibidem.*

¹⁵⁹ Cf. MARQUES, António H. Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Edição Cosmos, 1978, p. 35.

¹⁶⁰ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 138.

¹⁶¹ GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1989, pp. 217- 222.

¹⁶² A charrua era vista como um arado quadrangular que tinha a vantagem de ter uma carreta de rodas que fornecia um ponto de apoio ao lavrador podendo, desta forma, exercer uma maior pressão sobre a relha cravando-a com mais profundidade no solo. MARQUES, António H. Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Edição Cosmos, 1978, p. 96.

¹⁶³ Sobre estes e outros instrumentos utilizados vide, MARREIROS, Maria Rosa, “Os Proveitos da Terra e do Mar” in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, Coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, *Nova História de Portugal: Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, volume III, Lisboa, Editorial Presença, 1996, *ob. cit.*, p. 454, pp. 407 – 409.

¹⁶⁴ MARQUES, António H. Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Edição Cosmos, 1978, p. 89

¹⁶⁵ Cf. GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1989, p. 225.

que existiam outros tipos de fertilizantes, como as cinzas, que eram usados quando não havia acesso ao estrume animal¹⁶⁶.

Por fim, viria o pousio – este que por vezes aliava-se à fertilização das terras uma vez que o gado, geralmente, pastava nessas terras – fundamental para o solo conseguir recuperar substâncias indispensáveis, especialmente, após o cultivo do trigo que era extremamente exigente para elas¹⁶⁷. Deste modo, começou a ser usual a utilização da rotação bienal¹⁶⁸, ou seja, lavra-se a terra em duas folhas¹⁶⁹, semeando-se metade da propriedade e tendo que proceder ao alqueive da outra metade¹⁷⁰. Contudo, na área em estudo, a maioria dos terrenos cultivados lavram-se em uma folha¹⁷¹.

Neste enquadramento importa ressaltar que uma das grandes novidades nas técnicas agrárias medievais consistiu na intensificação da prática do sistema rotativo trienal – apesar de na documentação analisada não existir referências a este sistema -, este que em vez de “dividir” a terra em duas folhas, partia-a em três, onde a primeira seria destinada ao cultivo de cereais ou outras culturas de inverno, a segunda com cereais de primavera, sendo que a parcela restante ficaria em pousio¹⁷².

Por fim, e no que concerne à produtividade das terras, infelizmente, não conseguimos chegar a uma conclusão, pois a fonte histórica apenas dá a conhecer, e apenas em alguns casos, o que se lança à terra, mas omite o que se colhe.

5.2.1. O pão

Após alguns meses de espera, realizadas as devidas mondas, as espigas amadureciam. Os grãos atingiam a maturação esperada e procedia-se à ceifa (com o auxílio das foices de segar pão) que ocorreriam entre junho e julho. O passo que se seguia era a debulha que poderia ser feita com recurso ao malho ou com os pés e que acontecia na eira¹⁷³. Realizada a malha, o cereal

¹⁶⁶ MARQUES, António H. Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Edição Cosmos, 1978, p. 91

¹⁶⁷ *Idem, Ibidem*.

¹⁶⁸ Destacamos o facto de os romanos terem conhecido a rotação trienal, mas devido ao clima seco – característico das proximidades do mediterrâneo, havia o impedimento do crescimento das culturas primaveris. Assim, a rotação bienal perdurava. Cf. MARQUES, António H. Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Edição Cosmos, 1978, p. 91

¹⁶⁹ Veja-se as propriedades n.ºs 58, 70, 83, 91.

¹⁷⁰ Cf. GOMES, Saul António, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990, p. 203.

¹⁷¹ Veja-se as propriedades n.ºs 53, 55, 59, 68, 69, 77, 78, 82, entre outras, que nos mostram que o terreno era lavrado em uma folha.

¹⁷² MARQUES, António H. Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Edição Cosmos, 1978, p. 95.

¹⁷³ *Idem, Ibidem*, p. 98.

deveria ser limpo de pá e vassoura e joeirado, ficando o grão pronto a ser guardado no celeiro e transportado, futuramente, para os moinhos que podiam ser movidos à mão, por força animal ou através da força hidráulica (que foi extremamente bem aproveitada na idade medieval),¹⁷⁴ engenhos que temos a certeza que existiam na área de estudo¹⁷⁵, embora não tenhamos informação de como eram movidos.

5.3. A Olivicultura

A oliveira na época em estudo, e tal como ainda acontece nos dias de hoje, como veremos posteriormente, encontra-se bem representada na região. Esta representatividade pode estar ligada ao facto de a oliveira ser uma “*Cultura de fácil adaptação a terras secas, principalmente calcárias (...)*” e podendo ser vista como o “*(...) ouro negro da serra.*”¹⁷⁶, pois é delas que provém o azeite, que é um produto natural de altíssima qualidade e indispensável na dieta medieval, sendo igualmente importante para a iluminação, não descurando, obviamente, o valor comercial que este poderia vir a atingir.

Apesar de não ser possível localizar os olivais com a maior precisão possível, era usual que eles estivessem bem localizados, coincidindo, inclusive, com aglomerados populacionais¹⁷⁷, estando na proximidade de ribeiros¹⁷⁸ e estradas¹⁷⁹, acabando por ser, às vezes, “*condicionados pelo núcleo populacional à volta do qual se desenvolvia*”¹⁸⁰.

Esta cultura, apesar de não requerer um trabalho tão minucioso e exigente como a vinha, necessita também de alguns cuidados¹⁸¹. Portanto, era necessário que se “*lavrem, abram e esmoutem cada ano e se esterquem de dois em dois anos*”¹⁸². A poda – recorrendo ao podão – também era importante e poderia acontecer na mesma altura que acontecia a das vinhas¹⁸³. Por sua vez, a reprodução destas ocorriam através do plantio de ramos de oliveiras já crescidas, daí

¹⁷⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 191-198.

¹⁷⁵ Veja-se propriedade nº 13 e 17.

¹⁷⁶ FERNANDES, João Luís Jesus, *O Homem, o Espaço e o Tempo no Maciço Calcário Estremenho – O olhar de um Geógrafo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, *ob. cit.*, p. 117.

¹⁷⁷ O Olival dos Freires, por exemplo, localiza-se próximo da vila (ver propriedade nº18); temos outro na no Travasso (ver propriedade nº31); na Ranha (ver propriedade nº 32), entre outros casos.

¹⁷⁸ Ver confrontação da propriedade nº 19 a título exemplificativo.

¹⁷⁹ Ver confrontação da propriedade nº 37, onde sete pés de oliveira confrontam com a estrada que vai para o Escoural.

¹⁸⁰ GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1989, *ob. cit.*, p. 87.

¹⁸¹ Caso não existam os devidos cuidados, os olivais podem ser “substituídos” por mato. Ver propriedade nº28.

¹⁸² COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, *ob. cit.*, p. 176. Mais sobre o assunto vide GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1989, pp. 233-234.

¹⁸³ GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1989, p. 233.

ser frequente falar-se em chantas ou enxertias de oliveiras¹⁸⁴, sendo possível constatar esse facto através da fonte trabalhada, visto que há referência a um pedaço de terra que fez enxertia de olival¹⁸⁵.

Neste sentido, e tal como acontecia na cultura vinhateira, esta poderia estar associada a outras culturas, ou seja, era normal encontrarmos oliveiras e árvores de fruto na mesma propriedade¹⁸⁶ e, ainda, com a cultura cerealífera (nomeadamente com o trigo)¹⁸⁷ – para além de se encontrar muitas vezes associada a vinhas, como já foi referido. No entanto, era frequente que sobre as vinhas mortas nascessem oliveiras, pois esta não necessitava de tantos amanhos¹⁸⁸.

Por fim, importa ressaltar que na fonte em questão, como temos vindo a dar conta, existem olivais e enxertos de oliveiras, no entanto, não conseguimos elencar a dimensão que os olivais têm, nem o número de árvores que eles contêm para terem essa designação¹⁸⁹.

5.3.1. O azeite

Não temos qualquer referência relativamente à altura que se procedia a colheita das azeitonas, todavia, acreditamos que deveria ocorrer pelo mês de dezembro, sendo o azeite feito até ao Entrudo¹⁹⁰. Assim, e para se colher/apanhar as azeitonas, eram varejadas as ramas¹⁹¹ levando, posteriormente, a maior parte para os moinhos - que existiam na área em análise¹⁹² - onde se procedia a moagem da azeitona. De seguida, esta deveria ser transportada para os lagares¹⁹³ onde se transformaria, finalmente, em azeite.

No que diz respeito à produção de cada um dos olivais, não existem dados que nos permitam calcular ou saber se estamos perante uma área que produz grandes quantidades de azeite e se o mesmo tem ou não qualidade. No entanto, salientamos que há uma propriedade que possui quatro oliveiras e que produz uma moedura de azeitonas¹⁹⁴, o que pode significar que estamos perante oliveiras de boa qualidade, que já apresentam uma elevada maturação

¹⁸⁴ *Idem, Ibidem.*

¹⁸⁵ Ver propriedade n.º 33.

¹⁸⁶ Ver propriedade n.º 73.

¹⁸⁷ Ver propriedades n.ºs 66 e 75.

¹⁸⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 175.

¹⁸⁹ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 177.

¹⁹⁰ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 179.

¹⁹¹ CATARINO, Maria Manuela, *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)*, Cascais, Patrimonia, 2000, p. 103.

¹⁹² Veja-se as propriedades n.ºs 12 e 14.

¹⁹³ Veja-se a propriedade n.º 79.

¹⁹⁴ Veja-se a propriedade n.º 46.

encontrando-se num excelente local, pois tudo isto influencia a produção, assim como a qualidade¹⁹⁵.

5.4. As árvores de fruto e hortas

As hortas e os pomares, como Iria Gonçalves afirma “... eram um complemento de todas as explorações rurais...”¹⁹⁶ e tendiam a localizar-se dentro de recintos amuralhados, muitas vezes, designados como chousos (estando, deste modo, ao abrigo do “ataque” de alguns animais)¹⁹⁷. A proximidade às habitações prendia-se, também, com o facto da necessidade dos frutos ou dos legumes serem um complemento da alimentação e, principalmente, para que estes pudessem ser consumidos enquanto ainda estavam frescos.¹⁹⁸ Porém, seria espetável que estas culturas, algumas algo delicadas, estivessem situadas em locais onde a irrigação fosse fácil de se processar¹⁹⁹.

Focalizando a nossa atenção apenas nas culturas hortícolas, concluímos que não existe nenhuma referência clara aos legumes que se cultivavam, nem mesmo se esta prática era usual na área, apesar de existirem motivos, como já explicitámos anteriormente²⁰⁰, que nos leva a acreditar que sim.

Relativamente às árvores de fruto, apesar de não existir uma referência abundante às mesmas, já constatámos a presença de algumas, com destaque para as figueiras e para as ameixeiras²⁰¹ (assumindo que as uvas seriam usadas, exclusivamente, para a produção de vinho).

Por último, referir que, por norma, os pomares e as hortas não se separavam e “nunca deixavam de receber a plantação de algumas árvores de fruto que, não prejudicando, o crescimento das demais plantas, beneficiavam do tratamento a elas dispensado...”²⁰².

¹⁹⁵ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 178.

¹⁹⁶ GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1989, p. 89.

¹⁹⁷ Apesar de no local em estudo a documentação ser um pouco incipiente neste aspeto, verificámos, pelo menos, a presença de uma situação em que as árvores de fruto encontravam-se num chouso tal como demonstra a propriedade n.º 74.

¹⁹⁸ Cf. GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1989, pp. 90-92.

¹⁹⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 191.

²⁰⁰ Recorde-se a nota de rodapé n.º 49.

²⁰¹ Recorde-se as notas de rodapé n.ºs 80 e 81.

²⁰² GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1989, *ob. cit.*, p. 91.

5.5. O Gado

A criação de gado marcou, indubitavelmente, a paisagem Pombalense, uma vez que há referência a chousos²⁰³ – que se podem ter formado para impedir a entrada de gado em determinadas propriedades, de modo a que estes não destruíssem as culturas -, de um açougue²⁰⁴, de um celeiro²⁰⁵, a referência a granjas – estas que poderiam ter integradas currais²⁰⁶ - e, finalmente a alusão sistemática a galinhas²⁰⁷ - que deveriam estar sempre presentes nas mesas dos mais ilustres²⁰⁸ - aquando dos pagamentos.

Esta criação de gado, como temos vindo a dar conta, de uma forma indireta, era compatível com a exploração agrária, uma vez que os animais poderiam pastar nos campos que se encontravam em pousio, acabando inclusive por fertilizar esses campos, tal como já explicitámos. Para além disso, existiam outras vantagens como a menor necessidade de mão-de-obra e a facilidade em encontrar mercado para o “produto”²⁰⁹.

6. Os contratos

O documento em análise aborda os bens e direitos que a Ordem de Cristo tinha em Pombal, bens esses que estavam, geralmente, a ser explorados por outrem mediante o estabelecimento de contratos. Estes, excetuado alguns casos, são contratos de cariz agrário e podiam ser de três tipos: a parceria, o arrendamento e a enfiteuse²¹⁰. No entanto, através de um olhar mais pormenorizado pela fonte, constatámos que o tipo de contrato agrário que predomina é o de carácter enfitêutico.

²⁰³ Recorde-se a nota de rodapé nº 197.

²⁰⁴ Veja-se a propriedade nº 3.

²⁰⁵ Veja-se a propriedade nº 4.

²⁰⁶ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 238.

²⁰⁷ Veja-se as propriedades nºs 60, 63, 74, entre outras.

²⁰⁸ CATARINO, Maria Manuela, ““Da Fome, da Peste e da guerra e do bispo da nossa terra Libera nos Domine”: em torno da colheita do bispo nas comendas da Ordem de Cristo (Ega e Pombal), 1508”, in GONÇALVES, Iria (coordenação), *Paisagens Rurais e Urbanas fontes, metodologias, problemáticas*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2013, p. 109.

²⁰⁹ Sobre o assunto *vide* Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, pp. 235-255.

²¹⁰ MARREIROS, Maria Rosa, “Os Proveitos da Terra e do Mar” in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, Coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, *Nova História de Portugal: Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, volume III, Lisboa, Editorial Presença, 1996, *ob. cit.*, p. 454.

No entanto, e para se proceder a uma análise contratual de uma forma completa é importante atentarmos a três aspetos: o tempo de vigência, a renda e, a existir, as rendas acessórias. Os contratos de caráter enfiteutico “*podia revestir as formas de perpétuo e hereditário ou em vidas.*”²¹¹, sendo que os perpétuos, dominaram, sem grandes dúvidas, até ao século XII, perdendo a sua hegemonia para os contratos em vidas²¹².

No que a Pombal diz respeito, “*os prazos, em três vidas, eram visivelmente privilegiados*”,²¹³- o casal (homem e mulher)²¹⁴ e outra pessoa (geralmente o filho)²¹⁵. Nestes contratos, as propriedades aforadas passavam, após a morte, para as pessoas referenciadas nas cartas de foro. De salientar que a grande vantagem para o senhorio dos contratos em vidas invés dos perpétuos é que terminado o contrato, os bens voltavam à sua posse, tendo assim oportunidade de atualizar as rendas e realizar um contrato que considerasse mais vantajoso para si. Por outro lado, o grande perigo prendia-se com os períodos de recessão, onde o senhorio poderia não encontrar um novo foreiro ou não conseguir um emprazamento tão vantajoso como o anterior.²¹⁶

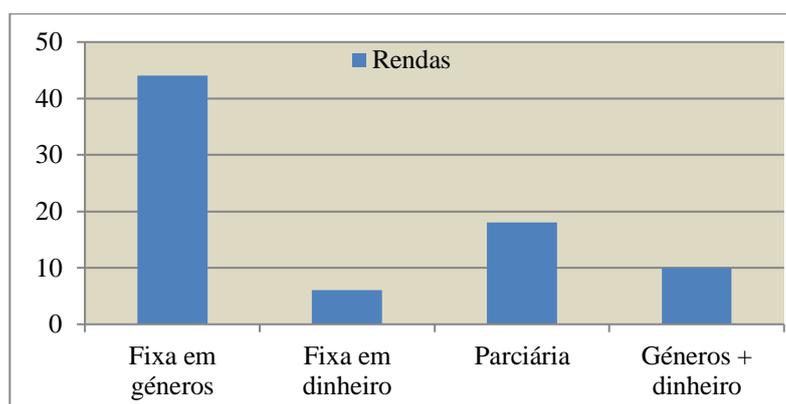


Figura 7 – Rendas analisadas.

Relativamente ao segundo aspeto, isto é, a renda, sabemos que poderia ser fixa ou parciária, e podiam ser pagas apenas em géneros - “*...e paga (...) quatro almudes de vinho aa*

²¹¹ GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1989, *ob. cit.*, p. 189.

²¹² Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 297.

²¹³ GOMES, Saul António, *Pombal Medieval e Quinhentista, documentos da sua história*, Batalha, CEPAE, 2010, *ob. cit.*, p. 44.

²¹⁴ Veja-se o caso do contrato referente à propriedade nº 90, onde a mulher de Pero Alvarez traz emprazado, esta que possivelmente seria a segunda pessoa.

²¹⁵ Veja-se o caso do contrato referente à propriedade nº 53, onde Gil Fernandez Filho, de Joam Fernandez traz emprazado a herdade, este que, possivelmente, seria a terceira pessoa.

²¹⁶ GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1989, p. 192.

bica e huaã galinha...”²¹⁷ -, apenas em dinheiro - “...*E a traz ora Gonçalo Rodriguez ferreiro e paga della cada ano cem reais em sua vida...*”²¹⁸ -, ou até mesmo em géneros mais dinheiro - “...*E paga (...) três coroas d’ouro do crunho de França e huum par de galinhas...*”²¹⁹ . Posto isto, e analisando a figura 7²²⁰, que sistematiza os contratos analisados, observamos que temos rendas fixas pagas em dinheiro (apenas 5 contratos que versam este tipo de pagamento)²²¹; rendas fixas pagas em géneros - 44 contratos estipulam este tipo de pagamento²²²- (destaque para o pagamento recorrendo ao vinho (que tinha de ser à bica), ao azeite e, ainda, às galinhas,”...*paga ao terço e huuã galinha per Natal...*”²²³), que são as predominantes e eram maioritariamente pagas pelo natal (época de festividade religiosa que poderia vir a dinamizar toda a comunidade local²²⁴); rendas fixas pagas em dinheiro mais géneros²²⁵ e, ainda, rendas parciárias pagas em géneros (presente em 18 contratos) - “...*Leva seis alqueires de trigo em sementeira e paga-se ao terço...*”²²⁶ -, onde parte do que é produzido é dado como forma de pagamento ao senhor²²⁷.

Segundo Maria Helena da Cruz Coelho, os camponeses²²⁸, por norma, não tinham muito interesse em pagar as rendas em dinheiro, pois estas implicavam a venda de parte da produção de modo a consegui-lo, estando ainda dependente das flutuações do preço dos produtos no mercado²²⁹. No entanto, os enfiteutas tinham, às vezes, interesse em pagar as suas rendas em dinheiro. Tal ocorria nas alturas em que se constatava uma grande desvalorização na moeda. No entanto, de modo a que estas situações fossem acauteladas, os senhorios procuravam “*uma*

²¹⁷ GOMES, Saul António, *Pombal Medieval e Quinhentista, documentos da sua história, Batalha*, CEPAE, 2010, *ob. cit.*, p. 190.

²¹⁸ *Idem, Ibidem, ob. cit.*, p. 183.

²¹⁹ *Idem, Ibidem, ob. cit.*, p. 186.

²²⁰ Recordamos que das 111 propriedades elencadas cerca de 33 não apresentavam dados relativamente à renda paga.

²²¹ Veja-se, por exemplo, a propriedade nº5 onde o foreiro tem de pagar anualmente, pelo natal 20 reis.

²²² Veja-se as propriedades nºs 25, 26, 27, 28, 29, entre outras.

²²³ GOMES, Saul António, *Pombal Medieval e Quinhentista, documentos da sua história, Batalha*, CEPAE, 2010, *ob. cit.*, p. 194.

²²⁴ Cf. GOMES, Saul António, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990, p. 234.

²²⁵ Veja-se, por exemplo, a propriedade nº 10. Nesta modalidade de pagamento, importa ainda salientar o pagamento do dízimo assim como da maquia em determinadas situações.

²²⁶ GOMES, Saul António, *Pombal Medieval e Quinhentista, documentos da sua história, Batalha*, CEPAE, 2010, *ob. cit.*, p. 194.

²²⁷ Veja-se as propriedades nºs 68, 70, 71, 72, entre outras.

²²⁸ Neste caso excluímos os enfiteutas que tinham maior disponibilidade económica, uma vez que estes preferiam as rendas em dinheiro tendo em conta as suas reservas económicas. Assim, e sobretudo nos anos de crise, o lucro seria maioritariamente seu e não dos senhorios, pois eles apenas lançariam para o mercado os cereais quando estes estivessem com preços elevados. Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 316.

²²⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 312.

unidade monetária forte no momento em que se estabeleciam os contratos”²³⁰, daí observamos, por exemplo o pagamento em “*três coroas d’ouro do crunho de França...*”²³¹.

Por sua vez, a renda fixa em géneros também não era a que se encontrava nas preferências dos camponeses, uma vez que a produtividade das terras poderia variar de ano para ano, pois, como já referimos anteriormente, é necessário ter em conta uma série de fatores aquando da produção que não podem ser previstos e, muito menos, controlados. Este tipo de renda, também poderia trazer desvantagens para os senhorios devido à variação do valor dos preços no mercado (que estava intimamente ligado com os bons (existiria maior oferta, logo os valores dos produtos tendiam a sofrer uma deflação) ou maus anos agrícolas (maior escassez na produtividade, logo inflação do preço dos produtos)).

Já as rendas parciárias, deveriam ser as mais consensuais entre os lavradores, considerando que as produções poderiam oscilar de ano para ano. Este tipo de renda era usualmente aplicada a propriedades extensas – embora no caso em estudo não tenhamos como comprovar esse facto -, levando à procura da mão-de-obra necessária, assim como de ter as sementes necessárias para cultivar todo o terreno. No que concerne ao valor a pagar, nas propriedades em estudo, este parece homogéneo e vai ao encontro do que por norma se pagava pela produção cerealífera²³², isto é, a quota-parte do que era produzido²³³, excetuando algumas propriedades onde se pagaria um terço²³⁴ das produções ou um quinto²³⁵. Todavia, seria usual que nas propriedades que apresentassem sistematicamente uma elevada produção, as rendas parciárias fossem mais elevadas²³⁶.

²³⁰ GOMES, Saul António, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990, *ob. cit.*, p. 225.

²³¹ GOMES, Saul António, *Pombal Medieval e Quinhentista, documentos da sua história*, Batalha, CEPAE, 2010, *ob. cit.*, p. 186.

²³² Cf. GOMES, Saul António, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990, p. 227.

²³³ Veja-se as propriedades nºs 65, 70, 71, 72, 78, 81, 83, 87, 90, entre outras.

²³⁴ Veja-se as propriedades nºs 61, 66, 67, 68, entre outras.

²³⁵ Veja-se as propriedades nº 70 e 77.

²³⁶ Mais sobre o assunto *vide* COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989, pp. 319-337.

Quadro IV – total de rendas pagas.

(Nota * - nos casos onde foram pagos parte da produção, não temos como saber qual foi a quantia precisa).

Tipologia	Produto	Litros/kg
157 Almudes	Vinho	2967,3
6 Alqueires*	Azeite	79,92
24,5 Alqueires*	Cereal	228,44
55 Galinhas		
12 Ovos		
372 reais e 6 “crunhos” franceses		

Por fim, e através da análise do Quadro IV, concluímos que o vinho foi o produto eleito no pagamento das rendas aos senhorios, isto que pode estar associado ao facto desta ser a cultura que predominava na área, tal como ficou explícito ao longo do trabalho.

Em suma, e perante os dados trabalhados é correto afirmar que estávamos perante um sistema senhorial, que assentava na exploração económica pelos senhores que se apropriavam, mediante o estabelecimento de contratos, da produção rural daqueles que cultivavam as terras²³⁷.

7. Alterações recentes no uso e ocupação do solo

Elaborada a reconstituição da paisagem medieval Pombalense, tendo como base o Tombo da Ordem de Cristo, procuraremos, agora, dar conta das alterações do uso do solo nos últimos 40 anos, não só da freguesia de Pombal, mas também, de modo a complementar o estudo, da freguesia da Redinha, que apresenta características distintas da primeira, como iremos observar.

7.1. Evolução do uso do solo em Portugal Continental, das últimas décadas do século XX até aos primórdios do século XXI

Nas últimas décadas, ocorreram mudanças bastante significativas nos usos do solo/paisagem em Portugal, facilmente confirmada através dos registos históricos que demonstram uma grande dinâmica da paisagem nacional²³⁸.

Se recuarmos até o ano de 1875, data de uma das primeiras avaliações relativas ao uso do solo, constatamos que a superfície cultivada correspondia apenas a 28% do território português, isto é, a 2526 milhares de hectares. Dentro desta percentagem inseria-se a superfície

²³⁷ LE GOFF, Jacques, *A civilização do ocidente medieval*, Vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 276.

²³⁸ D'ABREU, Alexandre Cancela (et. al), *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*, Vol. I, Lisboa, Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004, p. 36.

agrícola, que ocupava cerca de 1886 milhares de hectares (21% dos 28% referidos) e a superfície florestal – 640 milhares de hectares – perfazendo os 7% restantes. Existia, ainda, uma elevada mancha de áreas incultas, mas produtivas, que ocupavam cerca de 2116 milhares de hectares (24%)²³⁹. No entanto, e segundo Carlos Alberto Medeiros “...na superfície improdutiva, se contavam 3961 milhares de hectares de terrenos considerados cultiváveis.”²⁴⁰. Assim, será correto afirmar que no último quartel do século XIX os incultos tinham um peso assinalável visto que, como Eugénio Caldas afirma, “o inculto não era imaginário...”²⁴¹.

Todavia, no início do século XX, o panorama relativo à ocupação do uso do solo, comparativamente a 1875, já começava a ser mais proveitoso, ocorrendo um aumento da superfície cultivada - 5068 milhares de hectares (57%), dos quais 3111 milhares de hectares eram ocupados pela superfície agrícola e 1957 milhares de hectares pelo espaço florestal (que passou de uma ocupação de apenas 7% para 22% - registando, então, um aumento considerável)²⁴².

A tendência evolutiva da superfície cultivada manteve-se, tal como é visível através da análise dos dados de 1956, onde constatámos que a superfície agrícola já teria atingido 4762 milhares de hectares e o espaço florestal 3234 milhares de hectares.²⁴³

Posto isto, será fundamental, considerando o objetivo do trabalho, olharmos para a última década do século XX. Assim, e segundo a análise do Corine Land Cover efetuada por Teresa Pinto Correia, podemos elencar algumas alterações na ocupação do solo em Portugal entre 1990 e 2000²⁴⁴.

De um modo geral, entre 1990 e 2000, grande parte da ocupação do território manteve-se inalterável (cerca de 86,7%), enquanto que em 11,3% da superfície constataram-se alterações²⁴⁵.

No que concerne às classes agrícolas (redução de cerca de 0,9%), as culturas anuais de sequeiro e a agricultura com espaços naturais foram as que mais diminuíram. Contudo, a diminuição destas culturas pode ter sido colmatada com o aumento de outras classes. Por

²³⁹ MEDEIROS, Carlos Alberto, “O espaço rural: condicionamentos, formas de utilização dos solos, mutações” In MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.), *Geografia de Portugal. O Ambiente Físico*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p. 17.

²⁴⁰ *Idem, Ibidem, ob. cit.*, p.17.

²⁴¹ *Idem, Ibidem, ob. cit.*, p.18.

²⁴² *Idem, Ibidem*, p.18.

²⁴³ *Idem, Ibidem*, p. 18.

²⁴⁴ CORREIA, Teresa Pinto, *Estudo Sobre o Abandono em Portugal Continental – Análise das dinâmicas da ocupação do Solo, do Sector Agrícola e da Comunidade Rural*, Évora, Universidade de Évora, 2006, p. 33.

²⁴⁵ *Idem, Ibidem*.

exemplo, com a redução da área das culturas anuais de sequeiro, deu-se um aumento da área de culturas anuais de regadio, assim como um aumento assinalável da área de vinhas²⁴⁶.

A área florestal apresenta, também, uma diminuição (-0,4%), porém, dentro desta área, constatamos comportamentos distintos, pois as florestas de folhosas vão aumentar, mas tanto as florestas de resinosas como as mistas vão-se retrair²⁴⁷.

Para além destas classes, é importante enfatizar a classes dos matos – o aumento desta, por norma, encontra-se associado ao abandono dos campos – que acaba por perder peso. Todavia, esta redução da área classificada como matos, pode ser uma consequência da evolução da paisagem, isto é, como “*uma grande parte da área que foi classificada como matos em 1990 não foi (re) cultivada nem utilizada intensamente, por exemplo para pastagens (...), evoluiu para outro tipo de vegetação mais densa.*”²⁴⁸. Mas, os matos não apresentam perdas, ainda mais, significativas graças as áreas ardidadas, pois estas vão passar a integrar a classe dos matos (em 2000), amortizando as perdas anteriormente descritas²⁴⁹.

Por sua vez, as classes urbanas não vão seguir o padrão das classes abordadas até ao momento, uma vez que estas têm registado um aumento nas últimas décadas. Este aumento, das classes urbanas, implica, muitas vezes, uma diminuição das outras classes, como veremos posteriormente²⁵⁰.

Posto isto, e dada esta primeira perspetiva geral, é importante olharmos para as dinâmicas do setor agrícola, destacando o número de explorações, de produtores, a população agrícola e a superfície agrícola utilizada.

O número de explorações agrícolas em Portugal Continental, entre 1989 e 1999, sofreu uma elevada redução, ocorrendo uma variação negativa de cerca de 31%²⁵¹. Existindo esta retração, no número de explorações, é com alguma naturalidade que o número de produtores também caia de forma acentuada, pois como afirma Teresa Pinto Correia “*De 1989 para 1999 o número de produtores diminuiu -31,2% (-170.131 produtores).*”²⁵².

²⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p. 34.

²⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 34.

²⁴⁸ *Idem, Ibidem, ob. cit.*, p. 36.

²⁴⁹ *Idem, Ibidem*, p. 36.

²⁵⁰ *Idem, Ibidem*.

²⁵¹ Cf. com o quadro V.

²⁵² *Idem, Ibidem, ob. cit.*, p. 67.

Para além desta grande diminuição de produtores agrícolas, ocorreram outras alterações, sobretudo na percentagem de trabalhadores que continuam a trabalhar na agricultura a tempo inteiro, sendo esta quebra em cerca de 50%²⁵³.

No que diz respeito à superfície total das explorações agrícolas, entre 1989 e 1999, em Portugal Continental, verificou-se uma diminuição de cerca de 117,644 hectares (corresponde a uma variação negativa de 2,3%)²⁵⁴.

Neste enquadramento, assistimos, igualmente, a uma diminuição da superfície agrícola utilizada (SAU) que passou de 3.879.579 hectares para 3.736.140 hectares (variação negativa de 3,7%). Deste modo, se olharmos mais pormenorizadamente para a classe da SAU, serão visíveis comportamentos distintos. Se por um lado existe um aumento das pastagens permanentes (+548 mil hectares) – a sua representatividade em termos percentuais na SAU, quase que duplica, visto que de 19% em 1989 passa para 34% em 1999 – por outro lado, existe um decréscimo das culturas permanentes (aproximadamente 9,7%), assim como a diminuição da terra arável (-615 mil hectares). Existe, ainda, um aumento da “...proporção de SAU destinada as atividades diretamente ligadas à pecuária (...) de 28% para 45%, o que contrasta com a diminuição do peso do valor económico das atividades animais (...)”²⁵⁵.

Quadro V - Dinâmica do setor agrícola – alterações de 1989 –1999 a nível de Portugal Continental.
(Adaptado CORREIA, Teresa Pinto, *Estudo Sobre o Abandono em Portugal Continental – Análise das dinâmicas da ocupação do Solo, do Sector Agrícola e da Comunidade Rural*, Évora, Universidade de Évora, 2006, p. 69.)

Indicador	1989	1999	Alterações (nº/ha)	Varição (%)
Número total de explorações agrícolas	550879	382163	-168716	-30,60%
Superfície total das explorações agrícolas	5157213	5039569	-117644	-2,30%
Superfície agrícola utilizada (SAU)	3879579	3736140	-143438	-3,70%

Deste modo, se olharmos para o Período entre 1999-2009, tendo como base o Quadro VI – que apresenta a alteração de certas dinâmicas do setor agrícola -, podemos retirar algumas ilações.

Relativamente ao número total das explorações agrícolas de Portugal Continental, assistimos a uma nova redução, onde é visível uma variação negativa de cerca de 27,2%. Esta perda, de cerca de 105 mil explorações, significa, então, que em dez anos uma em cada quatro explorações cessa a sua atividade. Assim, e seguindo a dinâmica da década passada, a acompanhar a redução do número de explorações temos, também, a redução do número de

²⁵³ *Idem, Ibidem*, p. 67.

²⁵⁴ *Idem, Ibidem*, p. 68.

²⁵⁵ *Idem, Ibidem, ob. cit.*, p. 68.

trabalhadores agrícolas, principalmente, na quantidade de trabalhadores a tempo inteiro, onde se registou uma nova variação negativa de cerca de 25,6% (de 63488 em 1999 passa para, apenas, 47218 em 2009)²⁵⁶.

A superfície total das explorações agrícolas registou, igualmente, uma grande redução, onde constatamos uma diminuição de, aproximadamente, 468038 hectares – valor este que quase quadruplicou, comparativamente à redução verificada na década anterior - o que representa uma variação de -9,3%.

Deste modo, a tendência de redução das superfícies agrícolas é, sem dúvida alguma, uma constante. Se examinarmos os valores da SAU, damos conta de uma variação negativa 5,2% (cerca de 193835 hectares). Esta variação que volta a suplantar a ocorrida na década anterior, o que vinca, ainda mais, o padrão referido. Esta diminuição pode, sem dúvida, estar ligada com o crescimento do complexo agroindustrial, que segundo Manuel Belo Moreira pode ser muito bem ilustrado pelo conceito de “apropriacionismo”, que é o processo segundo o qual o mundo industrial/urbano se apropria de tarefas que, geralmente, eram da competência do mundo agrícola²⁵⁷.

Por fim, e analisando mais atentamente as classes da SAU verificamos, mais uma vez, a predominância de variações negativas, onde a superfície das culturas permanentes perde, aproximadamente, 19011 hectares (-27%) e a superfície de culturas temporárias 454878 hectares (-33%). Assim, é com naturalidade, que a superfície de prados e pastagens permanentes aumente significativamente (390554 hectares), apresentando uma variação positiva de 29,3%²⁵⁸.

Quadro VI - Dinâmica do setor agrícola – alterações de 1999 a 2009 - a nível de Portugal Continental.

(Elaborado com base no recenseamento agrícola de 2009)

Indicador	1999	2009	Alterações (nº/ha)	Variação (%)
Número total de explorações agrícolas	382163	278114	-104049	-27,2%
Superfície total das explorações agrícolas	5039569	4571531	-468038	-9,3%
Superfície agrícola utilizada (SAU)	3736140	3542305	-193835	-5,2%
Superfície de culturas permanentes	705232	686221	-19011	-27%
Superfície de culturas temporárias	1378415	923537	-454878	-33%
Superfície de prados e pastagens permanentes	1331033	1721587	390554	29,30%
Produtores a tempo inteiro	63488	47218	-16270	-25,6%

²⁵⁶ Cf. Quadro VI.

²⁵⁷ MOREIRA, Manuel Belo, *Globalização e agricultura*, Oeiras, Celta Editores, 2001, p. 84.

²⁵⁸ Cf. Quadro VI.

Em suma, ao longo do presente capítulo, ficou bem visível a presença de dinâmicas distintas. Se por um lado, e numa primeira fase, está patente um aumento da superfície cultivada (1875 – 1956), por outro lado, entre 1989 e 2009, a dinâmica inverte-se e as superfícies cultivadas tendem a diminuir, assim como o número de produtores. Neste sentido, e consequentemente, o número de prados e pastagens tende a aumentar consideravelmente.

7.2. Evolução da ocupação do solo nas freguesias de Pombal e Redinha das últimas décadas do século XX até aos primórdios do século XXI

Como foi demonstrado no ponto anterior, nas últimas décadas ocorreram variadas mudanças nos usos do solo em Portugal. Deste modo, a análise que se irá seguir, terá como foco o concelho de Pombal, com especial destaque para as freguesias de Pombal e Redinha.

7.2.1. Superfície agrícola utilizada (SAU)

Para percebermos melhor as alterações/evoluções do uso dos solos é indispensável, considerando o seu papel modelador, realizar uma abordagem sobre a superfície agrícola utilizada.

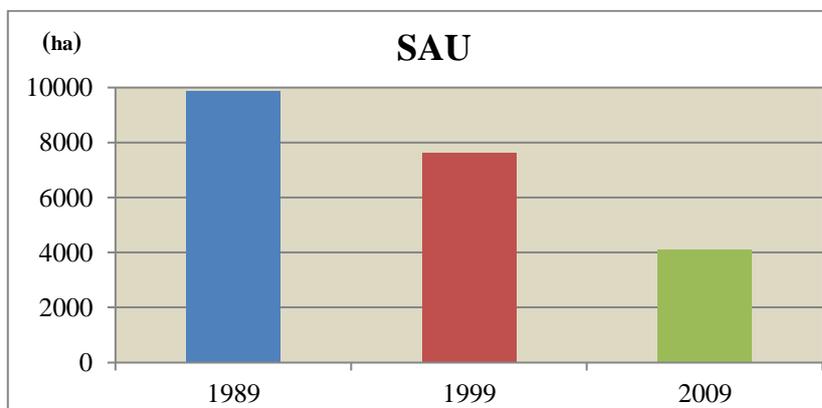


Figura 8 - Superfície agrícola utilizada no concelho de Pombal.

(Fonte: INE)

Tendo como base a figura 8, concluímos que o ano de 1989 é, sem dúvida, comparativamente aos restantes, o ano que apresenta uma superfície utilizada de maior dimensão - área de cerca 9858 hectares²⁵⁹ que representa 15,80% da área total do concelho. No entanto, no ano de 1999 já verificamos uma redução desta área, visto que a superfície agrícola, apenas, irá ocupar 7618 hectares (12,80% da área total), existindo, assim, uma variação negativa de 23%. Esta variação vai ainda agravar-se na última década, ou seja, de 1999 para 2009 (-

²⁵⁹ Cf. Quadro I, presente no apêndice VI.

46,10%). O ano de 2009 apresenta, então, uma superfície agrícola utilizada de 4108 hectares, ou seja, apenas 6,60% da área total.

Desta forma, a tendência apresentada pelo concelho de Pombal, relativamente à superfície agrícola utilizada, vai ao encontro do que acontece a nível nacional, isto é, de 1989 até 2009 existe uma quebra gradual evidente.

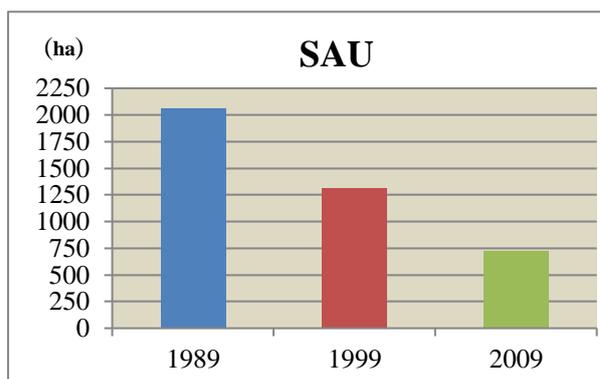


Figura 9 – Superfície agrícola utilizada na freguesia de Pombal.
(Fonte: INE)

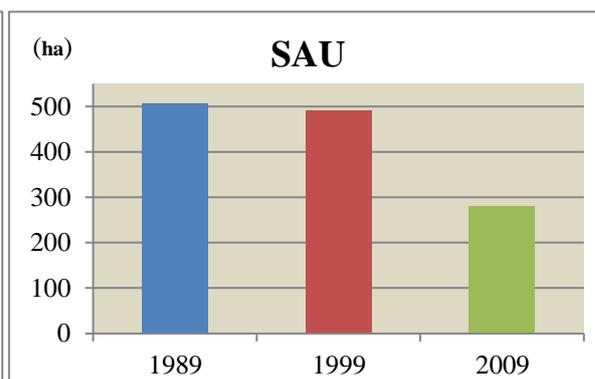


Figura 10 – Superfície agrícola utilizada na freguesia da Redinha.
(Fonte: INE)

Posto isto, e particularizando agora o caso das freguesias de Pombal e da Redinha, constatamos que são dinâmicas algo distintas.

No caso da freguesia de Pombal, com base no gráfico ilustrado pela figura 9, podemos afirmar que a dinâmica é muito similar à apresentada pelo concelho, ou seja, 1989 é, indubitavelmente, o ano em que a superfície agrícola tem maior representatividade, pois a sua área era cerca de 2061 hectares, ocupando, aproximadamente, 21,10% da área total da freguesia. Porém, em 1999 já é visível uma redução da SAU (- 746 hectares), existindo, desta forma, uma variação negativa de 36,20%²⁶⁰. Esta tendência de redução da área é confirmada com os valores de 2009, que nos permitem concluir que a SAU ocupa apenas 723 hectares (7,50% da área total da freguesia).

Por outro lado, o caso da freguesia da Redinha já não é tão linear como o panorama geral. Apesar do ano de 1989 ser o que apresenta uma maior área ocupada pela SAU, aproximadamente 507 hectares – que equivale a uma representatividade de 12% da área total -, o ano de 1999, ao contrário da freguesia de Pombal, não regista uma quebra tão acentuada, uma vez que se constatou uma diminuição de apenas 16 hectares. Todavia, em 2009 a redução

²⁶⁰ Cf. Quadro VIII, presente no apêndice VI.

da área já foi mais significativa, registando-se uma variação negativa de 42,8% (de 1999 – 2009), assim, a SAU, nesta fase, ocupava apenas 6,70% da freguesia em questão.

Em suma, a dinâmica apresentada pela freguesia de Pombal vai ao encontro da dinâmica geral do concelho, enquanto que na freguesia da Redinha, no período entre 1989-1999, esta linearidade evidenciada anteriormente já não é tão vincada.

Finalizada a panorâmica geral relativa à SAU (embora numa vertente mais quantitativa), será, também, importante analisar as classes da SAU. Assim é fundamental enfatizar as culturas permanentes, as culturas temporárias e os prados e pastagens, de modo a obtermos um panorama mais pormenorizado.

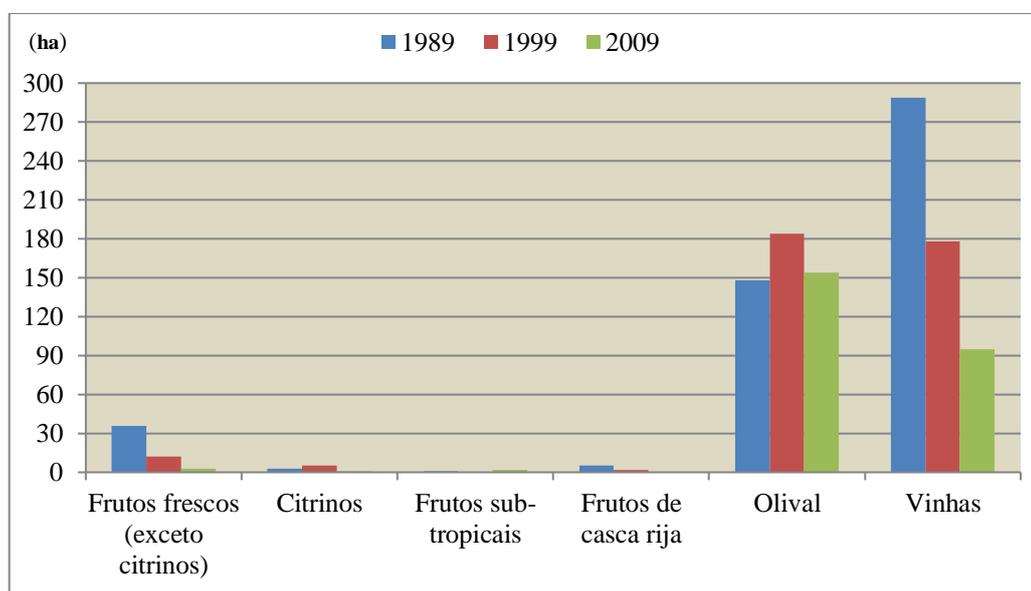


Figura 11 – Superfície de culturas permanentes da freguesia de Pombal (ha).
(Fonte: INE)

Segundo a análise da figura 11, que abarca os anos de 1989, 1999 e 2009, conseguimos, claramente, destacar duas culturas permanentes que são o olival e as vinhas, existindo ainda lugar, embora de uma forma mais secundária, para os frutos frescos.

A superfície ocupada pelo olival na freguesia de Pombal, ao longo do período em análise, apresenta-se algo irregular. No ano de 1989 ocupava cerca de 148 hectares, mas, na década seguinte, a superfície utilizada por esta cultura vai aumentar substancialmente, passando a ocupar 184 hectares. Contudo, em 2009, é visível uma nova alteração na superfície utilizada, pois regista-se uma quebra de 30 hectares, ou seja, a superfície ocupada era de 154 hectares²⁶¹.

²⁶¹ Cf. Quadro XI, presente no apêndice VI.

Por sua vez, a superfície utilizada pelas vinhas já apresenta um padrão de declínio gradual, pois em 1989 ocupava, aproximadamente, 289 hectares, passando para 178 hectares em 1999 e, finalmente para, apenas, 95 hectares em 2009. Assim, fica bem patente a diminuição constante da área reservada para esta cultura.

Relativamente aos frutos frescos, verificamos que a tendência é idêntica à apresentada pela cultura vinícola, embora numa escala bem mais reduzida.

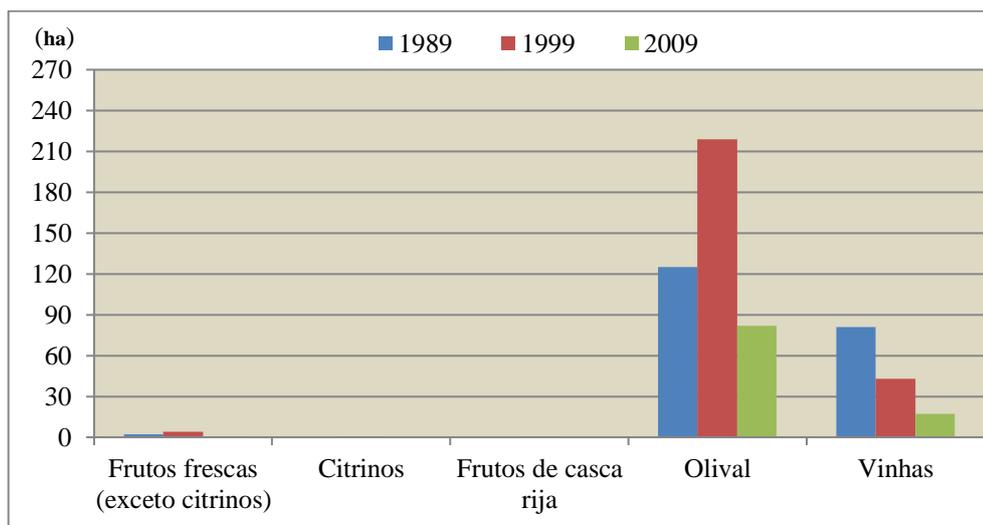


Figura 12 – Superfície de culturas permanentes da freguesia da Redinha (ha).
(Fonte: INE)

A freguesia da Redinha²⁶² vai apresentar uma dinâmica idêntica à freguesia de Pombal, salvaguardando as diferenças de valores, como seria esperado.

Deste modo, tal como foi referido no caso anterior, o olival não apresenta um padrão nem de crescimento, nem de redução constante. No ano de 1989, esta cultura abrangia uma área de 125 hectares, sendo que na década seguinte já registava uma ocupação de 219 hectares. No entanto, em 2009 registou-se uma queda abrupta, passando, então, a ocupar 82 hectares o que demonstra uma diminuição superior a 50%.

Por outro lado, a superfície utilizada pela vinha²⁶³ evidenciou um declínio com o decorrer dos anos. Em 1989 a superfície que a cultura abarcava era cerca de 289 hectares, mas

²⁶² No gráfico apresentado o indicador relativo aos frutos tropicais não é apresentado, pois os valores que esta cultura apresentava eram nulos.

²⁶³ Apesar da freguesia da Redinha ser extremamente afetada pela Serra de Sicó, importa salientar que existem “áreas calcárias de carsificação muito desenvolvida e sem qualquer cobertura detritica (...) apenas suportam a atividade agrícola em parcelas muito restritas, como por exemplo, o fundo atapetado da terra rossa (...)” tal como é visível nos Poios (localizado na freguesia da Redinha), onde há a presença desta terra, assim como, o cultivo da

em 1999 este valor é reduzido praticamente para metade, ou seja, para apenas 43 hectares. Esta grande diminuição não cessou, bem pelo contrário, e vai evidenciar-se ainda mais em 2009, pois a superfície utilizada passa a ser, somente, 17 hectares²⁶⁴.

Por fim, e de uma forma sucinta, importa apenas salientar que a dinâmica apresentada pelo concelho de Pombal vai ao encontro das descritas até ao momento, pois existe o registo de um crescimento da superfície do olival de 1989 para 1999, seguida da sua retração em 2009. O padrão da superfície utilizada pelas vinhas, também, é idêntico ao referenciado anteriormente.²⁶⁵

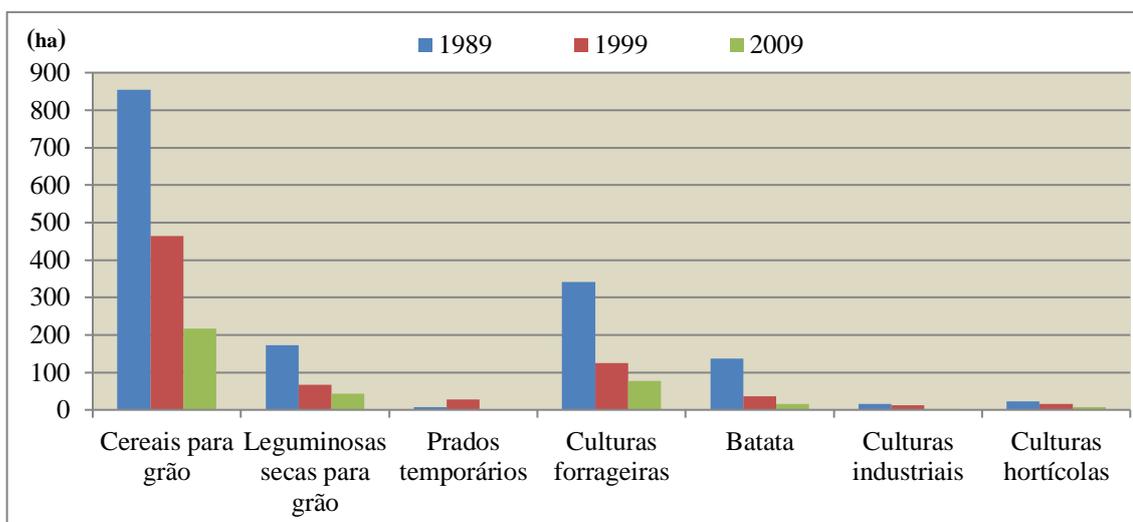


Figura 13 – Superfície de culturas temporárias da freguesia de Pombal (ha).
(Fonte: INE)

Na figura acima visível, estão retratadas as culturas temporárias que têm maior representatividade na freguesia de Pombal²⁶⁶. No entanto, na análise que se irá seguir, apenas serão destacados os cereais para grão; as leguminosas secas para grão; as culturas forrageiras; a batata e, finalmente, os prados temporários.

Os cereais para grão são a cultura temporária que, sem dúvida, apresenta uma maior superfície utilizada na dita freguesia. Todavia, é bem visível que a área que ocupa tem vindo a decrescer de uma forma bem acentuada. Em 1989 ocupavam, aproximadamente, 855 hectares, mas, durante a década seguinte, este valor cai quase para metade, fixando-se nos 464 hectares.

vinha. FERNANDES, João Luís Jesus, *O Homem, o Espaço e o Tempo no Maciço Calcário Estremenho – O olhar de um Geógrafo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, *ob. cit.*, p. 57.

²⁶⁴ Cf. Quadro XII, presente no apêndice VI.

²⁶⁵ Cf. Quadro XIV, presente no apêndice VI.

²⁶⁶ As classes denominadas de “flores e plantas ornamentais” e “outras culturas”, não são apresentadas no gráfico visto que ambas têm uma expressividade muito reduzida na dita freguesia.

Por fim, em 2009 verificamos uma nova retração da superfície utilizada pelos cereais visto que, esta passa agora a ocupar, exclusivamente, 217 hectares.

As culturas forrageiras são aquelas que, depois dos cereais para grão, apresentam maior expressividade. Em 1989, a superfície utilizada atingia os 341 hectares, em 1999 e 2009 ocupavam 124 e 77 hectares, respetivamente, evidenciando, assim, uma redução constante.

No que concerne às leguminosas para grão e à batata, a dinâmica vai ser idêntica às descritas anteriormente, ou seja, existe uma redução gradual da superfície utilizada desde 1989 até 2009.

Relativamente aos prados temporários, embora não tenham uma representatividade elevada, apresentam uma dinâmica algo distinta dos anteriores, pois de 1989, onde apresentavam apenas 7 hectares, vão passar a ocupar 28 hectares em 1999, estando, deste modo, patente um aumento da superfície utilizada. Contudo, na última década constatamos uma elevada quebra, uma vez que em 2009 a superfície utilizada era de somente 1 hectare.

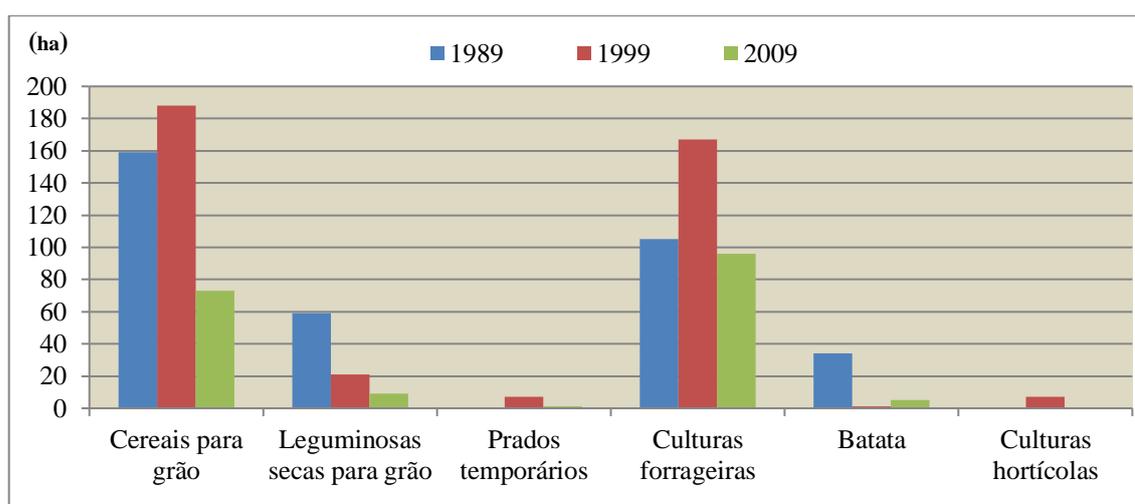


Figura 14 – Superfície de culturas temporárias da freguesia da Redinha (ha).

(Fonte: INE)

A freguesia da Redinha vai apresentar, novamente, uma dinâmica distinta da freguesia de Pombal, como iremos observar na análise que se segue.

Num primeiro momento, através da análise da figura 14²⁶⁷, podemos afirmar que a cultura predominante eram os cereais para grão. Esta cultura utilizava cerca de 159 hectares em

²⁶⁷ As classes denominadas de “culturas industriais”; “flores e plantas ornamentais”; “beterraba sacarina” e “outras culturas”, não são apresentadas no gráfico visto que têm uma expressividade muito reduzida na dita freguesia.

1989 e vai registar um aumento de 29 hectares para 1999. Contudo, em 2009, passa a ocupar somente 73 hectares registando, desta forma, uma variação negativa de 60,1%

Por sua vez, as culturas forrageiras que num momento inicial não eram as mais representativas, vão passar a sê-lo, visto que em 2009 a superfície abrangida por estas era de 96 hectares, ou seja, mais 23 hectares que os cereais para grão. No entanto, apesar de em 2009 se terem tornado na cultura temporária com maior representatividade, importa salientar a redução ocorrida entre o período de 1999 e 2009, pois verificou-se uma diminuição de 71 hectares. Porém, e antes desta redução, tal como aconteceu na situação descrita anteriormente, entre 1989 e 1999 registou-se um aumento da superfície utilizada de 105 para 167 hectares.

Indo ao encontro da tendência relatada até ao momento, isto é, crescimento de 1989 para 1999 e de decréscimo para 2009, temos mais duas culturas: os prados temporários e as culturas hortícolas, embora que numa escala bem mais reduzida, e com um impacto na freguesia bem inferior às restantes, sendo que ambas, no ano de 2009, já não têm qualquer representatividade na freguesia.

No que diz respeito à batata, - que não tem uma grande representatividade – constatamos que nos “oferece” uma dinâmica diferente da registada até ao momento, pois é a única cultura que apresenta um crescimento, embora que pouco significativo, de 1999 para 2009 uma vez que de 1 hectare passa para 5 hectares, respetivamente.

Por fim, e a acompanhar o registo apresentado na freguesia de Pombal - de declínio constante –, temos as leguminosas secas para grão que apresentam uma diminuição da superfície utilizada (de 59 hectares em 1989 para 9 hectares em 2009).

Em suma, ao longo da presente análise, verificámos que as culturas temporárias, apesar de terem vindo a perder representatividade, continuam a ser as que utilizam uma maior área comparativamente às culturas permanentes, embora as segundas não apresentem um declínio tão acentuado como as primeiras.

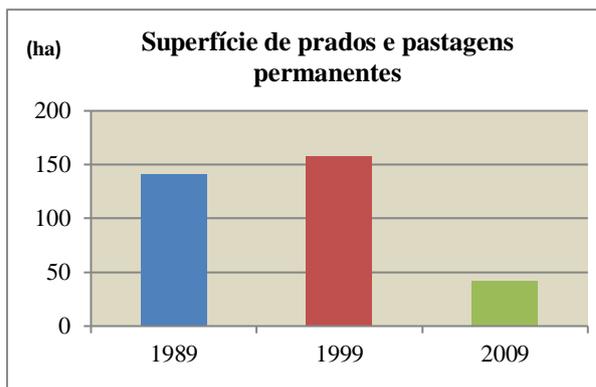


Figura 15 – Superfície de prados e pastagens permanentes da freguesia de Pombal.
(Fonte: INE)

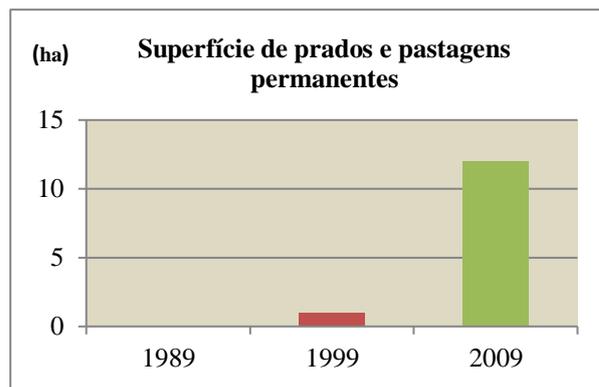


Figura 16 – Superfície de prados e pastagens permanentes da freguesia da Redinha.
(Fonte: INE)

No que diz respeito à superfície de prados e pastagens permanentes na freguesia de Pombal - tendo como base a figura 15 - verificamos que o ano que apresenta uma área de maior dimensão é o de 1999, que ocupava, aproximadamente, 158 hectares, representando 1,60% da área total da freguesia. Todavia, e ao contrário do que aconteceu de 1989 para 1999 – aumento ligeiro da área ocupada -, de 1999 para 2009 ocorreu uma diminuição acentuada, onde se verificou a redução de, sensivelmente, 116 hectares, o que significa que a superfície total ocupada passa a ser unicamente de 0,40%.

Por sua vez, na freguesia da Redinha existe um aumento gradual da área utilizada pelos prados e pastagens permanentes, visto que no ano de 1989 não existia qualquer hectare ocupado e em 1999 existia apenas 1. Assim, o ano em que a superfície atinge valores mais elevados é o de 2009, onde a área utilizada é de 12 hectares o que representa 0,29% da área total da freguesia, reforçando uma tendência de crescimento da superfície utilizada pelos prados e pastagens permanentes.

7.2.2. Efetivo animal

De modo a conseguirmos obter um panorama mais pormenorizado, no que diz respeito às mudanças do uso do solo ocorridas nas freguesias de Pombal e da Redinha é importante efetuarmos uma análise do indicador referente ao efetivo animal. Contudo, é fundamental salientar, desde já, que apenas serão apresentadas as classes mais representativas (bovinos, suínos, ovinos e caprinos) para as freguesias em questão.

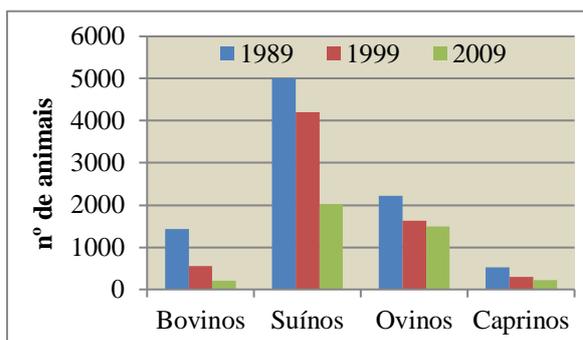


Figura 17 – Efetivo animal da freguesia de Pombal.
(Fonte: INE)

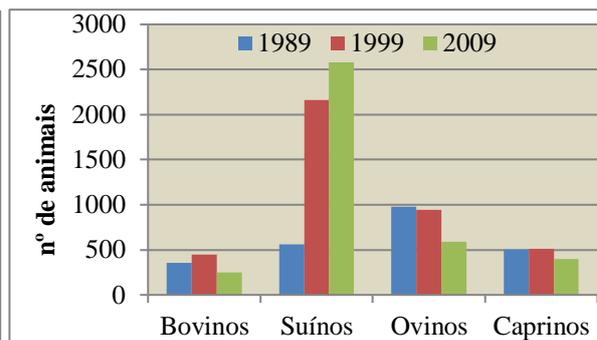


Figura 18 – Efetivo animal da freguesia da Redinha.
(Fonte: INE)

Tendo como base a análise da figura 17, relativa ao indicador do efetivo animal²⁶⁸ da freguesia de Pombal, há uma tendência que é comum a todas as classes, que é o facto de o número de animais diminuir ao longo do período referenciado.

Posto isto, e olhando agora de uma forma mais pormenorizada, é fundamental evidenciar os suínos, pois é, sem dúvida, a classe que tem maior representatividade na dita freguesia. Em 1989 existiam, aproximadamente, 5010 suínos, mas em 1999 já assistimos a uma diminuição de 810 cabeças. No entanto, a grande quebra só é registada na década seguinte, quando a quantidade de cabeças cai em cerca de 50%, comparativamente a 1999.

De seguida, importa evidenciar a classe dos ovinos, visto que é a segunda com maior representatividade durante todo o período em análise. Porém, ao contrário do que aconteceu na classe esmiuçada anteriormente, os ovinos não vão apresentar uma diminuição tão elevada no período entre 1999 e 2009 (- 136 cabeças), ocorrendo, inclusive, uma aproximação ao número de efetivos apresentados pela classe anterior.

Relativamente aos bovinos e aos caprinos, observamos a um declínio constante, sendo que ambas as classes em 2009 apresentam uma representatividade reduzida para a freguesia.

Por outro lado, a freguesia da Redinha vai apresentar uma dinâmica diferente da freguesia anterior, pois vão ocorrer aumentos significativos ao longo do tempo.

Deste modo, é fundamental evidenciar o crescimento constante ocorrido na classe dos suínos (tal como é visível na figura 18), esta que em 1989 apresentava, somente, 559 cabeças, e que em 1999 vai ver o seu valor quase quadruplicado, passando, então, a apresentar 2161

²⁶⁸ Segundo Max Derreau, “a criação de gado pode representar o componente principal de uma exploração agrícola, mas pode não passar de um componente útil (...)”, DERREAU, Max, *Geografia Humana I*, Lisboa, Editorial Presença, 1973, *ob. cit.*, p. 274.

elementos. Este aumento vai continuar visto que em 2009 é visível uma variação positiva de 19,1%, que confirma o ascendente do número de cabeças.

Numa situação completamente inversa à dos suínos, temos a classe dos ovinos, que regista um decréscimo constante ao longo do tempo. Mas, apesar dessa dinâmica, esta vai, em 2009, ser a segunda classe mais representativa para a freguesia (589 cabeças).

Por fim, a classe dos bovinos e dos caprinos apresentam tendências semelhantes, isto é, um aumento, embora que ligeiro, de 1989 para 1999, seguido de uma retração de 1999 para 2009.

Assim, e de uma forma sintética, observámos que as freguesias abordadas apresentam, por vezes, tendências distintas, pois a freguesia de Pombal apresenta um padrão sucessivo de decréscimo relativamente ao efetivo animal, enquanto que na Redinha o caso já não é tao linear, havendo períodos de crescimento, assim como de redução.

7.2.3. Floresta

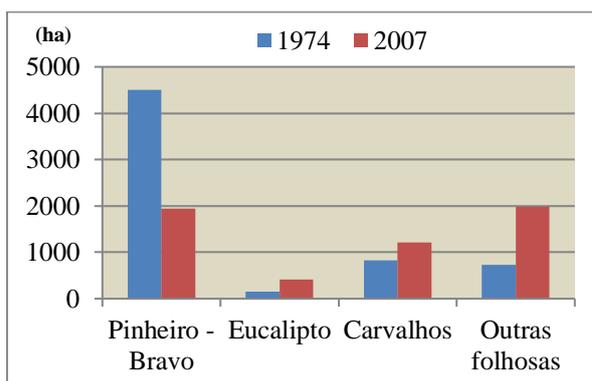


Figura 19 – Área florestal da freguesia de Pombal.

(Fonte: Carta Agrícola Florestal de 1974 e Carta de Ocupação do Solo de 2007)

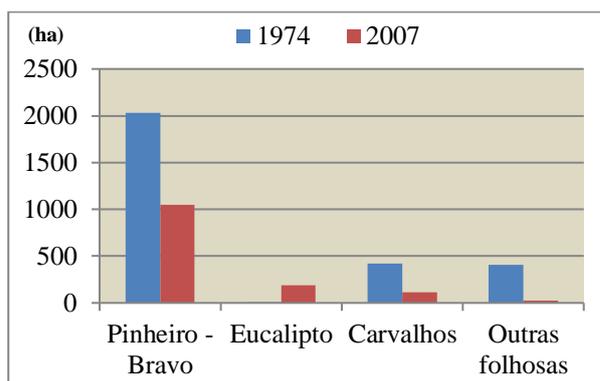


Figura 20 – Área florestal da freguesia da Redinha.

(Fonte: Carta Agrícola Florestal de 1974 e Carta de Ocupação do Solo de 2007)

Através da análise das figuras 19 e 20²⁶⁹, que apresentam a área florestal da freguesia de Pombal e da Redinha, respetivamente, podemos retirar algumas ilações.

Deste modo, e sabendo que em 1974 a freguesia de Pombal apresentava 4800,1 de hectares de espaços florestais (que correspondia a 49,1% da área total), existia uma espécie predominante que era o Pinheiro Bravo. Todavia, em 2007, onde a área florestal era de,

²⁶⁹ Gráficos construídos com base nos dados, gentilmente, fornecidos pela Câmara Municipal de Pombal, tendo como base a Carta Agrícola de 1974 e a Carta de Ocupação do Solo de 2007.

aproximadamente, 5547,1 hectares (56,8% da área total)²⁷⁰ é visível uma grande quebra dessa espécie, apesar de continuar a ter uma elevada representatividade na freguesia. Por sua vez, com o crescimento de outras espécies, como o Eucalipto (que duplica a sua área de ocupação), o Carvalho²⁷¹ e de outras folhosas verificamos o aumento da área florestal, de 1974 a 2007, em cerca de 7.7%.

Posto isto, é correto afirmar que existiu um aumento da área florestal na freguesia de Pombal que pode estar relacionado com o facto de ter existido uma retração da superfície agrícola utilizada, sendo esta agora ocupada pela floresta, uma vez que esta não necessita de mão de obra para se instalar.²⁷²

No que concerne à freguesia da Redinha o panorama é, mais uma vez, distinto do da freguesia de Pombal. Desde logo, importa salientar o facto da freguesia em questão de 1974 até 2007 apresentar uma redução da área florestal, ou seja, dos 2913,1 (69,2% da área total) passou para os 2787 (66,2% da área total), respetivamente.

Contudo, é importante referir que dos 2787 ha considerados apenas 992,2 ha são realmente floresta, visto que os restantes 1795,2 representam, segundo o COS de 2007, vegetação arbustiva e herbácea e áreas descobertas e com pouca vegetação, podendo ser considerada uma área inculta, embora este termo continue a ser bastante ambíguo. Assim, e tendo por base os valores dos incultos retirados das cartas agrícolas florestais de 1974 (aproximadamente 787 ha) fica visível um claro aumento desta área.

Porém, e como também acontece na freguesia de Pombal, verificamos um declínio da área ocupada pelo Pinheiro Bravo e a um aumento do Eucalipto. No entanto, mais nenhuma espécie regista um incremento significativo.

Em suma, e considerando que o concelho abordado segundo Cancela D'Abreu pertence ao "Pinhal Centro", acaba por ser natural a presença de uma área relativamente elevada de pinhal, embora com "*(...) inclusões cada vez mais frequentes de eucalipto...*"²⁷³, tal como

²⁷⁰ Todavia, importa salientar que estes valores podem englobar terrenos com vegetação arbustiva e herbácea e áreas descobertas e com pouca vegetação. Para além disso, salientamos que segundo a carta agrícola florestal de 1974 a freguesia de Pombal apresentava, aproximadamente, 550 ha de área inculta.

²⁷¹ O Carvalho que por norma apresenta uma boa taxa de regeneração e que cresce facilmente em terrenos que foram abandonados. Cf. ALMEIDA, António Campar, NUNES, Adélia, FIGUEIREDO, Albano, *Mudanças no uso do Solo – no interior Centro e Norte de Portugal*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2009, p. 35.

²⁷² ALMEIDA, António Campar, NUNES, Adélia, FIGUEIREDO, Albano, *Mudanças no uso do Solo – no interior Centro e Norte de Portugal*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2009, *ob. cit.*, p. 23.

²⁷³ D'ABREU, Alexandre Cancela (et. al), *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*, Vol. I, Lisboa, Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004, p. 70.

ficou visível na análise efetuada, pois as freguesias abordadas encontram-se ocupadas pela área florestal (mais de 50% da área total em ambos os casos).

7.2.3.1. Incêndios Florestais

Considerando que a freguesia de Pombal, assim como a freguesia da Redinha apresentam, tal como ficou demonstrado, uma grande área florestal, é fundamental fazermos uma breve referência ao número de incêndios, sendo que este acaba por ser, também, um agente modelador da paisagem, pois parte da área florestal queimada pode passar a ser vista como uma área inculta, ou ter outra função.

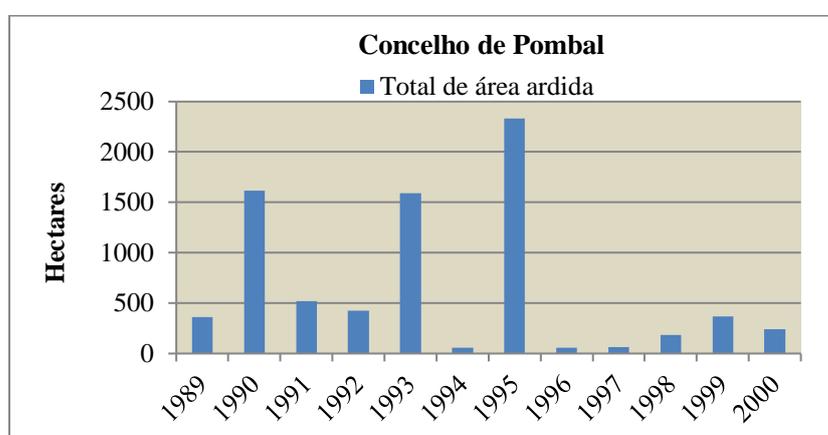


Figura 21 - Área ardida no concelho de Pombal de 1989 a 2000.
(Fonte: ICNF)

Deste modo, e considerando a figura 21, que corresponde à área ardida do concelho de Pombal entre 1989 e 2000²⁷⁴, constatamos que, sobretudo, em 1990 e 1995 ardeu uma área considerável.

²⁷⁴ Devido à falta de valores para o período entre 1989 e 2000 para ambas as freguesias foram utilizados os dados disponíveis, isto é, a área ardida do concelho.

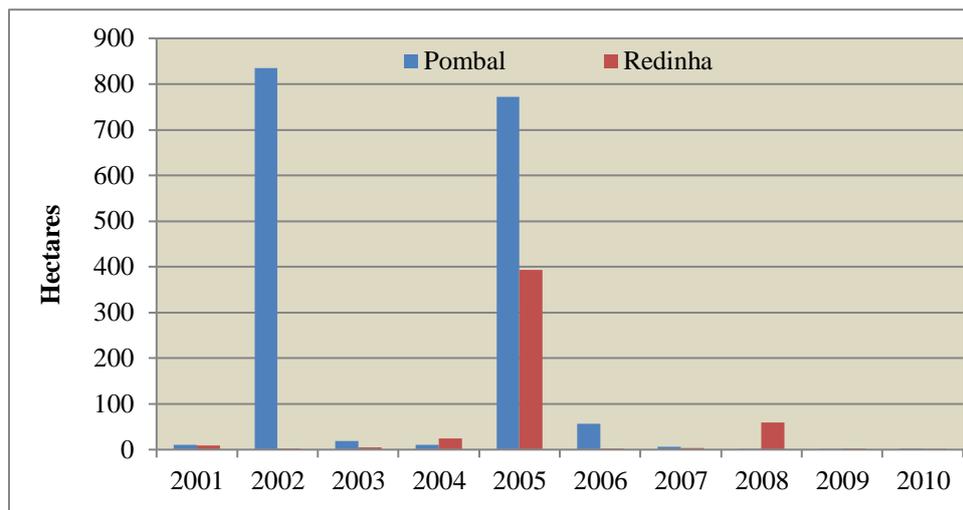


Figura 22 - Área ardida na Freguesia de Pombal e na freguesia da Redinha entre 2001 e 2010.
(Fonte: ICNF)

Relativamente à última década, é notório que a freguesia de Pombal “sofreu” mais com os incêndios que a freguesia da Redinha. Na figura 22 sobressaem dois anos, o de 2002 e o de 2005, em que Pombal teve, sem dúvida, uma grande área florestal ardida. Por sua vez, a Redinha em 2005 teve, igualmente, uma larga área florestal afetada pelos incêndios, onde o peso do mesmo se evidencia, ainda mais, aquando da comparação da sua área total com a área devastada pelos incêndios deflagrados em 2005.

7.3. Alterações do uso do solo: principais causas

A análise quantitativa, permitiu identificar a existência de alterações nos usos/ocupação do solo no período considerado. Assim, o presente capítulo tem como principal objetivo identificar as principais causas que levaram a essas alterações. Contudo, importa salientar, desde já, que por vezes é difícil identificar esses fatores numa escala reduzida como é o caso das freguesias, daí ser ocasionalmente necessário, utilizar uma escala mais “ampla”.

Posto isto, podemos afirmar que as alterações no uso do solo e na cobertura vegetal “representam uma das mais importantes manifestações de interação entre o Homem e a biosfera”²⁷⁵ e ocorrem, naturalmente, a ritmos distintos e são determinados por múltiplos fatores, como, por exemplo, os fatores económicos, os fatores políticos, fatores físicos, entre outros fatores²⁷⁶. Deste modo, não podemos considerar as alterações do uso do solo como um

²⁷⁵ NUNES, Adélia, *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana": extensão, causas e efeitos ambientais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007, *ob. cit.*, p. 71.

²⁷⁶ MEDEIROS, Carlos Alberto, “O espaço rural: condicionamentos, formas de utilização dos solos, mutações” *In Geografia de Portugal. O Ambiente Físico*, MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.), Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p. 16 e p. 20.

processo simples, “*mas sim o resultado de complexas e contínuas interações, quer em termos espaciais, quer em termos temporais.*”²⁷⁷.

7.3.1. Fatores ambientais

Um dos fatores considerados mais importantes para as alterações do uso dos solos é, indubitavelmente, o clima.

A área em questão, tal como já foi referido, apresenta um clima mediterrânico, onde o tempo quente coincide com as estações de seca, logo, há um período de carência de precipitação, o que se traduz em atributos da vegetação – existindo, contudo, o recurso à rega, de uma forma mais sistemática, durante a estação de verão e a opção pelo cultivo de cereais de inverno, sobretudo, do trigo²⁷⁸. Deste modo, a vegetação tem de enfrentar e superar estas condições adversas e tirar partido das estações que, por norma, lhe são mais favoráveis, isto é, o outono e a primavera.²⁷⁹

Assim, a seleção das culturas para cultivo, assim como o aparecimento de determinada vegetação é, também, condicionada pelo balanço hídrico, ou seja, a ausência de água aliada as altas temperaturas. Por consequência, as opções ficam restritas a culturas de ciclo de outono/inverno de maneira a ser possível ultrapassar as deficiências hídricas apresentadas, neste caso em particular, nos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro.²⁸⁰ No entanto, é importante referir que o excesso de precipitação pode ser igualmente perigoso visto que pode levar à saturação do solo e, por conseguinte, ao apodrecimento das raízes²⁸¹.

Para além disso, as baixas temperaturas registadas, sobretudo, nos meses de inverno - que normalmente apresentam uma temperatura térmica anual mais baixa -, podem influenciar as colheitas, pois uma geada primaveril pode ser desastrosa para a produção²⁸², principalmente se “(...) a sua manifestação ocorrer na época de floração.”²⁸³

²⁷⁷ NUNES, Adélia, *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana": extensão, causas e efeitos ambientais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007, *ob. cit.*, p. 71.

²⁷⁸ MEDEIROS, Carlos Alberto, “O espaço rural: condicionamentos, formas de utilização dos solos, mutações” *In* MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.), *Geografia de Portugal. O Ambiente Físico*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p. 16.

²⁷⁹ NUNES, Adélia, *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana": extensão, causas e efeitos ambientais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007, p. 96.

²⁸⁰ *Idem, Ibidem.*

²⁸¹ *Idem, Ibidem.*

²⁸² DERREAU, Max, *Geografia Humana I*, Lisboa, Editorial Presença, 1973, p. 257.

NUNES, Adélia, *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana": extensão, causas e efeitos ambientais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007, *ob. cit.*, p. 96.

Posto isto, é ainda necessário enfatizar o caso dos solos²⁸⁴ sendo que na área em estudo, partindo do litoral para o interior, contamos com a presença de diferentes tipos de solos como os Podzóis órticos (associados a Regossolos êutricos e a Cambissolos êutricos), os Cambissolos cálcicos e os Luvisolos rodocrômicos cálcicos²⁸⁵.

Portanto, e como já foi explicitado no terceiro ponto do presente trabalho, a área em estudo é, em grande parte, constituída por calcários (que chegam, por vezes a conter uma cobertura gresosa) que vão acabar por influenciar o crescimento/desenvolvimento das plantas/culturas, visto que esta rocha apresenta uma propensão à formação de gretas e uma elevada permeabilidade. Esta permeabilidade vai influenciar o ciclo hidrológico, principalmente da freguesia da Redinha, dando lugar às exurgências como a dos Olhos D'água dos Anços²⁸⁶. Desta forma, e focando-me na freguesia da Redinha, que apresenta uma carência da água evidente na maior parte da sua área, é natural que uma das culturas permanentes que se destaca – apesar da quebra registada - seja a oliveira, pois, como já referimos anteriormente, é uma cultura de fácil adaptação a terras secas e calcárias, acabando inclusivamente por ser vista, por alguns, como uma fonte de rendimento uma vez que delas provém o azeite, que é um produto natural de altíssima qualidade nacional, sendo ainda considerada por muitos indispensável na dieta portuguesa.

²⁸⁴ A disponibilidade de nutrientes no solo é considerada um dos principais fatores ambientais que afeta a natureza e a distribuição de vegetação, contudo, devido à ausência de análises químicas efetuadas aos solos, este fator na será aprofundado. Cf. NUNES, Adélia, *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana": extensão, causas e efeitos ambientais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007, p. 97.

²⁸⁵ <http://sniamb.apambiente.pt/Home/Default.htm> (consultado a 10-11-2016).

²⁸⁶ Sobre a exurgência dos Olhos D'água vide o ponto 3.1.4 do presente trabalho.

7.3.2. Fatores demográficos

Quadro VII – Variação da População Residente do concelho de Pombal.

(Fonte: INE)

Localidade/Anos	População Residente					Taxa de Variação da População Residente (%)										
	1960	1981	1991	2001	2011	60-81	60-91	60-01	60-011	81-91	81-01	81-011	91-01	91-011	01-011	
Pombal (concelho)	59931	53727	51357	56299	55217	-10,4	-14,31	-6,06	-7,87	-4,41	4,79	2,77	9,62	7,52	-1,92	
F r e g u e s i a s	Abiul	5180	3845	3217	3090	2729	-25,8	-37,90	-40,35	-47,32	-16,33	-19,64	-29,02	-3,95	-15,17	-11,68
	Albergaria dos Doze	2652	2093	1936	1745	1765	-21,1	-27,00	-34,20	-33,45	-7,50	-16,63	-15,67	-9,87	-8,83	1,15
	Almagreira	4125	3353	2911	3075	3076	-18,7	-29,43	-25,45	-25,43	-13,18	-8,29	-8,26	5,63	5,67	0,03
	Carnide	1859	1720	1470	1722	1647	-7,48	-20,93	-7,37	-11,40	-14,53	0,12	-4,24	17,14	12,04	-4,36
	Cariço	3684	3715	3814	3872	3653	0,841	3,53	5,10	-0,84	2,66	4,23	-1,67	1,52	-4,22	-5,66
	Louriçal	5608	5039	5071	5095	4720	-10,1	-9,58	-9,15	-15,83	0,64	1,11	-6,33	0,47	-6,92	-7,36
	Mata Mourisca	6592	6260	1913	1942	1835	-5,04	-70,98	-70,54	-72,16	-69,44	-68,98	-70,69	1,52	-4,08	-5,51
	Pelariga	2435	2226	2096	2291	2176	-8,58	-13,92	-5,91	-10,64	-5,84	2,92	-2,25	9,30	3,82	-5,02
	Pombal	9973	12409	12805	16049	17187	24,43	28,40	60,92	72,34	3,19	29,33	38,50	25,33	34,22	7,09
	Redinha	3360	2554	2211	2363	2117	-24	-34,20	-29,67	-36,99	-13,43	-7,48	-17,11	6,87	-4,25	-10,41
	Santiago de Litém	3789	2556	2322	2550	2237	-32,5	-38,72	-32,70	-40,96	-9,15	-0,23	-12,48	9,82	-3,66	-12,27
	São Simão de Litém	3080	1852	1638	1605	1382	-39,9	-46,82	-47,89	-55,13	-11,56	-13,34	-25,38	-2,01	-15,63	-13,89
	Vermoil	4890	4212	2571	2855	2656	-13,9	-47,42	-41,62	-45,69	-38,96	-32,22	-36,94	11,05	3,31	-6,97
	Vila Cã	2704	1893	1727	1725	1659	-30	-36,13	-36,21	-38,65	-8,77	-8,87	-12,36	-0,12	-3,94	-3,83
Meirinhas	*(1)	*(1)	1338	1732	1775								29,45	32,66	2,48	
Guia	*(1)	*(1)	2705	2726	2672								0,78	-1,22	-1,98	
Ilha	*(1)	*(1)	1612	1862	1931								15,51	19,79	3,71	

O concelho de Pombal²⁸⁷ (segundo os recenseamentos de 1960²⁸⁸, 1981, 1991, 2001 e 2011) tem vindo a perder população residente²⁸⁹.

Posto isto, através dos resultados apresentados, constatamos que entre 1960-2011, assistimos a uma diminuição da população residente, sendo que em 1960 o concelho de Pombal apresentava uma população com cerca de 59931 pessoas e, por sua vez, em 2011 já apresentava uma população residente de 55217. Esta perda é facilmente confirmada através da Taxa de Variação da População Residente, visto que a mesma decresce cerca de 7,87%. Em contrapartida, entre 1991-2001 deu-se um aumento da população, onde se verifica um crescimento da Taxa de Variação da População Residente (9,62%). No entanto, na última década em análise (2001-2011), podemos verificar que a tendência de diminuição de população residente volta a ser visível.

²⁸⁷ Importa referir que a análise efetuada tem como base os resultados dos censos do período referido, sendo que as freguesias apresentadas não estão de acordo com a nova reestruturação administrativa (treze freguesias), mas sim, com a antiga configuração (dezassete freguesias).

²⁸⁸ Para as freguesias das Meirinhas, Ilha e Guia, não existiam valores no recenseamento de 1960 e de 1981, por isso, na presente tabela, no local destinado a esses valores estará um *(1).

²⁸⁹ População residente que se pode definir, segundo o INE, como um “Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.” <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6259> (consultado a 18-11-2015).

Analisando o panorama das freguesias do concelho de Pombal, é fundamental destacar duas, isto é, Pombal e Redinha, uma vez que ao longo do presente estudo são as mais visadas.

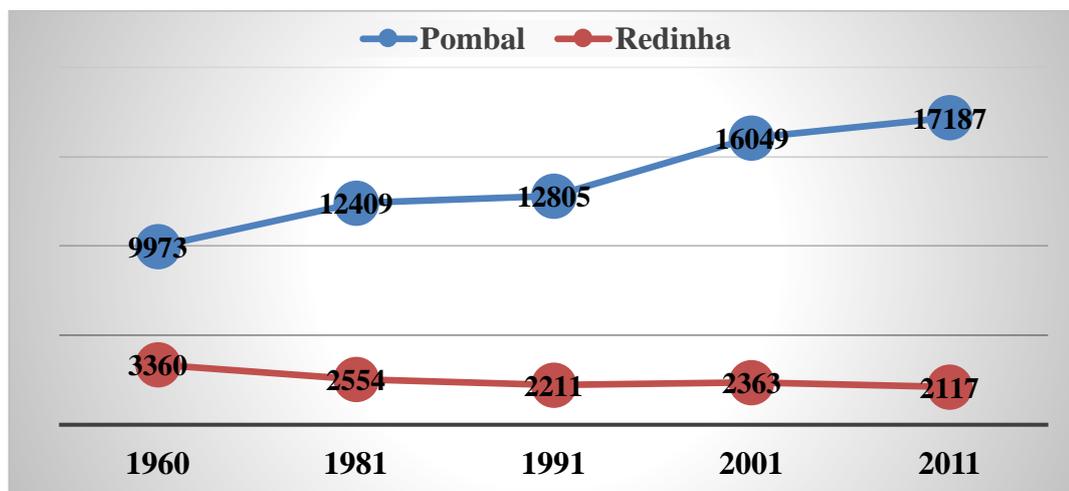


Figura 23 -Variação da população residente na freguesia de Pombal e freguesia da Redinha.
(Fonte: INE)

Assim, através da análise da figura 23, podemos inferir que a freguesia de Pombal entre 1960-2011 apresentou um constante crescimento de população residente (cerca de 72,34%), destacando-se o período que compreende 1960-1981 – onde se registou a passagem de 9973 pessoas para 12409 – assim como o período de 1991-2001, no qual se verificou um crescimento muito acentuado onde de 12805 pessoas se passou para 16049 - crescimento que é facilmente verificado através da análise da Taxa de Variação da População Residente onde conseguimos observar um aumento de 25,33%. Este crescimento foi motivado por diversos fatores, como por exemplo o facto de ser a única freguesia do concelho urbana, atraindo, por este motivo, mais pessoas.

No que concerne à freguesia da Redinha, o caso é totalmente diferente da situação de Pombal, pois esta apresenta um decréscimo da população residente entre 1960-2011 – de 3360 pessoas passou para, “apenas”, 2117 -, destacando-se, sobretudo, o período entre 1960-1991, que segundo a Taxa de Variação da População Residente, teve uma perda de 34,20% (redução de 1149 pessoas). No entanto, no período entre 1991-2001 a diminuição da população residente é invertida, ocorrendo, então, um ligeiro aumento da mesma (6,87% - aumento de 152 indivíduos). Todavia, esse aumento foi facilmente suplantado pela nova redução ocorrida entre 2001-2011 (diminuição de 246 pessoas). Este decréscimo, pode ter sido motivado pelo facto da freguesia em questão ser maioritariamente rural, apresentando, assim, um índice de desenvolvimento reduzido.

Por fim, constatámos que no Concelho de Pombal podem identificar-se duas realidades distintas. Por um lado, uma parte do concelho urbana com maior capacidade de atrair população, apresentando áreas industriais e um setor terciário desenvolvido (caraterísticas presentes nomeadamente na freguesia de Pombal). Por outro lado, o município regista extensas áreas rurais dedicadas quase exclusivamente ao setor primário, em grande parte através de pequenas explorações agrícolas, como é o caso da Redinha.

Em suma, é correto afirmar que existe uma complementaridade entre o mundo urbano e as várias áreas rurais “marginais”, já que estas últimas, alvo de uma saída continuada de pessoas, devido à falta de recursos e com condições de acessibilidade particularmente desfavoráveis, levam os cidadãos a deslocarem-se para as áreas urbanas²⁹⁰.

Posto isto, o concelho de Pombal, tal como é visível no Quadro VII, entre 1960 e 2011 apresenta uma redução de efetivos populacionais (-7,87%). No entanto, o concelho em questão, sendo caracterizado como um concelho de migrantes, leva a que se verifique um aumento ou redução dos efetivos populacionais durante certos períodos, tal como acontece entre 1991-2001, onde se constata uma variação positiva de 9,62% muito graças à vaga de imigrantes provenientes da Europa do Leste, assim como do Brasil e, ainda, o regresso dos emigrantes Pombalenses. Porém, na década seguinte já constatamos uma nova retração, pois esta situação de grande afluência de imigrantes para Portugal e de regresso de emigrantes iria reverter-se devido à crise de 2008, ano em que a emigração voltou a ter números bastante elevados²⁹¹.

A acompanhar a tendência regressiva de efetivos populacionais temos a freguesia da Redinha, que sofre diversas mutações demográficas que acabam por gerar repercussões na composição etária da população²⁹².

A saída dos jovens e dos adultos para outros países, concelhos ou até freguesias, geram elevadas quebras nas taxas de fecundidade e natalidade²⁹³, o que consolida o envelhecimento da população agrícola. Assim, esta população envelhecida pode vir a apresentar uma falta de

²⁹⁰ FERRÃO, João, *Relações entre o mundo rural e o mundo urbano, evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro*, RCAAP, p. 47 (consultado a 15-11-2015).

²⁹¹ PEIXOTO, João, “Migrações”, In CARDOSO, José Luís (coord.), *Portugal Social de A a Z*, Lisboa, Expresso, 2013, p. 157.

²⁹² NUNES, Adélia, *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana": extensão, causas e efeitos ambientais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007, p. 102.

²⁹³ *Idem, Ibidem.*

“(…) *capacidade inovadora* [e de] *espírito de iniciativa* (...)”²⁹⁴ que constitui, por vezes, um entrave à modernização da agricultura, podendo afetar a dinâmica económica da região.

Por sua vez, a freguesia de Pombal apresenta uma evolução demográfica positiva, sendo que esta se explica facilmente pelo facto de ser a sede de município, funcionando, assim, como fator de atração populacional. Porém, e como veremos numa fase posterior do trabalho, em Pombal o setor que irá predominar será o terciário, deixando a agricultura num terceiro plano.

7.3.3. Fatores económicos

O papel da agricultura na economia nacional, tem vindo a perder importância, resultado das alterações observadas nos setores de atividade em termos de população ativa.

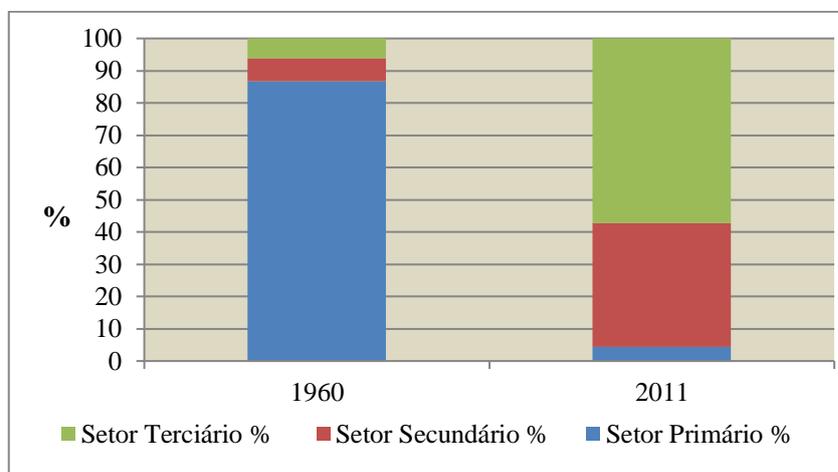


Figura 24 – Pop. ativa dos setores de atividade concelho de Pombal (1960-2011)
(Fonte: INE)

Tendo como base a figura 24, são visíveis as grandes alterações que ocorreram nos setores de atividade no concelho de Pombal em termos de população ativa²⁹⁵. Assim, verificamos que no ano de 1960 grande parte da população ativa integrava-se no setor primário, não existindo uma repartição intersectorial equilibrada, pois os restantes setores tinham uma ínfima representatividade. Contudo, no ano de 2011, observamos uma enorme perda de representatividade por parte do setor primário, sendo que o protagonismo é agora do setor terciário – o que mais cresceu nas últimas décadas devido ao desenvolvimento de serviços ligados à educação e à saúde, ao desenvolvimento dos serviços sociais e de administração

²⁹⁴ MEDEIROS, Carlos Alberto, “O espaço rural: condicionamentos, formas de utilização dos solos, mutações” In MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.), *Geografia de Portugal. O Ambiente Físico*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, *ob. cit.*, p. 22.

²⁹⁵ Seria mais proveitoso realizar uma análise a nível das freguesias trabalhadas, porém, devido à falta de dados, tal não foi exequível.

pública. Também o setor secundário cresceu a partir de meados da década de sessenta, tendo um peso atual importante²⁹⁶.

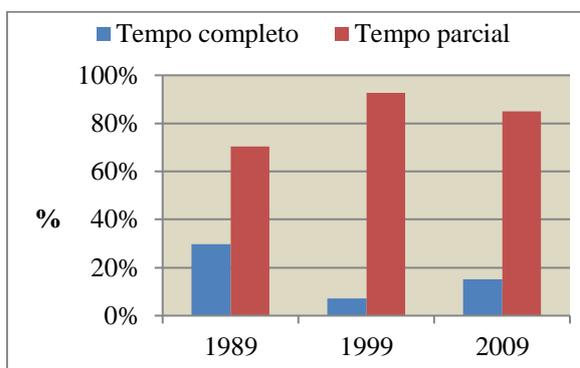


Figura 25 – Tempo de atividade agrícola na exploração na freguesia de Pombal
(Fonte: INE)

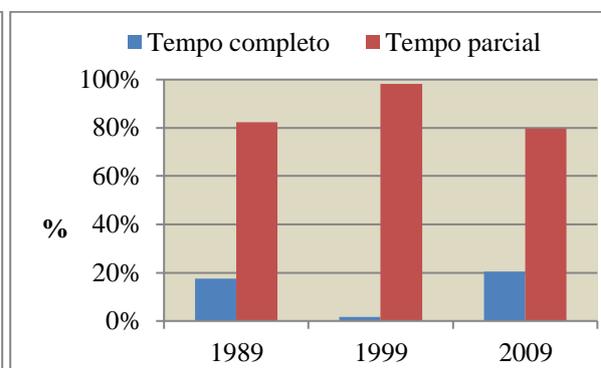


Figura 26 – Tempo de atividade agrícola na exploração na freguesia da Redinha
(Fonte: INE)

De forma a complementar o que foi dito anteriormente, segundo a análise das figuras 25 e 26, verificamos que, por norma, cerca de 80% dos agricultores trabalha no setor agrícola a tempo parcial²⁹⁷ o que nos pode levar a concluir que estes, para além desta prática, exercem outra atividade remunerada, ou seja, estamos perante um cenário de pluriatividade assim como de plurirrendimento (o rendimento não advém só da agricultura, mas também de outra atividade exercida pela pessoa)²⁹⁸. Logo, a agricultura pode ser vista como um setor dualista não só pela sua forma de inserção na produção como pelo estilo de vida que pode proporcionar aos agricultores²⁹⁹.

²⁹⁶ MARQUES, Teresa Sá, *Portugal na transição do século: retratos e dinâmicas territoriais*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, 2004, p. 87.

²⁹⁷ Esta prática parcial da agricultura, segundo Carlos Alberto Medeiros, pode vir a gerar uma complexidade na distinção/separação entre o que é rural e o que é urbano. Cf. MEDEIROS, Carlos Alberto, "O espaço rural: condicionamentos, formas de utilização dos solos, mutações" in MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.), *Geografia de Portugal. O Ambiente Físico*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p. 25.

²⁹⁸ Para um olhar mais geral vide, CAVACO, Carminda, "Enquadramento Macroeconómico Mudança e Crise", in MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.), *Geografia de Portugal. O Ambiente Físico*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p. 57.

²⁹⁹ *Idem*, *Ibidem*, p. 28.

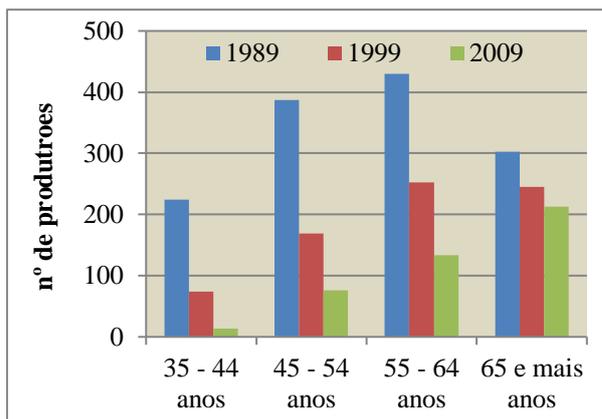


Figura 27 – Produtores agrícolas singulares por grupo etário da freguesia de Pombal.

(Fonte: INE)

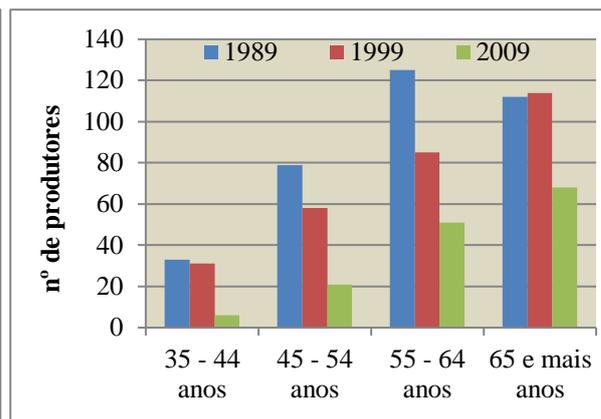


Figura 28 – Produtores agrícolas singulares por grupo etário da freguesia da Redinha.

(Fonte: INE)

Seguindo a linha apresentada até ao momento, através da análise das figuras 27 e 28 relativas à freguesia de Pombal e freguesia da Redinha, respetivamente, podemos traçar o perfil dos agricultores com maior pormenor. Por conseguinte, verificamos a manifestação de uma tendência em ambas as freguesias, que é o facto de no ano de 2009 o número de produtores com 65 e mais anos ser o mais elevado, o que pode representar o desinvestimento ou o desinteresse por parte da população mais jovem no que à agricultura diz respeito. Deste modo, face ao avançado nível etário, aliado à exigência física que o trabalho agrícola tem, é de se esperar que um grande número de produtores abandone esta atividade – realçamos, igualmente, o facto de a segunda classe, em 2009, mais representativa ser a que engloba os agricultores de 55 a 64, o que poderá levar à conclusão que estes podem cessar as suas atividades num período próximo, levando a uma conseqüente redução da área cultivada.

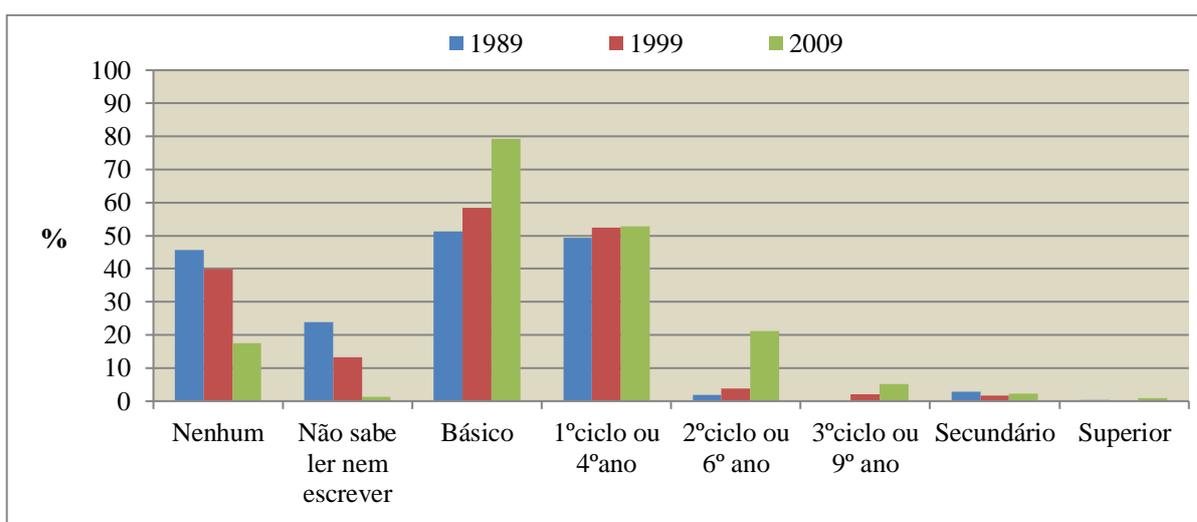


Figura 29 – Proporção de Produtores agrícolas singulares por nível de escolaridade da freguesia de Pombal.

(Fonte: INE)

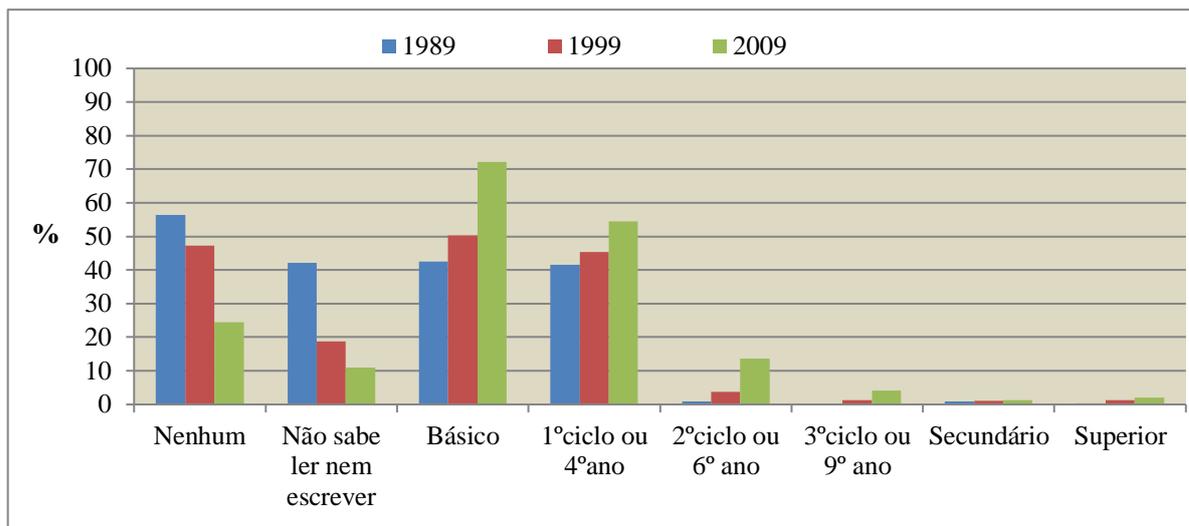


Figura 30 – Proporção de Produtores agrícolas singulares por nível de escolaridade da freguesia da Redinha.
(Fonte: INE)

No que diz respeito ao grau académico, sintetizados pelas figuras 29 e 30, observamos que no ano de 1989, em ambas as freguesias, muito dos produtores agrícolas não apresentavam qualquer formação académica, não sabendo ler nem escrever. A formação da maior parte destes agricultores restringia-se ao 1º ciclo, sendo que a frequência do ensino superior ou do secundário era praticamente inexistente.

Todavia, embora de uma forma reduzida, com o avançar das décadas a instrução dos agricultores aumenta. Nesse sentido, já constatamos um número mais elevado de produtores que frequentaram o 2º ciclo ou 6º ano e até o 3º ciclo ou 9º ano. Mas, na generalidade, a formação mantém-se muito escassa, continuando a predominar a percentagem de produtores que frequentaram, unicamente, o 1º ciclo.

Permanecendo a elevada falta de instrução dos agricultores, aliada ao envelhecimento anteriormente descrito, será difícil implementar o uso de novas tecnologias de forma a tornar a agricultura mais rentável e produtiva, aproveitando, de uma melhor forma as nossas potencialidades endógenas para, assim, se diminuir as disparidades que existem comparativamente aos países com um índice de desenvolvimento superior³⁰⁰.

7.3.4. Estrutura Produtiva

Como já foi previamente esclarecido, no concelho de Pombal, mais precisamente nas freguesias abordadas, a prática da agricultura não é atrativa e dificilmente será fonte de

³⁰⁰ Cf. NUNES, Adélia, *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana": extensão, causas e efeitos ambientais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007, p. 106.

enriquecimento. Desta forma, esta não apresenta um poder de atração para os jovens e nem mesmo para a maioria dos adultos.

Para além da reduzida área agrícola utilizada, as dimensões das propriedades podem dar ao problema. Na área em questão, a estrutura fundiária predominante é o minifúndio, sendo que estes podem apresentar inconvenientes, “...desde as dificuldades de mecanização e organização dos trabalhos, até à sua autossustentação que lhes anda ligada e faz perder excedentes (...)”³⁰¹. Estas explorações não apresentam, então, na maior parte das vezes, uma dimensão suficiente para rentabilizar determinadas tecnologias³⁰².

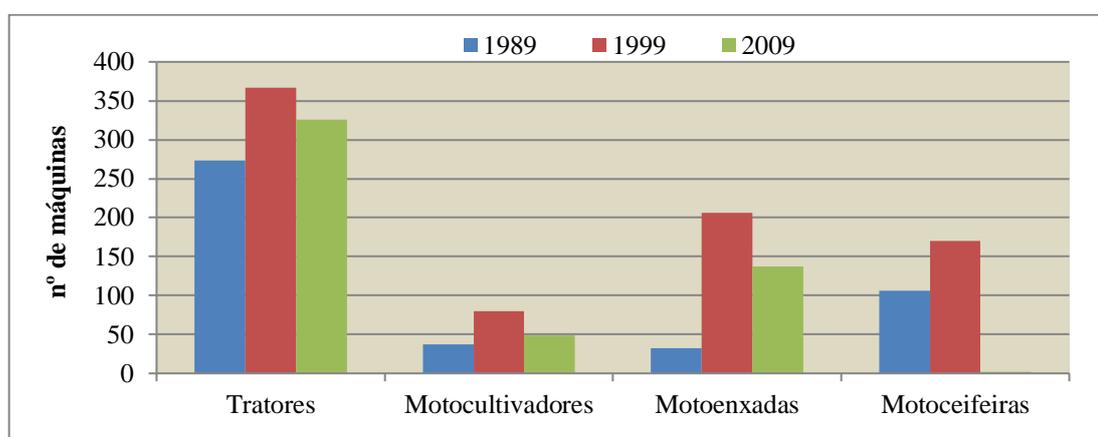


Figura 31 – Número de máquinas da freguesia de Pombal.
(Fonte: INE)

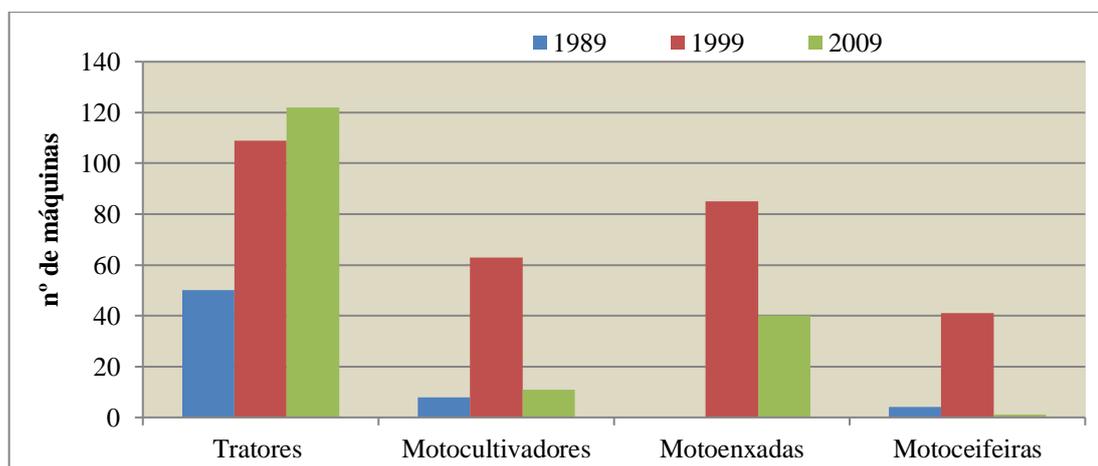


Figura 32 – Número de máquinas da freguesia da Redinha.
(Fonte: INE)

³⁰¹ MEDEIROS, Carlos Alberto, “O espaço rural: condicionamentos, formas de utilização dos solos, mutações” in MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.), *Geografia de Portugal. O Ambiente Físico*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, *ob. cit.*, p. 20.

³⁰² BAPTISTA, Francisco, *A agricultura Europeia à entrada do século XXI*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1989, p. 27.

Apesar de tudo, e como evidenciam as figuras 31 e 32³⁰³, a reduzida dimensão dos terrenos não impediram que nas últimas duas décadas se registasse uma evolução no quantitativo da maquinaria, com especial destaque para os tratores que na freguesia da Redinha em 2009 ainda apresentam um aumento comparativamente com o ano de 1999; para as motoenxadas que crescem de maneira significativa de 1989 para 1999 – registando uma diminuição em 2009 em ambos os casos. Por sua vez o número de motoceifeiras, em 2009, vai ser nulo nas duas freguesias.

7.3.5. Fatores político-estruturais: a Política Agrícola Comum (PAC)

A evolução do uso do solo em Portugal nas últimas décadas foi influenciada (para além dos fatores elencados até ao momento), por condicionantes externas, principalmente, comunitárias, como a Política Agrícola Comum (PAC), cujo principal propósito era de garantir o crescimento da produtividade agrícola, ajustando a oferta à procura³⁰⁴. Esta que teve um grande impacto “(...) nos cultivos e nas rotações, nos métodos e nas técnicas, nos arranjos dos campos e aldeias, nas paisagens, nos efetivos animais, nas estruturas familiares ...”³⁰⁵.

Todavia, a aplicação de políticas (a nível interno) que incrementavam o aumento/rentabilização de produção, não foi algo novo para os portugueses. Desta forma, e salvaguardando as respetivas diferenças, recordamos a “Lei das Sesmarias” incrementadas por D. Fernando I, que “visavam obrigar ao amanhã das terras que fossem próprias para dar pão e frutos necessários.”³⁰⁶.

Posto isto, e tendo como base os valores da SAU³⁰⁷ apresentados pelo concelho, verificámos, que no período em análise, o ano de 1989 era o que apresentava os valores mais elevados, o que pode estar relacionado com o facto de Portugal ter beneficiado durante um período de 10 anos do PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura em Portugal), ajudando, desta forma, a amortizar o desinvestimento pelo qual a agricultura estava a passar³⁰⁸. Porém, o decréscimo verificado em 1999 pode estar igualmente ligado com a

³⁰³ Na figura 31 e 32, apenas estão representadas as máquinas que tinham maior representatividade para as freguesias, tendo sido excluídas as “ceifeiras debulhadoras”.

³⁰⁴ Cf. CAVACO, Carminda, “Enquadramento Macroeconomico Mudança e crise”, in MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.), *Geografia de Portugal. O Ambiente Físico*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p. 36.

³⁰⁵ CAVACO, Carminda, “Enquadramento Macroeconomico Mudança e crise”, in MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.), *Geografia de Portugal. O Ambiente Físico*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, *ob. cit.*, p. 35.

³⁰⁶ NUNES, Adélia, *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana": extensão, causas e efeitos ambientais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007, p. 108.

³⁰⁷ Sobre a análise efetuada à SAU vide o ponto 7.2.1 do presente trabalho.

³⁰⁸ NUNES, Adélia, *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana": extensão, causas e efeitos ambientais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007, p. 109.

dependência do país face ao programa, visto que o mesmo cessa em 1995 ocorrendo, daí, a retração da superfície utilizada³⁰⁹.

Contudo, os agricultores da CEE responderam de uma forma extremamente positiva aos desafios criados pela PAC, cumprindo quase todos os objetivos que tinham sido traçados, como o aumento da produção, melhoria das produtividades, melhoria nos rendimentos, entre outros³¹⁰. Esta resposta vai originar algumas situações menos usuais como são exemplo os excedentes de produção face às necessidades de consumo interno e de exportação. Por conseguinte, as instituições vão colocar em prática uma política de liberalização gradual dos mercados, “acompanhada de uma série de medidas inibidoras ou desincentivadoras ao aumento do aumento da produtividade³¹¹ e da produção (limites à produtividade do trabalho agrícola; congelamento de terras; extensificação da produção; ajudas ao rendimento, etc.)”³¹². Assim, e considerando estas medidas, será natural que muitas das culturas temporárias e permanentes, mas não só, apresentem uma redução em ambas as freguesias abordadas.

Por sua vez, a reflorestação das terras agrícolas – reconversão de uma área de modo a tentar torna-la mais rentável - (outra das competências da PAC), vai permitir a expansão do espaço florestal, tal como acontece na freguesia de Pombal, onde se constata um aumento elevado da área composta por eucaliptos (mas não só) – devido, também a fatores económicos, visto que este cresce rapidamente e dá mais lucro que o pinheiro -, à custa de terras abandonadas, com arborização de qualidade³¹³. Esta ideia vai ser reforçada através da Portaria nº 199/94 onde segundo Adélia Nunes “... ficou estabelecido o regime de ajudas às medidas florestais na agricultura, instituídas pelo Regime CEE) 2080/92, de 30 de junho.”³¹⁴.

³⁰⁹ Saliento que a interpretação efetuada pode ser apenas uma hipótese, não existindo dados suficientes para comprova-la.

³¹⁰ BAPTISTA, Francisco, *A agricultura Europeia à entrada do século XXI*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1989, p. 7.

³¹¹ Relembramos que já no tempo do Marquês de Pombal, perante um cenário de excesso de vinho foram tomadas medidas no âmbito das vinhas serem substituídas por outras culturas. Cf. NUNES, Adélia, *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana": extensão, causas e efeitos ambientais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007, p. 108.

³¹² BAPTISTA, Francisco, *A agricultura Europeia à entrada do século XXI*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1989, *ob. cit.*, p. 7.

³¹³ Cf. NUNES, Adélia, *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana": extensão, causas e efeitos ambientais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007, p. 110.

³¹⁴ *Idem, Ibidem, ob. cit.*, p. 113.

Para além do referido, as medidas protagonizadas que geraram então excedentes de produtividade, permitiram, ainda, a transferência de mão-de-obra da agricultura para outros setores de atividade, reforçando o que já foi observado anteriormente³¹⁵.

Por fim, importa ainda salientar que devido à PAC o número de pastagens tende a crescer graças aos apoios prestados à pecuária que, por norma, privilegiam os sistemas de criação de gado, como por exemplo o ovino, daí que no caso da freguesia de Pombal, a diminuição em termos de efetivos não seja tão elevada comparativamente às restantes classes³¹⁶.

Em suma, é correto afirmar que a organização do espaço agrário se encontra intimamente ligado e direcionado pela Política Agrícola Comum “...cujas medidas assentam globalmente na extensificação da produção, na reflorestação dos campos de cultivo e na reforma antecipada dos agricultores.”³¹⁷, levando ao conseqüente abandono e repulsa pela prática da agricultura.

8. Aplicação didática

A aplicação didática apresentada deve ser vista como um projeto global entre a disciplina de Geografia e a de História, sendo que o tema que promove esta interdisciplinaridade é a análise da paisagem.

Todavia, apenas foi possível aplicar a proposta pedagógica de História³¹⁸, apesar das propostas, como já foi anteriormente referido, fazerem mais sentido com o cruzamento de ambas as áreas uma vez que com a parte de Geografia os alunos poderiam familiarizar-se com a paisagem atual da área de estudo e, posteriormente, com a parte da História reconstruir a paisagem na época medieval, aprofundando determinados conhecimentos considerados, por nós, estruturantes.

³¹⁵ BAPTISTA, Francisco, *A agricultura Europeia à entrada do século XXI*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1989, p. 11.

³¹⁶ NUNES, Adélia, *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana": extensão, causas e efeitos ambientais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007, p. 114.

³¹⁷ *Idem, Ibidem, ob. cit.*, p. 115.

³¹⁸ A proposta de Geografia acabou por não ser aplicada, uma vez que apenas existia um bloco de 90 minutos por semana, não obstando da necessidade de cumprir o programa.

8.1. Descrição da proposta pedagógica - Geografia

Tendo em conta o aprofundamento científico apresentado no decorrer do presente trabalho, que pretendia compreender as principais alterações paisagísticas da freguesia de Pombal e da Redinha, e o ano de escolaridade afeto, isto é, o 7º ano de escolaridade, foi proposta a realização de pequenos cadernos de campo³¹⁹ que tiveram como inspiração os próprios cadernos de campo apresentados por Orlando Ribeiro.

No nosso entender, o ensino da Geografia é fundamental, uma vez que é “*a ciência que procura explicar as características dos lugares a distribuição da população, dos fenómenos e acontecimentos que ocorrem e evoluem à superfície da Terra*”³²⁰. Assim, esta deve ser vista como uma disciplina, extremamente, informativa e promotora do desenvolvimento, acabando por contribuir para a compreensão e apreciação, ao longo da vida, do mundo em que vivemos. Esta acaba, inclusivamente, por se revelar indispensável e estruturante para a formação de cidadãos ativos e responsáveis³²¹.

Desta forma, consideramos essencial que os alunos adquiram um conjunto de conhecimentos, desenvolvendo assim uma série de competências que vão, certamente, acabar por se revelar indispensáveis no seu dia-a-dia³²².

Posto isto, e segundo D'Émile Durkheim a geografia serve para desenvolver a noção de ambiente e de espaço geográfico, mas esta deve também, segundo Albert Demangeon, localizar (a localização que deve ser sempre elaborada, com recurso, por exemplo aos mapas, sendo estes um dos principais instrumentos de trabalho dos geógrafos), descrever (não esquecendo que a geografia é uma ciência do concreto) e comparar (de forma a compreender as semelhanças ou diferenças)³²³.

Deste modo, a opção por esta estratégia prende-se com o facto de a mesma ser vista como algo inovador, apelativa e principalmente prática, não esquecendo as características da turma em questão, que acabam sempre por ter influência nas estratégias delineadas. Assim, procurámos utilizar os métodos para ensinar Geografia que nos pareceram mais adequados, privilegiando a descoberta pelos alunos à custa do seu esforço pessoal (embora com a devida orientação do docente). No entanto, para além de terem a oportunidade de aprofundar certos

³¹⁹ Veja-se apêndice VII.

³²⁰ União Geográfica Internacional, *Carta Internacional da Educação Geográfica*, Lisboa, Associação De Professores de Geografia, 1992, *ob. cit.*, p. 7.

³²¹ *Idem, Ibidem*, p. 9.

³²² *Idem, Ibidem*, p. 13.

³²³ Cf. GIOLLITO P., *Enseigner la Géographie à l'École*, Paris, Hachette Éducation, 1992.

conhecimentos, poderiam vir a consolidar um dos conceitos estruturantes da Geografia, nomeadamente o conceito de paisagem, que contribuí para o desenvolvimento da capacidade de raciocínio, uma vez que o docente após frisar algumas características da paisagem, “...ensina o aluno a analisar, a comparar, a estabelecer porquês e a investigar respostas”³²⁴.

Posto isto, importa explicitar no que consiste, realmente, a estratégia pedagógica. Tendo em conta o tema desenvolvido ao longo do presente trabalho, teria sido solicitado aos alunos do 7ºX que completassem um caderno que era composto por uma série de quadros referentes ao conteúdo.

Assim, em primeiro lugar, e com recurso ao PowerPoint, será efetuada a localização do concelho de Pombal. Sendo de seguida, analisado um gráfico termopluviométrico de Leiria, com o intuito de facilitar a análise do clima que irá ser solicitada posteriormente (aquando do preenchimento das tabelas).

Em segundo lugar, os alunos deveriam analisar as fotografias – que retratam uma paisagem que evidencia, sobretudo, elementos naturais - presentes no caderno distribuído. De seguida, e a partir dessas fotografias os alunos iriam procurar completar os quadros presentes no caderno referentes à localização, ao clima, ao relevo, à hidrografia, às culturas agrícolas (culturas permanentes e temporárias), à floresta e ao efetivo animal, (tudo isto de uma forma extremamente simplificada). Numa terceira fase, seria pedido aos alunos que tirassem uma fotografia de um local, por eles escolhido, e que elaborassem a respetiva análise. Já numa quarta fase, seria pedido aos alunos que através da elaboração de um pequeno texto, fizessem uma breve descrição das paisagens, por eles observadas, onde teriam de enfatizar os elementos que considerassem mais significativos.

Neste enquadramento, é essencial salientar que com a aplicação da presente prática pedagógica, conseguiríamos por em prática os diversos métodos da Geografia, com principal ênfase para a observação tanto direta como indireta. No que concerne aos meios para realizar a observação indireta, socorremo-nos, fundamentalmente, das fotografias, que são excelentes para tornar o ensino da paisagem, tanto humanizada como natural, mais atraente e apelativo³²⁵, sendo também uma fonte de informação exímia. Nesta linha de pensamento recordamos as palavras de Duarte Belo a propósito das fotografias de Orlando Ribeiro quando afirma que “...a grande maioria das fotografias do seu arquivo são, de facto, imagens de território, de paisagem

³²⁴ PEREIRA DE OLIVEIRA, J. M., *Breves reflexões sobre o valor formativo da observação em geografia*, Coimbra, Coimbra Editora, 1977, *ob. cit.*, p. 132.

³²⁵ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 136.

e de aglomerados urbanos (...) fotografias de caracterização das atividades humanas, retratos de pessoas, onde se nota a preocupação de fixação, não apenas do vestuário e das características fisionómicas das populações mas, muito também, da própria expressão facial das pessoas com quem contactava Orlando Ribeiro (...) [e] ainda (...) fotografias que eu apelaria, simplificando, de “fotografias geológicas””.³²⁶ Relativamente à observação direta, isto é, a observação *in loco* e que estimula a prática no ambiente local, acaba, também, por ter um papel importante na estratégia retratada, uma vez que os discentes tinham de se deslocar ao local por eles escolhido para fotografar a dita paisagem, o que levaria os alunos a ter um olhar crítico relativamente ao meio que os envolve. Por fim, enfatizamos o facto de que com esta aplicação didática os alunos acabariam, também, por desenvolver a expressão escrita, uma vez que teriam que, numa fase posterior, elaborar um pequeno texto que descrevesse as paisagens por eles observadas.

Completada a tarefa teria sido montada uma exposição de modo a expor os trabalhos realizados pelos alunos, demonstrando, através da análise de alguns cadernos, como a paisagem pode ser diversificada.

Com a aplicação da dita estratégia, para além de irmos ao encontro do tema abordado, teriam sido, igualmente, desenvolvidos outros temas presentes nas metas curriculares como: compreender o objeto e o método da geografia; compreender o clima como resultado da influência dos diferentes elementos atmosféricos³²⁷; conhecer e compreender as principais formas de relevo em Portugal e, ainda, compreender a dinâmica de uma bacia hidrográfica.

Em suma, com a presente proposta pedagógica conseguiríamos trabalhar e interligar diversos fenómenos sendo importante instituir o gosto e valorizar a Geografia³²⁸.

8.2. Descrição da proposta pedagógica - História

Considerando o desenvolvimento científico apresentado no decorrer do presente trabalho, que versou a reconstrução da paisagem medieval da região de Pombal, e o ano de escolaridade afeto, isto é, o 7º ano de escolaridade, foi proposta a realização de uma aula

³²⁶ BELO, Duarte, *Portugal: luz e sombra: o país depois de Orlando Ribeiro*, Lisboa, Temas e Debates, 2012, *ob. cit.*, p. 9.

³²⁷ Importa salientar que este ponto estará extremamente simplificado, visto que o mesmo não será aprofundado no presente ano letivo, tendo a sua lecionação sido transferida para o ano 8º ano.

³²⁸ União Geográfica Internacional, *Carta Internacional da Educação Geográfica*, Lisboa, Associação De Professores de Geografia, 1992, p. 7.

extracurricular, de 60 minutos³²⁹, tendo como base o roteiro de aula que será explicitado de seguida.

8.2.1. Roteiro de aula

A aula iniciar-se-á com uma breve retroação, através do diálogo vertical, dos conteúdos ministrados anteriormente, salientando a fuga da população das cidades para os campos, na sequência das invasões bárbaras e consequente queda do Império Romano do Ocidente. (Nesta atividade dever-se-á despende aproximadamente 3 minutos.)

De forma a introduzir alguns exemplos de contratos agrários estabelecidos, será distribuído pelos alunos um diálogo, previamente didatizado³³⁰. De seguida, o professor distribuirá as personagens pelos alunos.

Posteriormente proceder-se-á a leitura faseada seguida da interpretação do diálogo. A interpretação deste será feita com recurso a questões orais efetuadas pelo professor, que serão as seguintes:

- Quem é que se deslocou à casa de António Costa?
 - Três camponeses.
- Qual o motivo que levou os camponeses a deslocarem-se até lá?
 - O interesse em estabelecerem contratos agrários.
- Para estipularem os pormenores dos contratos, dirigiram-se para a casa de quem?
 - Do tabelião (para que os contratos ficassem registados).
- Quais os tipos de contratos existentes?
 - O de parceria, o de arrendamento e a enfiteuse.
- Qual a duração que os contratos enfiteúticos poderiam ter?
 - Perpétuos e/ou hereditários, ora temporários, sendo que estes podiam ser por anos ou por vidas.
- No que consistia o contrato por vidas?

³²⁹ Destacamos o facto da aplicação didática ter sido pensada para uma aula extracurricular, por questões que se relacionam com o cumprimento de programa e com a incompatibilidade de horários (do docente com o 7ºX), optamos por esta decisão.

³³⁰ Veja-se o diálogo presente no apêndice VIII.

- Os contratos em vidas encontram-se relacionados com as vidas de quem estabelece o contrato, por norma têm a duração de três vidas.
- Que formas de pagamento se podem estabelecer, neste tipo de contratos?
 - Renda em dinheiro; em géneros, em géneros mais dinheiro e rendas parciárias.
- O pagamento em géneros poderia ser feito através de que produtos?
 - Vinho, azeite e trigo, por exemplo.
- No que consiste a renda parciária?
 - É paga em géneros, onde parte do que é produzido é dado como forma de pagamento ao senhor.
- Qual é o motivo que leva o senhorio a pedir uma renda mais elevada a Joaquim Valadares?
 - Por ser um local onde a produtividade tende a ser elevada.
- Como era a renda que Gonçalo Ferreira tinha de pagar?
 - Um quarto do que produzir, ou seja, uma renda parciária.

(Nesta atividade dever-se-á despende aproximadamente 25 minutos.)

Realizada a leitura e respetiva interpretação, será elaborado um esquema síntese no quadro com a colaboração dos alunos.

Contratos Agrários

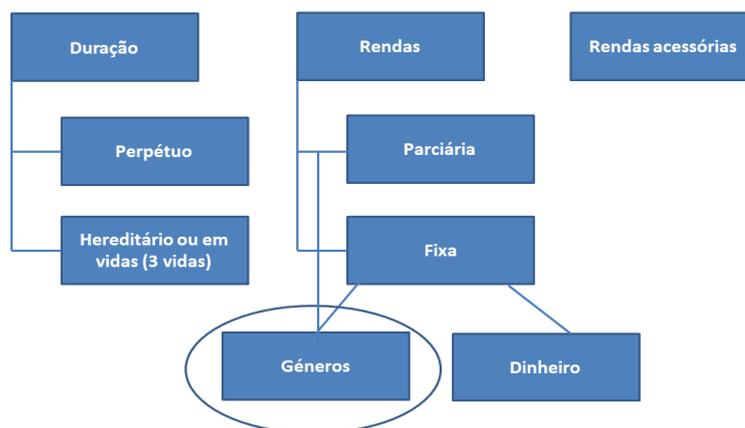


Figura 33 – Proposta de esquema síntese.

Registo do mesmo por parte dos alunos. (Nesta atividade dever-se-á despende aproximadamente 8 minutos.)

Posteriormente, com recurso ao PowerPoint³³¹, serão projetados dois mapas que retratam a localização do concelho de Pombal, área que será alvo de uma breve análise, numa fase subsequente da aula. Neste enquadramento, nova projeção, com recurso ao PowerPoint, de imagens que retratam o castelo de Pombal – possível local de origem de Pombal – assim como o rio Arunca que outrora foi, certamente, um elemento ordenador do espaço envolvente. (Nesta atividade dever-se-á despende aproximadamente 5 minutos.)

Seguidamente, projeção de duas imagens, com recurso ao PowerPoint, que retratam a paisagem atual de Pombal (imagens com as quais os alunos já se encontravam familiarizados, uma vez que as mesmas teriam sido utilizadas na aplicação didática de geografia), tendo as mesmas o objetivo de motivar e elucidar os alunos relativamente à paisagem do local em estudo. (Nesta atividade dever-se-á despende aproximadamente 2 minutos.)

Concluída a análise das imagens, proceder-se-á para a projeção, com o recurso ao PowerPoint, de uma fonte histórica original que retrata um contrato agrário da Ordem de Cristo³³² tendo o mesmo, o objetivo de demonstrar uma das formas de construção do saber histórico, onde será salientado, através do diálogo vertical, a importância da paleografia para a leitura/interpretação de determinados documentos. Posteriormente, perguntar-se-á aos alunos se conseguem ler e interpretar a fonte. (Nesta atividade dever-se-á despende aproximadamente 2 minutos.)

De seguida, será projetado, com recurso ao PowerPoint, o mesmo excerto, transcrito da fonte original apresentada anteriormente. Posteriormente, proceder-se-á à leitura do mesmo, recorrendo à participação dos alunos. (Nesta atividade dever-se-á despende aproximadamente 3 minutos.)

Com esta atividade pretende-se questionar os alunos relativamente à perceção do conteúdo presente na fonte. Contudo, esperando um parecer negativo dos alunos, será apresentado o mesmo excerto da fonte, com recurso ao PowerPoint, desta vez com a sua ortografia atualizada.

Seguidamente, proceder-se-á à leitura e interpretação do excerto, com o objetivo de os alunos identificarem as culturas, assim como a forma de pagamento presentes no contrato apresentado, sendo para este efeito colocada, de forma oral, a seguinte questão: “identifica as culturas e a forma de pagamento presentes no contrato agrário estabelecido”; sendo a possível

³³¹ Veja-se o apêndice IX.

³³² Perante a impossibilidade de apresentar a fonte pretendida, a imagem apresentada em apêndice é meramente ilustrativa, acabando por não retratar um contrato agrário.

resposta a seguinte: olival, vinhas, sendo que o pagamento é realizado em géneros (vinho e uma galinha). Através do diálogo vertical, será feita uma breve referência à tríade mediterrânica. (Nesta atividade dever-se-á despende aproximadamente 5 minutos.)

Por último, e de modo a complementar a matéria lecionada até ao momento e de forma a introduzir um conteúdo que irá ser posteriormente aprofundado, através do diálogo vertical com os alunos e com recurso ao PowerPoint, onde serão projetadas várias imagens que retratam alguns instrumentos e técnicas agrícolas medievais designadamente, o arado, a foice, a fertilização dos campos, entre outros. (Nesta atividade dever-se-á despende aproximadamente 7 minutos.)

Por fim, será solicitado aos alunos que realizem, em casa, a questão nº1, presente na ficha de trabalho, com o objetivo de consolidar o conteúdo ministrado.

8.2.2. Fundamentação pedagógica da proposta didática

No nosso entender, o ensino da História é importantíssimo pois tal como afirma João Maria André “*estudando História, aprendemos o valor que a sedimentação do tempo constitui sobre as coisas que o homem vai fazendo (...) Aprendemos o valor da memória (...)*”³³³, sendo, deste modo, fundamental conhecer as nossas raízes, os nossos erros para evitar ao máximo catástrofes futuras³³⁴, pois a ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente, chega mesmo a compromete-lo³³⁵. Neste sentido, e se pensarmos que a “*civilização europeia nasceu da capacidade de interrogar e criticar...*”³³⁶, acreditamos que se conhecermos e questionarmos determinados acontecimentos, poderemos criar uma nova “civilização” bem mais equilibrada.

No entanto, consideramos essencial conseguir motivar todos os alunos, inculcar os melhores valores aos estudantes, pois antes de existir uma formação de “cérebros” há, ou deveria haver, uma formação de bons cidadãos. Assim, e neste contexto de formação de bons cidadãos, é fundamental o papel da escola sendo o “*(...) período [escolar] extremamente importante, (...) fecundador da autonomia, [e] da motivação*”³³⁷, destacando-se, desta forma,

³³³ ANDRÉ, João Maria, *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem*, Coimbra, Palimage, 2012, *ob. cit.*, p. 297.

³³⁴ Cf. VALLE, Hardalla Santos do (et al), *A utilização de fontes no ensino de História* (pp. 59-72); Rio Grande, 2010. Citado em FONSECA, Selva Guimarães, *Didática e prática de ensino de História*, Campinas; SP: Papirus, 2003, p. 52.

³³⁵ Cf. BLOCH, Marc, *Introdução à História*, Lisboa, Publicações Lisboa-América, 1965.

³³⁶ ANDRÉ, João Maria, *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem*, Coimbra, Palimage, 2012, *ob. cit.*, p. 301.

³³⁷ MELLO, Cristina, “*Leitura literária na escola e valores. Inovar a tradição*”, in *Puertas a la lectura (Lecturas y Valores II)*. 2000, Cáceres, Universidade da Extremadura, *ob. cit.*, p. 107.

o estudo das humanidades, pois este “*é, ao mesmo tempo, a promoção da humanidade: nele se desenha o rosto humano, simplesmente humano e demasiado humano.*”³³⁸

Posto isto, existem várias maneiras de ensinar história, havendo uma panóplia de recursos que podem ser explorados no âmbito de levar os alunos ao conhecimento³³⁹ da melhor forma possível uma vez que, na nossa perspetiva, o aluno não pode ser um mero recetor e reproduzidor de conhecimento deve sim, tal como o historiador, por em causa as soluções adquiridas e rever, quando necessário, os velhos processos³⁴⁰. Mas, tendo em conta a realidade escolar e considerando as especificidades dos alunos, já anteriormente explicitadas, assim como a necessidade de transmitir um determinado conteúdo, socorremo-nos de um conjunto de estratégias que julgamos ser mais proveitosas e sobretudo eficazes para atingir os objetivos.

Assim, e no que concerne ao método propriamente dito, a opção recaiu, numa primeira fase da aula extracurricular, na análise de um diálogo, previamente elaborado pelo professor, com a finalidade deste ser explorado pelos alunos com a orientação do docente, sendo que, de um modo geral, o grande objetivo seria que os mesmos conseguissem identificar os diferentes tipos de contratos agrários existentes; a duração que os contratos poderiam ter e as diferentes formas de pagamento existentes.

A opção pela aplicação de um diálogo como uma estratégia pedagógica prende-se com o facto dos alunos em questão, mostrarem-se pouco entusiasmados, manifestando inclusive, num momento inicial, alguma aversão à disciplina de história, assim como dificuldades de interpretação bem como de expressão escrita - que acreditamos que consigam ser superadas com a elaboração de estratégias específicas.

Desta forma, o que nos leva a acreditar que esta é a estratégia de ensino mais adequada é o facto de considerarmos o texto de ficção histórica – neste caso um diálogo histórico ficcionado, sem estar “falsificado” e devidamente didatizado³⁴¹ – motivador, que consegue prender a atenção do leitor, mesmo considerando a distância temporal do acontecimento³⁴²; apresenta o conteúdo histórico de forma clara, permitindo o estabelecimento do diálogo entre o

³³⁸ ANDRÉ, João Maria, *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem*, Coimbra, Palimage, 2012, *ob. cit.*, p. 303.

³³⁹ Pois o ato de aprendizagem não é um ato passivo, mas uma atividade mental criativa. Cf. MOREIRA, Maria Gorete, *As fontes históricas propostas no manual e a construção do conhecimento histórico*, Universidade do Minho, 2004, pp. 11-12

³⁴⁰ Cf. FEBVRE, Lucien, *Le problème de L'incroyance au XVII siècle, La religion de Rabelais*, Paris, Albin Michel, 1979, pp. 1 e 2.

³⁴¹ Cf. MONTEIRO, Augusto José; *Imaginação e criatividade no ensino da história. O texto literário como documento didático*; Lisboa; Cadernos Pedagógico-Didáticos-APH (Associação De Professores de História); 1997, p. 31.

³⁴² Cf. MARTINS, Adriana Alves de Paula, *História e ficção – Um diálogo*, Lisboa, Fim de Século, 1994, p. 90.

professor e os discentes e que promove, igualmente, o desenvolvimento da interpretação. Para além disso, estamos a fazer com que o aluno “sinta” a história, o que é fundamental pois, “quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela...³⁴³”.

Porém, importa ressaltar que a elaboração e consequente aplicação deste tipo de estratégia implica um conjunto de precauções tais como, a forma que o docente encara o texto e o modo que este se encontra preparado e didatizado, para não dificultar, desnecessariamente, a tarefa dos alunos³⁴⁴.

Já num segundo momento, e depois de localizada a área em estudo através da análise dos mapas apresentados com recurso ao PowerPoint e de visualizadas e analisadas duas imagens³⁴⁵ referentes às culturas presentes, atualmente, em Pombal, será apresentada uma fonte histórica (de um contrato agrário da Ordem de Cristo referente a Pombal), com diversos níveis de tratamento (desde a fonte manuscrita à impressa com a ortografia atualizada), com o objetivo de salientar as várias “etapas” da construção do saber histórico – uma vez que a história faz-se, fundamentalmente (mas não exclusivamente³⁴⁶), com documentos escritos quando eles existem³⁴⁷ - tentando cativar e incentivar os alunos para a disciplina, e de ainda dar a conhecer a importância das fontes uma vez que, como afirma Henri Marrou, a elas são “*tudo aquilo que na herança que resta do Passado, pode ser tido por indício revelador de algo da presença, da atividade, dos sentimentos, da mentalidade do homem de outrora: tudo isto há-de entrar na nossa documentação*”³⁴⁸.

Contudo, o ênfase deste segundo momento da aula, irá para a leitura e interpretação da fonte - uma vez que é essencial que os discentes aprendam a trabalhar com fontes históricas para terem uma noção mais fidedigna do que é a História³⁴⁹ -, com a sua ortografia atualizada,

³⁴³ RIBEIRO, Jonatas Roque; “História e ensino de História: perspetivas e abordagens”; *Educação em Foco*; Edição nº 7; 2013; p. 4; Citado em KARNAL, Leandro; *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*; São Paulo; Contexto; 2008; *ob. cit.*, p. 28.

³⁴⁴ É fundamental que o professor proceda à didatização dos materiais, neste caso do diálogo, tendo sempre em conta um critério fundamental, isto é, o nível dos alunos. No entanto, é fundamental manter o maior rigor científico possível.

³⁴⁵ Recorde-se que essas imagens já foram analisadas aquando da aplicação da proposta pedagógica de geografia.

³⁴⁶ Como Lucien Febvre salienta, a História pode fazer-se, e deve fazer-se, sem documentos escritos. Quando estes não existem, o historiador pode e deve recorrer a tudo o que com o seu engenho de historiador lhe possa ser útil, palavras, sinais, paisagens, telhas, campos e ervas, eclipses da lua, isto é, recorrer às “ferramentas” que se encontram disponíveis, para formular o conhecimento histórico. Cf. FEBVRE, Lucien, *Combates pela História*, Lisboa, Presença, 1989, p. 213.

³⁴⁷ FEBVRE, Lucien, *Combates pela História*, Lisboa, Presença, 1989, p. 249.

³⁴⁸ MARROU, Henri-Irénée, *Do Conhecimento Histórico*, Rei dos livros, s.d. *ob. cit.*, p. 77.

³⁴⁹ FELGUEIRAS, M. L., *Pensar a História, repensar o seu ensino*, Porto, Porto Editora, s. d., p. 13.

existindo sobretudo dois propósitos: o primeiro dos alunos participarem de forma ativa na aula, deixando de ser sujeitos passivos, tornando-se sujeitos ativos no processo de aprendizagem³⁵⁰ e, o segundo, de reforçar o conteúdo ministrado anteriormente.

A escolha desta estratégia, para além dos motivos apresentados anteriormente, baseia-se na tentativa de “*fazer conhecer e apreciar o que é o trabalho do historiador e qual a natureza do saber histórico*”³⁵¹.

Por fim, será solicitado aos alunos que realizem uma pequena composição, com o objetivo de superarem algumas das dificuldades de expressão escrita e de consolidarem os conteúdos abordados.

É ainda importante enfatizar que, com a referida aplicação didática, gostaríamos que os alunos aprendessem História de uma forma genuína, porém com algum grau de complexidade, estando este apropriado à faixa etária, uma vez que tanto as crianças como os adolescentes poderão pensar de uma forma simplista, em certas ocasiões, e de uma forma mais elaborada noutras. Pois, se os alunos adquirirem os conhecimentos dessa forma e interpretarem as evidências históricas (daí a utilização de fontes na referida aula) de um modo assertivo, vão certamente empatizar com a história acabando por compreender e explicar as ações do Ser Humano no passado - apelando também à imaginação histórica (auxiliada, neste caso, pela elaboração e consequente análise do diálogo apresentado) -, sendo ainda capazes de consolidar com uma maior facilidade os conteúdos.³⁵²

Posto isto, e com a aplicação desta atividade pedagógica, serão abordados conteúdos presentes nas Metas Curriculares e no Programa de História do Ensino Básico para o 7º ano, tais como o domínio: A Europa do século VI ao XII³⁵³; o subdomínio *Compreender as relações entre o clima de insegurança e o predomínio de uma economia ruralizada na Alta Idade Média com a organização da sociedade medieval*: Caracterizar a economia europeia da Alta Idade Média, sublinhando o seu caráter de subsistência; Salientar o duplo poder senhorial sobre a terra e sobre os homens³⁵⁴.

³⁵⁰ Cf. MOREIRA, Maria Gorete, *As fontes históricas propostas no manual e a construção do conhecimento histórico*, Universidade do Minho, 2004, p. 11.

³⁵¹ MONIOT, Henri, *Didactique de l'Histoire*, Paris, Nathan, 1993, *ob. cit.*, p. 175.

³⁵² Cf. BARCA, Isabel, “Competências e Cognição em História”, *Ensino da História*, III Série, nº 21-22, 2001, pp. 36-37.

³⁵³ Salientamos que a parte pedagógica idealizada, vai para além das metas curriculares do 7º ano de escolaridade, todavia, e após uma análise dos conteúdos, julgamos plausível inserir no contexto referido, reforçando as devidas diferenças entre o regime feudal e senhorial.

³⁵⁴ http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas_curriculares_hist_3_ciclo.pdf (consultado a 09/06/2016).

De salientar que a aula extracurricular foi aplicada, encontrando-se em apêndice dois exemplares de resposta, à pergunta solicitada³⁵⁵, selecionados de entre os alunos que efetuaram a atividade.

Analisando a resposta do aluno x, constatámos que, no que ao conteúdo histórico diz respeito³⁵⁶, tratou o tema proposto de uma forma assertiva, embora com alguns desvios, mobilizando a informação suficiente, produzindo um discurso globalmente coerente. Relativamente à estrutura e coesão da resposta, o aluno redige um diálogo satisfatoriamente estruturado, onde não apresenta incorreções graves, ainda que devesse apresentar um pouco mais de criatividade e originalidade. Por sua vez, e no que ao parâmetro lexical e adequação diz respeito, o aluno apresentou, em geral, o registo de língua adequado ao texto, um repertório lexical adequado, mas pouco variado. Deste modo, e tendo em conta os níveis de desempenho nos parâmetros adotados, o aluno x obteve a classificação qualitativa de Bom.

Por sua vez, analisando a resposta do aluno y que, constatámos, no que ao conteúdo histórico diz respeito, tratou o tema proposto de uma forma pouco assertiva, com alguns desvios, mobilizando pouca informação, produzindo um discurso algo incoerente, embora tenha abordado sucintamente os conteúdos essenciais. Relativamente à estrutura e coesão da resposta, o aluno redige um diálogo com uma estruturação algo deficiente. Por sua vez, e no que ao parâmetro lexical e adequação diz respeito, o aluno apresentou, em geral o registo de língua adequado ao texto, um repertório lexical pouco variado, apresentando ainda incorreções graves em termos ortográficos. Deste modo, e tendo em conta os níveis de desempenho nos parâmetros adotados, o aluno y obteve a classificação qualitativa de Suficiente (menos).

³⁵⁵ Veja-se o apêndice X.

³⁵⁶ Veja-se a tabela presente no apêndice XI.

Conclusão

O presente trabalho tinha diversos objetivos, tais como reconstruir a paisagem da região de Pombal na Idade Média, demonstrar a evolução do uso do solo desde as últimas décadas do século XX até aos primórdios do século XXI, quantificando as principais alterações entre 1989-2009, assim como a génese dessas alterações, os quais, acreditamos terem sido alcançados com sucesso, apesar dos condicionalismos apresentados no decorrer do mesmo.

Ao longo do trabalho, constatámos que a região em estudo localiza-se na orla mesocenozoica onde os solos têm uma textura pesada, resultante da sua evolução a partir de calcários margosos, acabando, assim, por influenciar, tal como o clima, de forma direta ou indireta, o desenvolvimento da vegetação. Neste contexto, e auxiliados pelo Tombo da Ordem de Cristo analisado, foi possível elencar diversas formas de relevo presentes na área, tais como vales e várzeas, que tendem a ser férteis e que se encontram, por vezes, delimitados por rios e ribeiras, estes que são aspetos ligados à hidrografia e que acabavam por funcionar como elementos ordenadores da ocupação do território. Por sua vez, e no que concerne às culturas predominantes, conseguimos identificar, recorrendo aos topónimos, a presença de pinheiros, carvalhos, hortas, pomares (figueiras, laranjeiras, castanheiros, entre outros) e ainda, matos diversos. De forma a complementar as espécies arbóreas verificámos a presença, extremamente marcante, de vinhas, oliveiras e cereais.

Posto isto, optámos por enfatizar as especificidades das vinhas, das oliveiras e dos cereais, culturas que ocupavam os terrenos mais férteis e que exigiam uma série de cuidados como por exemplo a adubagem do solo. Todavia, a fonte histórica trabalhada não nos permitiu, salvo raras exceções, concluir a extensão que estas culturas tinham nas propriedades elencadas.

No decorrer do trabalho, verificámos também que a maior parte das propriedades da Ordem de Cristo foram alvo de contratos agrários de carácter enfitêutico, com a duração de vidas (3 vidas), sendo que a maioria das rendas eram fixas e pagas em géneros (com especial enfoque para o vinho). Porém, constatámos a existência de rendas parciárias pagas em géneros, de rendas pagas em dinheiro e, finalmente, rendas pagas em géneros mais dinheiro.

Já numa fase mais avançada do presente estudo, ficou igualmente visível que numa escala mais geral, isto é, Portugal, a superfície agrícola utilizada tem vindo a perder de uma forma gradual grande parte do seu protagonismo. Se nos inícios do século XX existia um padrão de crescimento da superfície, esse padrão foi invertido, de forma evidente, a partir de 1989, onde o número de explorações agrícolas, e não só, entra num declínio constante.

Por sua vez, a dinâmica das freguesias em análise nem sempre acompanharam a tendência geral do país, sobretudo, a freguesia da Redinha que apresenta, por vezes, padrões algo distintos, pois a quebra na primeira década em análise (1989-1999) nem sempre é tão acentuada como se espera.

Neste sentido, tendo como base os Tombos da Ordem de Cristo analisados, e olhando para os tipos de culturas predominantes no período medieval em Pombal, podemos concluir que não são tão distintos dos das últimas duas décadas, ou seja, o tipo de cultura que predominava na época era a cultura vinícola, que era seguida de perto, e até complementada, pela olivicultura, ficando a cultura cerealífera para um plano secundário, assim como as culturas frutícolas. Por sua vez, uma das alterações verificadas no último período em análise é o predomínio das oliveiras face às vinhas. No entanto, e de um modo geral, as culturas que se destacam acabam por ser as mesmas que foram referidas anteriormente.

Contudo, e através da análise das áreas ocupadas pelas culturas temporárias e permanentes, ficou patente que tanto na freguesia de Pombal como na freguesia da Redinha, ocorreu uma quebra relativamente gradual, principalmente das culturas temporárias, que apesar de tudo continuam a ser as que utilizam uma maior área comparativamente às culturas permanentes, embora as segundas não apresentem um declínio tão acentuado como as primeiras.

No que concerne ao efetivo animal, salvo a exceção dos suínos que aumentam de uma forma constante na freguesia da Redinha (devido, muito possivelmente, à deslocação da criação de gado para as freguesias da periferia), há um evidente declínio.

Quanto à área florestal, na freguesia de Pombal verificámos que vem aumentando, contudo na freguesia da Redinha, existiu uma pequena retração, embora tenha sido verificado a expansão da área dos incultos.

Por fim, foram elencados alguns fatores com o intuito de perceber as principais causas responsáveis pelo abandono ou alteração do uso dos solos. Deste modo, num primeiro instante, foram abordados alguns fatores ambientais como o clima, onde foi assinalada a sua preponderância, assim como os solos. Posteriormente, foram analisados os fatores demográficos, onde se concluiu que a perda constante de população e a falta de capacidade de fixação da mesma, especialmente na freguesia da Redinha, podem ser fatores importantes para a redução da área agrícola. No que concerne aos fatores económicos ficou patente a preponderância que o setor terciário, seguido logo de perto pelo secundário, tem no concelho

de Pombal, sendo que o setor primário apresenta uma ínfima expressividade, ficando visível que o mesmo tem pouco peso para o concelho. Ainda relacionado com fatores económicos ficou, igualmente, explícito que a falta de instrução pode ser um entrave à modernização e à consequente expansão da agricultura. Relativamente à estrutura fundiária, como ficou demonstrado, deve ser tida em conta, pois no concelho em questão a presença de minifúndios pode dificultar a utilização de máquinas agrícolas sendo, desse modo, difícil tornar a agricultura rentável o que acaba por desincentivar os agricultores. Por último, abordou-se os fatores político-estruturais, onde se enfatizou o caso da PAC, pois esta revelou-se fundamental nas alterações do uso do solo verificadas, visto que foram implementadas medidas desincentivadoras onde se chegou a pagar aos agricultores para deixar de cultivar, entre outras medidas.

No que diz respeito as propostas pedagógicas apresentadas, apenas podemos retirar conclusões da proposta de História, pois foi a única aplicada. Esta que não teve os resultados esperados, devido, principalmente, à falta de adesão por parte dos alunos ³⁵⁷ à aula extracurricular. Denotou-se, mais uma vez, a falta de interesse de alguns alunos, assim como a permanência de dificuldades de expressão escrita que devem ser superadas o mais rapidamente possível. Porém, e no que ao conteúdo diz respeito, julgamos que, de um modo geral, foi apreendido com sucesso.

Resta-nos, por fim, salientar que a ausência de muitas informações, sobretudo na fonte histórica estudada, aliada à falta de tempo, acabou por condicionar o trabalho. O desejável e de forma a complementar o mesmo, teria sido, a elaboração de cartografia da área em estudo (apesar de apresentarmos, sempre que possível, mapas alusivos à região), além de termos, tal como já referimos, optado por realizar um estudo mais quantitativo. Outro aspeto que não foi possível aprofundar, prende-se com o rendimento médio das terras cultivadas, uma vez que o cálculo do mesmo só seria exequível se a fonte nos indicasse a quantidade de sementes lançadas à terra, assim como a área semeada.

No entanto, e como já foi referido, acreditamos que fomos ao encontro dos objetivos propostos, sendo que tentamos ser claros, explícitos e fieis ao conteúdo desenvolvido, tentando superar todos os entraves que foram surgindo.

³⁵⁷ Dos 21 alunos que constituem o 7ºX apenas compareceram 6.

Bibliografia

Fontes Impressas

Tombos da Ordem de Cristo: Comendas do Vale do Mondego (1508), Dir. Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, in GOMES, Saul António, *Pombal Medieval e Quinhentista, documentos da sua história*, Batalha, CEPAE, 2010, pp (180- 225);

Taraucae Monumenta Historica. I Livro das Doações de Tarouca. Leitura, sumários e notas de A. de Almeida Fernandes. *I/3: Indices & studia (toponimia/Institutiones/Communia verba)*, Braga, Câmara Municipal de Tarouca, 1991-1993;

CATARINO, Maria Manuela, ““Da Fome, da Peste e da guerra e do bispo da nossa terra Libera nos Domine””: em torno da colheita do bispo nas comendas da Ordem de Cristo (Ega e Pombal), 1508”, in GONÇALVES, Iria (coordenação), *Paisagens Rurais e Urbanas, fontes, metodologias, problemáticas*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2013;

OLIVEIRA, Ricardo Pessa de, GOMES, Saul António, *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas*, Coimbra, Palimage, 2012.

Estudos

ALMEIDA, António Campar, NUNES, Adélia, FIGUEIREDO, Albano, *Mudanças no uso do solo – no interior Centro e Norte de Portugal*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2009;

ANDRÉ, João Maria, *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem*, Coimbra, Palimage, 2012;

ALMEIDA, António Campar, NUNES, Adélia, FIGUEIREDO, Albano, *Mudanças no uso do solo – no interior Centro e Norte de Portugal*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2009;

BAPTISTA, Francisco, *A agricultura Europeia à entrada do século XXI*, Lisboa, Fragmentos, 1989;

BARCA, Isabel, “Competências e Cognição em História”, *Ensino da História*, III Série, nº 21-22, 2001;

BELO, Duarte, *Portugal: luz e sombra: o país depois de Orlando Ribeiro*, Lisboa, Temas e Debates, 2012;

BLOCH, Marc, *Introdução à História*, Lisboa, Publicações Lisboa-América, 1965;

- BRITO, Raquel Soeiro; *Portugal – Perfil Geográfico*, Lisboa, Edições Estampa, 1995;
- CATARINO, Maria Manuela, *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)*, Cascais, Patrimonia, 2000;
- CATROGA, Fernando, *Os passos do Homem como restolho do tempo*, Coimbra, Almedina, 2009;
- CAVACO, Carminda, "Enquadramento Macroeconomico Mudança e Crise", *In* MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.), *Geografia de Portugal. O Ambiente Físico*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005;
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1989;
- COELHO, Maria Helena da Cruz, "Portugal – um Reino "Planador de Naus"", *Revista Portuguesa de História*, nº43, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012;
- CORREIA, Teresa Pinto, *Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental*, Évora, Universidade de Évora, 2006;
- COSTA, José (et. al), *Biogeografia de Portugal Continental*;
- CUNHA, Lúcio, *A paisagem cársica das Serras Calcárias de Condeixa – Sicó – Alvaiázere. Alguns argumentos a favor da sua proteção*, Lisboa, Algar, 1993;
- CUNHA, Lúcio, *As Serras Calcárias de Condeixa-Sicó- Alvaiázere*, Estudos de Geomorfologia, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990;
- D'ABREU, Alexandre Cancela (et. al), *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*, Vol. I; III e IV, Lisboa, Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004;
- DERREAU, Max, *Geografia Humana I*, Lisboa, Editorial Presença, 1973;
- FEBVRE, Lucien, *Combates pela História*, Lisboa, Presença, 1989;
- FELGUEIRAS, M. L., *Pensar a História, repensar o seu ensino*, Porto, Porto Editora, s. d;
- FERNANDES, João Luís Jesus, *O Homem, o Espaço e o Tempo no Maciço Calcário Estremenho - O olhar de um Geógrafo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000;

FIGUEIREDO, Rui, Ferreira, *Estrutura da Paisagem e Modelação da Ocupação do Solo*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012;

FONSECA, Selva Guimarães, *Didática e prática de ensino de História*, Campinas SP, Papirus, 2003;

GIOLLITO P., *Enseigner la Géographie à l'École*, Paris, Hachette Éducation, 1992;

GOMES, Saul António, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990;

GOMES, Saul António, *Pombal Medieval e Quinhentista, documentos da sua história*, Batalha, CEPAE, 2010;

GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1989;

HIPÓLITO, João Reis, *Hidrologia e recursos hídricos*, Lisboa, Press, 2011;

KARNAL, Leandro; *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*; São Paulo; Contexto; 2008;

LE GOFF, Jacques, *A civilização do ocidente medieval*, Vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1995;

LENCASTRE, A., FRANCO, F.M, *Lições de Hidrologia*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1992;

MARQUES, António H. Oliveira, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1956;

MARQUES, António H. Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Edição Cosmos, 1978;

MARQUES, António H. Oliveira, “A circulação e a distribuição dos produtos” in Joel Serrão e António H. Oliveira Marques (Dir.) *Nova História de Portugal: Portugal na crise dos Séculos XIV e XV*, Vol. IV, Lisboa, Presença, 1987;

MARQUES, Teresa Sá, *Portugal na transição do século: retratos e dinâmicas territoriais*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, 2004;

MARREIROS, Maria Rosa, “Os Proveitos da Terra e do Mar” in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, Coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, *Nova História de Portugal: Portugal em definição de fronteiras (1096-*

1325). *Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, volume III, Lisboa, Editorial Presença, 1996;

MARROU, Henri-Irénée, *Do Conhecimento Histórico*, Rei dos livros, s.d;

MARTINS, Adriana Alves de Paula, *História e ficção – Um diálogo*, Lisboa, Fim de Século, 1994;

MARTINS, Alfredo Fernandes, *Maciço Calcário Estremenho – Contribuição para um estudo de Geografia Física*, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, 1949;

MEDEIROS, Carlos Alberto, “O espaço rural: condicionamentos, formas de utilização dos solos, mutações” In MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.), *Geografia de Portugal. O Ambiente Físico*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005;

MEDEIROS, José, *Os caminhos ocultos do Ocidente – A ordem e os ciclos – da Atlântida aos Neotemplários*, Lisboa, Pergaminho, 2006;

MONIOT, Henri, *Didactique de l'Histoire*, Paris, Nathan, 1993;

MONTEIRO, Augusto José; *Imaginação e criatividade no ensino da história. O texto literário como documento didático*; Lisboa; Cadernos Pedagógico-Didáticos-APH (Associação De Professores de História); 1997;

MOREIRA, Manuel Belo, *Globalização e Agricultura*, Oeiras, Celta editores, 2001;

MOREIRA, Maria Gorete, *As fontes históricas propostas no manual e a construção do conhecimento histórico*, Universidade do Minho, 2004;

NUNES, Adélia, *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana": extensão, causas e efeitos ambientais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007;

PAIVA, Isabel, *Hidrossistema cársico de Degraças-Sicó: estudo do funcionamento hidrodinâmico a partir das suas respostas naturais*, Coimbra, Universidade de Coimbra; 2015;

PEIXOTO, João, “Migrações”, In CARDOSO, José Luís (coord.), *Portugal Social de A a Z*, Lisboa, Expresso, 2013;

PEREIRA DE OLIVEIRA, J. M., *Breves reflexões sobre o valor formativo da observação em geografia*, Coimbra, Coimbra Editora, 1977;

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne; *Geografia Física de Portugal. O Ritmo Climático e a Paisagem*, Vol. II, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1988;

RIBEIRO, Orlando, *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1986;

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa, *A Ordem de Cristo Durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa*, in FONSECA, Luís Adão (Dir.), *Militarium Ordinum Analecta – As Ordens Militares no Reinado de D. João I*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997;

SILVEIRA, Joaquim Fradesso da, *Mappas das medidas do novo systema legal comparadas com as antigas nos diversos concelhos do reino e ilhas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868;

União Geográfica Internacional, *Carta Internacional da Educação Geográfica*, Lisboa, Associação De Professores de Geografia, 1992.

Webgrafia

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas_curriculares_hist_3_ciclo.pdf;

http://www.pombal.pt/pru/docs_pdm/elementos_plano/acompanham/EstudosCaraterizacao/VoIIPlantaEnquadramento.pdf;

http://www.pombal.pt/pru/docs_pdm/elementos_plano/acompanham/EstudosCaraterizacao/VoIICaracterizacaoBiofisica.pdf;

<http://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/1971-2000/011/>;

<http://www.icnf.pt/portal>;

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE;

<http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6259>;

http://www.aecoimbraoeste.pt/images/aeco/regulamento_interno/RI_AECOimbraOeste.pdf;

<http://www.jf-vermoil.pt/a-nossa-terra/historia/13-historia/24-o-rio-arunca-e-os-seus-moinhos.html>;

<http://sniamb.apambiente.pt/Home/Default.htm>.

Apêndices

Apêndice I – Planificação e aula de História

Escola: EB 2,3 Inês de Castro	Tema: Da Grande Depressão à II Guerra Mundial	Aula nº	Sumário: As especificidades do nazismo. As consequências do racismo alemão: o Holocausto.	
Professor (estagiário): Ricardo Feijão	Unidade: Crise, ditaduras e democracia na década de 30	Conceitos: Seleção Natural; Racismo; Antissemitismo; Guetos; Solução Final; Genocídio; Holocausto.		
Turma: Y	Subunidades: Conhecer e compreender a emergência e consolidação do(s) fascismo(s) nas décadas de 20 e 30.			
Objetivos específicos	Estratégias		Recursos	Avaliação
- Caracterizar as especificidades do nazismo, destacando o seu caráter racista e genocidário.	<ul style="list-style-type: none"> - Como estratégia de motivação, visualização de um vídeo referente ao Holocausto, com o objetivo dos alunos identificarem o principal tema de estudo da presente aula. - De modo a servir de retroação e como ponto de partida, breve análise de um excerto referente ao espaço vital, projetado com recurso ao PowerPoint. - Através do diálogo vertical, explicação da teoria de Darwin sobre a teoria da evolução das espécies e consequente seleção natural, da qual Hitler se irá apropriar, embora de uma forma incorreta. - Análise de um documento, projetado com recurso ao PowerPoint, de modo a identificar o caráter racista do nazismo. - Apresentação de um esquema, com recurso ao PowerPoint, acompanhado da leitura e interpretação do documento 3, presente na página 97 do manual 		<ul style="list-style-type: none"> - PowerPoint; - Manual adotado; - Quadro Negro; - Computador; - Facebook. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atitudes e valores; - Participação dos alunos nas atividades de aula;

<p>- Analisar as causas e consequências do racismo alemão, destacando a crença na superioridade da “raça ariana” e as vagas de perseguição antissemita que culminaram no Holocausto</p> <p>.</p> <p>- Caracterizar os guetos.</p>	<p>adotado, e do documento 1 previamente distribuído, de modo a salientar a visão de Hitler relativamente à existência de uma raça superior e de uma raça inferior. Introdução do conceito de antissemitismo.</p> <p>- Análise de duas imagens, que retratam as características dos quais os alemães deveriam ser detentores.</p> <p>- Visualização de um pequeno vídeo, referente aos ciganos, de modo a ficar explícito, que os judeus não seriam os únicos que eram vistos como inferiores. Apresentação, com recurso ao PowerPoint, de uma breve síntese.</p> <p>- Leitura do documento 2, previamente distribuído, e análise de duas imagens, de modo a apresentar algumas consequências do racismo alemão.</p> <p>- Visualização de um vídeo, previamente didatizado, referente à Noite de Cristal.</p> <p>- Apresentação de uma síntese, com recurso ao PowerPoint, seguido do registo, de alguns aspetos, por parte dos alunos.</p> <p>- Leitura e interpretação de um excerto de um documento, com recurso ao PowerPoint, no âmbito de introduzir os guetos e a sua principal função. Breve análise de um mapa referente à localização de alguns campos de concentração e guetos. Visualização de um pequeno vídeo, que enfatiza o estilo de vida nos mesmos. Visualização de algumas imagens referentes aos guetos.</p> <p>- Apresentação de uma síntese, com recurso ao PowerPoint, seguido do registo por parte dos alunos.</p>		
--	---	--	--

<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar o campo de concentração de Auschwitz. - Salientar as ações de Anne Frank. - Identificar algumas experiências executadas nos campos de concentração. - Identificar os possíveis motivos das outras nações não interferirem no genocídio. - Referir o papel fulcral que algumas personalidades tiveram na conjuntura do Holocausto 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e análise de um diálogo entre Hitler e Himmler, de modo a introduzir os conceitos de “Solução Final” e de Genocídio. Apresentação de uma síntese, com recurso ao PowerPoint. - Análise de duas imagens referentes a campos de concentração, seguida da análise de um mapa que apresenta a localização dos principais campos. - Leitura e interpretação do documento 3, previamente distribuído, de modo a explicitar as “atividades” do campo de concentração de Auschwitz. - Análise de algumas imagens relativas aos campos de concentração. - Apresentação, através do diálogo vertical, e com recurso ao PowerPoint, a biografia de Anne Frank. - Apresentação de algumas experiências médicas levadas a cabo nos campos de concentração. - Salientar, com recurso ao PowerPoint, a existência de um dia internacional em memória das vítimas do Holocausto. - Tendo como ponto de partida uma questão apresentada, com recurso ao PowerPoint, através do diálogo vertical, identificar os possíveis motivos das outras nações não terem interferido no genocídio. - Com recurso ao Facebook, apresentação de uma pequena biografia de Aristides de Sousa Mendes, salientando o seu papel de “salvador”. 		
---	--	--	--

<p>- Promover o espírito crítico dos alunos, salientando o caráter desumano do Holocausto.</p>	<p>- Com recurso ao PowerPoint, apresentação de uma pequena biografia de Oskar Schindler, salientando o seu papel de “salvador”.</p> <p>- De modo a concluir a aula, e com o objetivo de desenvolver o espírito crítico dos alunos, leitura e análise de uma carta escrita por um refugiado a um professor.</p> <p>- Análise de uma imagem de refugiados sírios, relacionando-a com o texto anterior.</p> <p>- Caso ainda exista tempo, realização da questão número 2, da ficha 12 do caderno de atividades.</p> <p>- Por fim, proceder-se-á à escrita Sumário.</p>		
--	--	--	--

Bibliografia: BREITAMAN, Richard, *Os segredos do Reich*, Lisboa, Âncora Editora, 2001;
 CASCÃO, Rui (revisão científica), *História Crítica do Século XX*, Coimbra, Minerva, 1996;
 GILBERT, Martin, *História do Século XX*, Alfragide, Dom Quixote, 2009;
 HITLER, Adolf, *A minha luta*, Lisboa, Afrodite, 1976 ;
 LAGARTIXA, Custódio (et. al), *Hora H 9*, Lisboa, Raiz editora, 2015;
 POLIAKOV, Léon, Auschwitz, *Anatomia de um campo de concentração*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1964;
 REES, Laurence, *Auschwitz, Os Nazis e a Solução Final*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

Webgrafia:

<http://www.jn.pt/paginainicial>
http://www.yadvashem.org/yv/en/exhibitions/album_auschwitz/arrival.asp
<http://www.annefrank.org/en/Subsites/Home/Enter-the-3D-house/#/map/>
<http://auschwitz.org/en/>
<http://www.publico.pt/revista2/portugueses-nos-campos-de-concentracao/os-campos-nazis>

Estratégia de enriquecimento – Convidar os alunos a visualizar o filme “O rapaz do pijama às riscas”.

Diapositivo 1



O Holocausto

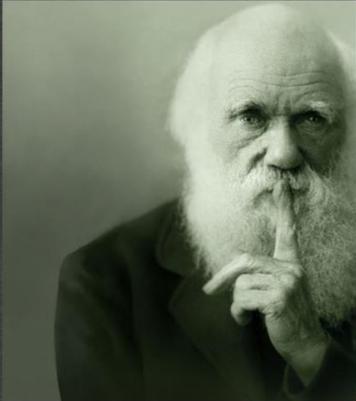
Diapositivo 2

Conquistar o “espaço vital”

“O objetivo da política alemã é a defesa e a segurança da comunidade racial germânica e a sua multiplicação. Precisamos, portanto, de espaço.”

Hitler, Declaração aos chefes militares alemães, em 1937.

Diapositivo 3



Charles Darwin (1809 – 1882)

- Teoria da evolução das espécies – sugeria que a seleção natural era o principal mecanismo para a troca das espécies ao longo do tempo.

↓

Sobrevivência da espécie mais forte e apta.

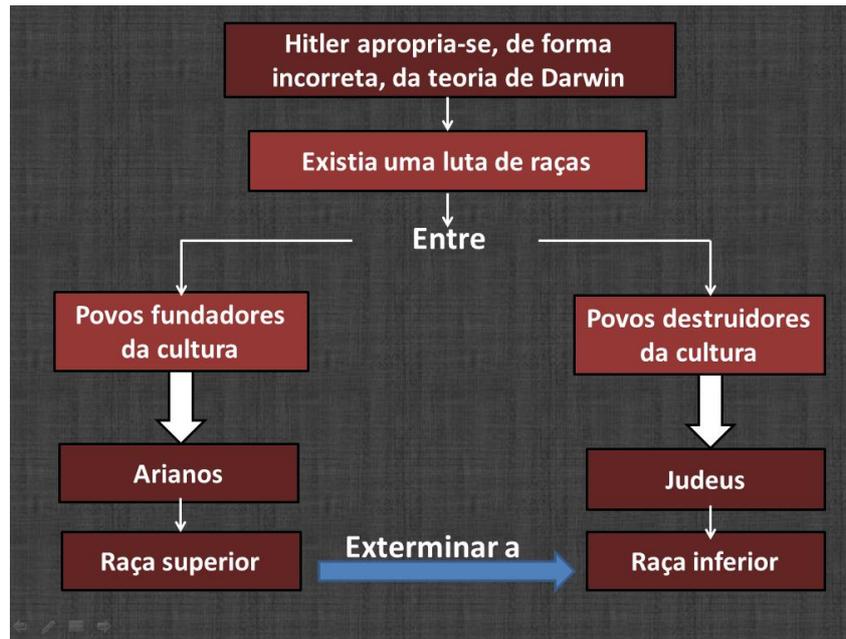
Diapositivo 4

“ A nossa concepção racista não acredita de forma nenhuma na igualdade. [...]

Sente assim a obrigação de favorecer a vitória do melhor e do mais forte [...] afirma a diferença de valores de raças.”

HITLER, Adolf, *A minha luta*, 1976. Adaptado

Diapositivo 5



Diapositivo 6



Diapositivo 7

Para além dos judeus perseguiram:

- Os ciganos;
- Os deficientes físicos e mentais;
- Homossexuais;
- Polacos, Eslavos;
- Os prisioneiros de guerra soviéticos.

Diapositivo 8

Consequências do racismo alemão

Diapositivo 9

Consequências do racismo alemão



Escola

Fonte: Desafios 99 ano, Santillana



Legenda: compre só em lojas alemãs!

Fonte: Desafios 99 ano, Santillana

[Notas de Cristal.mpd](#)

Diapositivo 10

Noite de Cristal – 9 de Novembro de 1938



https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b5/Bundesarchiv_Bild_146-1970-083-42_Magdeburg_gerst%C3%BCrtes_JNC3NB0disches_Gesch%C3%A4ft.jpg



https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b5/Bundesarchiv_Bild_146-1970-083-42_Magdeburg_gerst%C3%BCrtes_JNC3NB0disches_Gesch%C3%A4ft.jpg

Diapositivo 11

Consequências do racismo alemão

- Proibição de casamentos entre “arianos e judeus”;
- Proibição, aos judeus, do uso das cores nacionais alemãs;
- Judeus deixam de ser considerados cidadãos alemães;
- Boicote às lojas judaicas;
- Expulsão dos judeus das escolas alemãs (inclusive dos professores);
- Noite de Cristal – 1938 - (destruição de sinagogas, lojas vandalizadas, milhares de judeus presos e assassinados).

Diapositivo 12

Os guetos

“Os Judeus deverão ser concentrados em guetos [bairros cercados por muros ou arame farpado] nas cidades, a fim de melhor serem vigiados e, mais tarde, deslocados.[...]”

HEYDRICH, R., Instruções do chefe da Polícia de Segurança, 1939. Adaptado.

Diapositivo 13



Diapositivo 14



Diapositivo 15

A vida nos guetos

- Falta de condições de higiene;
- Falta de comida;
- Elevados quantitativos populacionais;
- Elevada taxa de mortalidade (execuções; fome; doenças, entre outras causas).
- Utilização da estrela de David.

Diapositivo 16

Boa tarde caro Himmler, ainda bem que veio rapidamente, não esperava outra coisa do meu "braço direito" !

Boa tarde meu Führer... Acredito que queira tratar de algo urgente...

Diapositivo 17



Diapositivo 18



Diapositivo 19



Diapositivo 20



Diapositivo 21

“Solução Final” – Extermínio de todos os judeus.

↓

Genocídio – Eliminação em massa de um grupo por motivos étnicos, nacionais ou religiosos.

Diapositivo 22

Campos de concentração



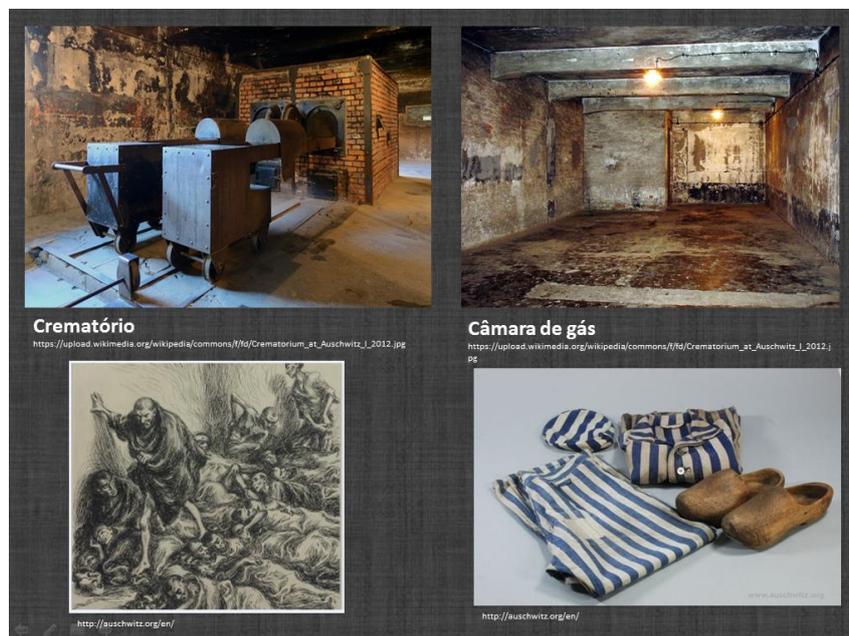
Entrada no campo de concentração de Auschwitz - O trabalho liberta
http://obviousmag.org/archives/2011/05/viktor_franks_um_psicologo_no_campo_de_concentracao.html.jpg?v=20151117210341

O portão de Buchenwald – Relógio está parado (15:15h)
http://obviousmag.org/archives/2011/05/viktor_franks_um_psicologo_no_campo_de_concentracao.html.jpg?v=20151117210341

Diapositivo 23



Diapositivo 24



Diapositivo 25

A História de Anne Frank (1929-1945)



- Anne era filha de Otto e Edith Frank, era uma jovem alemã com descendência judaica.
- Em 1933 foram viver para Amesterdão (Holanda). País que foi invadido em 1940 pelos alemães.
- Começou a viver escondida a partir de 1942.

Porta do esconderijo
https://bibliotecapelmundo.files.wordpress.com/2013/06/3711_fullimage_amsterdam-anne-frank-huis-boekenkastbb_560x350.jpg

Diapositivo 26



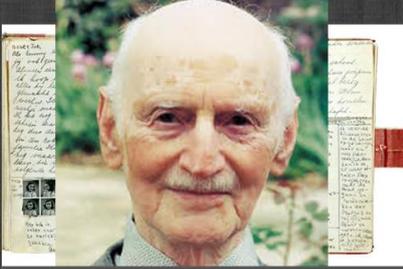
A Frente da Casa e o Anexo

- 49 O armazém
- 57 O escritório particular e a cozinha
- 63 O escritório de Victor Kugler
- 69 O escritório de Miep Gies, Jo Kleiman e Bep Voskuijl
- 81 O depósito
- 91 A estante móvel
- 97 O quarto de Otto, Edith e Margot Frank
- 115 O quarto de Anne Frank e Fritze Pfeffer
- 141 O quarto de banho
- 147 O quarto de Hermann e Auguste van Pels
- 153 O quarto de Peter van Pels e o sótão

<http://viagensdapreta.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Casa-Anne-Frank.jpg>

Diapositivo 27

A História de Anne Frank (1929-1945)



Otto Frank – Pai de Anne

http://4.bp.blogspot.com/_gCmHdTYQ1to/59CfPVOAQQI/AAAAAAAAAFE/D4Wbo8GHX0Q/s1600/this-is-a-page-from-anne-frank-s-diary.jpg

- Descrevia os seus dias no diário.
- Em 1944, são descobertos e transportados para o campo de concentração.
- Otto foi o único que regressou, com vida, de Auschwitz.

Diapositivo 28

Experiências médicas nos campos de concentração



www.auschwitz.org

Crianças vítimas de experimentos

- Testaram medicamentos;
- Testaram novos métodos de tratamento para ferimentos;
- Realizaram experimentos sobre reações à alta altitude;
- Procuraram aprofundar os princípios raciais e ideológicos nazis.

Diapositivo 29

A 27 de janeiro é assinalado o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto.



Diapositivo 30



Diapositivo 31

Muitas pessoas não acreditavam nas notícias que circulavam;

URSS ignorava os princípios humanitários;

Churchill não queria perder uma das suas vantagens.

Autoridades mais preocupadas com a guerra do que com o Holocausto.

Diapositivo 32

Oskar Schindler (1908-1974)



- Nasceu em Svitavy (cidade checa).
- Trabalhou para o governo nazi como informador, sendo, inclusive, preso pelas autoridades checas.
- Em 1939, na Cracóvia (Polónia), abre uma pequena fábrica de equipamento de cozinha, onde iria explorar a mão de obra judaica.

Oskar Schindler
<http://www.oskarschindler.dk/legacy/oskar-schindler5.jpg>

Diapositivo 33

Oskar Schindler (1908-1974)



- No decorrer do tempo, começa a tentar salvar os judeus das execuções nazis.
- Recorreu a subornos a oficiais da SS, com o objetivo de retirá-los dos campos de concentração e empregá-los na sua fábrica.
- Salvou mais de 1000 judeus, tendo acabado por perder todo o seu dinheiro.

Sepultura de Schindler em Jerusalém

<http://thumbs.dreamstime.com/z/1903644slide-de-oskar-schindler-em-jerusalem-6647271.jpg>

Diapositivo 34

“Caro Professor: Sou um sobrevivente de um campo de concentração. Os meus olhos viram o que jamais os olhos humanos deveriam poder ver: câmaras de gás construídas por engenheiros doutores; adolescentes envenenados por físicos eruditos; crianças eruditas assassinadas por enfermeiros diplomados; mulheres e bebês queimados por bacharéis. Por isso desconfio da educação. Eis o meu apelo: ajudem os vossos alunos a serem mais humanos. Que os vossos esforços nunca possam produzir monstros instruídos, psicopatas competentes. A leitura, a escrita, a aritmética só são importantes se tornarem as crianças mais humanas” .

Mensagem de um sobrevivente de um campo de concentração dirigida a um professor.



Documento 1

“Os judeus é que apresentam um acentuado contraste com o ariano. [...] a sua compreensão não é produto de evolução própria, mas de pura imitação. [...] a sua inteligência não serve para construir coisa alguma; ao invés, serve para destruir. [...] É e será sempre o parasita típico, um bicho que, tal qual um micróbio nocivo, se propaga cada vez mais, assim que se encontra em condições propícias. A sua ação vital assemelha-se igualmente à dos parasitas, onde ele aparece. O povo que o hospeda vai-se exterminando mais ou menos rapidamente. [...]”

HITLER, Adolf, *A minha luta*, 1976. Adaptado

Documento 2 – As Leis de Nuremberga (1935)

“A lei da Proteção do Sangue e da Honra alemã proíbe os casamentos entre judeus e indivíduos de sangue alemão ou assimilado. A relação entre judeus e indivíduos de sangue alemão ou assimilado são proibidas. Os casais que desobedecerem à lei serão expostos à condenação pública.

Os judeus não podem utilizar no serviço das suas casas mulheres de sangue alemão ou assimilado com menos de quarenta e cinco anos.

É proibido aos judeus o uso das cores alemãs nacionais.”

L. Poliakov, *Le Bréviaire de la haine*, 1951. Adaptado.

Documento 3



“Auschwitz, um dos maiores campos de concentração, funcionava de dois modos: como campo de concentração para prisioneiros de várias nações e como campo para o completo extermínio dos judeus.

Os judeus de toda a Europa chegavam a Auschwitz em vagões de comboio de carga sobrelotados onde [por vezes] passavam entre sete e dez dias, sem água, sem comida sem ar [...], acabando muitos deles por não sobreviver à viagem.

[...] na plataforma, os médicos da SS começam a separar os que servem para o trabalho dos que, na sua opinião, não servem. Geralmente, mães com crianças pequenas são classificadas como não aptas para o trabalho [...].

A porta seria rapidamente trancada e o gás [Zyklon B] imediatamente descarregado pelos “desinfetadores” através da ventilação nos tetos das câmaras de gás. Podia observar-se através da vigia na porta que aqueles que estavam mais próximos da ventilação morriam imediatamente. [...] os restantes cambaleavam e gritavam. [...]

[Após meia hora] o trabalho de recolher os cadáveres recomeçava. [...] o Destacamento Especial atarefava-se agora a remover dentes de ouro e a cortar o cabelo das mulheres. Depois, os corpos eram levados no elevador e deitados em frente aos fornos, que tinham sido atizados entretanto.

[Em] Auschwitz até ao 1º de dezembro de 1943, [...] pelo menos, dois milhões e quinhentas mil vítimas foram executadas e exterminadas pelos gases e, depois, incineradas; meio milhão, pelo menos, morreu de fome ou de doença, ou seja, uma cifra total mínima de três milhões de mortos.”

Compilação de documentos (adaptados).

Apêndice II – Planificação e aula de Geografia

	Planificação a Curto Prazo (aula de 90min¹.)	Ano letivo 2015-2016

Domínio	O meio natural
Subdomínio	O relevo
Objetivo geral	Compreender os agentes externos responsáveis pela formação das diferentes formas de relevo.
Esquema conceptual	

Questões chave	<ul style="list-style-type: none"> - Quais são os principais agentes responsáveis pela formação do relevo? - Quais são os principais agentes erosivos? - Quais são as principais fases de atuação dos agentes erosivos? - Qual é o resultado da ação dos agentes erosivos?
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Distinguir agentes internos de agentes externos; - Identificar os agentes internos; - Explicar a importância dos movimentos tectónicos (falhas e dobras) para a formação do relevo; - Explicar a importância do vulcanismo para a formação do relevo; - Explicar a importância dos abalos sísmicos na formação do relevo; - Identificar os principais agentes erosivos; - Definir erosão; - Explicar o impacto dos fenómenos de natureza física na modelação do relevo; - Explicar a ação dos fenómenos químicos na modelação do relevo; - Distinguir as três fases do processo erosivo: desgaste, transporte e sedimentação; - Caracterizar grandes formas resultantes da erosão e da acumulação de sedimentos por ação da água e do vento.
Conceitos	<ul style="list-style-type: none"> - Agentes internos; - Agentes externos; - Falhas; - Dobras; - Vulcanismo; - Abalos sísmicos; - Erosão; - Desgaste; - Transporte; - Sedimentação; - Meteorização; - Moreias.
Pré-requisitos	<ul style="list-style-type: none"> - Vale; - Planície; - Planalto;

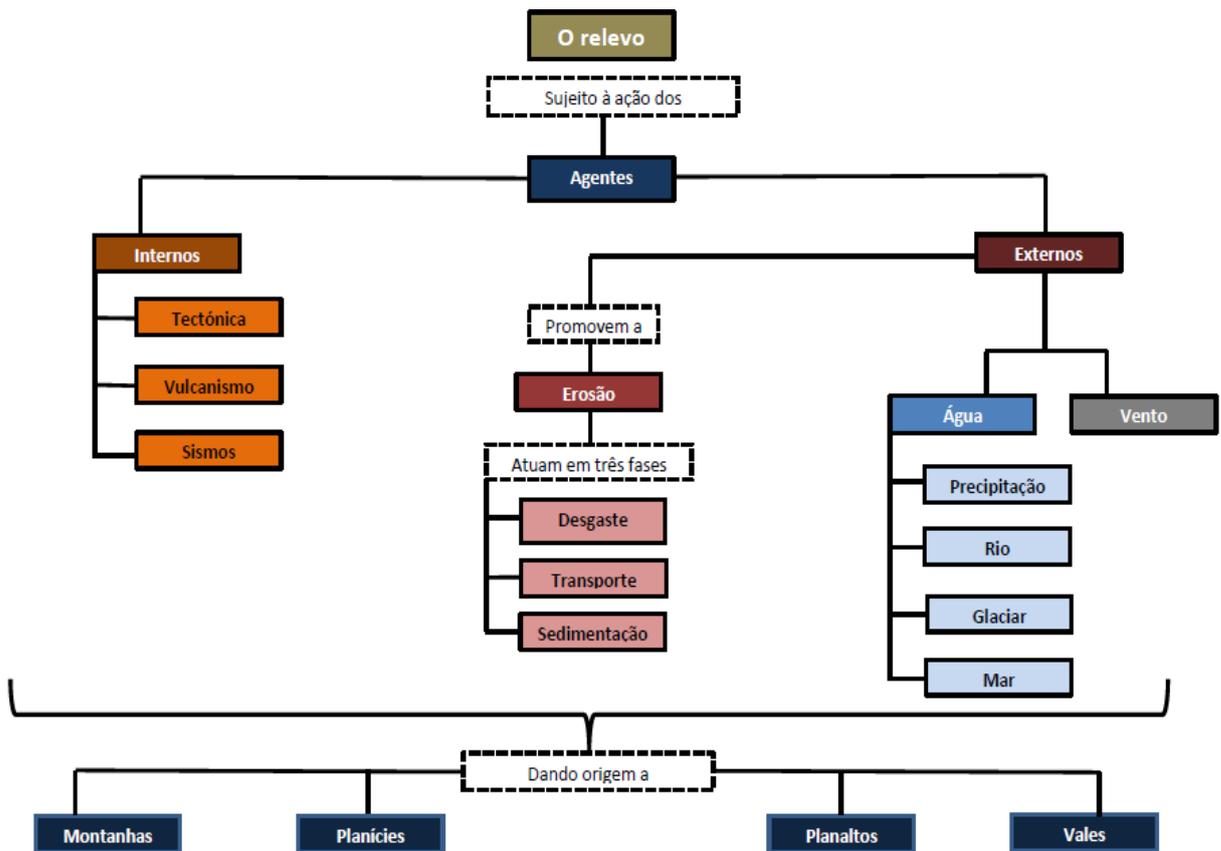
¹ Ricardo Feijão

	<ul style="list-style-type: none"> - Montanha; - Terras emersas; - Terras submersas/imersas; - Altitude; - Declive.
Estratégias de ensino e/ou aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Correção do trabalho de casa, de forma oral, que servirá de retroação da aula anterior; - De seguida, será introduzido o tema a abordar durante a aula através de um pequeno diálogo, projetado com recurso ao PowerPoint, previamente elaborado. - Identificado o tema a abordar, será solicitada a participação dos alunos para se proceder à análise da figura 1, que tem como objetivo elucidar os alunos que a origem da terra ocorreu há milhões de anos atrás e que a formação/alteração do relevo é um processo lento. - Analisada a figura 1 e recorrendo, novamente, a um pequeno diálogo serão introduzidas, numa primeira fase, as diferenças entre os agentes internos e externos. Apresentação de um esquema, através do PowerPoint, de modo a explicitar a importância de ambos. Registo por parte dos alunos do esquema apresentado. - Após o registo do esquema, será solicitado aos alunos que observem e, de seguida, descrevam a figura 2 e 3 – onde estão representadas falhas e dobras (agentes internos). Deste modo com o objetivo de esclarecer o que é uma falha, será analisada a figura 4 (bloco diagrama de uma falha), seguida de uma explicação através do diálogo vertical. - Posteriormente, será observada a figura 5 que apresenta uma paisagem da Serra da Sicó. De seguida será feita a sua localização (figura 6 e 7). E, por fim, partindo da figura 8 (nova imagem da Serra da Sicó) será dado a conhecer que esta é uma serra que teve a sua origem numa falha. - Seguidamente, proceder-se-á à observação e respetiva descrição da figura 9 com o objetivo dos alunos identificarem a presença de dobras, sendo que a explicação do conceito será realizada de seguida, através da análise da figura 10, recorrendo, igualmente, ao diálogo vertical. - Apresentação da figura 11 Serra da Arrábida, onde será feita a sua localização (figura 12 e 13). - De seguida, será apresentado um pequeno esquema síntese. - De modo a introduzir um novo agente interno (vulcanismo), proceder-se-á à visualização de um pequeno excerto de um vídeo que retrata uma erupção vulcânica. Exploração do excerto, através do diálogo vertical, com o objetivo de os alunos identificarem o fenómeno visualizado. - Recorrendo à figura 14 e apelando à participação dos alunos, será explicado de que modo o vulcanismo interfere na formação do relevo. Leitura do conceito de vulcanismo presente na página 156. Observação da figura 15 (Pico) como exemplo. - De seguida, serão projetadas, com recurso ao PowerPoint, e analisadas as figuras 16 e 17, que apresentam a ação dos abalos sísmicos. Breve explicação, recorrendo ao diálogo vertical, do conceito de abalo sísmico. Leitura e breve análise de uma notícia do Jornal de Notícias relativa a um sismo. - Apresentação de uma breve síntese relativa à importância dos agentes internos referidos. Registo da mesma por parte dos alunos. - Seguidamente, serão analisadas as figuras 19 e 20, com o objetivo de os alunos identificarem a presença de fraturas nas rochas. De modo a explicar uma possível origem dessas fraturas, realizar-se-á uma primeira experiência referente à termoclastia (fenómeno de natureza física – onde está presente a ação mecânica), seguida da sua explicação. Posteriormente, será apresentada outra experiência que poderá, também levar á fraturação das rochas, isto é a crioclastia. - Após o esclarecimento dos fenómenos físicos, abordar-se-á os fenómenos químicos, através de uma nova experiência, contudo esta realizada pelos alunos, que consiste na

	<p>dissolução do calcário. Observação e análise das figuras 21 e 22 que retratam o resultado da experiência realizada.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizadas todas as experiências será elaborado um esquema no quadro, com o auxílio dos alunos, relativos aos fenómenos observados, sendo ainda, introduzido o conceito de meteorização. - De seguida, proceder-se-á à análise das figuras 23, 24 e 25 de modo a identificar os principais agentes erosivos. - Leitura do conceito de erosão presente na página 157 do manual adotado. - Observação e análise da figura 26 de modo a elencar as três fases de atuação dos agentes erosivos (desgaste, transporte e sedimentação). Definição dos conceitos recorrendo à página 157 do manual adotado. - Análise das figuras 27 e 28, de forma a esclarecer o impacto da erosão pluvial, exemplificando com o caso das chaminés de fada (29,30, 31) sendo, de posteriormente explicitada a formação destas formas com ajuda do bloco diagrama (figura 32). - De seguida, proceder-se-á a análise das figuras 33 (nascente do rio Zêzere) e 34 (curso de água), com o objetivo de explicitar erosão fluvial. Apresentação de uma pequena síntese. Registo por parte dos alunos da mesma. - Análise das figuras 35 e 36 com o objetivo de salientar o impacto que o transporte de sedimentos tem (salientando a formação dos vales em V). Análise da figura 37 de forma a apresentar um local que resulta da sedimentação dos materiais. - Análise da figura 38 e 39 com o objetivo explicar o processo de erosão glacial. Interpretação da figura 40 no âmbito de simplificar o processo referido anteriormente. Registo por parte dos alunos de uma pequena síntese. - Interpretação da figura 41, no âmbito de definir moreias. - Análise das figuras 42 e 43 com o objetivo de explicar o processo de erosão marítima, de forma sucinta. - Análise das figuras 44 e 45 com o objetivo de explicar o processo de erosão eólica. Apresentação de uma pequena síntese. Registo por parte dos alunos da mesma. - Interpretação das figuras 46 e 47, de forma a salientar uma das várias áreas possíveis de acumulação dos sedimentos transportados pelo vento. - Apresentação de uma síntese geral. Registo por parte dos alunos da mesma. - Por fim, escrever-se-á o sumário.
Estratégias de remediação e/ou enriquecimento	<u>Estratégia de remediação/ consolidação</u> - Realização de uma pequena ficha de trabalho, com o objetivo de consolidar alguns conhecimentos, seguida da sua correção;
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro Negro; - Manual adotado; - PowerPoint; - Projetor multimédia; - Ficha de Trabalho; - Computador;
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Pontualidade; - Participação oral; - Realização dos trabalhos de casa; - Atitudes.
Bibliografia/webgrafia	<p>CUNHA, Lúcio, <i>As Serras Calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere</i>, estudos de geomorfologia, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990;</p> <p>MAGALHÃES, J. Edmundo (et. al), <i>Geografia, A Terra e a Paisagem. 7º Ano</i>, Lisboa, Asa, 1983;</p>

	<p>MEDEIROS, Carlos alberto, <i>Geografia de Portugal - Ambiente Físico</i>, Rio de Mouros, Circulo de Leitores, 2005;</p> <p>RIBEIRO, Eva (et. al), <i>GPS 7º ano</i>, Porto, Porto editora, 2012;</p> <p>RIBEIRO, Isabel (et. al), <i>Geo Sítios 7º ano</i>, Porto, Areal, 2015.</p> <p>http://www.jn.pt/paginainicial;</p>

Esquema Concetual



Diapositivo 1

Diferentes formas de relevo



Montanhas
Fonte: <https://cristaisgayatri.files.wordpress.com/2011/06/himalayas2.jpg>



Planalto
Fonte: <http://www.estudopratico.com.br/wp-content/uploads/2014/07/planafo-central.jpg>

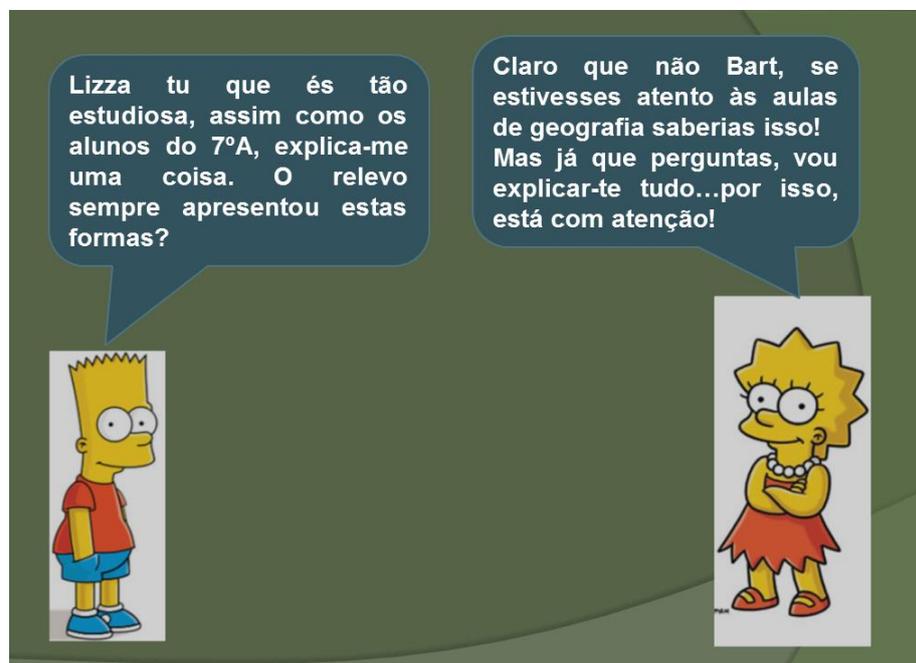


Vales (Vale Glaciar do Zezère)
http://www.radiomonsanto.pt/ficheros/noticias/1261572209VALE_GLACIA_380.jpg



Planície (Alentejo)
http://www.radiomonsanto.pt/ficheros/noticias/1261572209VALE_GLACIA_380.jpg

Diapositivo 2



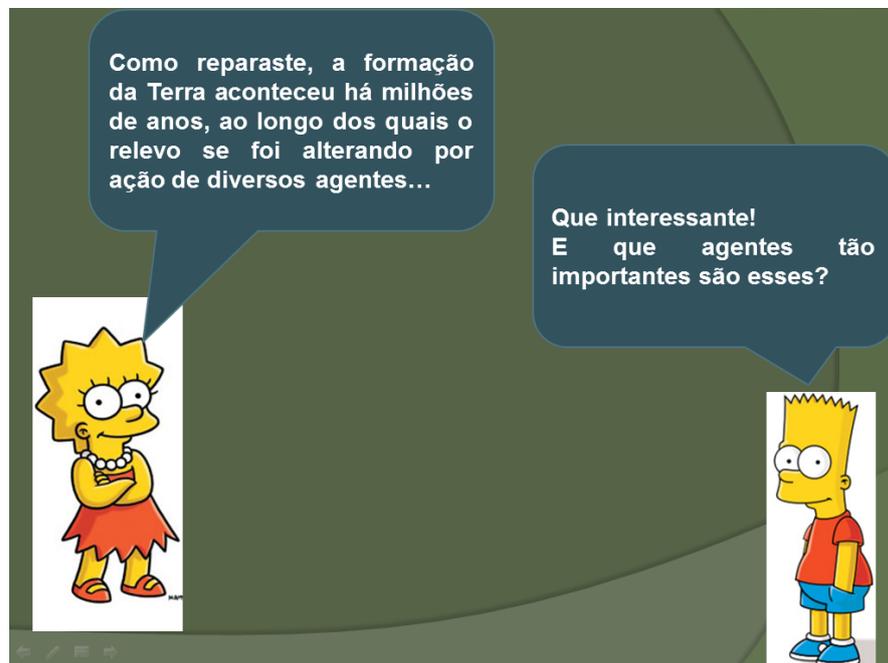
Lizza tu que és tão estudiosa, assim como os alunos do 7ºA, explica-me uma coisa. O relevo sempre apresentou estas formas?

Claro que não Bart, se estivesses atento às aulas de geografia saberias isso! Mas já que perguntas, vou explicar-te tudo...por isso, está com atenção!

Diapositivo 3



Diapositivo 4



Diapositivo 5



Diapositivo 6



Diapositivo 7



Figura 2 – Falha.

http://1196.photobucket.com/albums/aa14/inibace_2007/falha1.png



Figura 3 – Dobra.

<http://brasilcola.uol.com.br/upload/contendo/ma/ges/ce60f4353e6ba985a22233803bae90be.jpg>

Diapositivo 8

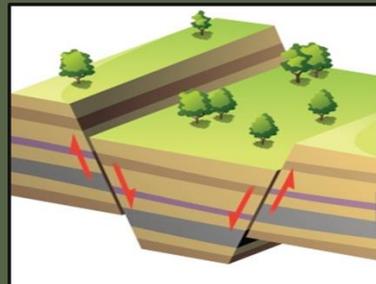


Figura 4 - Bloco diagrama de uma falha.

Fonte:http://s3.amazonaws.com/gs-geo-images/58e2d61-1469-454a-bbad-a3d53747634_1.jpg

- Há uma força que é exercida na vertical, levando à fraturação das rochas de maior dureza.
- Assim, verifica-se o deslocamento dos blocos (de um em relação ao outro).

Diapositivo 9



Figura 5 - Serra da Sicó

Diapositivo 10

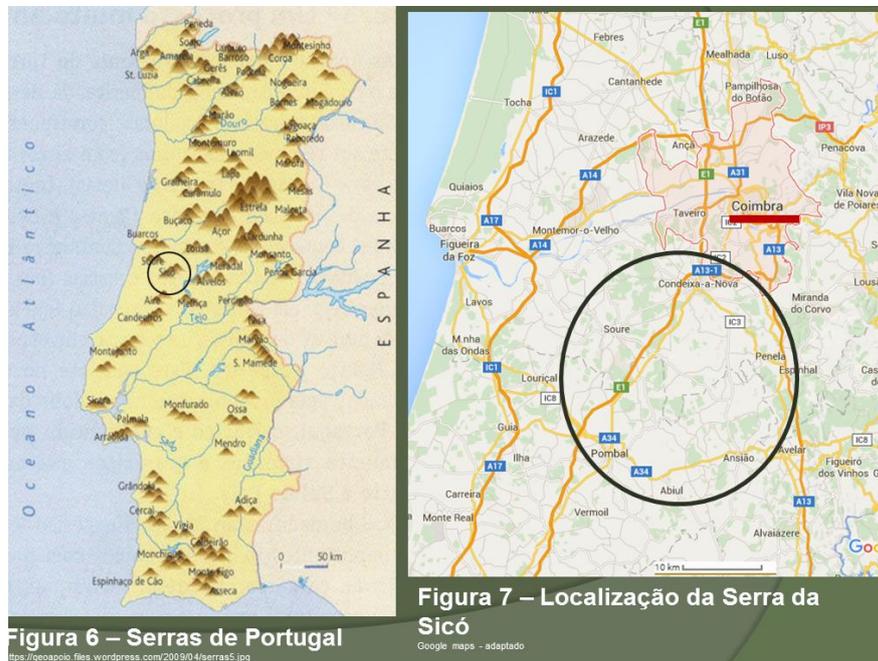


Figura 6 - Serras de Portugal
<https://geopapo.files.wordpress.com/2009/04/serras5.jpg>

Figura 7 - Localização da Serra da Sicó

Google maps - adaptado

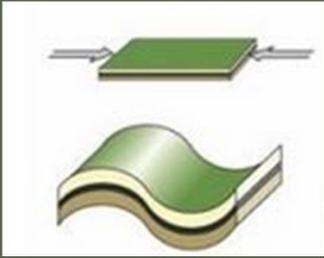
Diapositivo 11



Diapositivo 12



Diapositivo 13



O diagrama mostra duas etapas da formação de uma dobra. Na parte superior, uma camada plana de rocha verde é submetida a forças horizontais opostas, indicadas por setas brancas. Na parte inferior, a mesma camada está dobrada em uma forma de 'S', com uma elevação no centro e depressões nas extremidades.

Figura 10 – Bloco diagrama de uma dobra.
https://d1u1p2xjshg3.cloudfront.net/6205a004-24cb-414d-98ce-12a604bc004e_1.jpg

- Há uma força que é exercida na horizontal. Esta força, leva as rochas que apresentam uma maior elasticidade a “dobrar”.
- Assim, verifica-se a elevação de uma determinada área.

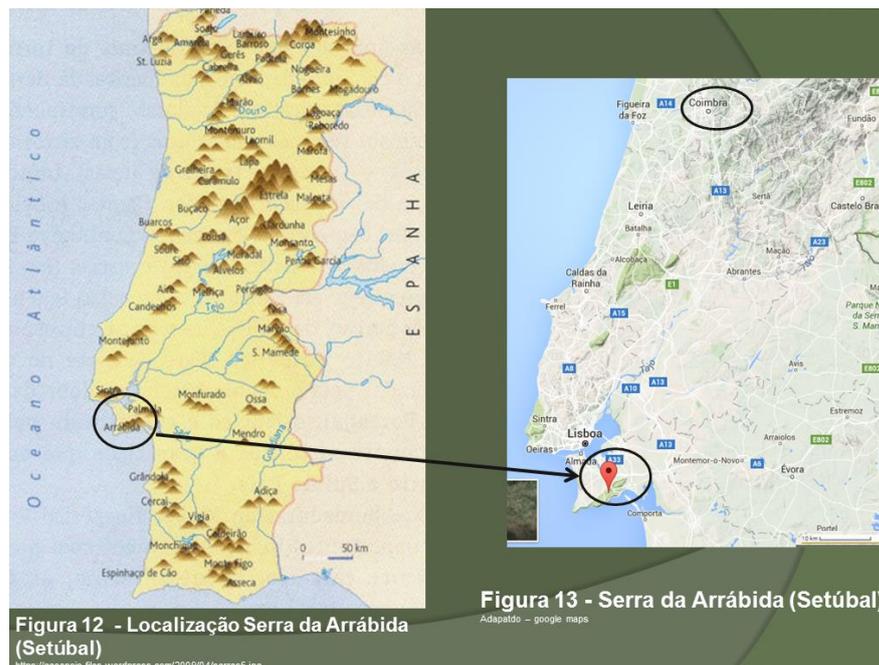
Diapositivo 14



Foto de uma paisagem com uma vinha em primeiro plano e a Serra da Arrábida ao fundo. O céu é azul com algumas nuvens brancas. A vinha é verde e organizada em fileiras. A serra é coberta por vegetação verde e áreas de rocha exposta.

Figura 11 - Serra da Arrábida
Fonte: <http://www.visitsetubal.com.pt/wp-content/uploads/2013/03/Vinhas.jpg>

Diapositivo 15

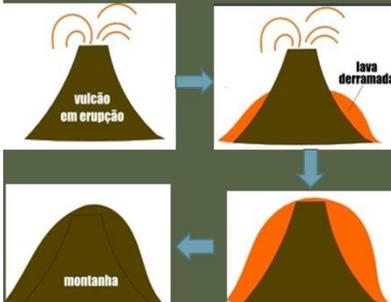


Diapositivo 16



Diapositivo 17

O Vulcanismo



The diagram illustrates the volcanic cycle in four stages: 1. A volcano erupting with smoke and ash. 2. Lava flowing down the slope, labeled 'lava derramada'. 3. The resulting mountain shape, labeled 'montanha'. 4. A volcano erupting again, completing the cycle.

Figura 14 - Vulcanismo
http://balnesonline.uol.com.br/uploads/cont_eu_doi/images/montanha-vulcanica.jpg



Figura 15 - Pico (Açores)
http://guia-viagens.aeiou.pt/wp-content/uploads/2012/03/ponta_do_pico_acores.jpg

Diapositivo 18



Sismo de magnitude 7,0 abala sudoeste do Japão

13/11/2015

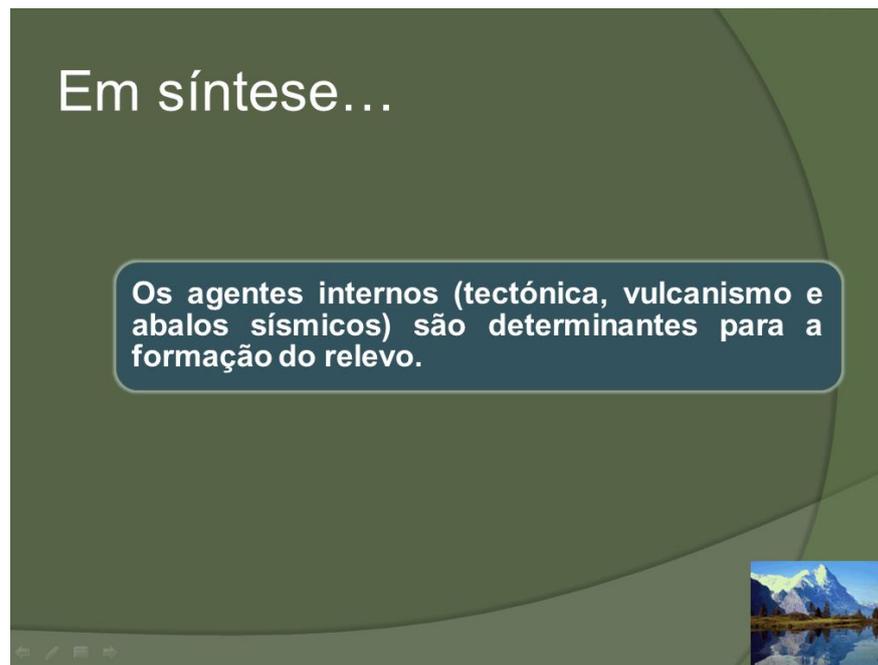
Um abalo sísmico de magnitude 7,0 na escala de Richter atingiu esta sexta-feira a costa sudoeste do Japão, informou o centro de Vigilância Geológica norte-americano.

Figura 16
<http://s.gaiing.com/jalg/1/foto/2015/11/13/15111301.jpg>

Figura 18 - Abalos Sísmicos
Fonte: http://www.pj.pt/Paginabical/Mundo/Interior.aspx?content_id=4884549

Abalos Sísmicos

Diapositivo 19



Diapositivo 20



Diapositivo 21



Figura 19 – Fraturação/desgaste das Rochas

http://4.bp.blogspot.com/_HqU5ryxDw3Q/IS6vVwQnkQIAAAAAAAAAAAw/5C2laq5Y5xU/s1600/meteorizacao+P4C3%ADsica.jpg



Figura 20 – Fraturação/desgaste das Rochas

http://2.bp.blogspot.com/_Ass4GXU0GX8/5C7V0K7x4YI/AAAAAAAAAAATw/nMK4vwxWLPw/s400/diaclases.bmp

Diapositivo 22



Figura 21 – Rochas Calcárias na Serra de Sicó



Figura 22 - Lapiás – Serra da Sicó

<http://clubearivre.org/gallery2/d/2364/1/10.jpg>

Diapositivo 23

Principais agentes Erosivos



Figura 23 - O vento. Fonte: MAGALHÃES, J. Edmundo (et al), Geografia, A Terra e a Paisagem

Figura 24 - A água (precipitação, rios, glaciares e mar).

Figura 25 - A temperatura.

Diapositivo 24

Os agentes erosivos atuam em três fases distintas:



Desgaste

Transporte

Sedimentação

Figura 26 – As fases erosivas. Fonte: adaptado de RIBEIRO, Eva (et al), GPS, 7º Ano

Diapositivo 25

Erosão Pluvial

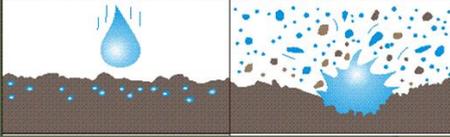


Figura 27
[http://3.bp.blogspot.com/y/m7edyZw6UvpxghYMKoWAAAAAAAIQYnZwFvr8BKs1600/giphy+5\).gif](http://3.bp.blogspot.com/y/m7edyZw6UvpxghYMKoWAAAAAAAIQYnZwFvr8BKs1600/giphy+5).gif)

Figura 28 - Impacto da precipitação no solo

Diapositivo 26

Chaminés de Fada

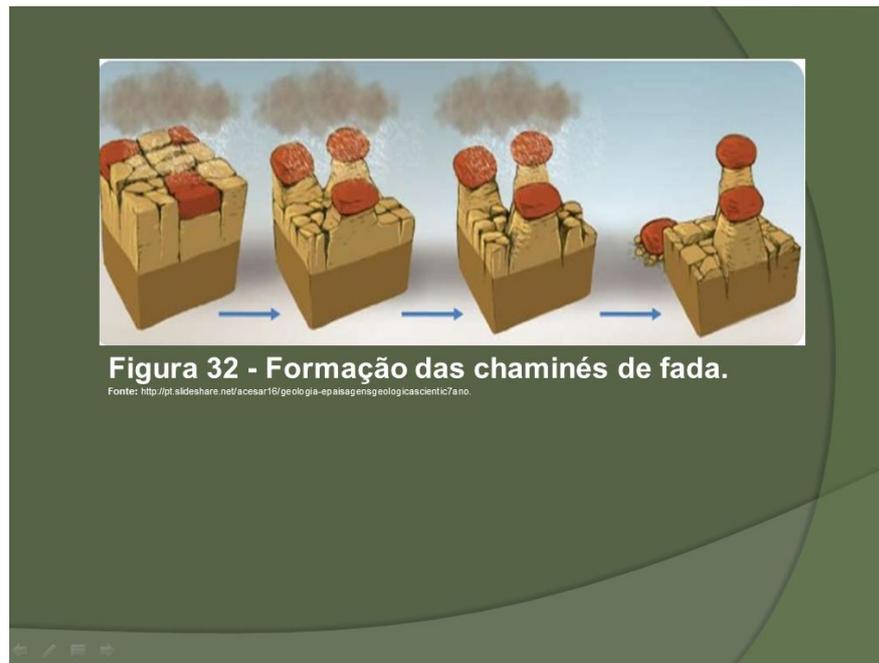


Figura 29 - Chaminés de Fada.
https://joaquimery.files.wordpress.com/2011/12/dsc_0385.jpg

Figura 30 - Capadócia
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Capad%C3%A3cia#/media/Arquivo:CapadociaChimneys2.jpg>

Figura 31 - Capadócia
<https://planejandoaviape.m.files.wordpress.com/2012/1/0/dsc05898.jpg>

Diapositivo 27



Diapositivo 28



Diapositivo 29

Erosão Fluvial



Figura 35 - Curso de água

Fonte: http://XG65kxpo9F7no_m0_4944

Os rios exercem a sua ação erosiva sobre a superfície terrestre:

- Desgastando as rochas e formando vales com a forma de V;
- Transportando os sedimentos.

Mondego.mp4

Diapositivo 30



Figura 37 - Planície Aluvial (Seixal).

[http://www.infopedia.pt/\\$seixal,2](http://www.infopedia.pt/$seixal,2)

À medida que os cursos de água vão perdendo força, os materiais começam a depositar-se (sedimentação) dando origem às planícies aluviais.

Diapositivo 31

Erosão Glaciar



Figura 38 – Glaciar.
http://k39.kn3.net/arrn/ga/1/2/9/4/1/6/1/1/sper/eyra93/A/C2_p.p?4596

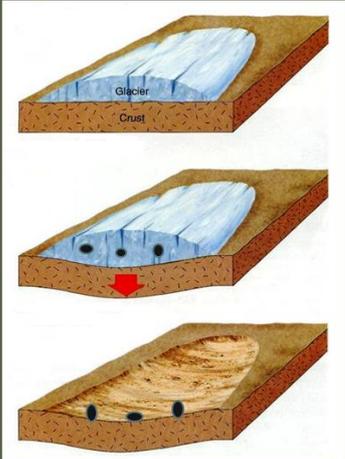
Glaciar – massa enorme de gelo que se forma devido à acumulação de neve.



Figura 39 - Vale glacial do Zêzere.
http://www.radiomonsanto.pt/ficheiros/noticias/1261572209VALE_GLACIAR_380.jpg

Diapositivo 32

Erosão Glaciar



Grandes massas de gelo, que devido à ação da gravidade, desgastam a superfície terrestre e as rochas formando, assim, vales em U.

Figura 40 – Formação dos vales em U.
Fonte: <http://ftngeo.wikispaces.com/View/Glaciologia.jpg?2231168321040x940/Glacio-Isotasia.jpg> (consultado a 8/2/2016).

Diapositivo 33

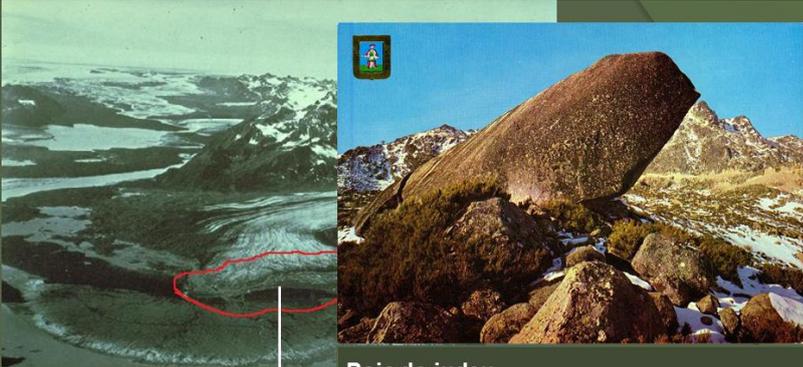


Figura 41

Poio do judeu
Fonte: http://www.prof2000.pt/users/avcultur/Postais2/SerradaEstrelaPost014_SerrEstrela.jpg

Moreias- As moreias são acumulações de detritos causadas pelo degelo dos glaciares.

http://ruisoares65.pbworks.com/f/1254571793/1254571793xfig14_05.jpg

Diapositivo 34

Erosão marítima



Figura 42 – Ação erosiva do mar.
http://nonline.pt/media/transfend/styles/625x350-image_m_interior/public/on-e-deserted-beach.jpg

Figura 43 – Ação erosiva do mar.
<http://static.globahoficias.pt/storage/UN/2012/big/ing2079744.jpg>

➤ Nos seus movimentos de ondas e marés, o mar vai desgastando o litoral.

Diapositivo 35

Erosão eólica



Figura 44 - Kansas City – EUA (rochas cogumelo).



Figura 45 - San Juan – Argentina.
<http://www.argentina.travel/pics/1600x686/4ff968f0c9.jpg>

- Há o arranque de materiais não consolidados;
- Em rochas mais duras a erosão é menor;

Diapositivo 36



Figura 48 – Localização do concelho de Pombal
Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/e7/LocalPombal.svg/280px-LocalPombal.svg.png>



Chebbi –
2010/03/Erg-Chebbi-Marrocos.jpg



Figura 47 – Dunas na Praia do Osso da Baleia.
<http://www.humorxxi.com/p0/06/imagens-diversas-as-grandes-dunas-de-areia-no-parque-nacional-do-colorado-usa-rd4rjgdiouv71r7>

➤ As dunas são o exemplo de áreas de acumulação dos sedimentos arrastados pelo vento.

Em suma

- Os rios, o mar, os glaciares e o vento transformam a superfície terrestre atuando sobre ela esculpindo o relevo.

Navigation icons: back, forward, search, refresh.

Apêndice III – Teste de História e de Geografia

4º Teste História

9º Ano

- 1- Identifica** os anos que marcam o início e o fim dos seguintes séculos: **(3 pontos)**
Sec. VII a.C. Sec. IX a.C Sec. XXIII

Lê, atentamente, o texto 1.

“Os dez anos que se seguem à I Guerra Mundial são tempos de prosperidade económica (...). Socialmente, isso reflete-se no enorme crescimento da burguesia. O seu grupo mais dinâmico é o da “classe média”.

(...) Situado entre o mundo operário e camponês, de um lado, e o da grande burguesia, por outro, este grupo social está particularmente ligado aos meios de promoção social: a escola, o trabalho e a poupança. (...) as classes médias fazem surgir novas categorias profissionais: os médicos, os professores, os engenheiros, os jornalistas.”

Charles Jide, *Les institutions de progrès social*, Librairie de la Société du Recueil Sirey, 1921 (adaptado)

- 2 – Partindo do texto 1, define** classe média e **indica** o motivo que explica o seu crescimento. **(10 Pontos)**

Observa as figuras.



Figura 1

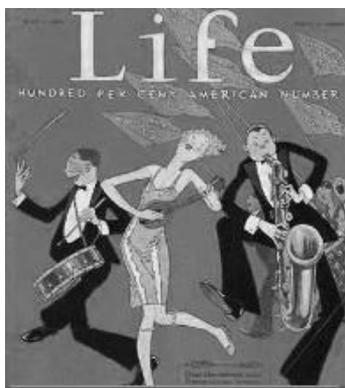


Figura 2



Figura 3

- 3. Explica,** tendo em conta as figuras, de que modo a 1ª Guerra Mundial contribuiu para a alteração das mentalidades e dos costumes. **(15 Pontos)**

4. A euforia vivida no período após a 1ª Guerra Mundial ganhou uma determinada designação. Indica qual foi essa designação. **(1 Pontos)**

Observa a figura.



Figura 4

5. Refere, a partir da figura 4, quatro alterações, ao nível da moda e das atitudes, vivenciadas pelas mulheres.

6. Classifica as seguintes afirmações como verdadeiras (V) ou falsas (F).

(10 pontos)

6.1. Desde os finais do século XIX que os movimentos de feministas não reivindicavam a libertação da mulher da dependência do homem.

6.2. No início do século XVIII, a luta pela emancipação feminina acentuou-se devido à ação das associações de sufragistas.

6.3. A guerra foi um passo fundamental para a emancipação das mulheres.

6.4. As mulheres continuaram a não ter permissão para exercerem profissões, tradicionalmente, reservadas aos homens.

Observa as figuras

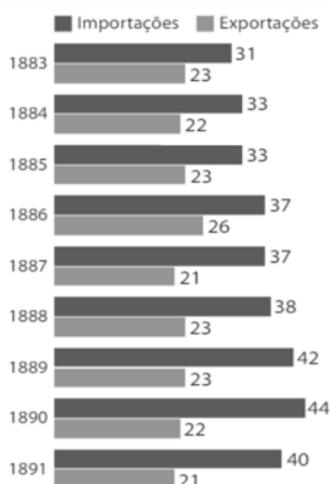


Figura 5 -Balança comercial portuguesa

Anos	Dívida pública
1854	92 287
1870	261 176
1879	405 818
1889	525 779
1890	539 212
1899	614 621

Figura 6 – Dívida pública portuguesa

7. A partir das figuras 5 e 6, **caracteriza a situação económica e social** de Portugal nos finais do século XIX. **(10 pontos)**

Lê, atentamente, o texto 2.

“ Dois meses depois de D. Carlos subir ao trono (1889), o Partido Republicano Português organiza sucessivas manifestações e comícios contra a coroa. Ao mesmo tempo agrava-se a situação do regime – divisões nos partidos monárquicos, escândalos financeiros, desvalorização da moeda. Tudo isso era aproveitado pela propaganda republicana.”

José António Saraiva, O Palácio de Belém (adaptado)

8. Identifica 3 dificuldades, explícitas no texto 2, relacionadas com o regime monárquico.

(3 Pontos)

9. Faz corresponder uma letra (coluna A) a um número (coluna B).

(5 Pontos)

Coluna A	Coluna B
A - 31 de Janeiro de 1981	1 - Assassinato do Rei D. Carlos e do príncipe herdeiro D. Luís, em 1 de Fevereiro de 1908;
B - Ditadura de João Franco	2 – Luta pela queda da monarquia e instauração da república, com o apoio das classes médias e do operariado;
C - Regicídio	3 - Considerada uma humilhação pela qual a monarquia foi responsabilizada;
D - Partido republicano português	4 - Encerramento do parlamento e perseguição a alguns dirigentes republicanos com o apoio do rei;
E – Ultimato Inglês	5 - Primeira revolta contra a monarquia, apesar de ter fracassado.

10. Comenta a seguinte afirmação:

(16 Pontos)

O crash da bolsa foi o despoletar da crise de 1929, esta que teve um impacto mundial.

Na tua resposta deves indicar:

- ✓ O que originou a crise de 1929;
- ✓ As consequências do crash da bolsa;
- ✓ As consequências sociais da crise;
- ✓ Motivos da mundialização da crise.

Lê, atentamente, o texto 3.

“Asseguremos a cada trabalhador um salário mínimo suficiente para viver (...). Isso pode conseguir-se através da criação de empregos diretamente pelo Governo.”

F.D Roosevelt, Discurso de 17 de maio de 1933 (adaptado)

11. Com base no texto 3, **identifica** como se denomina a política económica empreendida nos EUA, com vista a solucionar os problemas decorrentes da crise de 29.

(2 Pontos)

12. **Enumera** duas medidas dessa política económica.

(4 Pontos)

13. Classifica as seguintes afirmações como verdadeiras (V) ou falsas (F). **(3 Pontos)**

Em França, a Frente popular ganhou as eleições em 1936 e tomou medidas de intervenção na economia como:

A - Redução dos salários;

B - Redução do horário de trabalho para 28 horas semanais;

C – Concessão do direito a gozar anualmente 15 dias de férias pagas.

14. Corrige as afirmações falsas. **(4 pontos)**

15. Identifica as forças políticas e respetivos apoiantes em confronto na Guerra Civil de Espanha. **(6 pontos)**

Fim

Geografia 7ºAno

1. (8%) Completa os espaços em branco.

União Europeia nasceu no final da _____ mundial com o objetivo de preservar a paz e a prosperidade na Europa. O Primeiro grande passo foi no ano de 1957, onde seis países: _____, _____, _____, _____, _____, _____ assinaram o Tratado de Roma.

2. (2%) Refere os países que entraram para a União Europeia em 1986.

3. (5%) Ordena cronologicamente os seguintes acontecimentos:

A - Criação da União Europeia;

B - Criação da CECA;

C - Criação da CEE;

D - Maior alargamento ocorrido;

E - Entrada em circulação do Euro.

4. Observa a figura 1.



4.1 (3%) **Identifica**, a partir da análise do mapa, **três países** que fazem parte do continente Europeu mas que não aderiram à União Europeia.

4.2 (4%) **Identifica** dois microestados e as respetivas capitais que fazem parte do continente Europeu.

5. (8%) **Classifica** como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmações:

A) A União Europeia tem como objetivo criar barreiras à livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais.

B) A União Europeia tem como objetivo promover uma união entre os povos europeus, desenvolvendo políticas comuns que garantam a desigualdade entre as nações.

C) A Comissão Europeia detém o poder executivo.

D) O primeiro alargamento da ainda Comunidade Económica Europeia deu-se com a entrada de países oriundos do sul da Europa.



6. Observa a figura 2.

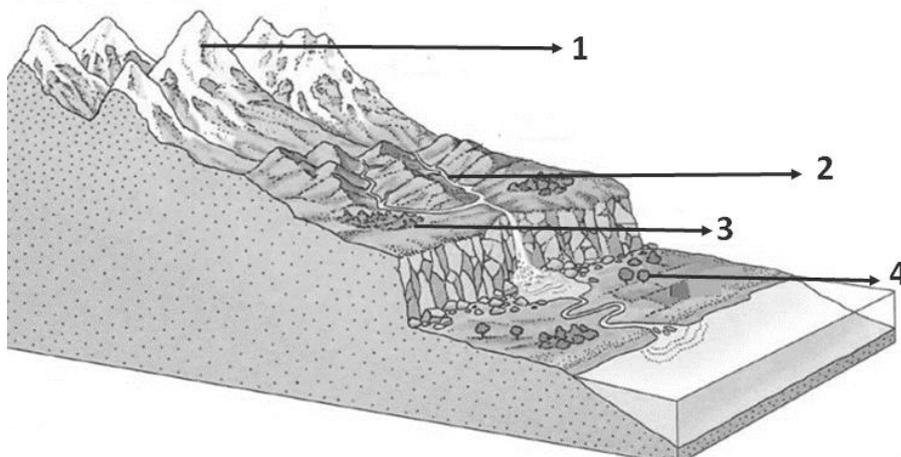


Figura 2 – Formas de relevo

6.1 (3%) Define relevo.

6.2. (4%) Faz a legenda da figura 2.

7. (8%) **Faz a correspondência** entre os elementos da coluna A e os da coluna B.

Nota: A cada elemento da coluna A corresponde apenas um elemento da coluna B.

Coluna A

A – Sopé;
B – Cume;
C – Vertente;
D- Declive.

Coluna B

1 – É uma superfície alongada compreendida entre duas superfícies de menor altitude.
2 – É a superfície inclinada que liga um lugar de maior altitude com um lugar de menor altitude.
3 – É o ponto mais baixo de uma área montanhosa.
4 – É o ponto mais elevado de uma área montanhosa.
5 - Ângulo que a vertente faz com o plano horizontal.
6 – Superfície fechada de altitude inferior às superfícies envolventes.

8. Observa a figura 3.



Figura 3– Atuação dos agentes internos

8.1. (6%) **Menciona** de que forma atuam os agentes internos, **referindo** a sua principal função.

8.2. (6%) Indica qual o agente interno que atuou na figura:

4-A _____

4-B _____

4-C _____

9. Observa a figura 4.



Figura 4 – Dissolução do calcário.

9.1.(2%) Indica qual é a natureza do fenómeno que origina a dissolução do calcário.

10. (3%) Refere os três principais agentes erosivos que estudaste.

11. Observa a figura 5.

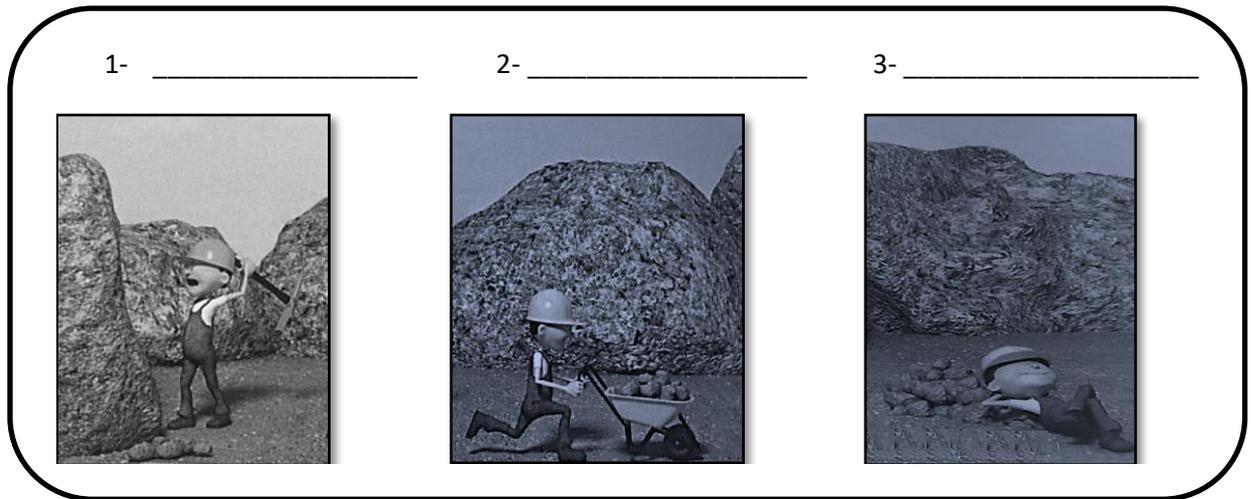


Figura 5

11.1. (3%) Na figura 6, estão representadas as três fases erosivas. **Identifica-as.**

11.2. (3%) **Define** uma das fases que identificaste na questão anterior.

12. Observa as figuras 6 e 7.

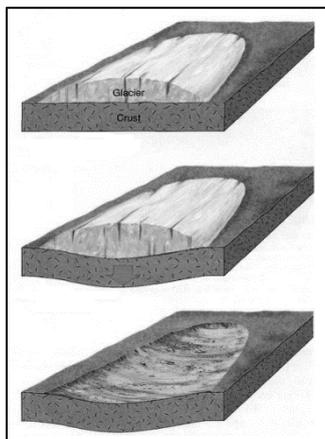


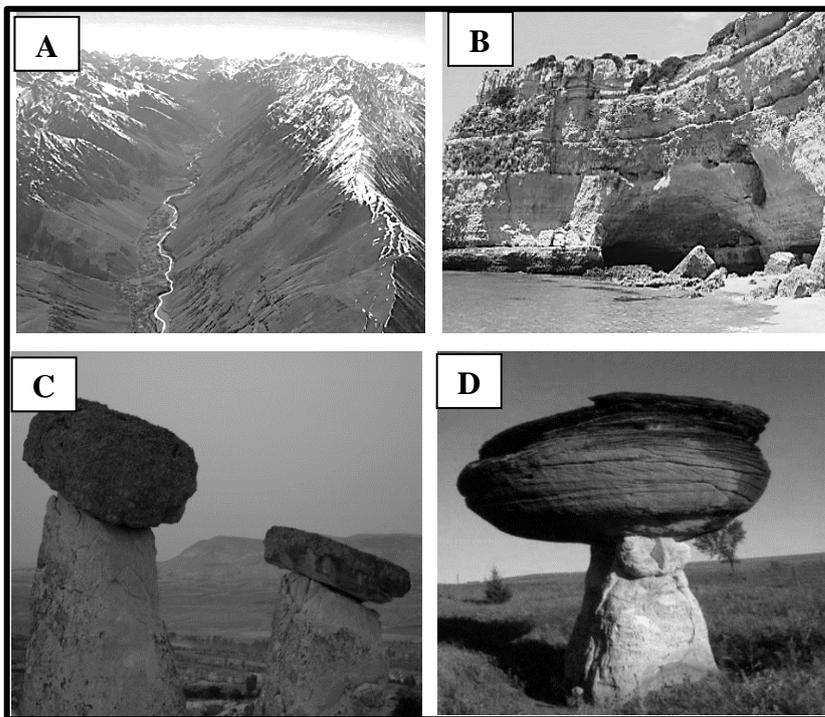
Figura 6



Figura 7

12.1. (10%) **Identifica** o tipo de erosão presente na figura 6 e 7, **explicando** a forma de atuação do agente erosivo.

13. Observa as imagens (A, B, C e D) da figura 8.



Tipos de erosão:
Erosão pluvial; Erosão tectónica; Erosão fluvial; Erosão eólica; Erosão vulcânica; Erosão marinha.

Figura 8

13.1. (8%) **Associa** um tipo de erosão a cada uma das imagens.

A - _____

B - _____

C - _____

D - _____

14. A observação das curvas de nível, fig.9 (I, II e III), permite-nos ter uma noção do declive do terreno e das suas formas.

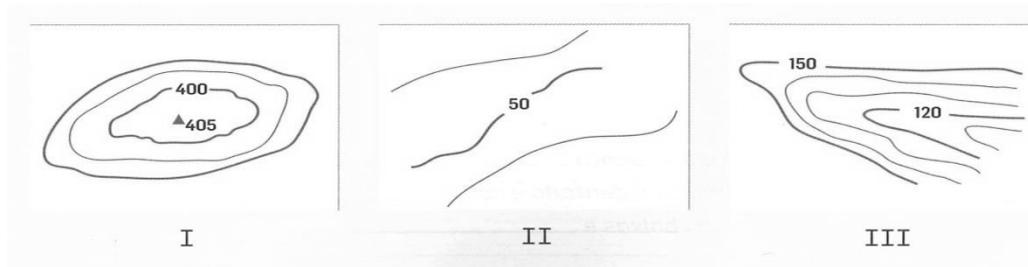


Figura 9 - Extratos de um mapa topográfico.

14.1. (6%) Associa cada um dos estratos de um mapa topográfico apresentados na figura 9 a uma forma de relevo.

I - _____

II - _____

III - _____

15. (8%) Faz a correspondência entre os elementos da coluna A e os da coluna B.

Coluna A
1. Vale
2. Montanha
3. Equidistância
4. Curvas de nível
5. Pontos cotados
6. Curvas de nível mestras
7. Planície

Coluna B
A - São representados por um conjunto de curvas de nível que se dirigem todas para o mesmo lado e cuja cota diminui da periferia para o centro.
B - Diferença de altitude entre duas curvas de nível consecutivas é sempre igual.
C - Linhas desenhadas com um traço mais grosso e com o valor da altitude.
D - Indicam a altitude, em geral, dos locais mais altos ou mais baixos.
E - São representadas por um conjunto de curvas de nível cuja cota aumenta da periferia para o centro.
F - Linhas que unem pontos de igual altitude.

Apêndice IV – Plano Individual de Formação

Plano Individual de Formação

1. Definição de atividades letivas

O presente Plano Individual de Formação, elaborado de acordo com os critérios presentes no *Plano Anual Geral de Formação* e no *Plano Anual de Formação da Área de História e Geografia*, pretende descrever as atividades que serão realizadas, e nas quais participarei, ao longo do estágio pedagógico. Este estágio tem como objetivo principal, a partir da participação nessas atividades e da observação de aulas realizadas, quer pelos professores, quer pelos colegas estagiários, fomentar a aprendizagem e o desenvolvimento de ideias que permitam melhorar o desempenho e a postura do estagiário, não só durante esta etapa, mas também como futuro profissional.

Desta forma, no presente ano letivo, e de acordo com o previsto no *Plano Anual Geral de Formação da Faculdade de Letras*, o estagiário compromete-se a participar nas seguintes **atividades mínimas obrigatórias**:

- Elaboração e /ou debate de planificações – de longo, médio e curto prazos, de recursos didáticos e de instrumentos de avaliação no âmbito do núcleo de estágio;
- Participação em 75% dos Seminários Pedagógicos semanais dirigidos pelo Orientador da Escola, com a duração aproximada de 60 a 90 minutos por disciplina;
- Participação em todas as sessões de auto e heteroavaliação de atividades letivas, e de avaliação formativa e sumativa, acordadas no âmbito do Núcleo de Estágio;
- Preparação e concretização de atividades letivas nas turmas dos Orientadores da Escola;
- Sendo o núcleo bidisciplinar, o número mínimo de atividades letivas que o professor estagiário tem de assegurar situa-se entre 28 e 32 aulas de 45 minutos ou entre 14 e 16 aulas de 90 minutos, divididas equitativamente pelas duas áreas de formação;
- Observação de todas as aulas lecionadas pelos outros estagiários do Núcleo de Estágio;
- Observação de 75% das aulas lecionadas pelo Orientador de Estágio nas turmas a que estão afetos os estagiários;

- Os Orientadores da FLUC observarão um mínimo de 2 aulas a cada Estagiário, devendo as mesmas ocorrer a partir de janeiro;
- Realização de um dossiê que deve conter a seguinte documentação: legislação e outros textos fundamentais (Regulamento da Formação de Professores na FLUC, Planos Anuais de Formação das respetivas Áreas Científico-Pedagógicas, Grelhas de Parâmetros de Avaliação das respetivas Áreas, Plano Individual de Formação-PIF...); documentação relativa às aulas asseguradas (planificações de longo, médio e curto prazos, recursos didáticos e instrumentos de avaliação); comentários escritos sobre as aulas que lecionou; documentação relativa a outras atividades em que tenha participado (Seminários, Sessões de formação, aulas assistidas, atividades extraletivas, de intervenção socioeducativa e de gestão escolar...); documento de auto e heteroavaliação do desempenho no Estágio Pedagógico; entre outra documentação pertinente.

2. Planificação anual das atividades extraletivas

Para além da participação nas atividades mínimas obrigatórias, anteriormente elencadas, o estagiário compromete-se, ainda, a participar nas atividades de carácter facultativo sugeridas pelo mesmo *Plano*. Neste sentido, participará em reuniões e atividades de gestão escolar, com o estatuto de observador, e em atividades extracurriculares e de intervenção socioeducativa realizadas pela Escola, sempre que a Orientadora considerar oportuno, e/ou pelos outros estagiários do núcleo de estágio, a saber:

- **Atividade** - Visita de Estudo às Grutas de Mira de Aire, para o 7º ano (contactos com as instituições a visitar e planificação da atividade). **Objetivos** - sensibilizar para a importância do património natural do país; promover o gosto pela aquisição de conhecimentos através da observação direta; observar a tradução do vocabulário geográfico em imagens reais; aplicar e consolidar conhecimentos; educar para a cidadania. **Dinamizadores** - Núcleo de estágio de Geografia (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Maria José Reis (com a colaboração de outras disciplinas). **Calendarização** – Final do 3º Período.

- **Atividade** – Planificação de uma aula de preparação para Visita de Estudo às Grutas de Mira de Aire. **Objetivos** – sensibilizar os alunos para a atividade a realizar; promover o conhecimento do local a visitar; dar a conhecer o roteiro da visita. **Dinamizadores** - Núcleo de estágio de Geografia (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Maria José Reis. **Calendarização** – 3º Período.
- **Atividade** - Visita de Estudo ao Museu da Água, a ETAR e a outros locais relacionados com o rio, em Coimbra, destinada ao 7º. **Objetivos** - sensibilizar para a importância do património natural e cultural do país; promover o gosto pela aquisição de conhecimentos através da observação direta; observar a tradução do vocabulário geográfico em imagens reais; aplicar e consolidar conhecimentos; educar para a cidadania. **Dinamizadores** – Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste (com a participação do núcleo de estágio de Geografia). **Calendarização** – 2º Período.
- **Atividade** – Elaboração de fichas de avaliação. **Objetivo** – avaliar a qualidade e os conhecimentos adquiridos nas visitas pelos alunos. **Dinamizadores** - Núcleo de estágio de Geografia (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Maria José Reis. **Calendarização** – após as visitas de estudo.
- **Atividade** – Planificação e realização de atividades de carácter geográfico. **Objetivo** – consolidar conhecimentos; fomentar a aprendizagem cooperativa; desenvolver nos alunos o gosto pelo estudo da Geografia; desenvolver nos alunos o sentido de responsabilidade pessoal e social; promover a aprendizagem através de jogos e experiências didáticas. **Dinamizadores** - Núcleo de estágio de Geografia (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Maria José Reis. **Calendarização** – Férias da Páscoa (2º Período).
- **Atividade** - presença em reuniões das diferentes estruturas da realidade escolar (reuniões de coordenação de ciclo, reuniões de avaliação intercalar). **Objetivos** - fomentar a aprendizagem e o desenvolvimento de ideias que permitam corrigir e melhorar o meu desempenho e postura, não só durante o estágio, mas também

como futuro profissional; aquisição de conhecimentos relativos às características das turmas. **Dinamizadores** – Escola (com a participação do núcleo de estágio de geografia). **Calendarização** – ao longo do ano letivo.

- **Atividade** – apreciação geral dos testes diagnósticos. **Objetivos** – detetar as dificuldades ao nível da localização espacial, da interpretação de documentos e da comunicação escrita. **Dinamizadores** – Escola (com a participação do núcleo de estágio de geografia). **Calendarização** – 1º Período.
- **Atividade** – elaboração de fichas de avaliação e respetivas matrizes. **Objetivo** - fomentar a aprendizagem e o desenvolvimento de ideias que permitam corrigir e melhorar o meu desempenho e postura, não só durante o estágio, mas também como futuro profissional; aquisição de conhecimentos relativos às características das turmas; **Dinamizadores** - Núcleo de estágio de Geografia (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Maria José Reis. **Calendarização** – ao longo do ano letivo.
- **Atividade** – correção das fichas de avaliação de acordo com os critérios de avaliação, previamente elaborados. **Objetivos** – avaliar o conhecimento adquirido pelos alunos. **Dinamizadores** - Núcleo de estágio de Geografia (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Maria José Reis. **Calendarização** – ao longo do ano letivo.
- **Atividade** – lecionação de um número de aulas superior ao estabelecido. **Objetivos** - fomentar a aprendizagem e o desenvolvimento de ideias que permitam corrigir e melhorar o meu desempenho e postura, não só durante o estágio, mas também como futuro profissional. **Dinamizadores** - Núcleo de estágio de Geografia (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Maria José Reis. **Calendarização** – ao longo do ano letivo.
- **Atividade** – Observação de aulas do ensino secundário. **Objetivos** - fomentar a aprendizagem e o desenvolvimento de ideias que permitam corrigir e melhorar o meu desempenho e postura, não só durante o estágio, mas também como futuro profissional; contactar com uma dinâmica de aula diferente. **Dinamizadores** -

Núcleo de estágio de Geografia (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Maria José Reis. **Calendarização** – 2º Período.

- **Atividade** - Exposição fotográfica “Realismo: Eça de Queirós e a cidade de Coimbra”. **Objetivos** - sensibilizar para a importância do património cultural do país; promover o gosto pela observação e produção literária de um autor do programa de Língua Portuguesa; demonstrar a possibilidade de utilização de textos literários na aula de história (como fonte histórica); demonstrar a importância da fotografia como fonte histórica. **Dinamizadores** – Escola (com a participação do núcleo de estágio de História). **Calendarização** – 3º Período.
- **Atividade** - Sala de estudo “Távola Redonda” destinada a todos os alunos do terceiro ciclo do ensino básico. **Objetivos** - Esclarecer dúvidas; consolidar conhecimentos; aprofundar conhecimentos; sistematizar conteúdos; fomentar a aprendizagem cooperativa; visualizar filmes e documentários didáticos sobre os conteúdos em estudo; promover a aprendizagem através de jogos didáticos; promover um papel ativo dos alunos na resolução dos seus problemas de aprendizagem; desenvolver nos alunos o sentido de responsabilidade pessoal e social. **Dinamizadores** – Núcleo de estágio de História (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Fátima Galhim. **Calendarização** - Todas as terças-feiras das 16:25 às 17:10.
- **Atividade** – Elaboração de um dossiê com materiais para a sala de estudo. **Objetivo** – Aplicar os materiais desenvolvidos na sala de estudo. **Dinamizadores** – Núcleo de estágio de História (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Fátima Galhim. **Calendarização** – Ao longo do ano letivo.
- **Atividade** - Visita de Estudo ao Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, para o 7º ano (contactos com as instituições a visitar e planificação da atividade). **Objetivos** - sensibilizar para a importância do património cultural do país; promover o gosto pela aquisição de conhecimentos através da observação direta; observar a tradução do vocabulário histórico em imagens reais; aplicar e consolidar conhecimentos; educar para a cidadania. **Dinamizadores** - Núcleo de

estágio de História (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Fátima Galhim (com a colaboração de outras disciplinas). **Calendarização** – Final do 3º Período.

- **Atividade** – Planificação de uma aula de preparação para Visita de Estudo ao Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota. **Objetivos** – sensibilizar os alunos para a atividade a realizar; promover o conhecimento do local a visitar; dar a conhecer o roteiro da visita. **Dinamizadores** - Núcleo de estágio de História (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Fátima Galhim. **Calendarização** – 3º Período.
- **Atividade** - Visita de Estudo ao Museu da Eletricidade em Lisboa, para o 9º ano. **Objetivos** - sensibilizar para a importância do património cultural do país; promover o gosto pela aquisição de conhecimentos através da observação direta; observar a tradução do vocabulário histórico em imagens reais; aplicar e consolidar conhecimentos; educar para a cidadania. **Dinamizadores** – Escola (com a participação do núcleo de estágio de História). **Calendarização** – 2º Período.
- **Atividade** – Elaboração de fichas de avaliação. **Objetivo** – avaliar a qualidade e os conhecimentos adquiridos nas visitas pelos alunos. **Dinamizadores** - Núcleo de estágio de História (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Fátima Galhim. **Calendarização** – após as visitas de estudo.
- **Atividade** - Palestra “A Evolução da Escrita: do Papiro às Tabuinhas de Cera”, para o 7º ano. **Objetivos** - promover o gosto pela aquisição de conhecimentos através da observação direta; observar a tradução do vocabulário histórico em imagens reais; consolidar conhecimentos. **Dinamizadores** - Núcleo de estágio de História (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Fátima Galhim, (com a participação de um convidado). **Calendarização** – 2º Período.
- **Atividade** – palestra/conferência relacionada com a Primeira Guerra Mundial. **Objetivos** – Aprofundar conhecimentos; consolidar de conhecimentos;

desenvolver nos alunos o interesse pelo tema. **Dinamizadores** - Núcleo de estágio de História (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Fátima Galhim, (com a participação de um convidado). **Calendarização** – 1º Período.

- **Atividade** - presença em reuniões das diferentes estruturas da realidade escolar (reuniões de coordenação de ciclo, reuniões de avaliação intercalar). **Objetivos** - fomentar a aprendizagem e o desenvolvimento de ideias que permitam corrigir e melhorar o meu desempenho e postura, não só durante o estágio, mas também como futuro profissional; aquisição de conhecimentos relativos às características das turmas. **Dinamizadores** – Escola (com a participação do núcleo de estágio de história). **Calendarização** – ao longo do ano letivo.
- **Atividade** – apreciação geral dos testes diagnósticos. **Objetivos** – detetar as dificuldades em ao nível da cronologia, da localização espacial, da interpretação de documentos e da comunicação escrita. **Dinamizadores** – Escola (com a participação do núcleo de estágio de história). **Calendarização** – 1º Período.
- **Atividade** – elaboração de fichas de avaliação e respetivas matrizes. **Objetivo** - fomentar a aprendizagem e o desenvolvimento de ideias que permitam corrigir e melhorar o meu desempenho e postura, não só durante o estágio, mas também como futuro profissional; aquisição de conhecimentos relativos às características das turmas; **Dinamizadores** - Núcleo de estágio de História (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Fátima Galhim. **Calendarização** – ao longo do ano letivo.
- **Atividade** – correção das fichas de avaliação de acordo com os critérios de avaliação, previamente elaborados. **Objetivos** – avaliar o conhecimento adquirido pelos alunos. **Dinamizadores** - Núcleo de estágio de História (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Fátima Galhim. **Calendarização** – ao longo do ano letivo.
- **Atividade** – orientação bibliográfica para trabalhos de recuperação. **Objetivos** – superar as dificuldades demonstradas pelos alunos nas fichas de avaliação. **Dinamizadores** - Núcleo de estágio de História (Francisco Costa; Mariana

Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Fátima Galhim. **Calendarização** – ao longo do ano letivo.

- **Atividade** – lecionação de um número de aulas superior ao estabelecido. **Objetivos** - fomentar a aprendizagem e o desenvolvimento de ideias que permitam corrigir e melhorar o meu desempenho e postura, não só durante o estágio, mas também como futuro profissional. **Dinamizadores** - Núcleo de estágio de História (Francisco Costa; Mariana Monteiro; Ricardo Feijão), orientado pela Professora Fátima Galhim. **Calendarização** – ao longo do ano letivo.

Apêndice V – Quadro I - Limites das Propriedades

Quadro I

	Propriedade	Localização	Superfície (comprimento x largura)	Oriente	Ocidente	Norte	Sul	Cultura(s)	Quem traz	Renda	Superfície em m²	Outros
1	Casa	Rua da Ponte	17,5 côvados*7	Maria Afonso da Batalha	Casa de João Sapateiro	Rua pública	Azinhaga que vai para a igreja	-	Gonçalo Rodriguez (ferreiro)	100 reais em sua vida	60.025	-
2	Pardieiro que foi adega do Chumbeiro	Rua que vai da praça para S. Pedro (acima do Paço do Concelho)	-	Casa e quintal de Briolanja Diaz e herdeiro de Diego Pirez	Casas de Gonçalo Anes da Praça	Azinhaga que vai para Santa Maria	Rua Pública	-	Gonçalo Anes da Praça	12 Reais	-	-
3	Açougue de cortar carne	Parte com a rua pública e da outra banda com a azinhaga que vai para Santa Maria	12 côvados*5	-	-	-	-	-	-	-	29.4	-
4	Celeiro	Junto da Igreja de São Martinho	8 varas*7	Pardieiros da ordem	Pedro Afonso (Mercador)	Pedro Afonso (Mercador)	Rua Pública	-	-	-	-	-
5	Azinhaga, casa e quintal	Atrás da rua da praça	-	Lopo de Valladares e seus herdeiros	Azinhaga	Casa de Afonso Anes (almocreve)	Azinhaga	-	Pedro Afonso criado de D. Joam Teello	20 reais por ano pagos no natal	-	-
6	Pardilheiro e Quintal	Chão acerca da Igreja de São pedro	22 côvados*22	Chousos dos clérigos	Rua pública	Quintal de Pedre Anes (clérigo)	Curral de Pero Ferrnandez	Laranjeira	Frei Joam Martinz vigairo da dita vila	-	150	-
7	Uma casa com forno	Rua dos Castanhos	22 côvados*26	Casa dos Hedeiros de Diego Pirez (Sapateiro)	Quintal da confraria	Azinhaga do Concelho	Rua Pública	-	-	-	222,95	-
8	Circuito e chão e um forno	Outeiro do Forno	18 côvados*14	Chouso de Gomez Anes clérigo e entesta ao levante com Fernam Gil (escudeiro)	-	-	-	-	-	-	123,48	-

9	Chouso que em outro tempo foi lagar de vinho	Junto à ponte	-	Chouso do concelho	-	Rua pública	Rio	-	Vasco Pirez (Sapateiro)	100 reais	-	-
10	Uma casa	Rua dos Sobrados que parte com Fernam Anes, com Martim Gonçallvez e com a rua.	-	-	-	-	-	-	Beatriz Fernandez uma mulher que foi de Joam Fidalgo pelo prazo de três pessoas, sendo ela a primeira.	20 reais e uma galinha	-	-
11	Um pequeno chaão que e, outro tempo foi lagar de vinho	Junto ao outeiro do forno	-	Azinhaga que vai para Santa Maria	Quinta de Joam Bras	Azinhaga	Quintal de Joam Bras	-	-	-	-	-
12	Moinhos de azeite	Parte de cima da vila	41 côvados* 29	Moinhos de farinha da ordem	Ressio do do concelho	Ressio do do concelho	Caminho serventia do lugar	-	-	-	582,6 1	Duas moos e quatro varas
13	Moinhos de farinha	Junto dos moinhos de azeite	20 côvados* 12	Estrada	Moinhos de azeite	Chouso da ordem	Herança de Gil Lourenço	-	-	-	117,6	Duas moos e uma alveira e outra segundeira
14	Moinhos de azeite	Próximo do rio de cabrunças	-	Rio	Olivais de Saa	Vinha de Diego Gil	Ruy Leitam	-	-	-	-	Pedra com três varas
15	Uma lameira (pedaço de terra) que atravessa o caminho que vai para o dito moinho e entesta com o rio grande	Acima dos moinhos de Saa	-	-	-	-	-	-	Ruy Leitom (escudeiro)	3 coroas de ouro do crunho de França e um par de galinhas, pelo natal	-	-
16	mato	parte com a estrada do concelho que vai para a vila e para Leiria e que vai entestar com a	-	-	-	-	-	-	Ruy Leitom (escudeiro)	3 coroas de ouro do crunho de França e um par de	-	-

		herdade dos herdeiros de Gomez Anes Rico e com os herdeiros de Frandes								galinhas, pelo natal		
17	Olival e terra de pão e duas casas de moinhos	-	-	-	-	-	-	Oliveira e trigo	Ruy Leitom (escudeiro)	3 coroas de ouro do crunho de França e um par de galinhas, pelo natal	-	-
18	Olival dos freires	Próximo da vila	-	Herdade da ordem (Várzea Pequena) e com o olival de Sebastiam Gonçallvez	Olival da Ordem	Olival de Lopo Afonso e Ribeiro da fonte da Moura	Olival de Nuno Botelho e Briolanja Diaz	-	-	-	-	-
19	Olival	Junto com o olival anterior Olival	-	Olival dos Freires e vai entre ambos o ribeiro quente	Olival de João Telho	Olival de Diego Valadares	Olival de Nuno Botelho	Oliveira	-	-	-	-
20	Olival	Junto ao olival anterior olival	-	Olival de Maria Chea e entesta na estrada	-	Olival de D. Joam Teello	Chouso de Pero anes e com oliveira de Afonso Alvarez	Oliveira	-	-	-	-
21	Olival	-	-	Terra da Ordem	-	Joam Rodriguez	-	15 pés de Oliveira	Vasco Botelho e outra parte Nuno Botelho	-	-	-
22	Olival	Da outra parte da vila pela ribeira acima onde chamam Sorveira	-	Estrada que vai para tomar	Herdade da ordem que se chama Sorveira	Vinha de Pero Afonso (sapateiro)	Com a vinha da filha de Joam da Serra	Oliveira	-	-	-	-
23	Olival do monte	Junto da vila	-	-	Vinhas de Briolanja Diaz	Terra da ordem que se chama vale de S. Pedro	Vinhas de Briolanja Diaz	Vinha e Oliveira	Traz emprazado Lopo Martins pelo prazo de	Paga em cada ano 4 almudes de vinho à bica e uma	-	-

									Diogo Cunha visitador em 3 pessoas no qual ele é a segunda pessoa	galinha pelo natal e a derradeira pessoa há de pagar 3 alqueires de azeite cada ano		
24	Vinha e oliveiras que foram de Fernam Gonçallvez	No Olival do Monte	-	-	-	-	-	Vinha e Oliveira	Pero de Coimbra	Pagava cada ano 9 almudes de vinho à bica e um par de galinhas	1200	Cavadura de 4 homens
25	Vinha	No Olival do Monte	-	-	-	-	-	vinha	Pero de Coimbra	5 Almudes de vinho e uma galinha pelo natal	1500	Cavadura de 5 homens
26	Vinha	No olival do Monte	-	-	-	-	-	Vinha	Traz emprazado Gonçalle Anes da praça, sendo ele a primeira pessoa	Paga a cada ano 3 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal	1800	Cavadura de 6 homens
27	Chão de vinha	No olival do Monte	-	-	-	-	-	Vinha	Traz emprazado Beatriz Fernandez, mulher de Joam Fidalgo e é primeira pessoa a ter o título de compra	Paga 4 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal.	900	Leva 3 homens de cava.
28	Mato que em outro tempo foi olival e se chama Maralham	No olival do monte	-	Estrada que subia a carreira a nova para Abiul	Caminho que vai para o Regato	Vinhas de Joam Denis e dos herdeiros d'Alvare Anes de Barco	Valle do Regato	Vinhas	Traz emprazado Antam Gomez é nela a	Paga de foro 3 almudes de vinho e uma galinha	-	-

									segunda pessoa			
29	Vinha	No olival do monte	-	-	-	Terra da ordem pelo caminho	-	Vinhas	Diego Pirez sendo ele a primeira pessoa	Paga a cada ano 3 almudes de vinho	-	-
30	Olival pequeno	Parte de além de ponte ao emproo de Chaquete no Cubo da Varzea dos Bacellos	-	Varzea da ordem que se chama dos Bacellos	Varzea de Joam André (Sapateiro)	Varzem da ordem que se chama Calçada	Olival dos herdeiros de Lopo Afonso (escudeiro) e com o Rio de Cabrunças	Oliveira	-	-	-	-
31	12 pés de Oliveira	Travasso	-	-	-	-	-	Oliveira	Ordem; Joam Pirez (sapateiro) Alvaro Anes Lourinho; Joam Rodriguez (escudeiro)	-	-	-
32	16 pés de Oliveiras	Ranha	-	Mato da ordem	Herdeiros de Pero Andree	Vasco Pires(sapateiro)	Joam Rodriguez, herdeiro de Pero Andree e com 2 Oliveiras da confraria	Oliveira	-	-	-	-
33	Pedaço de terra que fez enxertia d'olival	Adentro da Granja do Porto do Carro	-	-	-	-	-	Oliveira	Antam Vaz da Maçoeira	Paga de foro 3 Alqueires de azeite um ano sim outro não, fora o dizimo e a maquia	-	-
34	Olival	Cardaes parte caminho do concelho e com Catarina Afonso e com Diogo Valladares e com Gonçalo de Viseu	-	-	-	-	-	Oliveira	Vasco Botelho	-	-	Dá dez moeduras de azeitona

		e com o olival da Ordem do Poço										
35	7 pés de Oliveiras	Junto com a almoinha da Ranha	-	Pelo vallado da dita almoinha	-	-	Com o caminho que vai para o Travasso	Oliveiras	Rodrigo Alvarez	-	-	-
36	Olival	Pinheiros do Prior	-	Com o caminho velho	Com a estrada	Com Afonso Gonçallvez neto de Gonçalo de Verigo	Nuno Botelho	60 pés de Oliveira	-	-	-	-
37	7 pés de Oliveiras	Fontainhas	-	Estrada do Escoural	Caminho velho e acima esta uma oliveira da ordem	Fernande Anes da Rua do Rio	Almoinha da confraria	Oliveiras	-	-	-	-
38	6 pés de oliveiras	Marmoiraaes	-	-	-	Bastiam Gonçallvez e João Rodriguez herdeiros de Pero Andre [e das outras bandas com Joam Fernandez Machado e Rodrigo Alvarez do Chaão de herdeiros]	-	Oliveiras	-	-	-	-
39	Terra com mato e vinhas	Acima da Igreja de São Pedro e chama-se vale de São Pedro	-	Perto da estrada que vai para a carreira nova e parte em cima com as vinhas que foram de Perdigom e de Alvare Anes do Barco e do olival do monte até à forca e vai entestar com a vinha de Briolanja Diaz				Vinhas	-	-	-	-
40	Vinha e Olival	Vale de São Pedro	-	-	-	-	-	70 pés de Oliveiras e vinha	Luiz Estevez	Pagava dela 5 almudes de vinho	7200	Cavadura de 24 homens
41	Vinha com Pomar	Vale de São Pedro	-	-	-	-	-	Vinhas e fruta	Rafael Fernandez, Fraviel Fernandez e	Pagam dela em cada ano de foro 15 almudes de	12000	Cavadura de 40 homens;

									Afonso Fernandez filhos de Joam Fernandez	vinho à bica e duas galinhas pelo natal. Nela o dito Afonso Fernandez traz a sua parte emprazada pelos visitantes em três pessoas de que ele é a primeira pessoa.		Dos 15 almudes Afonso paga 5 e uma galinha e Rafael Fenandez (clérigo) outra
42	Vinha com poucas oliveiras	Vale de São Pedro	-	-	-	-	-	Vinhas e Oliveiras	Alvaro Pirez (clérigo) filho de Alvaro Pirez Frade, sendo ele a segunda pessoa	5 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal	3600	Cavadura de 12 homens
43	Vinha	Vale de São Pedro	-	-	-	-	-	Vinha	Joam Pirez (Sapateiro)	4 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal	600	Cavadura de dois homens
44	Vinha	Vale de São Pedro	-	-	-	-	-	Vinha	Gil Martinz Prazeres	Paga em cada ano 4 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal	600	Cavadura de dois homens
45	Vinha	Vale de São Pedro	-	-	-	-	-	Vinha	Briolanja Gomez mulher de Lopo Fernandez	5 almudes de vinho e uma galinha pelo natal.	2700	Cavadura de 9 homens

									(Sapateiro), sendo ela a segunda pessoa por prazo do almoxarife			
46	Vinha sete pés de oliveiras	Vale de São Pedro	-	-	-	-	-	Vinha e Oliveira	Mulher de Joam Fidalgo	Paga 4 almudes de vinho à bica e um par de galinhas	1200	Cavadura de 4 homens; nesta vinha estão 4 oliveiras que dão uma moedura de azeitona
47	Vinha	Vale de São Pedro	-	-	-	-	-	Vinha	Gonçallo Gil Por prazo de Pero Sousa visitador no qual ele e a primeira pessoa	Paga 5 almudes de vinho à bica uma galinha e meia dúzia de ovos	1800	Cavadura de 6 homens
48	Vinha	Vale de São Pedro	-	-	-	-	-	Vinha	Isabel Vaaz mulher de João Porto	3 almudes de vinho	900	Cavadura de 3 homens
49	Vinha	Vale de São Pedro	-	-	-	-	-	Vinha	Fernando Afonso (tecelão), a prazo do Almoxarife em que ele é a primeira pessoa.	Paga 4 almudes de vinho à bica.	900	Cavadura de 3 homens
50	Vinha	Vale de São Pedro	-	-	-	-	-	Tem 105 pés de Oliveiras; vinha	Gonçallo Vaaz. E a traz por prazo do almoxarife de que é a primeira pessoa	4 almudes de vinho à bica	1200	Leva 4 homens de cava de vinha

51	Vinha	Vale de São Pedro	-	-	-	-	-	Vinha	Joam Afonso (almoxerife) que é a primeira pessoa	Paga 6 almudes de vinho à bica	900	Cavadura de 3 homens
52	Vinha	-	-	-	-	-	-	Algumas oliveiras		5 almudes de vinho e um par de galinhas pelo natal	300	Cavadura de 10 homens
53	Herdade da fonte da Palma	-	-	-	-	-	-	Figueiras, ameixoeiras e çazeiros	Gil Fernandez Filho de Joham Ferrnandez (tabelião)	100 reais por ano	-	Lavra-se em uma folha; leva quatro alqueires de pão em sementeira
54	Herdade da Coutada e do Rosal	-	-	-	-	-	-	Figueiras, ameixeira e um castanheiro	Rodrigo Alvarez do Chaão	15 alqueires de trigo e uma galinha	-	-
55	Herdade que se chama Varzea da Sorveira	Acima do açude dos moinhos do azeite	-	Olival da Sorveira	Rio de Cabrunças	Com a vinha de Pero Afonso (Sapateiro)	Vinhas da mulher de Joam da Serra	Cereal/trigo	-	-	-	Leva a 80 alqueires de pão em sementeira; lavara-se em uma folha
56	Herdade que se chama Varzea dos Bacellos	Abaixo da Varzea da Sorveira	-	Com o rio açude tanto acima como para baixo	Estrada que vai para Leiria	Chousos do Arnado	Olival da ordem que se chama Emprõ do Chaquete	Vinha; trigo	-	-	-	Leva 60 alqueires de trigo em sementeira e lava-se em uma folha
57	Herdade que se chama Varzea da Calçada	Abaixo da dita Varzea de Bacellos	-	Estrada que vai para Leiria	Almoinha d'Afonso Gonçallvez Gotoso e com almoinha (que é da ordem com oliveiras da confraria)	Estrada que vai para o Escoiral	Com o olival de Emprõ	Trigo	Jorge Barbosa (juiz dos órfãos de Coimbra)	-	-	Lavra-se em uma folha e retira-se 60 alqueires de trigo em sementeira

58	Herdade chamada Almoinha do Onego	Junto com a Varzea da Calçada	-	Varzea da Calçada	Afonso Alvarez Gotoso	Estrada que vai para o Escorial e com o chouso de Pero Vaaz da Rua do Rio	Almoinha de Lopo Leittam e com o mato da ordem da Varzea da Calçada	Cereal/trigo	Traz aforada Pedro Afonso Maçono	Seis alqueires de pão meado	-	Lavara-se em duas folhas e leva 30 alqueires de pão em sementeira
59	Varzea que se chama vinha da Porta	Abaixo da Almoinha do Onega	-	Cabrunças	Com a congosta que vai para o Bregio ate aos sobreditos de Pero Cinza e o Amo	Herdade Fernando Afonso Amo e com a herdade de Pero Cinza	Estrada da Calçada que vai para o Escoiral	Trigo	-	-	-	Lavra-se em uma folha e leva 100 alqueires de trigo em sementeira
60	Serrado posto em horta	Dentro das confrontações anteriormente referidas	-	-	-	-	-	Cereal/trigo	Afonso Anes	25 reais e uma galinha	-	Leva dois alqueires de pão em sementeira
61	Pedaço de herdade entre ambas as Regueiras	Junto da Vinha da Porta	-	Cabrunças	Briolanja Diaz e com a dita Regueira	Ribeiro que vem de Golaço	Herdade de Fernando Afonso Amo e com Ruy Velho e com Pero Cinza	Trigo	-	Paga-se ao terço	-	Lavra-se em uma folha; leva seis alqueires de trigo em sementeira
62	Grande Herdade chamada de Prado	Abaixo da herdade anteriormente referida	-	Pelo rio acima até se meter no Ribeiro sobredito do Golaço	Com a herdade de Nuno Botelho e com os seus herdeiros	Herdade de Nuno Botelho	Com o ribeiro da de Golaço	Cereal/trigo	-	Anda de terço	-	Lavra-se em uma folha e leva 170 Alqueires de pão em sementeira
63	Pedaço de terra	Dentro destas confrontações	-	-	-	-	-	Trigo	Pero Diaz (emprazado) , sendo ele a Primeira pessoa	Paga dela em cada ano 12 alqueires de Trigo e duas galinhas	-	Leva um molho de trigo em sementeira no prazo dito pelo rei
64	Pedaço de Sementeira	Varzea dos Bacellos	-	-	-	-	-	-	Traz aforado Gil Martinz	15 reais e uma galinha	-	-
65	Varzea da Voda	Parte daaquem do Rio	-	Estrada que vai para a Redinha	Rio de Cabrunças	Terra da Gafaria	Rio de Cabrunças	Trigo	-	Paga-se toda ao quarto	-	Lavra-se em uma folha e leva cem alqueires de

												pão em semeadura
66	Herdade Roda de Miguel Anes	Junto à Varzea da Voda	-	Ressio do Cardal	Ressio do Concelho	Ribeiro Quente	Ressio do Concelho e com D. João Teello	Oliveiras/ cereal (trigo)	Beatriz Anes Maseirinha	Anda de terço e o azeite de meias	-	Lavra-se numa folha e leva-se um quarteiro de pão em semeadura
67	Pedaço de terra	bregio	-	Rio	Bastian Gonçallvez	Com o caminho do concelho	Joam Denis	Trigo/cereal	-	Anda de terço	-	Leva um alqueire de pão em semeadura lavra-se em uma folha
68	Talho	Afundo deste	-	-	Regueira	Martin Gonçalves e pelo Rio	Caminho do Concelho	Cereal/trigo	-	Anda ao terço	-	Leva 4 alqueires de pão em semeadura; lavra-se em uma folha
69	Uma terra com mato	Próximo do bregio	-	Caminho do conselho	Lameira	Mato dos herdeiros de Joam Bras	Vinha de Pedr' Afonso (criado do Marques)	Cereal/trigo	-	-	-	Lavra-se em uma folha e leva 10 alqueires de pão em semeadura
70	Varzea que se chama Quebrada	-	-	Terras da ordem	Olival dos Freires	Ribeiro que vai da fonte da moura	Varzea pequena que é da ordem, ficando o ribeiro entre ambos	Cereal/trigo	-	Anda a quarto e quinto	-	Lavara-se em duas folhas e leva cada falha seu moio de pão em semeadura.
71	Varzea Pequena	Junto à Quebrada	-	Caminho que vai para as Courelas	Olival dos Freires e com o olival de Bastiam Gonçallvez	Ribeiro Quente	Caminho do Conselho	Cereal/trigo	-	Anda de quarto	-	Lavra-se numa folha e leva 20 alqueires de pão em semeadura

72	Herdade	Junto com as Courelas	-	Fernam Gil	Terra de Nuno Botelho e com o Ribeiro	Terra dos filhos de Rodrigo Alvarez Machado	Ribeiro da fonte da moura	-	-	Anda de quarto	-	Lavra-se em uma folha
73	Almoinha grande com suas árvores oliveiras	Souto do rei ao Travasso	-	Estrada	Pero Afonso Maçomo	Nuno Botelho e com Joham Fernandez Machado	Caminho do Concelho	Árvores, oliveiras e trigo	Traz emprazada Pero Afonso (mercador) por prazo feito pelo rei em que ele é a segunda pessoa	Paga em cada um ano de foro dois alqueires de trigo e uma galinha pelo natal e paga 1/6 da produção de azeite e a dizima	-	Leva 20 alqueires em sementeira
74	Chouso com figueiras e árvores	Lagares ao Arnado	-	Ressio do concelho			Com terra dos Bacellos	Figueiras e árvores e trigo	Traz emprazada Caterina Botelha por prazo feito por Frei Afonso (vigairo de Tomar) de que ela é terceira pessoa	Paga um par de galinhas por ano pelo São João	-	Leva um alqueiro de pão em sementeira
75	Chouso	Ranha	-	-	Caminho público que vai para o Escoiral	Santa Maria da Vitória	Duas Oliveiras de Inês Gil e de padre Santo	7 oliveiras boas; linhaça	Traz Rodrigo Alvarez (espigardeiro)	Paga de foro 30 reais e o azeite de meias	-	Leva três alqueires de linhaça em sementeira
76	Almoinha	Bregio	-	Congosta do bregio	Entesta com Joam Afonso (almoixerife)	Boom Filho	Afonso Gonçalvez	Linhaça	Traz o dito almoixerife (Joam Afonso)	-	-	Dois alqueires de linhaça em sementeira
77	4 talhos da herdade e mato (todo mistico)	Porto da Sovreira da parte de lá da Ribeira	-	Caminha que vai para Vermoil	Levada	Terra do mosteiro da Batalha	Herdade de Diogo Dominguez Tenreiro	-	Joam Denis (tabelião)	Andam de quinto	-	Lavara-se em uma folha leva

												três alqueires
78	Talho	Acima do porto da Sovreira	-	Caminho de Vermoil	Levada	Confraria de Alcomim	Terra de Afonso Gonçallvez	trigo	Traz Joam Gomez Carvalhaaes	Anda de quarto	-	Lavra-se numa folha leva três alqueires de trigo em sementeira
79	Chouso	Junto do lagar do azeite	-	Parte do dito lagar e com o Ressio do Concelho				-	Traz Diogo Gil	-	900	Cavadura de 3 homens;
80	Vinha morta	Vale de merdeiro	-	Estrada velha que vai para o Barco	Ribeiro merdeiro	Rodrigo Alvarez e Joham Fernandez Machado	Vinha morta de Pero Vaaz	-	-	-	-	-
81	Herdade	Ribeira afundo do figueiredo	-	Aberta e com o rio de Cabrunças	-	Rodrigo Alvarez	-	trigo	-	Anda de quarto	-	Sementeira de dois alqueires e meio de trigo
82	Herdade	Martim da Maya	-	Estrada que vai para a Redinha	Rio	Filhos de Lopo Afonso (escudeiro)	Herdeiros de Antam Pirez	Trigo	-	Anda ao terço	-	Lavra-se em uma folha; leva 12 alqueires de trigo em sementeira
83	Pomar cerrado e valado com árvores de fruto	Escoiral	-	Parte com o ribeiro do Escoiral e pelo casal de Gil Afonso do Escoiral e por cima pelo monte maninho				Pomar e árvores de fruto; trigo	Fernam Luis (escrivão do almoxerifado); que agora traz Fernam Alvarez que paga agora um alqueiro de cevada	Paga-se de quarto	1500	Lavra-se em duas folhas e leva cada folha 50 alqueires de pão em sementeira
84	Talho de terra	Ao fundo da ponte ao Çaaz do Garinho	-	Rio de Asamassa	Joam Alvarez da Melga	Joam Alvarez da Melga	Joam Afonso da Ranha	Cereal/trigo	Traz Joam Alvarez	Ao terço	-	Sementeira de 5 alqueires; Lavra-se em uma folha

85	Courela	Porto da Romba	-	Estrada que vai para a vila galega	Rio de asamassa	Com a mulher que foi de João Fidalgo	Herdeiros de Martim Mayo	Trigo	-	-	-	Levara ao todo sete alqueires de trigo
86	Pedaço de terra	Porto da Romba	-	Estrada que vai para a vila galega	Rio de asamassa	Com a mulher que foi de Joam Fidalgo	Herdeiros de Martim Mayo	Vinha	Traz emprazada Lopo Estevez que é a primeira pessoa	Paga de foro dois almudes de vinho à bica e um par de galinhas pelo natal	-	Vinha cavadura de 4 homens; lavra-se em uma folha e anda quarto
87	Herdade	Proximo da Ponte de Asamassa, Porto do Silval	-	Com os ditos herdeiros	Com o rio de asamassa	Herdeiros de Domingos Gonçalves e pelo Ribeiro da Ponte		Trigo	Traz Fernam Pirez da Ponte	Anda de quarto	-	Levou 30 alqueires de pão em sementeira; lavra-se em uma folha
88	Vinha	Próxima da anterior (dentro da herdade)		-	-	-	-	Vinha	Traz Beatriz Anes, sendo ela a segunda pessoa	Paga 4 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal		Cavadura de 5 homens
89	Vinha	Dentro da herdade anterior	-	-	-	-	-	Vinha	Traz Joam Gil sendo segunda pessoa	3 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal	2400	Cavadura de oito homens
90	Herdade e lameiras (lameiro)	Gistolla	-	Partem com a herança que foi de Alvaro Anes e com a mulher de Pedro Alvarez				Cereal/trigo	Traz mulher de Pedro Alvarez	Paga-se de quarto	-	Lavara-se em uma folha; leva um quarto de pão em sementeira
91	Granja	Granja Nova	-	Parte pelo ribeiro e o casal de João Afonso e parte com o casal de Martin Gomes e com o casal do Marinheiro e vai partindo com herdade do casal que foi do Crespo com marcos que por ai vão; parte com o casal de João (escrivão) e daí em diante vai partindo com João Deniz, Inês Lopes e Lopo Leitão				Gado Trigo	-	Paga-se dela o quarto e o dízimo	-	Casa onde vive nela o caseiro e tem seus corrais; lavra-se em duas folhas;

												leva dois alqueires de pão em sementeira
92	Granja (que se chama de Granja Velha)	Granja Velha	-	-	Terra de Afonso Anes e de João Grande	-	-	Cereal/trigo		Paga ¼ da produção	-	Um moio de pão em sementeira; lavra-se em uma folha
93	Vinha	Dentro da Granja Velha	-	-	-	-	-	Vinha	Traz Maria Pires que é segunda pessoa	Paga 3 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal	900	Cavadura 3 homens
94	Vinha	Dentro da Granja Velha	-	-	-	-	-	Vinha	Traz Maria Afonso	-	1800	Cavadura de 6 homens
95	Grande Terra na Ribeira da Asamassa	Granja da Asamassa	-	Contra o carvalho do Marinheiro	Vinha de Andre Anes da Canssaria à qual vinha é da Granja Nova	-	Cumiada e vertente de água	-	-	-	-	-
96	Vinhas	Dentro da Granja da Asamassa	-	-	-	-	-	Vinha	Traz Beatriz Alvarez	2 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal.	2100	Cavadura de 7 homens
97	Vinhas	Dentro da Granja da Asamassa	-	-	-	-	-	Vinha	Traz Afonso Boldrido Emprazado em pessoas e ele é a terceira pessoa	2 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal.	2100	Cavadura de 7 homens
98	Vinha	Dentro da Granja da Asamassa	-	-	-	-	-	Vinha	Traz Pedro Afonso Emprazado em pessoas e ele é a terceira pessoa	2 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal.	2100	Cavadura de 7 homens

99	Vinha	Dentro da Granja da Asamassa	-	-	-	-	-	Vinha	Traz Fernande Anes que é segunda pessoa	2 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal.	2100	Cavadura de 7 homens
100	Vinha	Dentro da Granja da Asamassa	-	-	-	-	-	Vinha	Traz Joam Diaz filho do prior das Colmeias	2 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal.	2400	Cavadura de 8 homens
101	Vinha	Dentro da Granja da Asamassa	-	-	-	-	-	Vinha	Traz Joam Bras que é segunda pessoa	2 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal.	2100	Cavadura de 7 homens
102	Vinha	Dentro da Granja da Asamassa	-	-	-	-	-	Vinha	Traz Maria Afonso que é a terceira pessoa	3 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal.	2400	Cavadura de 8 homens
103	Duas vinhas	Dentro da Granja da Asamassa	-	-	-	-	-	Vinha	Traz Gonçalle Anes sendo a primeira pessoa	5 almudes de vinho à bica do lagar e duas galinhas pelo natal.	3000	Cavadura de 10 homens
104	Vinha	Dentro da Granja da Asamassa	-	-	-	-	-	Vinha	Traz Diego Gonçallvez	3 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal.	900	Cavadura de 3 homens
105	Vinha	Dentro da Granja da Asamassa	-	-	-	-	-	Vinha	Traz Lopo Afonso, sendo ele a primeira pessoa	4 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal.	1500	Cavadura de 5 homens
106	Vinha	Dentro da Granja da Asamassa	-	-	-	-	-	Vinha	Traz Afonso Gonçallvez	5 almudes de vinho à bica e duas	2100	Cavadura de 7 homens

										galinhas pelo natal.		
107	Vinha	Dentro da Granja da Asamassa	-	-	-	-	-	Vinha	Traz Andre Anes é a primeira pessoa e Vilolante Rodrigues que é a segunda pessoa	6 almudes de vinho à bica e duas galinhas pelo natal.	3600	Cavadura de 12 homens
108	Vinha	-	-	-	-	-	-	Vinha	Traz Martinho Anes, sendo ele a segunda pessoa	5 almudes de vinho à bica, uma galinha, e meia dúzia de ovos	2100	Cavadura de 7 homens
109	Vinha	Porto da Romba	-	Polla vagem	Com o rio	Vinha da Fidalga	Domingos Alvarez	Vinha	Traz Domingos Martinz, sendo ele a primeira pessoa	2 almudes de vinho à bica e duas galinhas	-	-
110	Herdade	Outeiro dos Galegos	-	Parte de um cabo com a herdade de João de Matos e com herdeiros de João Abade				Trigo	Traz aforada João Orta	Meio alqueire de trigo	-	Leva um alqueire de pão em sementeira
111	Herdade	Outeiro dos Galegos	-	Parte com a herdade da Confraria de Pombal e da outra parte com a estrada de Abiul e de outra parte com os herdeiros de Joam Dominguez				Cereal/trigo	Traz Gonçalo Fernandez	1 alqueire	-	Leva três alqueires de pão em sementeira

Apêndice VI – Dados quantitativos

	Pombal (concelho)		
	1989	1999	2009
SAU	9885	7618	4108

Quadro I - Valores SAU Concelho de Pombal.

	Pombal (freguesia)		
	1989	1999	2009
SAU	2061	1315	723

Quadro II - Valores SAU Freguesia de Pombal.

	Redinha (freguesia)		
	1989	1999	2009
SAU	507	491	281

Quadro III - Valores SAU Freguesia da Redinha.

	Pombal (concelho)		
	1989	1999	2009
SAU (ha)	9885	7618	4108
% ocupada pela SAU	15,80%	12,10%	6,60%

Quadro IV - % da área ocupada pela SAU no Concelho de Pombal.

	Pombal (freguesia)		
	1989	1999	2009
SAU (ha)	2061	1315	723
% ocupada pela SAU	21,10%	13,50%	7,50%

Quadro V - % da área ocupada pela SAU na Freguesia de Pombal.

	Redinha (freguesia)		
	1989	1999	2009
SAU (ha)	507	491	281
% ocupada pela SAU	12%	11,70%	6,70%

Quadro VI - % da área ocupada pela SAU na Freguesia da Redinha.

	Variação (%)	
	1989-1999	1999-2009
SAU	-23,00%	-46,10%

Quadro VII - % de variação da SAU no Concelho de Pombal.

	Variação (%)	
	1989-1999	1999-2009
SAU	-36,20%	-45,00%

Quadro VIII - % de variação da SAU na Freguesia de Pombal.

	Variação (%)	
	1989-1999	1999-2009
SAU	3,16%	42,80%

Quadro IX - % de variação da SAU na Freguesia da Redinha.

Pombal (concelho)			
	1989	1999	2009
Frutos frescos (exceto citrinos)	159	85	18
Citrinos	34	47	9
Frutos sub-tropicais	1	0	3
Frutos de casca rija	21	19	7
Olival	850	1498	722
Vinhas	1704	975	386
Outras culturas	2	0	1
Total	2770	2624	1145

Quadro X - Superfície de culturas permanentes no concelho de Pombal (ha).

Pombal (freguesia)			
	1989	1999	2009
Frutos frescos (exceto citrinos)	36	12	3
Citrinos	3	5	1
Frutos sub-tropicais	1	0	2
Frutos de casca rija	5	2	0
Olival	148	184	154
Vinhas	289	178	95
Total	482	381	255

Quadro XI - Superfície de culturas permanentes da freguesia de Pombal (ha).

Redinha (freguesia)			
	1989	1999	2009
Frutos frescas (exceto citrinos)	2	4	1
Citrinos	0	1	0
Frutos de casca rija	0	1	0
Olival	125	219	82
Vinhas	81	43	17
Total	208	269	100

Quadro XII - Superfície de culturas permanentes da freguesia da Redinha (ha).

	Pombal (concelho)		
	1989	1999	2009
Cereais para grão	4080	3046	1571
Leguminosas secas para grão	955	414	136
Prados temporários	36	101	43
Culturas forrageiras	2318	1633	716
Batata	588	130	54
Culturas industriais	83	59	14
Culturas hortícolas	111	132	100
Flores e plantas ornamentais	1	1	3
Outras culturas	3	1	2
Total	8173	5517	2639

Quadro XIII – Superfície de culturas temporárias do Concelho de Pombal (ha).

	Pombal (freguesia)		
	1989	1999	2009
Cereais para grão	855	464	217
Leguminosas secas para grão	172	67	43
Prados temporários	7	28	1
Culturas forrageiras	341	124	77
Batata	136	36	15
Culturas industriais	15	12	2
Culturas hortícolas	22	16	7
Total	1550	746	363

Quadro XIV – Superfície de culturas temporárias da Freguesia de Pombal (ha).

	Redinha (freguesia)		
	1989	1999	2009
Cereais para grão	159	188	73
Leguminosas secas para grão	59	21	9
Prados temporários	0	7	1
Culturas forrageiras	105	167	96
Batata	34	1	5
Culturas hortícolas	0	7	0
Total	358	391	184

Quadro XV – Superfície de culturas temporárias da Freguesia da Redinha (ha).

Pombal (concelho)			
	1989	1999	2009
Superfície de prados e pastagens	205	249	259

Quadro XVI – Superfície de prados e pastagens do Concelho de Pombal (ha).

Pombal (freguesia)			
	1989	1999	2009
Superfície de prados e pastagens	141	158	42
% ocupada	1,40%	1,60%	0,40%

Quadro XVII – Superfície de prados e pastagens da Freguesia de Pombal (ha) e % da área ocupada.

Redinha (freguesia)			
	1989	1999	2009
Superfície de prados e pastagens	0	1	12
% ocupada	0%	0,02%	0,29%

Quadro XVIII – Superfície de prados e pastagens da Freguesia da Redinha (ha) e % da área ocupada.

Pombal (freguesia)			
	1989	1999	2009
Bovinos	1433	554	207
Suínos	5010	4200	2018
Ovinos	2224	1633	1497
Caprinos	519	291	221

Quadro XIX – Efetivo animal da Freguesia de Pombal.

Redinha (freguesia)			
	1989	1999	2009
Bovinos	355	447	249
Suínos	559	2161	2578
Ovinos	977	944	589
Caprinos	506	510	399

Quadro XX – Efetivo animal da Freguesia da Redinha.

Pombal (freguesia)		
	1974	2007
Pinheiro - Bravo	4509,6	1939,8
Eucalipto	151,4	410,7
Carvalhos	826,6	1214,8
Outras folhosas	723,8	1981,8

Quadro XXI – Área florestal da freguesia de Pombal.

Redinha (freguesia)		
	1974	2007
Pinheiro - Bravo	2033,1	1046,6
Eucalipto	4,5	190
Carvalhos	423,3	112,6
Outras folhosas	407,2	26,5

Quadro XXII – Área florestal da freguesia da Redinha.

Pombal (concelho)			
	1989	1999	2009
Nenhum	53,91	42,78	26,95
Não sabe ler nem escrever	26,37	16,86	8,65
Sabe ler e escrever	27,37	25,92	18,3
Básico	44,46	55,94	70,29
1ºciclo ou 4ºano	41,99	49,64	54,2
2ºciclo ou 6º ano	2,45	4,65	10,41
3ºciclo ou 9ºao	0,01	1,64	5,68
Secundário	1,5	0,91	1,59
Superior	0,14	0,38	1,17

Quadro XXIII – Proporção de Produtores agrícolas singulares por nível de escolaridade do Concelho de Pombal.

Pombal (freguesia)			
	1989	1999	2009
Nenhum	45,69	39,81	17,58
Não sabe ler nem escrever	23,81	13,32	1,37
Básico	51,25	58,46	79,22
1ºciclo ou 4ºano	49,39	52,46	52,74
2ºciclo ou 6º ano	1,85	3,86	21,23
3ºciclo ou 9º ano	0	2,13	5,25
Secundário	2,78	1,6	2,28
Superior	0,29	0,13	0,91

Quadro XXIV – Proporção de Produtores agrícolas singulares por nível de escolaridade da freguesia de Pombal.

Redinha (freguesia)			
	1989	1999	2009
Nenhum	56,37	47,33	24,49
Não sabe ler nem escrever	42,21	18,67	10,88
Básico	42,49	50,33	72,11
1ºciclo ou 4ºano	41,64	45,33	54,42
2ºciclo ou 6º ano	0,85	3,67	13,61
3ºciclo ou 9º ano	0	1,33	4,08
Secundário	0,85	1	1,36
Superior	0,28	1,33	2,04

Quadro XXV – Proporção de Produtores agrícolas singulares por nível de escolaridade da freguesia da Redinha.

Pombal (concelho)			
	1989	1999	2009
Tratores (de rodas de rasto)	14	2117	1754
Motocultivadores	522	439	209
Motoenxadas	205	1139	617
Motoceifeiras	182	837	42
Ceifeiras-debulhadoras	1419	29	46
Total	2342	4561	2668

Quadro XXVI – Número de máquinas no Concelho de Pombal.

Pombal (freguesia)			
	1989	1999	2009
Tratores	273	367	326
Motocultivadores	37	80	49
Motoenxadas	32	206	137
Motoceifeiras	106	170	2
Total	449	825	530

Quadro XXVII – Número de máquinas na Freguesia de Pombal.

Redinha (freguesia)			
	1989	1999	2009
Tratores	50	109	122
Motocultivadores	8	63	11
Motoenxadas	0	85	40
Motoceifeiras	4	41	1
Total	64	299	178

Quadro XXVIII – Número de máquinas na Freguesia da Redinha.

Apêndice VII – Aplicação didática Geografia

A Paisagem



A Paisagem

“O que mais há na terra é paisagem. Por muito que do resto lhe falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica, porquanto a paisagem é sem dúvida anterior ao homem, e apesar disso, de tanto existir, não se acabou ainda.”

José Saramago – Levantando do Chão

Observa a Fotografia 1.



Fotografia 1.

Preenche o quadro					
Localização	Localidade - Redinha				
	Concelho -				
	Freguesia -				
	Paisagem rural/urbana -				
Observa a fotografia 1 e assinala com o x a forma de relevo correspondente:					
Relevo					
Planalto	Planície	Vale	Montanha		
Observa a fotografia 1 e assinala com um x a existência de:					
Hidrografia					
Oceano	Rio	Lago	Albufeira	Nenhuma	
Assinala com um x a perceção que tens relativamente ao clima:					
Clima					
Estação do ano	Muito seco	Seco	Ameno	Chuvoso	Muito chuvoso
Inverno					
Verão					

Observa a fotografia 1 e numa escala de 0-5 identifica:		
Efetivo animal		
Classes de animais	0-5 (0 nenhuma – 5 muitos)	
	Bovinos	
	Caprinos	
	Ovinos	
	Outros	
Culturas		
Culturas temporárias ¹	0-5 (0 nenhuma – 5 muitos)	
	Cereais	
	Batata	
	Culturas hortícolas	
	Outras culturas	
Culturas permanentes ²	0-5 (0 nenhuma – 5 muitos)	
	Árvores de fruto	
	Olival	
	Vinha	
	Outras culturas	

¹ Culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano e as que ocupam as terras num período inferior a cinco anos.

² Culturas permanentes - As culturas não integradas em rotação, com exclusão das pastagens permanentes, que ocupam as terras por cinco ou mais anos e dão origem a várias colheitas

Observa a fotografia 1, e numa escala de 0-5 identifica:		
Floresta		
Floresta	0 – 5 (0 nenhuma – 5 muitas)	
	Pinheiro	
	Eucalipto	
	Carvalho	
	Outras folhosas	

Observa a Fotografia 2.



Fotografia 2.

Preenche o quadro					
Localização	Localidade - Redinha				
	Concelho -				
	Freguesia -				
	Paisagem rural/urbana -				
Observa a fotografia 2 e assinala com o x a forma de relevo correspondente:					
Relevo					
Planalto	Planície	Vale	Montanha		
Observa a fotografia 2 e assinala com um x a existência de:					
Hidrografia					
Oceano	Rio	Lago	Albufeira	Nenhuma	
Assinala com um x a perceção que tens relativamente ao clima:					
Clima					
Estação do ano	Muito seco	Seco	Ameno	Chuvoso	Muito chuvoso
Inverno					
Verão					

Observa a fotografia 2 e numa escala de 0-5 identifica:	
Efetivo animal	
Classes de animais	0-5 (0 nenhuma – 5 muitos)
	Bovinos
	Caprinos
	Ovinos
	Outros
Culturas	
Culturas temporárias	0-5 (0 nenhuma – 5 muitos)
	Cereais
	Batata
	Culturas hortícolas
	Outras culturas
Culturas permanentes	0-5 (0 nenhuma – 5 muitos)
	Árvores de fruto
	Olival
	Vinha
	Outras culturas

Observa a fotografia 2, e numa escala de 0-5 identifica:	
Floresta	
Floresta	0 – 5 (0 nenhuma – 5 muitas)
	Pinheiro
	Eucalipto
	Carvalho
	Outras folhosas

Observa a Fotografia 3.



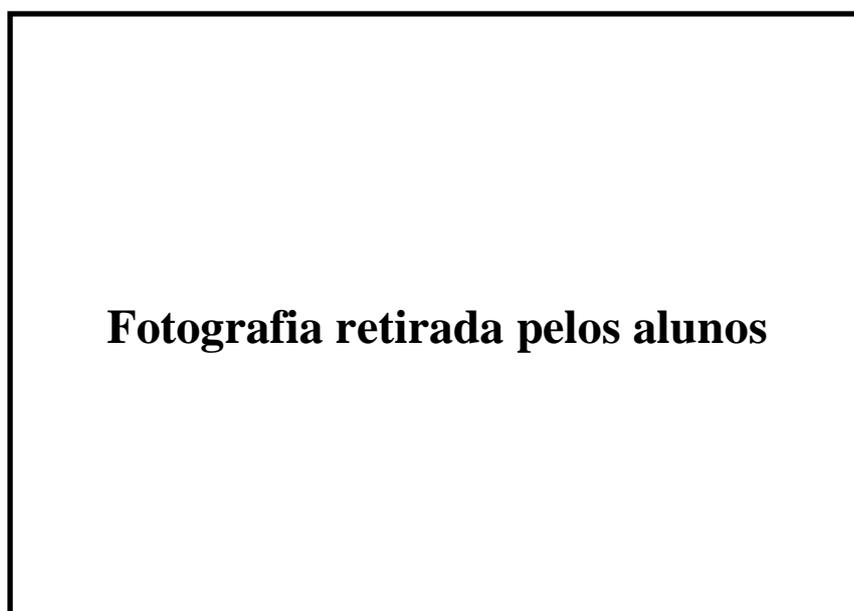
Fotografia 3.

Preenche o quadro					
Localização	Localidade - Pombal				
	Concelho -				
	Freguesia -				
	Paisagem rural/urbana -				
Observa a fotografia 3 e assinala com o x a forma de relevo correspondente:					
Relevo					
Planalto	Planície	Vale	Montanha		
Observa a fotografia 3 e assinala com um x a existência de:					
Hidrografia					
Oceano	Rio	Lago	Albufeira	Nenhuma	
Assinala com um x a percepção que tens relativamente ao clima:					
Clima					
Estação do ano	Muito seco	Seco	Ameno	Chuvoso	Muito chuvoso
Inverno					
Verão					

Observa a fotografia 3 e numa escala de 0-5 identifica:	
Efetivo animal	
Classes de animais	0-5 (0 nenhuma – 5 muitos)
	Bovinos
	Caprinos
	Ovinos
	Outros
Culturas	
Culturas temporárias	0-5 (0 nenhuma – 5 muitos)
	Cereais
	Batata
	Culturas hortícolas
	Outras culturas
Culturas permanentes	0-5 (0 nenhuma – 5 muitos)
	Árvores de fruto
	Olival
	Vinha
	Outras culturas

Observa a fotografia 3, e numa escala de 0-5 identifica:	
Floresta	
Floresta	0 – 5 (0 nenhuma – 5 muitas)
	Pinheiro
	Eucalipto
	Carvalho
	Outras folhosas

Fotografia 4.



Preenche o quadro					
Localização	Localidade -				
	Concelho -				
	Freguesia -				
	Paisagem rural/urbana -				
Observa a fotografia 4 e assinala com o x a forma de relevo correspondente:					
Relevo					
Planalto	Planície	Vale	Montanha		
Observa a fotografia 4 e assinala com um x a existência de:					
Hidrografia					
Oceano	Rio	Lago	Albufeira	Nenhuma	
Assinala com um x a perceção que tens relativamente ao clima:					
Clima					
Estação do ano	Muito seco	Seco	Ameno	Chuvoso	Muito chuvoso
Inverno					
Verão					

Observa a fotografia 4 e numa escala de 0-5 identifica:		
Efetivo animal		
Classes de animais	0-5 (0 nenhuma – 5 muitos)	
	Bovinos	
	Caprinos	
	Ovinos	
	Outros	
Culturas		
Culturas temporárias	0-5 (0 nenhuma – 5 muitos)	
	Cereais	
	Batata	
	Culturas hortícolas	
	Outras culturas	
Culturas permanentes	0-5 (0 nenhuma – 5 muitos)	
	Árvores de fruto	
	Olival	
	Vinha	
	Outras culturas	

Observa a fotografia 4, e numa escala de 0-5 identifica:		
Floresta		
Floresta	0 – 5 (0 nenhuma – 5 muitas)	
	Pinheiro	
	Eucalipto	
	Carvalho	
	Outras folhosas	

1. Após teres observado as fotografias e completado os respetivos quadros, realiza, utilizando palavras tuas, uma breve descrição de todas as imagens, destacando os aspetos que consideras mais relevantes.

Apêndice VIII – Diálogo

Ficha de trabalho nº 1

Domínio: A Europa do século VI ao XII

Objetivos: *caracterizar a economia europeia da Alta Idade Média, sublinhando o seu carácter de subsistência e salientar o duplo poder senhorial sobre a terra e sobre os homens.*

Nome:

N.º

Turma:

Os contratos Agrários

Narrador – Num dia ensolarado, três camponeses deslocaram-se à casa de António Costa, com o intuito de discutirem assuntos que consideravam urgentes...

Senhorio (António Costa): Muito boa tarde meus senhores, o que vos traz até mim?

1º Camponês (Pedro Dias) – Caro senhor, o assunto que me traz até si prende-se com a terra que possui junto à Ribeira Grande que se encontra por explorar.

2º Camponês (Joaquim Valadares) – Já agora, e se me permitem a intromissão, o assunto que me fez deslocar até vós é idêntico, mas neste caso o meu interesse prende-se com a terra, que se encontra por explorar, perto da Várzea Pequena.

António Costa - Muito bem, compreendo! E o senhor aí atrás, também se deslocou até aqui no âmbito de realizar um contrato agrário?

3º Camponês (Gonçalo Ferreira) – Exatamente caro senhor, estou interessado em explorar uma das suas propriedades, com particular inclinação pela Granja Ribeirinha.

António Costa - Assim sendo, venham comigo e vamos à casa do tabelião para estipularmos os pormenores todos e ficar tudo registado, tal como deve ser feito.

Narrador – O senhorio juntamente com os três camponeses deslocaram-se até à casa do tabelião, de modo a estabelecer os pormenores relacionados com os contratos. Chegando ao destino, António Costa bate à porta...

António Costa – Ó de casa! Ó de casa!

Mulher do Tabelião (Jacinta Esteves) – Já vai, já vai, só um momentinho!

Narrador – Passados alguns instantes, a porta abriu-se...

Jacinta Esteves – Oh caro Sr. António é você? O que o traz à nossa humilde residência?

António Costa – Muito boa tarde Sr^a Jacinta, desculpe vir sem avisar, mas temo ter que tratar de uns assuntos com o seu marido, ele está?

Jacinta Esteves – Está sim senhor! Entrem, entrem, que vou já chama-lo.

Narrador – Passados alguns instantes, Jacinta estava de volta trazendo consigo companhia.

Tabelião (Manuel Esteves) – Ora muito boa tarde meus senhores, a que devo esta visita?

António Costa – Boa tarde Manuel. Bem, como deves calcular, estou aqui com estes senhores porque pretendemos estabelecer uns contratos relativamente a umas propriedades das quais sou dono, e queria que ficasse, desde já, tudo registado.

Manuel Esteves – Compreendo, vamos então ao trabalho!

António Costa – Muito bem, Pedro Dias, Joaquim Valadares e Gonçalo Ferreira, como já sabem existem três tipos de contratos: o de parceria, o de arrendamento e a enfiteuse. No entanto, e quero deixar, desde já, esclarecido que apenas estou interessado nos contratos de carácter enfitêutico. Todos sabem o tempo de vigência que estes contratos podem ter?

Joaquim Valadares – Eu não estou muito familiarizado, caso o Senhor tenha a bondade de elucidar-me sobre isso ficava-lhe extremamente grato.

António Costa – Com certeza! Os contratos agrários de natureza enfiteutica podem ser perpétuos e/ou hereditários, ora temporários, sendo que estes podiam ser por anos ou por vidas (3 vidas).

Pedro Dias – Por vidas? Mas o que vem a ser isso?!

António Costa – Os contratos em vidas encontram-se relacionados com as vidas de quem estabelece o contrato. Eu, nas minhas propriedades, só aceito contratos em vidas, sendo que o prazo é em três vidas, que por norma é o do casal, homem e mulher, mais outra pessoa, geralmente o filho.

Pedro Dias – Certo, estou esclarecido.

António Costa – Relativamente ao tipo de contrato e quanto à sua duração estamos esclarecidos. Serão contratos de carácter enfiteutico que terão a duração de três vidas.

Gonçalo Ferreira – E relativamente às rendas, o Senhor já tem algum preço estipulado?

António Costa – Ainda bem que pergunta! Como devem calcular, as rendas das propriedades não são todas iguais, nem mesmo o tipo de pagamento é igual. Calculo que sabiam que existe várias formas de pagamento...

Joaquim Valadares – Bem... peço desculpa pela minha falta de informação, mas eu apenas conheço um, isto é, a renda em dinheiro.

António Costa – Pois bem, para além da renda em dinheiro, os pagamentos podem ser realizados de, pelo menos, mais três maneiras.

Gonçalo Ferreira – Refere-se ao pagamento apenas em géneros, em géneros mais dinheiro e finalmente, às rendas parciárias. Estarei eu correto?

António Costa – Certíssimo!

Joaquim Valadares – Aí que confusão! Já não estou a entender nada!!

Gonçalo Ferreira – Calma caro Joaquim, eu passo a explicar. Como já deve ter concluído a renda em dinheiro será paga precisamente em dinheiro. Já a renda em géneros é paga recorrendo a produtos, como por exemplo vinho, azeite, trigo, aquilo que o Senhor estipular. Relativamente à renda parciária, que é paga em géneros, parte do que é produzido é dado como forma de pagamento ao senhor.

Manuel Esteves – Sim senhor!! Estou a ver que há aqui entendidos em contratos...

António Costa – Bem, estando realizados todos os esclarecimentos. Vamos finalmente passar aos contratos propriamente ditos! Caro Pedro Dias, a proposta que lhe faço é a seguinte, será um contrato de carácter enfiteutico, com a duração de três vidas, sendo que a renda será 5 almudes de vinho à bica e uma galinha pelo natal. Parece-lhe bem?

Pedro Dias – Creio que sim caro senhor! Parece-me que consigo não valerá a pena regatear, logo aceito as condições propostas.

Manuel Esteves – Ora muito bem! É assim mesmo que se faz negócio, maravilha! Vou já proceder ao registo para assinarem já o contrato.

António Costa – Fico feliz em saber que concorda com os termos. Passemos agora para o senhor Joaquim Valadares. O tipo de contrato e a duração será a mesma que referi para o Pedro Dias, mas a renda que lhe proponho será 5 almudes de vinho à bica, um alqueire de Trigo e 10 reis.

Joaquim Valadares – O quê?!? Mas o senhor está a exigir uma renda tão elevada daquela propriedade?

António Costa – Joaquim, se conhece a propriedade, como me parece que conhece, sabe que é um local onde a produtividade tende a ser elevada, daí o valor ser maior. Se não quiser fazer negócio por estes valores, certamente que alguém irá querer.

Joaquim Valadares – O senhor é mesmo um osso duro de roer! Não me resta outra opção a não ser aceitar as suas exigências. O senhor Manuel pode já proceder ao registo do contrato.

Manuel Esteves – Ora bem... podem ambos assinar aqui e está feito!

António Costa – Bem finalmente, chegámos ao senhor Gonçalo Ferreira. O tipo e a duração será a mesma que já referi outrora. A grande diferença estará, novamente, na renda. O que lhe proponho é que me de um quarto do que produzir, tendo em conta que irá cultivar uma terra de cereal.

Gonçalo Ferreira – Uma renda parciária, portanto. Parece-me justo! E vai ao encontro do que tinha pensado.

Manuel Esteves - Muito bem, as cláusulas estão estipuladas, os contratos estão efetuados e assinados, por isso acho que está tudo.

António Costa – Está sim senhor. Muito Obrigado Manuel pelos teus serviços, sempre muito prestativo e eficaz! Agora vamos andando, que ainda tenho muito que fazer! Até à próxima!

Narrador – Assim, o Senhorio (António Costa) e os seus rendeiros, saíram da casa de Manuel Esteves e seguiram os seus destinos.

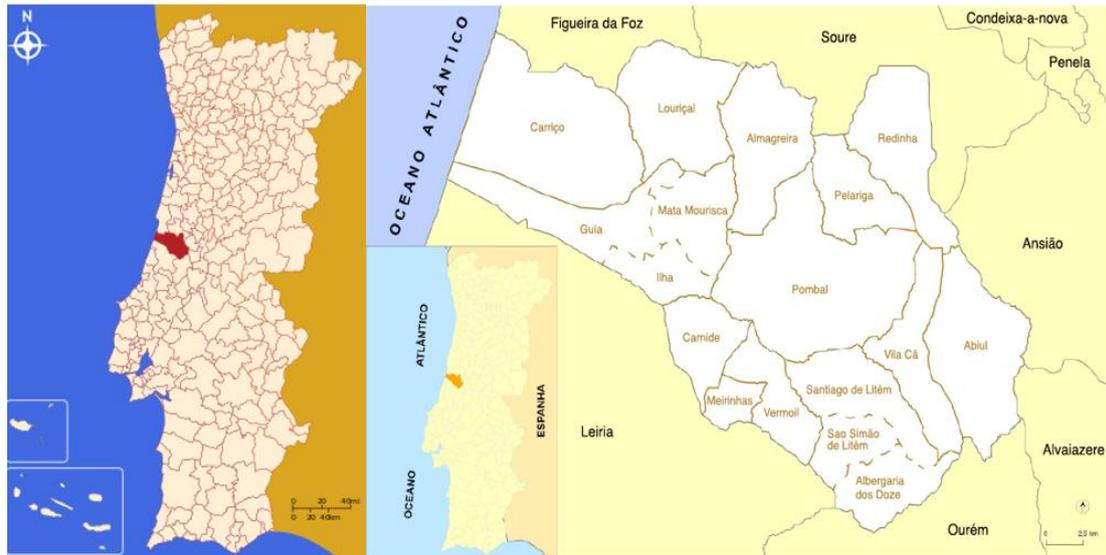
1. Escreve uma pequena composição onde deves ter em atenção os seguintes aspetos:

- És um camponês que vais estabelecer um contrato de enfiteuse;
- A duração que o contrato vai ter.
- A renda que vais pagar ao senhorio.
- O que vais cultivar.

Apêndice IX – PowerPoint da aplicação didática

Diapositivo 1 – Localização do Concelho de Pombal.

Localização do Concelho de Pombal



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/7/LocalPombal.svg/280px-LocalPombal.svg.png> (consultado a 01-07-2016)

Fonte: adaptado de http://www.pombal.pt/pru/docs_pdm_elementos_plano_acompanham/EstudosCaracterizacao/VolIPlantaEnquadramento.pdf, p. 13.

Diapositivo 2 – Castelo de Pombal.

Castelo de Pombal



Fonte: <https://3.bp.blogspot.com/-mh36s8Kro0/VxTD5jHzFUI/AAAAAAAAAtrU/7gVB1Wgx-QA6Bq3DxSgu7m4JdDy4XACLcB/s1600/Pombal%2B7.jpg> (Consultado a 01-07-2016)

Diapositivo 3 – Rio Arunca.

Rio Arunca



http://api.ning.com/files/KMdmLaHleJHockIXs8WA2bPvTYQNC7VafmnI*P2M6bIMbvNNQJNBkhhGrOlatiD5586ccTELRFUnVr13RWJstodVtYuseE3.D8C_7110.JPG?width=737&height=459 (consultado a 01-07-2016)

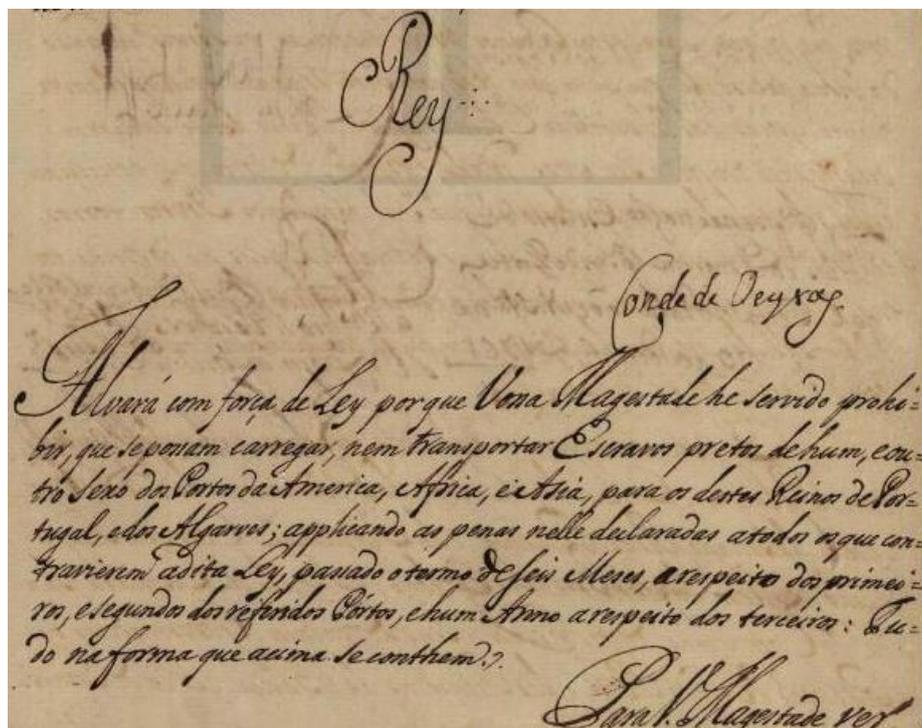
Diapositivo 4



Diapositivo 5



Diapositivo 6 – Fotografia ilustrativa de uma fonte manuscrita.



Fonte: <http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2013/05/Alvara-escravatura-3-pormenor.jpg> (consultado a 05/08/2016).

Diapositivo 7 – Excerto transcrito da fonte original.

*“Huuã vinha cavadura de xiiij homens e oliveiras
que foram de Fernam Gonçallvez e trazia Per[o]
de Coimbra que pagava cada ano ix almudes de
vinho aa bica e huum par de galinhas.”*

GOMES, Saul António, *Pombal Medieval e Quinhentista, documentos da sua
história*, Batalha, CEPAE, 2010, *ob. cit.*, p. 187.

Diapositivo 8 – Excerto da fonte, com a ortografia atualizada.

Uma vinha de cavadura de 14 homens e oliveiras
que foram de Fenando Gonçalves e trazia Pedro
de Coimbra que pagava cada ano 9 almudes de
vinho à bica e um par de galinhas.

Diapositivo 9 – Instrumentos e técnicas agrícolas medievais (introdução).

Instrumentos e técnicas agrícolas Medievais



Diapositivo 10 – Instrumentos agrícolas.

Instrumentos agrícolas



<https://i-media-cache-a60.pinimg.com/736x/16/a3/5e/16a35e6f8e9fbc29c6c83ba787663c.jpg> (consultado a 1/7/2016).

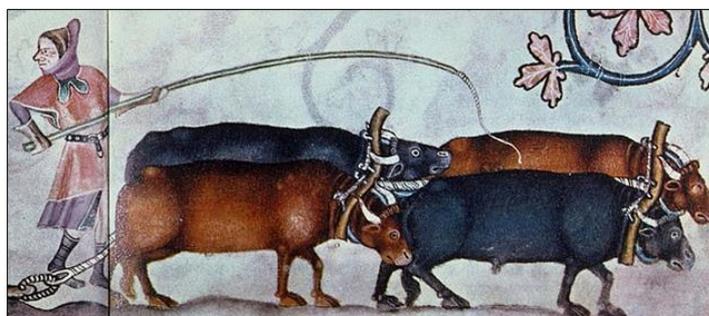


<http://images.idealhardin.com/idealmedia-101015170722-shaspc02-93/ideal-media-13-728.jpg?col=1387163782> (5/5/2016).

Utilização do arado, a enxada e a foice.

Diapositivo 11 – Utilização do jugo.

Utilização do jugo frontal nos bois

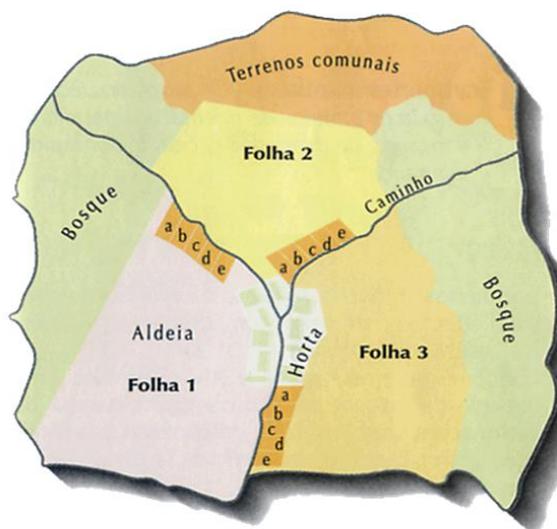


http://2.bp.blogspot.com/-Bbowi5m4vvA/Ti33HSMKPHI/AAAAAAAAA64/_uCNRCZ-K1I/s400/Yoke02.jpg (consultado a 5/5/2016)

A atrelagem em fila permitiu aumentar a força de tração animal.

Diapositivo 12 – Rotação trienal.

Difusão do sistema de rotação trienal das culturas



	1º ano	2º ano	3º ano
Folha 1	cereais de Inverno	cereais de Primavera	pousio
Folha 2	cereais de Primavera	pousio	cereais de Inverno
Folha 3	pousio	cereais de Inverno	cereais de Primavera

a b c d e – Mansos (ou casais) dos camponeses

Fonte: BARREIRA, Anibal e MOREIRA, Mendes, *Páginas da História*, Lisboa, ASA, 2014

Diapositivo 13 – Fertilização dos campos.

Fertilização dos campos (estrumes de animais misturados com restos de plantas)



<http://4.bp.blogspot.com/-sqrI2v292bw/TkhIZP6fzZI/AAAAAAAAAMKs/due38nM9AFQ/s1600/agricultura+medieval.jpg>
(5/5/2016)

Diapositivo 14 – Utilização de moinhos.

Utilização de moinhos de água e de vento



https://1.bp.blogspot.com/_70E1Ym91Q/TQqGzNSCTXI/AAAAAAAAJ6Q/8vY-BTzqb10/s1600/Imagem10.jpg (5/5/2016)

Diapositivo 15 – Joiragem e ensacamento do grão.

Joeiragem e ensacamento do grão



Fonte: BARREIRA, Anibal e MOREIRA, Mendes, *Páginas da História*, Lisboa, ASA, 2014

Apêndice X - Composições

Trabalho aluno x

OS CONTRATOS

Nascerador - Num manhã, um camponês passou por uma terra que lhe chamou atenção. Então decidiu ir falar com o senhorio, o senhor João.

Camponês: Bom dia, senhor João. O que me traz até si, prende-se com a terra que possui junto ao rio.

Senhor João: Muito boa tarde Alberto, venha amigo e vamos a casa do cavalheiro para estipularmos os pormenores todos.

Camponês: Muito bem

Nascerador: Senhor João e Alberto foram até casa do sr. cavalheiro, tocaram à campainha.

D^ª Judite: Bom dia, senhor João e sr Alberto, devo adivinhar que veem falar com o meu marido!

Senhor João: claro que sim!

D^ª Judite: Eu vou chama-lo, entrem!

Nascerador: D^ª Judite chama o marido enquanto senhor João e Alberto se sentam no sofá.

Sr. cavalheiro: Ora viva meus amigos, imagino que queiram falar sobre o contrato

Senhor João: sim, o sr Alberto está interessado numa terra minha.

Sr. cavalheiro: ok. o contrato é de que tipo?

Senhor João: Eufiteuse e o tempo de vigência é por 3 vidas.

Senhor Alberto: E qual é a renda?

Senhor João: 5 almudes de vinho à bica, um alqueire de trigo e 10 reais.

Senhor Alberto: Aceito.

Narrador: E o senhor João e o senhor Alberto depois de entrarem em acordo, cada um seguiu o seu caminho.

Trabalho aluno y

: Bom dia Senhor! Já a passar por um dos seus terrenos e vi um que me entrega
Senhor: Muito bem, mas mais temas que estabelecer um contrato.
: Meu Senhor eu aceito qualquer contrato.
Senhor: Está bem! Eu vou optar pelo contrato Eupiteuse. Concorda?
: Sim Senhor. Meu Senhor o contrato Eupiteuse temporário:
Senhor: Sim, pode ser.
: Meu senhor de quantas vidas pode ser?
Senhor: Pode ser de 4 vidas.
: Pode sim, meu Senhor.

Apêndice XI – Descritores níveis de desempenho

Descritores dos níveis de desempenho¹			
Parâmetro			
Conteúdo Histórico	<ul style="list-style-type: none"> - Trata, sem desvios, o tema proposto. - Mobiliza informação ampla e diversificada relativamente à tipologia textual solicitada: produz um discurso coerente e sem qualquer tipo de ambiguidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Trata o tema proposto, embora com alguns desvios. - Mobiliza informação suficiente, relativamente à tipologia textual solicitada: produz um discurso globalmente coerente, apesar de algumas ambiguidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aborda lateralmente o tema proposto. - Mobiliza muito pouca informação relativamente à tipologia textual solicitada: produz um discurso geralmente inconsistente e, por vezes, ininteligível.
Estrutura e Coesão	<ul style="list-style-type: none"> - Redige um texto bem estruturado, constituído por três partes (introdução, desenvolvimento, conclusão), proporcionadas e articuladas entre si de modo consistente. - Marca corretamente os parágrafos. - Utiliza, adequadamente, conectores diversificados e outros mecanismos de coesão textual. - Muito criativo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redige um texto satisfatoriamente bem estruturado nas três partes habituais, nem sempre devidamente articuladas entre si ou com desequilíbrios de proporção mais ou menos notórios. - Marca parágrafos, mas com algumas falhas. - Utiliza apenas os conectores e os mecanismos de coesão textual mais comuns, embora sem incorreções graves. - Razoavelmente criativo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redige um texto com estruturação muito deficiente, em que não se consegue identificar claramente as três partes ou em que estas estão insuficientemente articuladas. - Raramente marca parágrafos de forma correta. - Raramente utiliza conectores e mecanismos de coesão textual ou utiliza-os de forma inadequada. - Pouco criativo.
Léxico e adequação discursiva	<ul style="list-style-type: none"> - Mobiliza, com intencionalidade, recursos da língua expressivos e adequados. - Utiliza o registo de língua adequado ao texto, eventualmente com esporádicos afastamentos, que se encontram, no entanto, justificados pela intencionalidade do discurso e assinalados graficamente (com aspas ou sublinhados). 	<ul style="list-style-type: none"> - Mobiliza um reportório lexical adequado, mas pouco variado. - Utiliza, em geral, o registo de língua adequado ao texto, mas apresentando alguns afastamentos que afetam pontualmente a adequação global. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilizam o reportório lexical inadequado e pouco variado. - Utiliza um registo de língua pouco adequado ao texto, apresentando afastamentos que afetam a adequação global.

¹ Adaptado de critérios de classificação do Exame Nacional do Ensino Secundário.